

Proposta de atualização do Protocolo
Clínico e Diretrizes Terapêuticas para
prevenção de transmissão vertical de HIV,
Sífilis e Hepatites Virais

Nº 300
Set/2017



protocolo

RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÃO





CONTEXTO

Em 28 de abril de 2011, foi publicada a Lei nº 12.401, que altera diretamente a Lei nº 8.080 de 1990 dispondo sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologias em saúde no âmbito do SUS. Esta lei define que o Ministério da Saúde, assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias – CONITEC, tem como atribuições a incorporação, exclusão ou alteração de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou alteração de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas.

Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) são documentos que visam a garantir o melhor cuidado de saúde possível diante do contexto brasileiro e dos recursos disponíveis no Sistema Único de Saúde. Podem ser utilizados como materiais educativos aos profissionais de saúde, auxílio administrativo aos gestores, regulamentação da conduta assistencial perante o Poder Judiciário e explicitação de direitos aos usuários do SUS.

Os PCDT são os documentos oficiais do SUS para estabelecer os critérios para o diagnóstico de uma doença ou agravo à saúde; o tratamento preconizado, com os medicamentos e demais produtos apropriados, quando couber; as posologias recomendadas; os mecanismos de controle clínico; e o acompanhamento e a verificação dos resultados terapêuticos a serem seguidos pelos gestores do SUS.

Os medicamentos ou produtos recomendados no PCDT devem incluir as diferentes fases evolutivas da doença ou do agravo à saúde de que se tratam, bem como aqueles indicados em casos de perda de eficácia e de surgimento de intolerância ou reação adversa relevante, provocadas pelo medicamento, produto ou procedimento de primeira escolha. A nova legislação incluiu análise baseada em evidências científicas para a elaboração dos PCDT, levando em consideração os critérios de eficácia, segurança, efetividade e custo-efetividade das intervenções em saúde recomendadas.



Para a constituição ou alteração dos PCDT, a Portaria GM nº 2.009 de 2012 instituiu na CONITEC uma Subcomissão Técnica de Avaliação de PCDT, com as competências de definir os temas para novos PCDT, acompanhar sua elaboração, avaliar as recomendações propostas e as evidências científicas apresentadas, além da revisão periódica dos PCDT vigentes, em até dois anos.

Após concluídas todas as etapas de elaboração de um PCDT, a aprovação do texto é submetida à apreciação do Plenário da CONITEC, com posterior disponibilização deste documento para contribuição de toda sociedade, por meio de consulta pública (CP) pelo prazo de 20 dias, antes de sua deliberação final e publicação.

O Plenário da CONITEC é o fórum responsável pelas recomendações sobre a constituição ou alteração de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, além dos assuntos relativos à incorporação, exclusão ou alteração das tecnologias no âmbito do SUS, bem como sobre a atualização da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). É composto por treze membros, um representante de cada Secretaria do Ministério da Saúde – sendo o indicado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) o presidente do Plenário – e um representante de cada uma das seguintes instituições: ANVISA, Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, Conselho Nacional de Saúde - CNS, Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS e Conselho Federal de Medicina - CFM. Cabe à Secretaria-Executiva, exercida pelo Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGITS/SCTIE), a gestão e a coordenação das atividades da CONITEC.

Conforme o Decreto nº 7.646 de 2011, a publicação do PCDT é de responsabilidade do Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos após manifestação de anuência do titular da Secretaria responsável pelo programa ou ação, conforme a matéria.

Para a garantia da disponibilização das tecnologias previstas no PCDT e incorporadas ao SUS, a lei estipula um prazo de 180 dias para a efetivação de sua oferta à população brasileira.



APRESENTAÇÃO

O presente “Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais” (PCDT-TV) tem por objetivo orientar o manejo das mulheres e suas parcerias sexuais quanto às infecções sexualmente transmissíveis (IST) de potencial transmissão vertical, tratando especialmente da saúde sexual e reprodutiva para a população vivendo com HIV e do uso de antirretrovirais e demais agentes anti-infecciosos para prevenção e tratamento das IST, especialmente da sífilis, das hepatites virais (B e C) e da infecção pelo HIV, nas mulheres gestantes e crianças expostas.

Este PCDT-TV está estruturado em cinco partes. A **Parte I** faz uma breve introdução às IST na gestação. A **Parte II** aborda a saúde sexual e reprodutiva, mais especificamente, das pessoas vivendo com HIV, com enfoque também nas parcerias sexuais sorodiferentes e na Prevenção Combinada, incluindo a Profilaxia Pré-Exposição Sexual (PrEP).

A **Parte III** trata da Prevenção da Transmissão Vertical do HIV e propõe novo esquema de tratamento antirretroviral para as gestantes que vivem com HIV, com incorporação da classe dos inibidores de integrase como escolha para compor o esquema preferencial inicial, em consonância com as mudanças terapêuticas propostas no “Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos”. A mudança possibilita a prescrição de um esquema com alto impacto na queda rápida da carga viral, boa transferência transplacentária e ótimo perfil de tolerabilidade. A **Parte IV** trata da Prevenção da Transmissão Vertical da sífilis e foi atualizada para contemplar com maior especificidade a gestante, mantendo o reforço à importância do diagnóstico e tratamento da parceria sexual, assim como todo o seguimento e manejo da criança exposta. Finalmente, a **Parte V** detalha a Prevenção da Transmissão Vertical das hepatites virais, com abordagem à gestante e à criança exposta para hepatites virais B e C.



Este PCDT-TV está alinhado com os PCDT para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos, Profilaxia Pós-Exposição de Risco à Infecção pelo HIV (PEP), Profilaxia Pré-Exposição de Risco à Infecção pelo HIV (PrEP) e Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), sendo os respectivos conteúdos referenciados entre os documentos. Os citados PCDT estão disponíveis em aplicativos para *download* gratuito nas plataformas Android e iOS, para *smartphones* e *tablets*, e também se encontram disponíveis em <http://www.aids.gov.br/pcdt>.

Nesse contexto, o presente PCDT-TV se propõe a ser uma ferramenta de linguagem objetiva, de modo a facilitar o acesso às principais informações e recomendações, possibilitando a sua utilização pela equipe multiprofissional de saúde no cuidado integral às gestantes, suas parcerias sexuais e crianças expostas.

Ele foi submetido e aprovado na avaliação da Subcomissão de PCDT no dia 15 de maio de 2017. Aprovado na Plenária da Conitec no dia 06 de julho de 2017.

CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública do relatório CONITEC nº 27 para a incorporação do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para prevenção da transmissão vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais foi realizada entre os dias 26 de junho de 2017 e 07 de julho de 2017. Foram recebidas 09 contribuições durante a consulta pública. Somente são consideradas contribuições de consulta pública aquelas que foram encaminhadas no período estipulado

Dentre as contribuições enviadas (Gráficos 1 e 2), 82% (n= 09) se referiram a contribuições de profissionais de saúde e 18% (n= 02) de empresas farmacêuticas.



Gráfico 1 – Número de contribuições recebidas por contribuinte pessoa física.

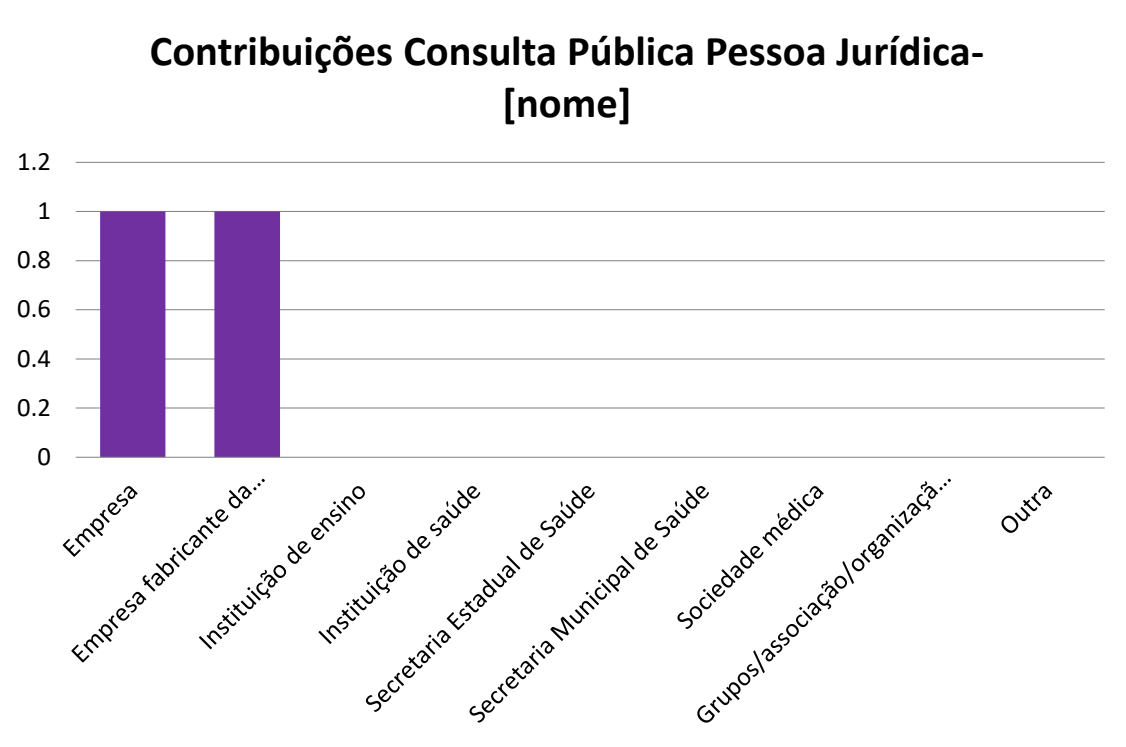
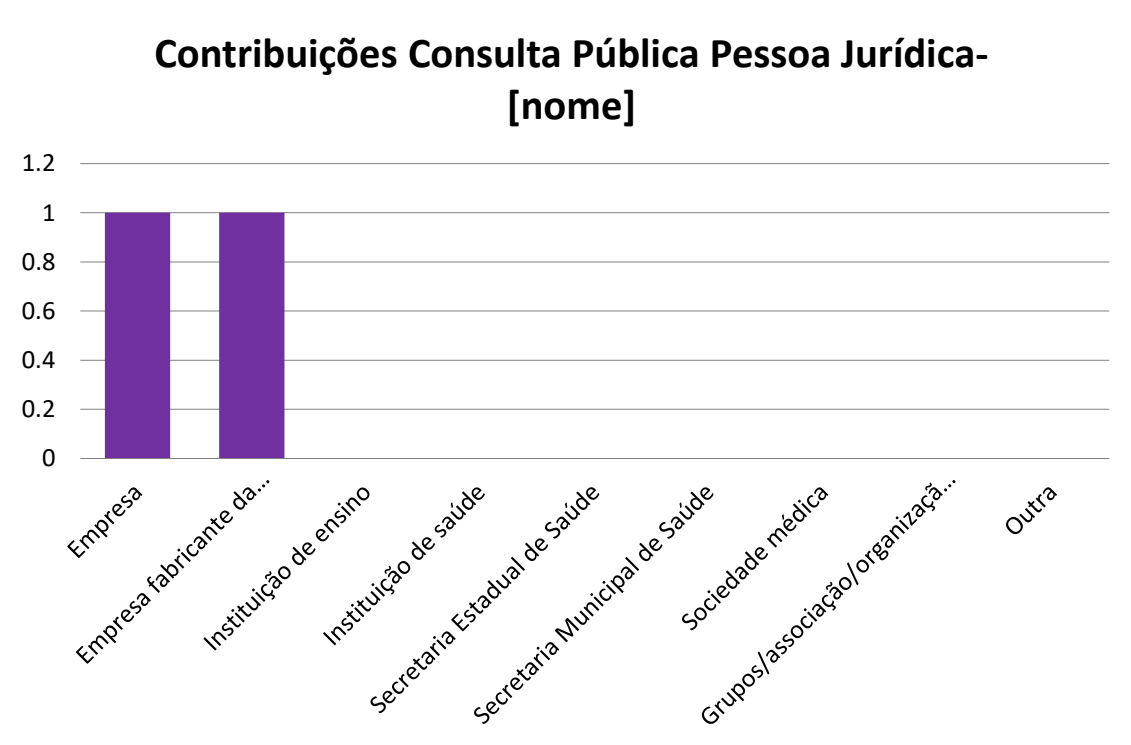


Gráfico 2 – Número de contribuições recebidas por contribuinte pessoa jurídica.





As **11** contribuições foram analisadas pela área técnica de Assistência e Tratamento do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST/AIDS e Hepatites Virais, responsável pelo programa/ação de que trata o protocolo e pelo Plenário da CONITEC, tendo sido agrupadas por tema. As sugestões relacionadas a cada tema também foram agrupadas por similaridade de conteúdo. Por fim, foi realizada a avaliação das sugestões, comentadas conforme quadro a seguir:

QUADRO 2: CONTRIBUIÇÕES OBTIDAS DURANTE A CONSULTA PÚBLICA

Tema	Sugestão dos participantes da consulta pública	Avaliação da Sugestão feita pela CONITEC
Testagem laboratorial	Retirada de recomendações e correção de informações contraditórias no texto.	As recomendações foram mantidas e os erros de digitação corrigidos.
Testagem laboratorial	Recomendação quando ao algoritmo de testagem.	Mantido fluxo preconizado pelo MS.
Mudança de classificação	Questionamento quanto à nova classificação adotada.	Foi mantida a nova classificação que está alinhada com os diretrizes da OMS.
Risco de transmissão sexual de sífilis	Corrigir informação da correlação do risco de transmissão com o estágio clínico da sífilis.	Feita correção no texto.
TARV	Recomendação de inclusão de recomendação de troca de medicação.	Recusado. No momento foram seguidas as recomendações previstas.
Erros de digitação	Foram encontrados erros de digitação no texto.	Feitas correção no texto.

DELIBERAÇÃO FINAL

Os membros da CONITEC presentes na reunião do plenário do dia 04 de agosto de 2017 deliberaram, por unanimidade, por recomendar a incorporação do O Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de prevenção da transmissão vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais.

Foi assinado o Registro de Deliberação nº 282/2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções
Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais

PROTOCOLO CLÍNICO
E DIRETRIZES
TERAPÊUTICAS PARA
PREVENÇÃO DA
TRANSMISSÃO VERTICAL
DE HIV, SÍFILIS E
HEPATITES VIRAIS



Brasília – DF
2017

2017 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: <www.saude.gov.br/bvs>.

Tiragem: 1ª edição – 2017 – 5.000 exemplares

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais
SRTVN, Quadra 701, lote D, Edifício PO700, 5º andar
CEP: 70719-040 – Brasília/DF
Site: www.aids.gov.br
E-mail: aids@aims.gov.br

Edição:

Assessoria de Comunicação (ASCOM)
Alexandre Magno de Aguiar Amorim
Nágila Rodrigues Paiva

Revisão:

Angela Gasperin Martinazzo

Projeto Gráfico:

Milena Hernández Bendicho

Organização e Elaboração:

Adele Benzaken
Alexsana Sposito Tresse
Fernanda Fernandes Fonseca
Fernanda Moreira Rick

Normalização:

Delano de Aquino Silva – Editora MS/CGDI

Comitê Assessor:

Déa Suzana Miranda Gaio
Denise Cardoso das Neves Sztajnbock
Esaú Custódio João Filho
Geraldo Duarte
Gerusa Maria Figueiredo
Gilda Porta
Helaine Maria Besteti Pires Mayer Milanez
Heliana Conceição de Moura
Jorge Figueiredo Senise
Leticia Cancelli Nabuco
Márcia Maria Ferraro Janini Dal Fabbro
Maria Luiza Bezerra de Menezes
Regis Kreitchmann

Colaboração:

Ana Flávia Nacif P. Coelho Pires
Ana Izabel Costa de Menezes
Ana Mônica Mello
Cynthia Julia Braga Batista
Daniela Cristina Soares
Daniele Silva de Moraes V. L. Simões
Diego Agostinho Callisto
Eduardo Malheiros
Elisa Argia Basile Cattapan
Flávia Pacheco
Francisca Lidiane Sampaio Freitas
Gláucio Mosimann Junior
Igor Massaki Kohiyama
Itana Miranda dos Santos
José Baulosa Alonso Neto
Maria Cássia Jacintho Mendes Correa
Mariana Villares Martins
Maria Vitória Ramos Gonçalves
Nazle Mendonça Collaço Vêras
Pâmela Cristina Gaspar
Paula Emilia Adamy
Regina Aparecida Comparini
Robério Alves Carneiro Júnior
Roberta Barbosa Lopes Francisco
Rosana Elisa Gonçalves Gonçalves Pinho
Roseli Calil
Simone Monzani Vivaldini

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Ficha Catalográfica

Catálogo na fonte – Coordenação-Geral de Documentação e Informação – Editora MS – OS 2015/0542

Título para indexação:

Clinical Protocol and Therapeutic Guidelines for Handling HIV infection in children and adolescents

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mandala da Prevenção Combinada	24
Figura 2 – Momentos para oferecer testagem de HIV à gestante	72
Figura 3 – Fluxograma de local de atendimento da gestante com HIV, de acordo com sua situação clínica	76
Figura 4 – Fluxograma quanto às situações para administração de AZT intravenoso profilático para gestante durante o parto	132
Figura 5 – Testes imunológicos para diagnóstico da sífilis	162
Figura 6 – Solicitação e conduta frente ao teste reagente na gestante	163
Figura 7 – Seguimento da gestante com sífilis	169
Figura 8 – Resumo da investigação diagnóstica de sífilis congênita	177
Figura 9 – Fluxograma de condutas para criança exposta à sífilis	184
Figura 10 – Evolução dos marcadores do vírus da hepatite B (HBV) nas infecções agudas e crônicas (adaptado de Sablon, 2005)	192
Figura 11 – Fluxograma para gestante HBsAg REAGENTE e RN exposto	204
Figura 12 – Fluxograma de indicação de profilaxia com TDF de acordo com os diferentes cenários sorológicos	206
Figura 13 – Fluxograma de seguimento da criança exposta ao HBV sem imunoprofilaxia pós-natal adequada	216

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Orientações quanto à saúde sexual de parcerias sexuais sorodiferentes	52
Quadro 2 – Critérios de elegibilidade médica para os métodos anticoncepcionais	63
Quadro 3 – Critérios de elegibilidade para uso dos métodos anticoncepcionais em mulheres em uso de TARV	64
Quadro 4 – Métodos anticoncepcionais reversíveis disponibilizados no SUS	65
Quadro 5 – Oferta de testagem combinada de HIV, sífilis e hepatite B à gestante	73
Quadro 6 – Aspectos que devem ser abordados no atendimento à gestante vivendo com HIV	77
Quadro 7 – Órgãos e sistemas comumente associados a manifestações da infecção pelo HIV no exame inicial, em gestantes assintomáticas	78
Quadro 8 – Periodicidade de realização de exames durante a gestação	81
Quadro 9 – Imunizações recomendadas em gestantes vivendo com HIV/aids	84
Quadro 10 – Esquemas de TARV para início de tratamento em gestantes vivendo com HIV/aids	99
Quadro 11 – Manejo clínico dos efeitos adversos aos ARV	103
Quadro 12 – Critérios para suspeita clínica de SIR	105
Quadro 13 – Profilaxia primária das infecções oportunistas (evitar o primeiro episódio de doença)	111
Quadro 14 – Profilaxia secundária das IO e considerações quanto ao tratamento	113

Quadro 15 – Cuidados específicos durante o parto vaginal e cesariana em gestantes vivendo com HIV/aids	133
Quadro 16 – Esquema posológico do AZT na gestante vivendo com HIV	138
Quadro 17 – Cuidados imediatos com o RN exposto ao HIV	148
Quadro 18 – Indicação de ARV para profilaxia da transmissão vertical do HIV	150
Quadro 19 – Manifestações clínicas de acordo com a evolução e estágios da sífilis	157
Quadro 20 – Exames diretos para sífilis	159
Quadro 21 – Testes imunológicos para diagnóstico de sífilis	160
Quadro 22 – Resultados de testes treponêmicos e não treponêmicos, interpretação e conduta para a gestante	164
Quadro 23 – Resumo dos esquemas terapêuticos da gestante com sífilis	165
Quadro 24 – Resumo dos esquemas terapêuticos para as parcerias sexuais de gestantes com sífilis	167
Quadro 25 – Manifestações clínicas mais comuns da sífilis congênita	175
Quadro 26 – Resumo das recomendações de testes diagnósticos específicos na sífilis congênita	180
Quadro 27 – Valores de exame líquórico em RN com suspeita de neurosífilis	181
Quadro 28 – Tratamento da sífilis congênita no período neonatal, de acordo com a situação clínico-laboratorial da mãe	182
Quadro 29 – Frequência das condutas específicas no seguimento da criança exposta à sífilis ou diagnosticada com sífilis congênita	187
Quadro 30 – Recomendações para indicação de profilaxia com TDF de acordo com os cenários clínicos da gestante com hepatite B	207

LISTA DE SIGLAS

3TC	lamivudina
ABC	abacavir
AINEs	anti-inflamatórios não esteroidais
ALT ou TGP	alanina transaminase ou transaminase glutâmica pirúvica sérica
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARV	antirretroviral
AST ou TGO	aspartato transaminase ou transaminase glutâmica oxalacética
ATP	adenosina trifosfato
ATV/r	atazanavir com reforço de ritonavir
AZT	zidovudina
BCG	bacilo Calmette–Guérin
BK	bacilo de Koch
CCR5	coreceptor de quimiocina R5
CDC	Centers for Disease Control and Prevention – Estados Unidos
CMV	citomegalovírus
Crie	Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais
CT	colesterol total
CV	carga viral
d4T	estavudina
DAA	agentes antivirais de ação direta (<i>direct acting antivirals</i>)
ddI	didanosina
DFC	dose fixa combinada
DIAHV	Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV / Aids e das Hepatites Virais
DIU	dispositivo intrauterino
DM	<i>diabetes mellitus</i>
DRV/r	darunavir com reforço de ritonavir
dT	vacina dupla adulto
DTG	dolutegravir
DTP	vacina difteria, tétano e coqueluche de células inteiras
EFZ	efavirenz
ELISA	ensaio de imunoabsorção enzimática (<i>enzyme-linked immunosorbent assay</i>)

ENF	enfuvirtida
EPI	equipamento de proteção individual
ETR	etravirina
EV	endovenoso(a)
FA	fosfatase alcalina
FDA	U.S. Food and Drug Administration – Estados Unidos
FPV/r	fosamprenavir com reforço de ritonavir
FTC	entricitabina
GGT	gama glutamil transpeptidase
HAART	terapia antirretroviral de alta potência (<i>highly active antiretroviral therapy</i>)
IGHAHB	imunoglobulina específica anti-hepatite B
HAV	vírus da hepatite A (<i>hepatitis A virus</i>)
HBV	vírus da hepatite B (<i>hepatitis B virus</i>)
HCV	vírus da hepatite C (<i>hepatitis C virus</i>)
HiB	<i>Haemophilus influenzae b</i>
HIV	vírus da imunodeficiência humana (<i>human immunodeficiency virus</i>)
HIV-1	vírus da imunodeficiência humana tipo 1 (<i>human immunodeficiency virus – type 1</i>)
HIV-2	vírus da imunodeficiência humana tipo 2 (<i>human immunodeficiency virus – type 2</i>)
HLA	antígeno leucocitário humano (<i>human leukocyte antigen</i>)
HPV	papilomavírus humano (<i>human papillomavirus</i>)
HSV	vírus do herpes simples (<i>herpes simplex virus</i>)
HTLV	vírus T-linfotrópico humano (<i>human T lymphotropic virus</i>)
IFA	imunofluorescência indireta (<i>indirect fluorescent-antibody technique</i>)
IGRA	ensaio de liberação de interferon gama (<i>interferon gamma release assay</i>)
ILTB	infecção latente da tuberculose
IM	intramuscular
IMC	índice de massa corporal
IMIG	imunoglobulina intramuscular
INF- γ	interferon gama
INH	isoniazida

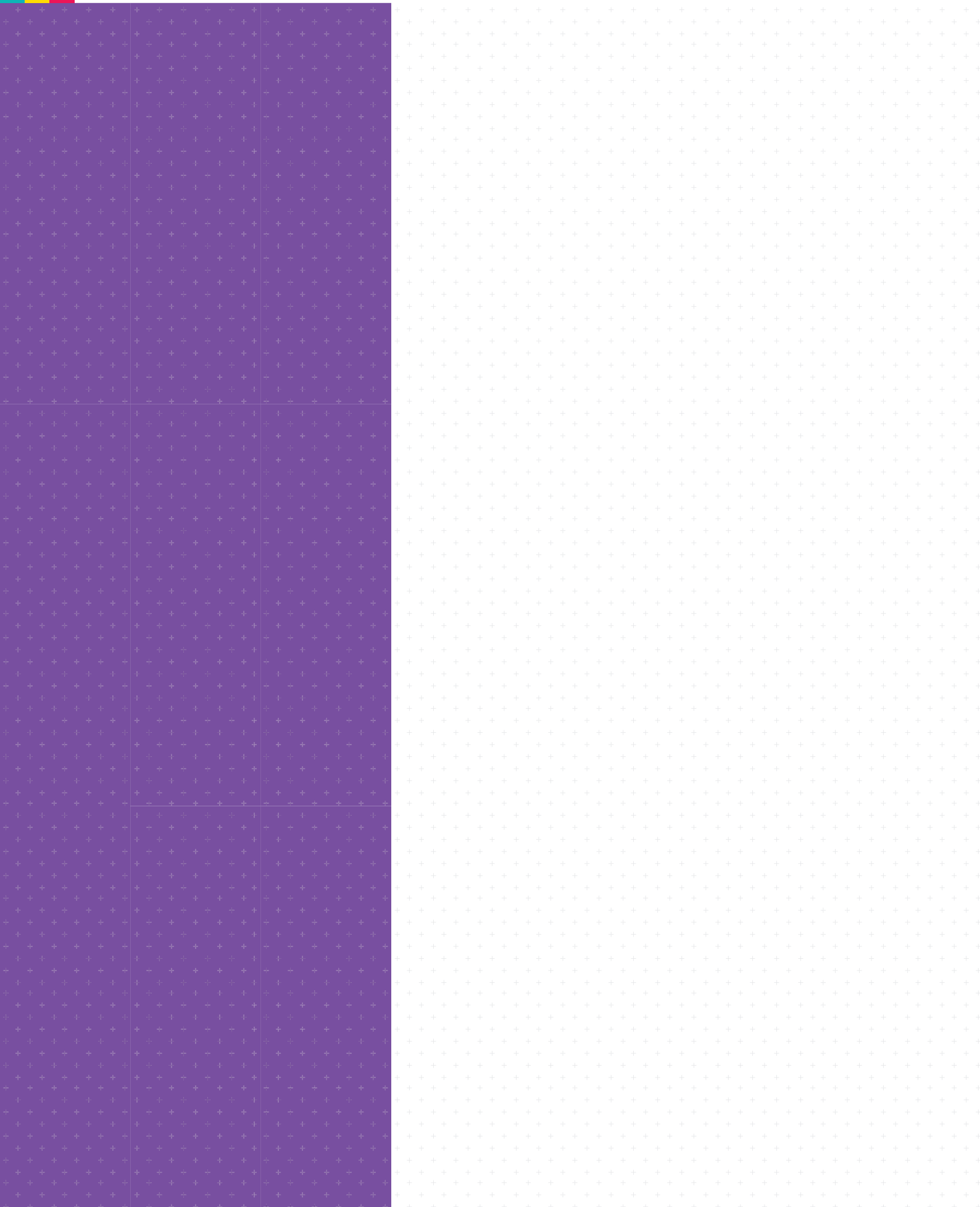
INI	inibidor de integrase
IO	infecção oportunista
IP	inibidor de protease
IP/r	inibidor de protease com reforço de ritonavir
ISRS	inibidores da recaptação de serotonina
IST	infecção sexualmente transmissível
ITRN	inibidor da transcriptase reversa análogo de nucleosídeo
ITRNN	inibidor da transcriptase reversa não análogo de nucleosídeo
IV	intravenoso(a)
IVIG	imunoglobulina intravenosa
LBA	lavado broncoalveolar
LCR	líquor cefalorraquidiano
LDH	lactato desidrogenase
LPV/r	lopinavir com reforço de ritonavir
LT-CD4+	linfócitos T-CD4+
LVN	limite de variação normal
MDR	multidroga-resistente
MRG	Médicos Referência em Genotipagem
MS	Ministério da Saúde do Brasil
MVC	maraviroque
NFV	nelfinavir
NVP	nevirapina
OMS	Organização Mundial da Saúde
PACTG	Pediatric AIDS Clinical Trials Group of the National Institute of Child Health and Human Development – Estados Unidos
PCDT	protocolo clínico e diretrizes terapêuticas
PCDT-TV	Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais
PCR	reação em cadeia de polimerase (<i>polymerase chain reaction</i>)
PEP	profilaxia pós-exposição (<i>post-exposure prophylaxis</i>)
PNCT	Programa Nacional de Controle da Tuberculose – Ministério da Saúde, Brasil
PNI	Programa Nacional de Imunizações – Ministério da Saúde, Brasil
PPD	derivado proteico purificado (<i>purified protein derivative</i>)
PrEP	profilaxia pré-exposição sexual (<i>pre-exposure prophylaxis</i>)
PT	prova tuberculínica
PTV	prevenção da transmissão vertical

PVHIV	pessoa vivendo com HIV
RAL	raltegravir
Renageno	Rede Nacional de Genotipagem – Ministério da Saúde, Brasil
RIP	rifampicina + isoniazida + pirazinamida
RN	recém-nascido
RPM	rotura prematura de membranas
SAE	Serviço de Atenção Especializada
Siclom	Sistema de Controle Logístico de Medicamentos
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
Sinan	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SIR	síndrome inflamatória da reconstituição imune
Siscel	Sistema de Controle de Exames Laboratoriais
SIU-LNG	sistema intrauterino de levonorgestrel
SL	síndrome lipodistrófica
SMX-TMP	sulfametoxazol-trimetoprima
SNC	sistema nervoso central
SRA	síndrome retroviral aguda
SUS	Sistema Único de Saúde
TAM	mutações para os análogos de timidina (<i>thymidinic analogue mutations</i>)
TARV	terapia antirretroviral
TB	tuberculose
TC	tomografia computadorizada
TDF	tenofovir
TDO	terapia diretamente observada
TG	triglicerídeos
TORCH	toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus e herpes simples
TR	teste rápido
TPP	trabalho de parto pré-termo
TPV/r	tipranavir com reforço de ritonavir
TV	transmissão vertical
UF	Unidade Federada
VDRL	laboratório para pesquisa de doenças venéreas (<i>Venereal Disease Research Laboratory</i>)
VHS	velocidade de hemossedimentação
VIP	vacina inativada contra poliomielite
VO	via oral

VZV vírus da varicela zoster (*varicella zoster virus*)

VZIG imunoglobulina específica antivariçela zoster

WB Western Blot





INTRODUÇÃO

O presente "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais" (PCDT-TV) tem por objetivo orientar o manejo das mulheres e suas parcerias sexuais quanto às infecções sexualmente transmissíveis (IST) de potencial transmissão vertical, tratando especialmente da saúde sexual e reprodutiva para a população vivendo com HIV e do uso de antirretrovirais e demais agentes anti-infecciosos para prevenção e tratamento das IST, especialmente da sífilis, das hepatites virais (B e C) e da infecção pelo HIV, nas mulheres gestantes e crianças expostas.

Este PCDT-TV está estruturado em cinco partes. A **Parte I** faz uma breve introdução às IST na gestação. A **Parte II** aborda a saúde sexual e reprodutiva, mais especificamente, das pessoas vivendo com HIV, com enfoque também nas parcerias sexuais sorodiferentes e na Prevenção Combinada, incluindo a Profilaxia Pré-Exposição Sexual (PrEP).

A **Parte III** trata da Prevenção da Transmissão Vertical do HIV e propõe novo esquema de tratamento antirretroviral para as gestantes que vivem com HIV, com incorporação da classe dos inibidores de integrase como escolha para compor o esquema preferencial inicial, em consonância com as mudanças terapêuticas propostas no "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos". A mudança possibilita a prescrição de um esquema com alto impacto na queda rápida da carga viral, boa transferência transplacentária e ótimo perfil de tolerabilidade. A **Parte IV** trata da Prevenção da Transmissão Vertical da sífilis e foi atualizada para contemplar com maior especificidade a gestante, mantendo o reforço à importância do diagnóstico e tratamento da parceria sexual, assim como todo o seguimento e manejo da criança exposta. Finalmente, a **Parte V** detalha a Prevenção da Transmissão Vertical das hepatites virais, com abordagem à gestante e à criança exposta para hepatites virais B e C.

Este PCDT-TV está alinhado com os PCDT para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos, Profilaxia Pós-Exposição de Risco à Infecção pelo HIV (PEP), Profilaxia Pré-Exposição de Risco à Infecção pelo HIV (PrEP) e Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), sendo os respectivos conteúdos referenciados entre os documentos. Os citados PCDT estão disponíveis em aplicativos para *download* gratuito nas plataformas Android e iOS, para *smartphones* e *tablets*, e também se encontram disponíveis em <<http://www.aids.gov.br/pcdt>>.

Nesse contexto, o presente PCDT-TV se propõe a ser uma ferramenta de linguagem objetiva, de modo a facilitar o acesso às principais informações e recomendações, possibilitando a sua utilização pela equipe multiprofissional de saúde no cuidado integral às gestantes, suas parcerias sexuais e crianças expostas.

Vigilância epidemiológica de HIV, sífilis e hepatites virais em gestantes e crianças expostas

A notificação é obrigatória nos casos de sífilis adquirida, sífilis em gestante, sífilis congênita, hepatites virais B e C, aids, infecção pelo HIV, infecção pelo HIV em gestante, parturiente ou puérpera e criança exposta ao risco de transmissão vertical do HIV, conforme portaria vigente do Ministério da Saúde.

Quanto aos casos de HIV/aids, as fontes utilizadas para a obtenção dos dados são as notificações compulsórias no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), além de dados obtidos no Sistema de Informação de Exames Laboratoriais (Siscel), no Sistema de Controle Logístico de Medicamentos (Siclom) e no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do qual são selecionados os óbitos cuja causa básica foi o HIV/aids (CID10: B20 a B24). Algumas variáveis, como escolaridade, categoria de exposição e raça/cor, são exclusivas do Sinan e apresentam elevado percentual de registros ignorados, mostrando a necessidade de fortalecer a notificação nesse sistema.

Atualmente, existe um alerta no Siclom com o objetivo de informar os profissionais de saúde sobre as PVHIV que não possuem notificação no Sinan. Ressalta-se que a vinculação da dispensação dos ARV à notificação do caso não implicará o bloqueio da entrega dos ARV aos pacientes. A notificação deve ser feita em qualquer fase da vida das mulheres, das suas parcerias sexuais e das crianças, no momento do diagnóstico ou, retroativamente, assim que for identificada a falta de notificação.

A subnotificação de casos de gestante infectadas pelo HIV no Sinan se reflete negativamente na programação orçamentária, comprometendo a racionalização do sistema para o fornecimento contínuo de medicamentos, serviços laboratoriais e assistenciais, entre outras ações de vigilância.

Os Boletins Epidemiológicos de HIV/Aids, Sífilis e Hepatites Virais, do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais (DIAHV), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde (MS), publicados anualmente, apresentam informações e análises sobre os casos desses agravos no Brasil, regiões, estados e capitais, de acordo com os principais indicadores epidemiológicos e operacionais estabelecidos. Esses boletins encontram-se disponíveis em: <<http://www.aids.gov.br/boletim>>.

Além das informações dos Boletins Epidemiológicos, foi desenvolvida uma funcionalidade *on-line* com indicadores de HIV/aids, sífilis e hepatites virais, que mostram dados dos 5.570 municípios brasileiros, disponíveis em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/gestores/painel-de-indicadores-epidemiologicos>>.

Em face de todas as medidas disponíveis para a redução da transmissão vertical do HIV e da sífilis e da contínua alta incidência de casos, o Ministério da Saúde recomenda a instituição de Comitês de Investigação para Prevenção da Transmissão Vertical (PTV) nos municípios, estados e/ou regiões de saúde, visando analisar oportunidades perdidas de PTV, identificar as possíveis falhas e recomendar medidas de intervenção. Para viabilizar a atuação desses comitês, foi elaborado um instrumento de referência, o "Protocolo de Investigação de Casos de Transmissão Vertical", disponível em <<http://www.aids.gov.br/biblioteca>>.

Prevenção Combinada

O termo "Prevenção Combinada" remete à ideia de conjugação de diferentes ações de prevenção das IST, do HIV e das hepatites virais e de seus fatores associados. Assim, a definição parte do princípio de que diferentes intervenções devam ser conciliadas em uma estratégia conjunta, por meio da **combinação das três formas de intervenções** possíveis na formulação de estratégias de prevenção: **biomédicas, comportamentais e estruturais (marcos legais)**. A união dessas diferentes abordagens não encerra, contudo, todos os significados e possibilidades do termo "Prevenção Combinada".

Essa conjunção de ações deve ser centrada nas pessoas, em seus grupos sociais e na sociedade em que se inserem. A premissa básica estabelecida é a de que estratégias de prevenção abrangentes devem observar, de forma concomitante, esses diferentes focos, considerando as especificidades dos sujeitos e de seus contextos.

As **intervenções biomédicas** são aquelas em que o foco está na redução do risco à exposição dos indivíduos ao HIV, a partir de estratégias que impeçam sua transmissão direta, na interação entre uma ou mais pessoas infectadas pelo vírus e outras pessoas não infectadas.

Por sua vez, as **intervenções comportamentais** constituem aquelas cujo foco está na abordagem dos diferentes graus de risco a que os indivíduos estão expostos.

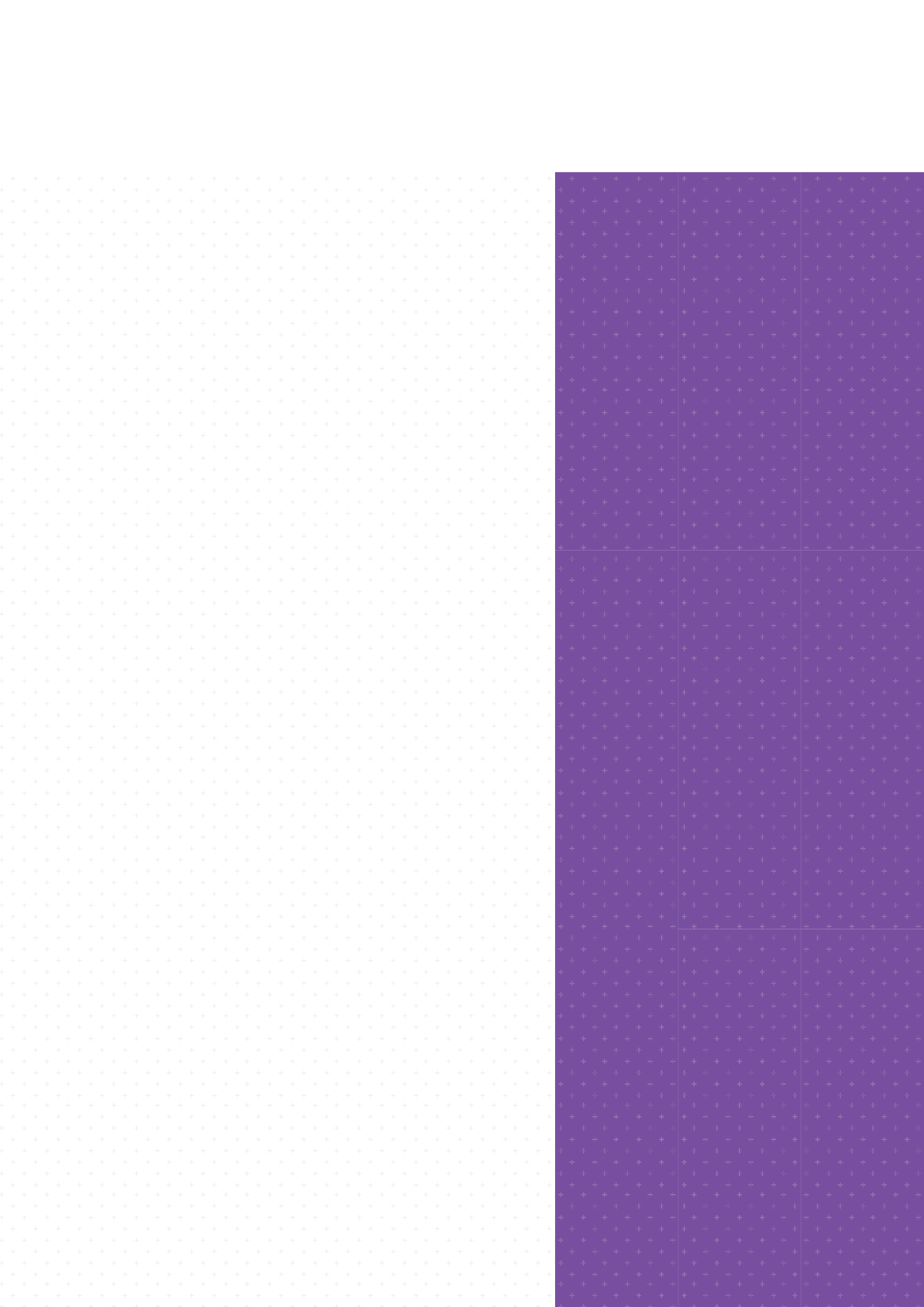
Por fim, as **intervenções estruturais** remetem às estratégias voltadas a interferir nos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que criam ou potencializam vulnerabilidades dos indivíduos ou segmentos sociais em relação ao HIV.

O símbolo da mandala (Figura 1) representa a combinação e a ideia de movimento de algumas das diferentes estratégias de prevenção, sendo uma delas a prevenção da transmissão vertical. Para mais informações sobre Prevenção Combinada, consultar o “Manual de Prevenção Combinada”, disponível em <<http://www.aids.gov.br/biblioteca>>.

Figura 1 – Mandala da Prevenção Combinada



Fonte: DIAHV/SVS/MS.





PARTE I

INFECÇÕES SEXUALMENTE

TRANSMISSÍVEIS

TRANSMISSÃO VERTICAL

2

TESTAGEM PARA PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO VERTICAL

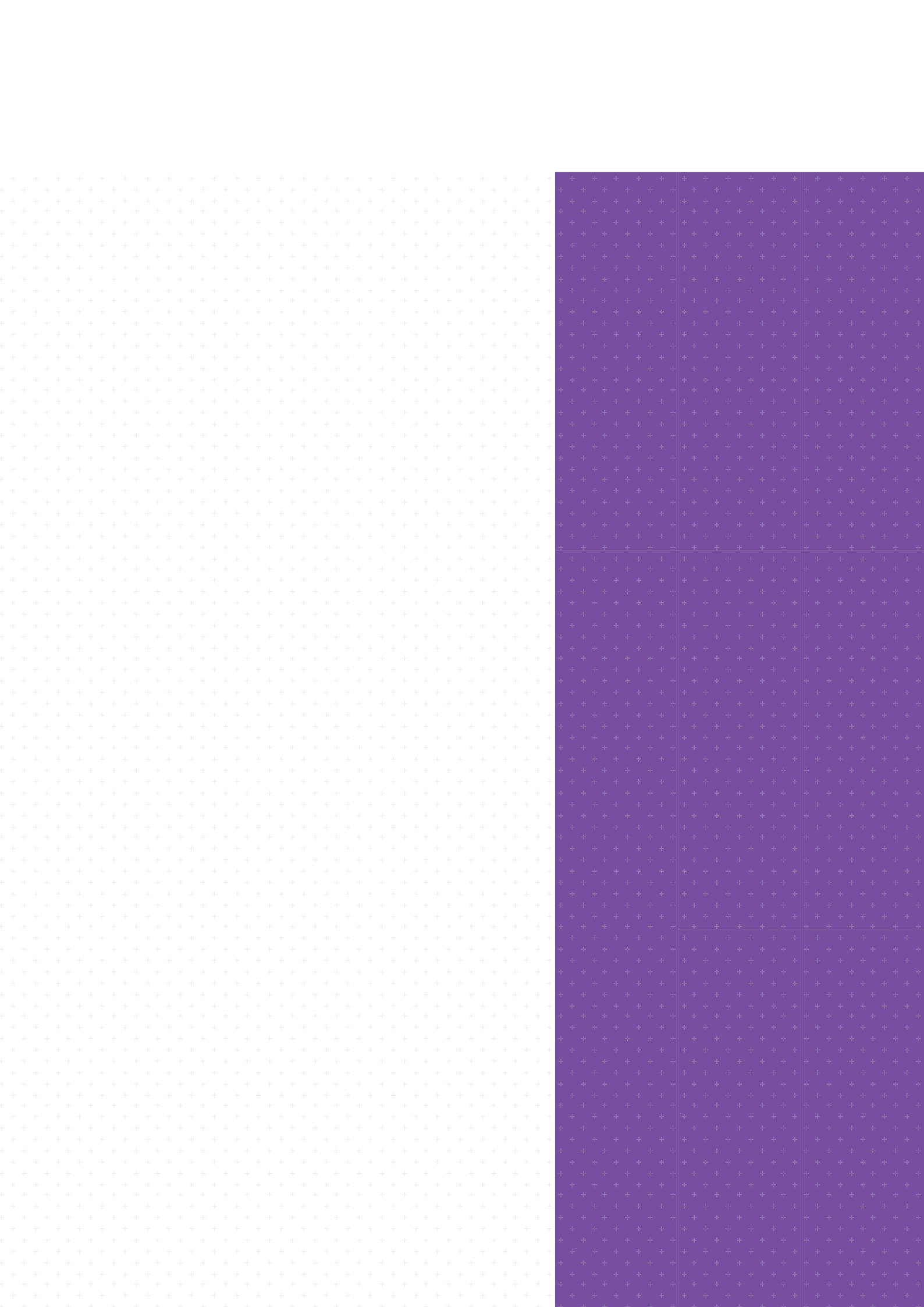
Os testes que devem ser realizados pela gestante para prevenir a transmissão vertical de infecções e outros agravos estão detalhados a seguir:

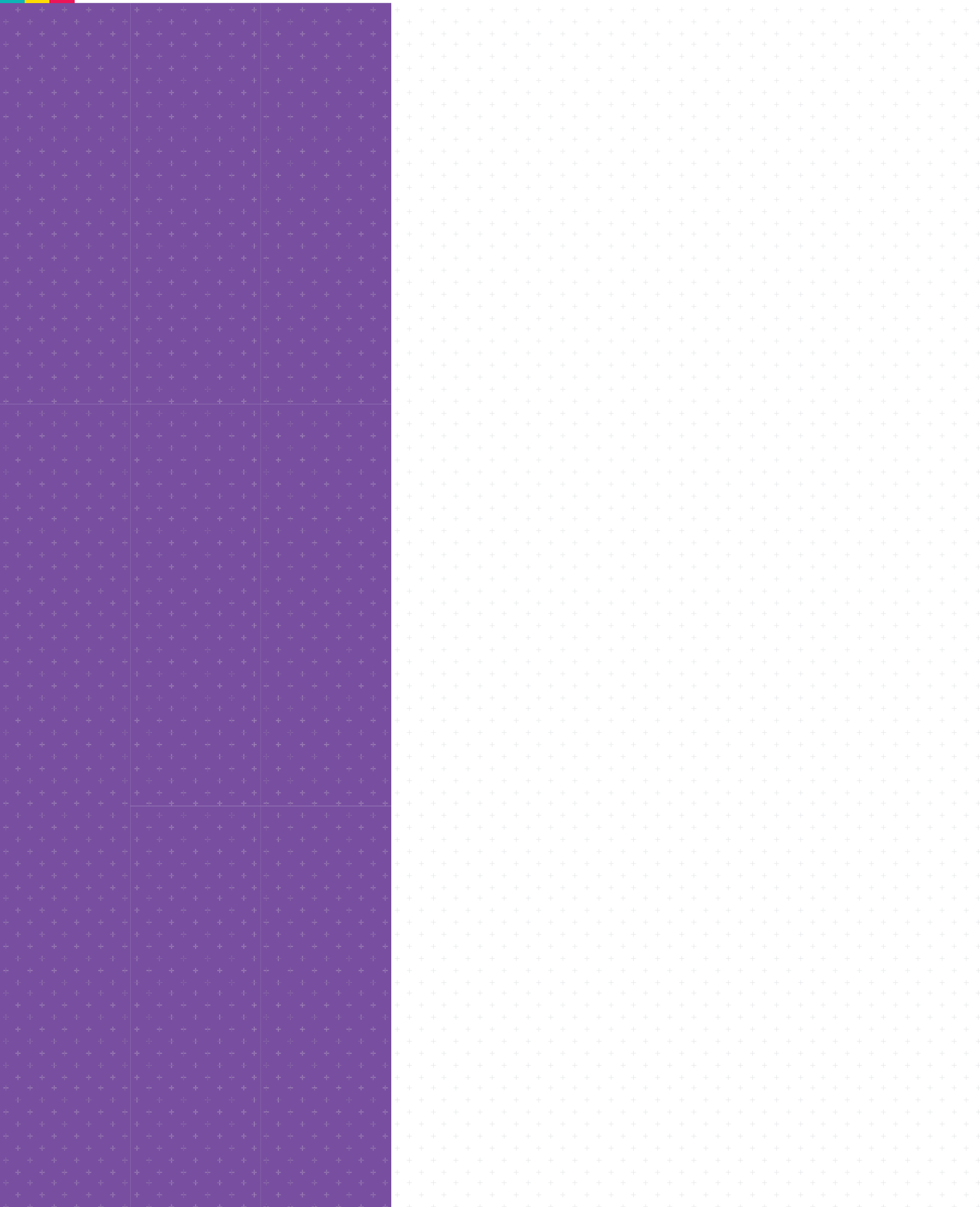
- › **Sífilis:** na primeira consulta do pré-natal (idealmente, no primeiro trimestre da gestação), no início do terceiro trimestre (28ª semana) e no momento do parto ou aborto, independentemente de exames anteriores.
- › **Hepatite B:** na primeira consulta do pré-natal (idealmente, no primeiro trimestre). Se o resultado for não reagente e não houver história de vacinação prévia, recomenda-se a vacinação. Caso a gestante apresente-se no momento do parto sem ter realizado todas as doses da vacina, deve-se proceder à testagem dessa gestante para hepatite B na maternidade.
- › **HIV:** na primeira consulta do pré-natal (idealmente, no primeiro trimestre da gestação), no início do terceiro trimestre e no momento do parto, independentemente de exames anteriores.
- › **Hepatite C:** de acordo com o histórico de comportamento de risco para exposição ao HCV.
- › **Gonorreia e infecção por clamídia:** na primeira consulta do pré-natal, quando disponível.
- › **Vaginose bacteriana:** na primeira consulta do pré-natal em mulheres com alto risco de prematuridade; realizar coleta de colpocitologia oncótica (se necessário).

- › **Estreptococo do grupo B:** da 35ª à 37ª semana gestacional; realizar coleta de cultura de secreção vaginal, quando disponível.

Além disso, a testagem para IST deve ser realizada em qualquer momento de exposição de risco e/ou violência sexual.

Para mais informações sobre testagem, devem ser consultados o "Manual Técnico para Diagnóstico da Infecção pelo HIV", o "Manual Técnico para Diagnóstico da Sífilis" e o "Manual Técnico para Diagnóstico das Hepatites Virais", disponíveis em <<http://www.aids.gov.br/biblioteca>>.



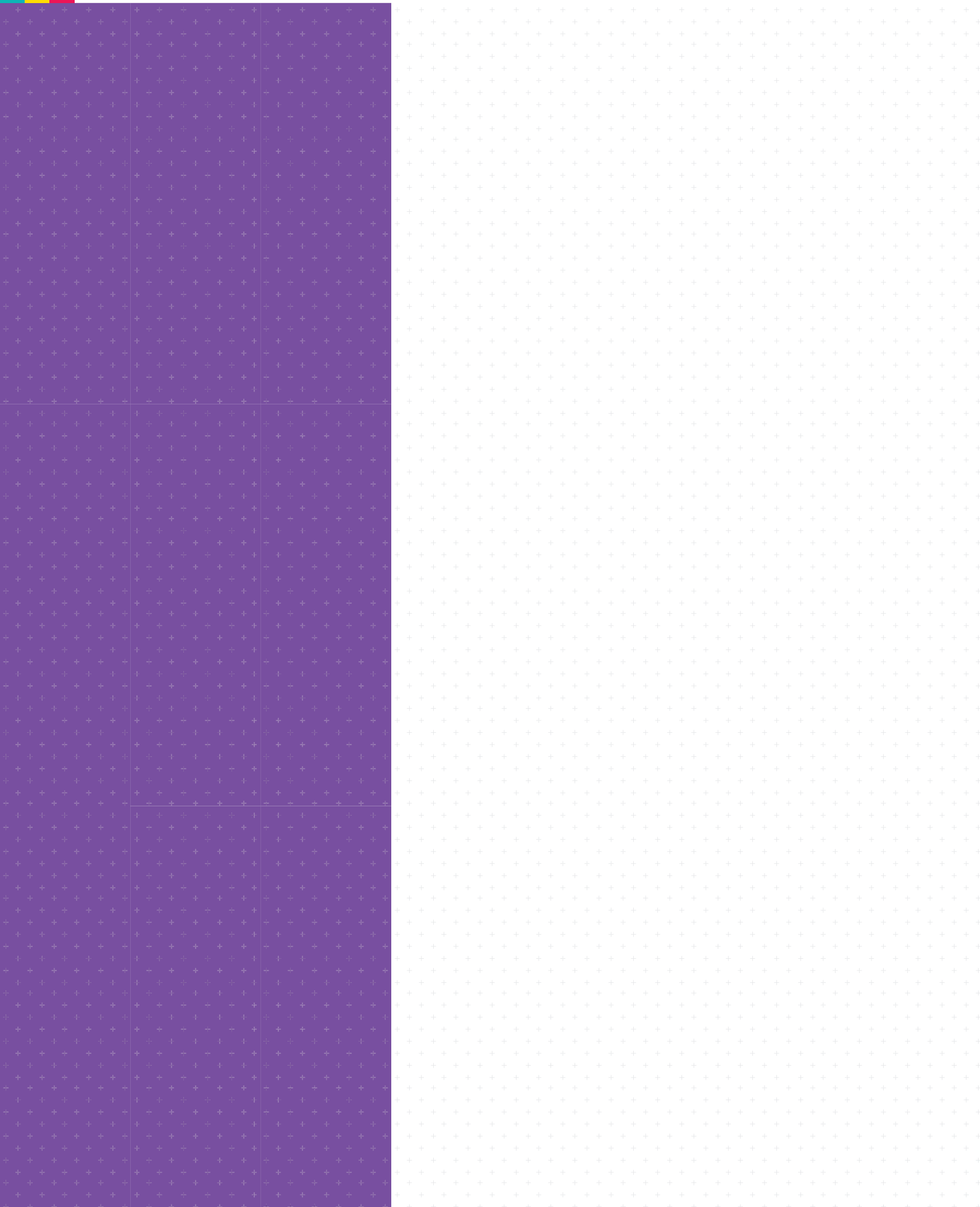


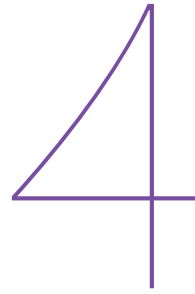
3

MANEJO DAS IST NA GESTANTE E PARCERIA

A medida mais efetiva para a prevenção de IST no recém-nascido é o diagnóstico e tratamento da gestante e de sua parceria.

Para mais informações sobre o diagnóstico e manejo adequado das IST, consultar o "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis", disponível em <<http://www.aids.gov.br/pcdt>>.



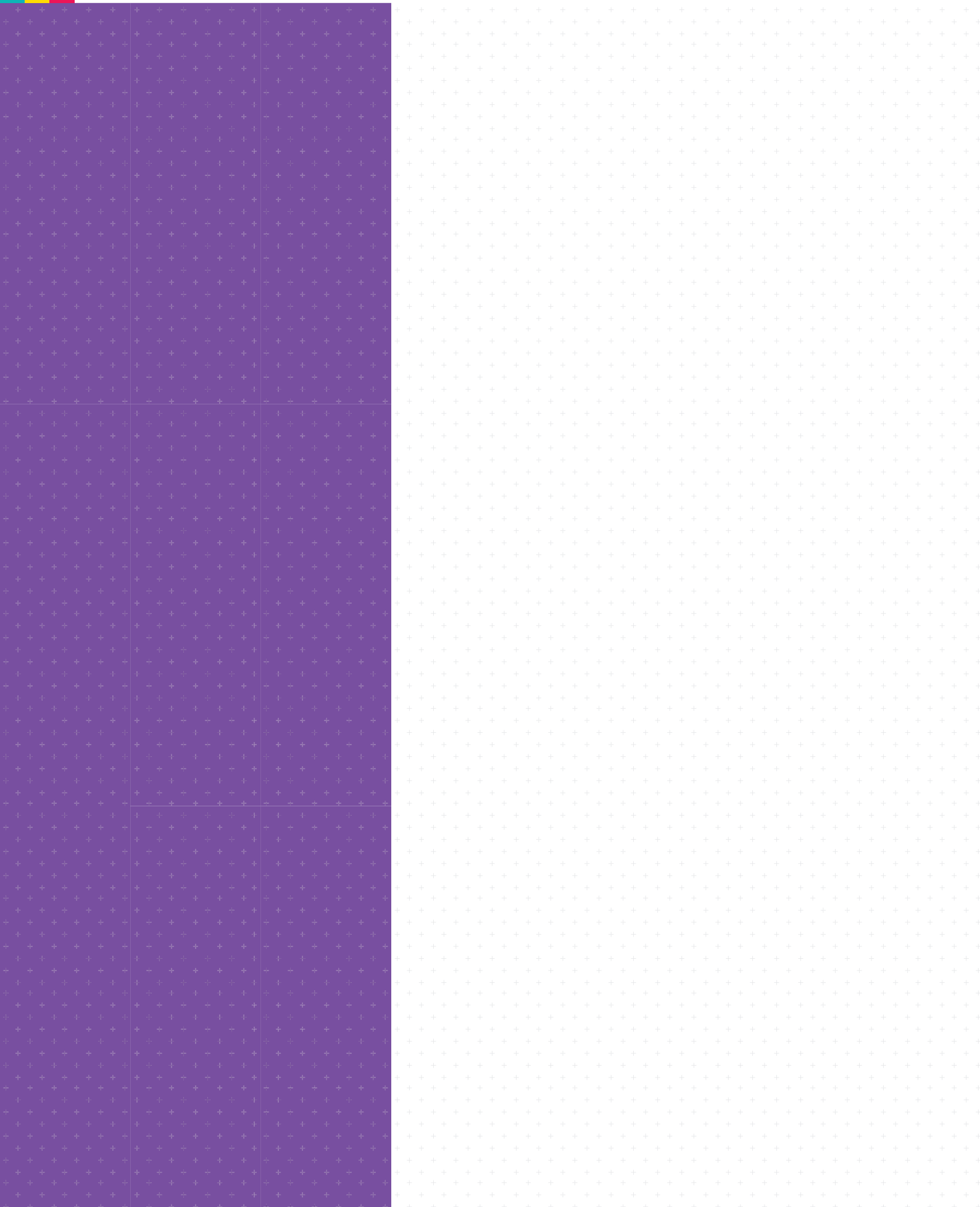


MANEJO DO RN PARA PROFILAXIA DE GONORREIA

O antibiótico profilático ocular reduz o risco de conjuntivite gonocócica (Laga, 1989); no entanto, não é uma medida efetiva para prevenção de conjuntivite por *Chlamydia trachomatis*.

No RN, o gonococo pode acarretar, além da conjuntivite, artrite, sepse, abscesso em couro cabeludo, pneumonia, meningite, endocardite e estomatite.

A profilaxia para o RN com colírio antibiótico pode ser realizada até uma hora após o nascimento, permitindo à criança o contato com a família o mais rapidamente possível.



5

HTLV

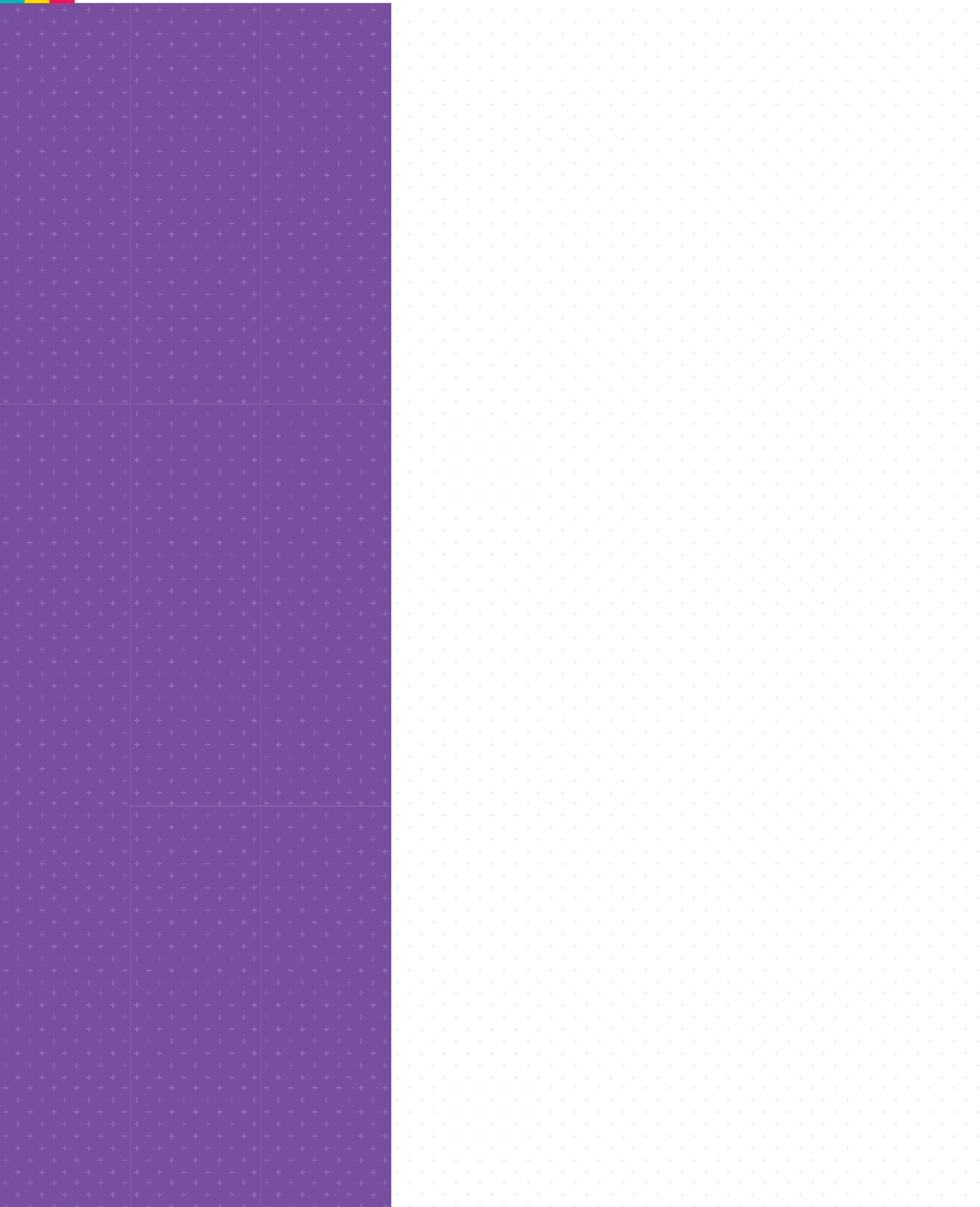
Os vírus HTLV 1 e 2 pertencem à família *Retroviridae*, sendo que a infecção não implica, necessariamente, o desenvolvimento de processos patogênicos. As vias de transmissão são a sexual, a parenteral e a vertical (gestação, parto ou aleitamento materno, principalmente) (Gonçalves, 2010, Gessain, 2012, Carneiro-Proietti, 2006).

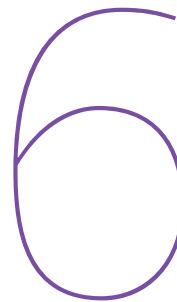
O HTLV está associado a doenças neurológicas, oftalmológicas e dermatológicas, assim como a leucemia/linfoma (Gonçalves, 2010). Das pessoas infectadas pelo HTLV, aproximadamente 90% permanecerão assintomáticas ao longo de suas vidas. Essas pessoas mantêm uma rede de transmissão silenciosa pela via sexual, sanguínea e vertical.

O aleitamento materno é a principal via de transmissão vertical, ocorrendo em 20% a 30% dos lactentes amamentados por mães infectadas. O risco está associado a variáveis individuais, a exemplo do tempo de amamentação (Biggar, 2006). A transmissão intrauterina ou no período periparto ocorre em menos de 5% dos casos. A transmissão sexual é mais frequente do homem para a mulher, refletindo-se em maiores taxas da infecção entre mulheres (Fujito, 2000).

As recomendações para PTV são:

- *Uso de preservativo em todas as relações sexuais;*
- *Oferta de redução de danos para pessoas que usam drogas injetáveis;*
- **Contraindicação à amamentação em mães vivendo com HTLV 1/2,** sendo recomendado o uso de inibidores de lactação e de fórmulas lácteas infantis (Gonçalves, 2010, Fujito, 2000).





VÍRUS ZIKA

O vírus Zika é um Flavivírus capaz de causar infecção em humanos; o primeiro caso diagnosticado no Brasil ocorreu no ano de 2015, na Região Nordeste. A maioria das pessoas infectadas apresentará a **forma assintomática**. Em **pessoas sintomáticas**, os principais sinais e sintomas são *rash* cutâneo, febre, conjuntivite, cefaleia, dores articulares e mialgia (Petersen, 2016).

As anomalias congênitas associadas à infecção pelo vírus Zika foram observadas logo após a entrada do vírus no território nacional. A **microcefalia** foi o acometimento mais frequente do SNC e desencadeou situação de alerta no Brasil naquele momento, por ter sido considerado uma Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Brasil, 2016).

O vírus pode ser transmitido por meio da picada do vetor *Aedes aegypti* (o mesmo que transmite dengue, Chikungunya e febre amarela), assim como por transmissão vertical e sexual. A principal medida de combate à infecção é a prevenção, com medidas de controle do vetor e medidas protetivas individuais (uso de repelentes e de roupas com mangas longas e calças compridas), de modo a diminuir chance de picada pelo mosquito. Ainda não há vacinas para prevenir a infecção pelo vírus Zika e nem tratamento específico (Brasil, 2016).

*A **transmissão sexual do vírus Zika** foi comprovada por inúmeros relatos de casos, sendo a Zika considerada uma IST, cuja transmissão sexual pode ser evitada por meio do **uso de preservativo** (Hills, 2016).*

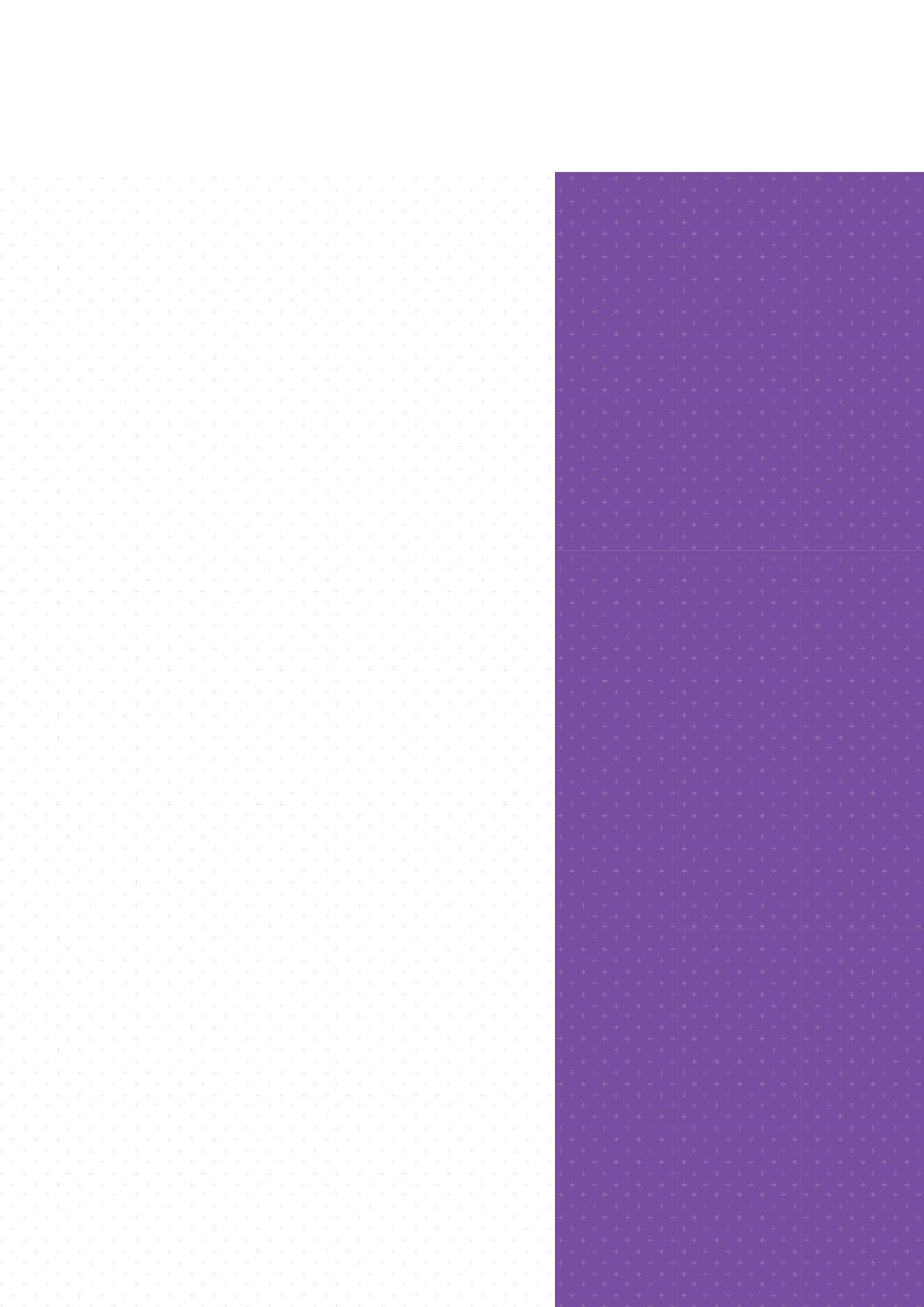
Deve ser reforçada a importância do uso do preservativo, especialmente após viagens a áreas endêmicas ou suspeita e/ou confirmação do diagnóstico da infecção pela parceria sexual. Isso porque a persistência das partículas virais foi observada em fluidos corporais, como sêmen (Trew, 2016, Atkinson, 2016, Bailey, 2017, Gabriela, 2017).

Para casais que desejam a concepção, recomenda-se:

- *Aguardar até **6 meses** após sinais/sintomas relacionados à infecção pelo vírus Zika quando o homem foi infectado;*
- *Aguardar até **8 semanas** após sinais/sintomas relacionados à infecção pelo vírus Zika quando a mulher foi infectada.*

Em áreas endêmicas, casais que desejam a concepção devem ser orientados quanto aos riscos da infecção pelo vírus Zika e a possibilidade de malformações fetais. **Para áreas endêmicas, a recomendação para uso contínuo do preservativo durante toda a gestação deve fazer parte do aconselhamento durante as consultas de pré-natal** (Petersen, 2016). Até o presente momento, não há casos de transmissão por meio da reprodução assistida, mas se recomenda que, nos tratamentos de fertilidade, os prazos acima citados sejam considerados.

O diagnóstico precoce da infecção pelo vírus Zika na gestante, por meio de exames de detecção do RNA viral mediante PCR e/ou sorologias, auxilia no rastreamento das gestações de alto risco. Esses exames também são utilizados no seguimento especializado para a criança que tenha nascido com alguma anomalia congênita.





PARTE II

SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DAS PESSOAS QUE VIVEM E CONVIVEM COM HIV



DIREITOS REPRODUTIVOS

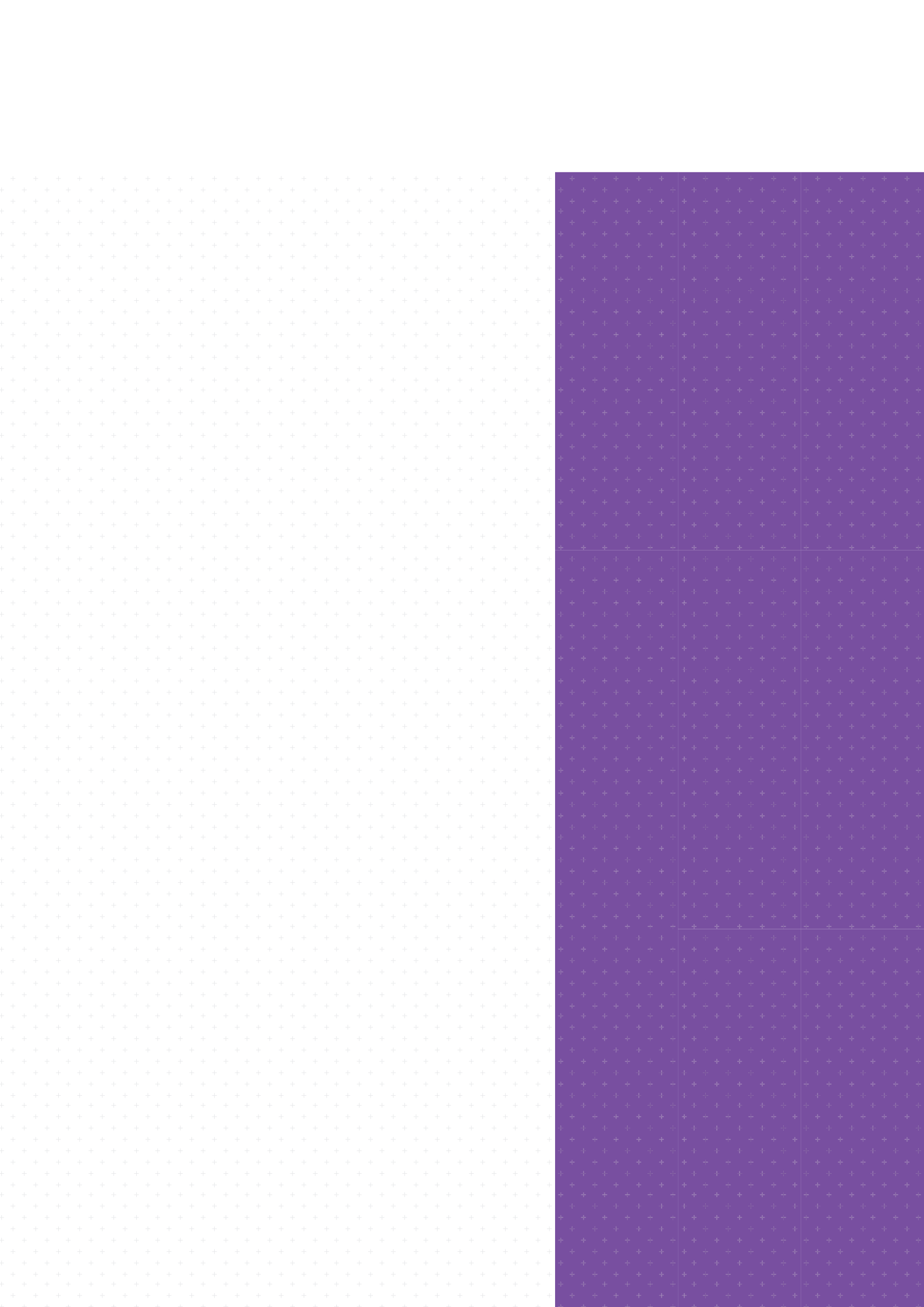
O acesso universal ao tratamento e a maior prevalência do HIV na população jovem, sexualmente ativa e em idade reprodutiva (Brasil, 2016a), convergem para que as questões relacionadas à saúde sexual e planejamento reprodutivo sejam abordadas no cuidado contínuo às PVHIV. O direito a decidir sobre ter ou não filhos está assegurado pelo Código de Ética Médica, no seu artigo 42, que diz: "é vedado ao médico desrespeitar o direito do paciente de decidir livremente sobre o método contraceptivo ou conceptivo, devendo o médico sempre explicar sobre a indicação, a segurança, a reversibilidade e o risco de cada método" (CFM, 2009).

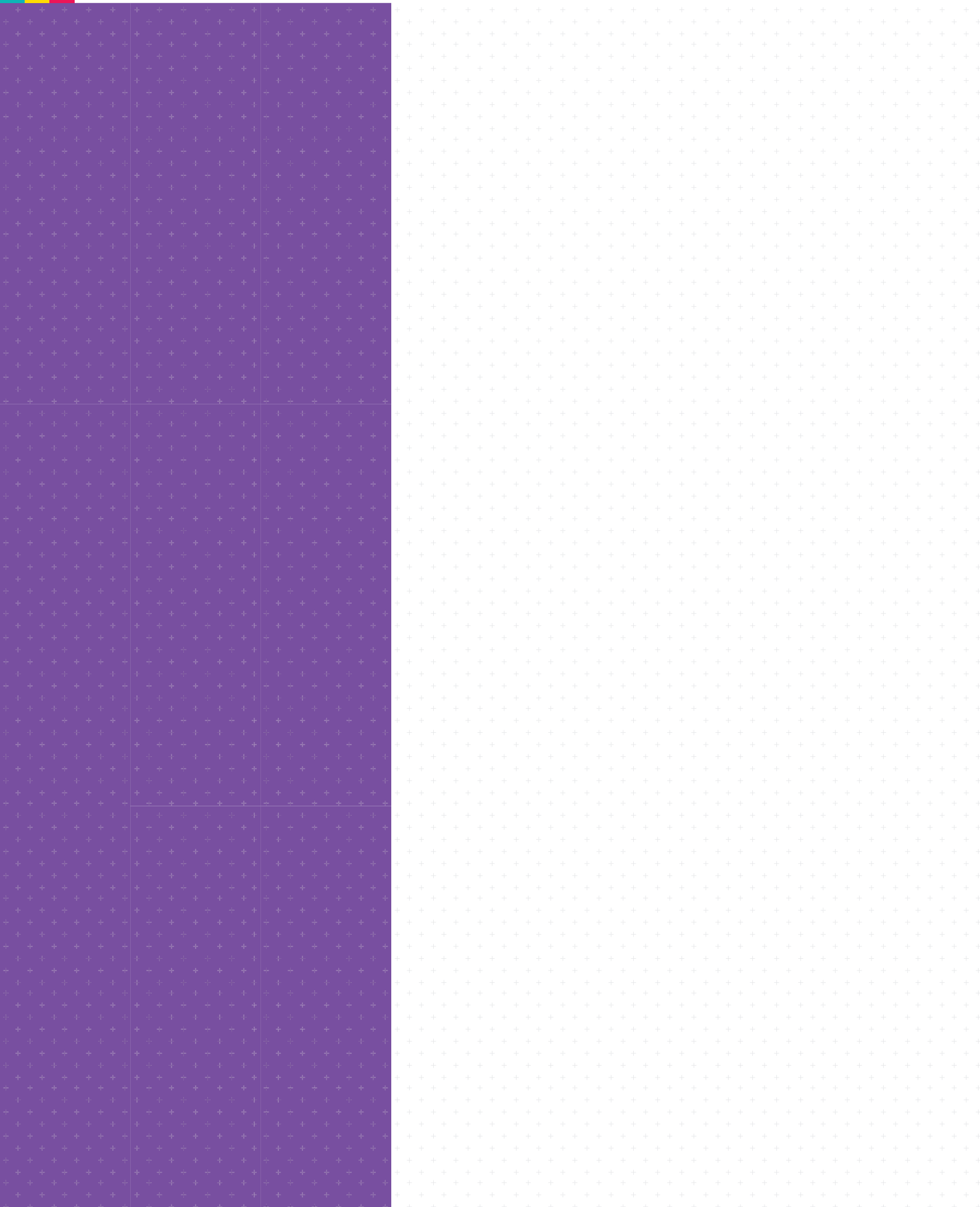
"Toda pessoa vivendo ou convivendo com HIV tem direito à continuação de sua vida civil, profissional, sexual e afetiva, e nenhuma ação poderá restringir seus direitos completos à cidadania" (ENONG, 1989). Sendo assim, deve-se considerar a abordagem da vivência sexual em sua plenitude na linha de cuidado integral às PVHIV e suas parcerias sexuais. Nesse contexto, faz-se necessário, por exemplo, identificar as práticas sexuais de risco, infertilidade e planejamento reprodutivo.

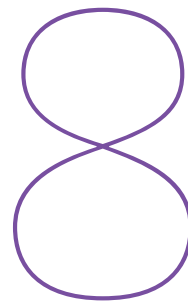
O desejo de ter filhos deve ser discutido nos atendimentos, visando proporcionar às pessoas informações sobre as formas mais seguras de concepção e sobre os cuidados necessários durante a gestação, o parto e o puerpério, além de reforçar que o planejamento reprodutivo é um direito, assegurando a livre decisão da pessoa sobre ter ou não ter filhos.

Para isso, é importante, ainda, que os serviços de saúde ofereçam às parcerias sexuais suporte à testagem e à revelação mútua, tanto a pessoas com estado sorológico conhecido como desconhecido em relação ao HIV (OMS, 2017).

Para que os direitos à saúde sexual e reprodutiva das PVHIV possam ser exercidos, é importante que se garantam condições livres de violência, coerção, discriminação ou qualquer outra restrição. É imprescindível assegurar a autonomia dos sujeitos com relação às suas práticas sexuais e decisão reprodutiva.







ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Para promover e proteger o direito à saúde sexual e planejamento reprodutivo das PVHIV, os serviços de saúde devem se adequar às necessidades e especificidades de seus usuários ao longo dos seus ciclos de vida.

A escuta ativa e a promoção de um ambiente favorável ao diálogo sobre as práticas sexuais das pessoas e suas perspectivas reprodutivas devem estar presentes em todas as oportunidades de contato, em qualquer acesso aos serviços de saúde. Essa abordagem possibilita o vínculo e facilita a adesão às tecnologias disponíveis, que devem sempre ser oferecidas pelos profissionais.

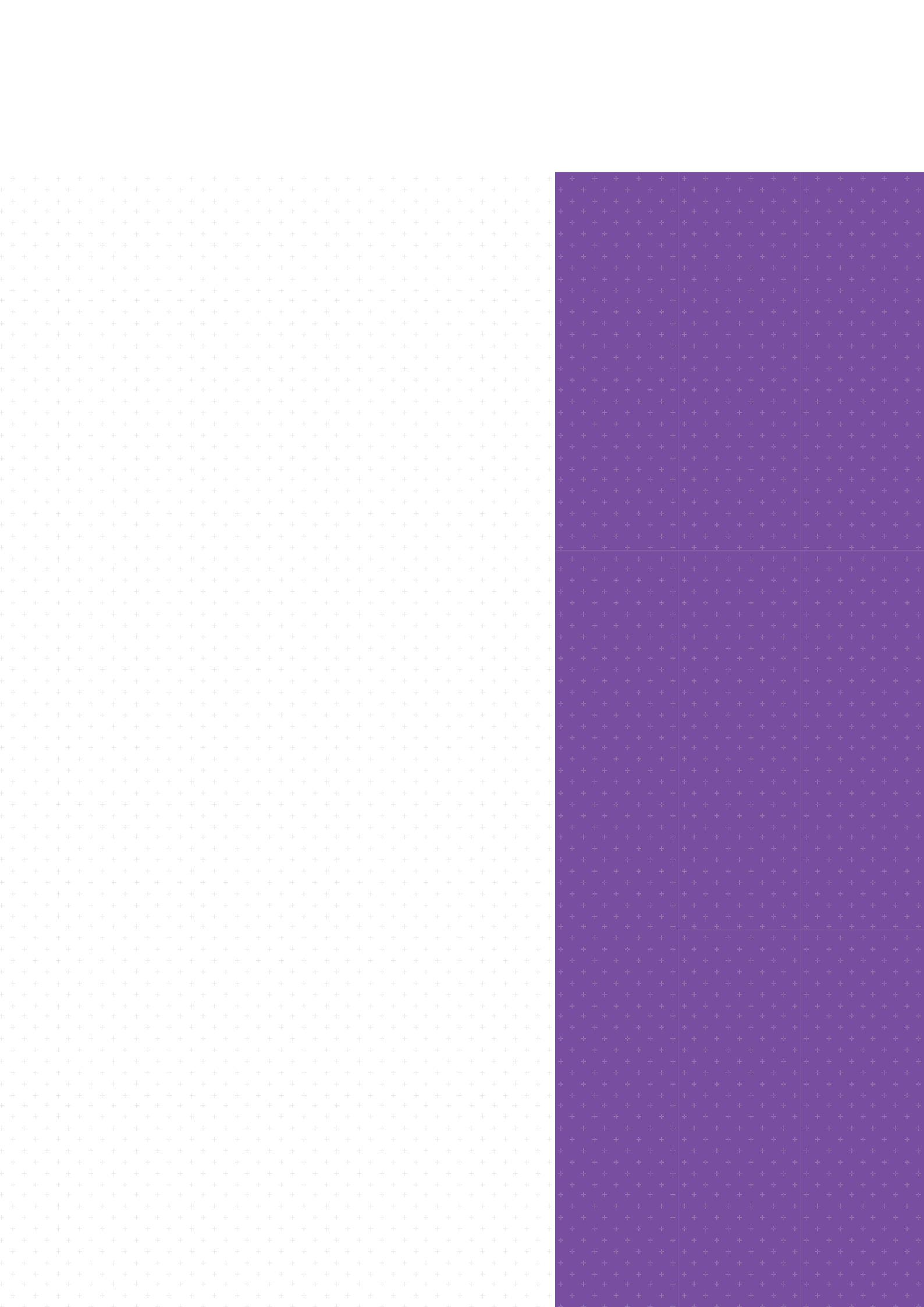
Isso implica uma nova abordagem do cuidado – não mais a oferta exclusiva do preservativo masculino, mas a ampliação da perspectiva para a Prevenção Combinada, concepção e anticoncepção, além de PrEP e PEP, quando indicado.

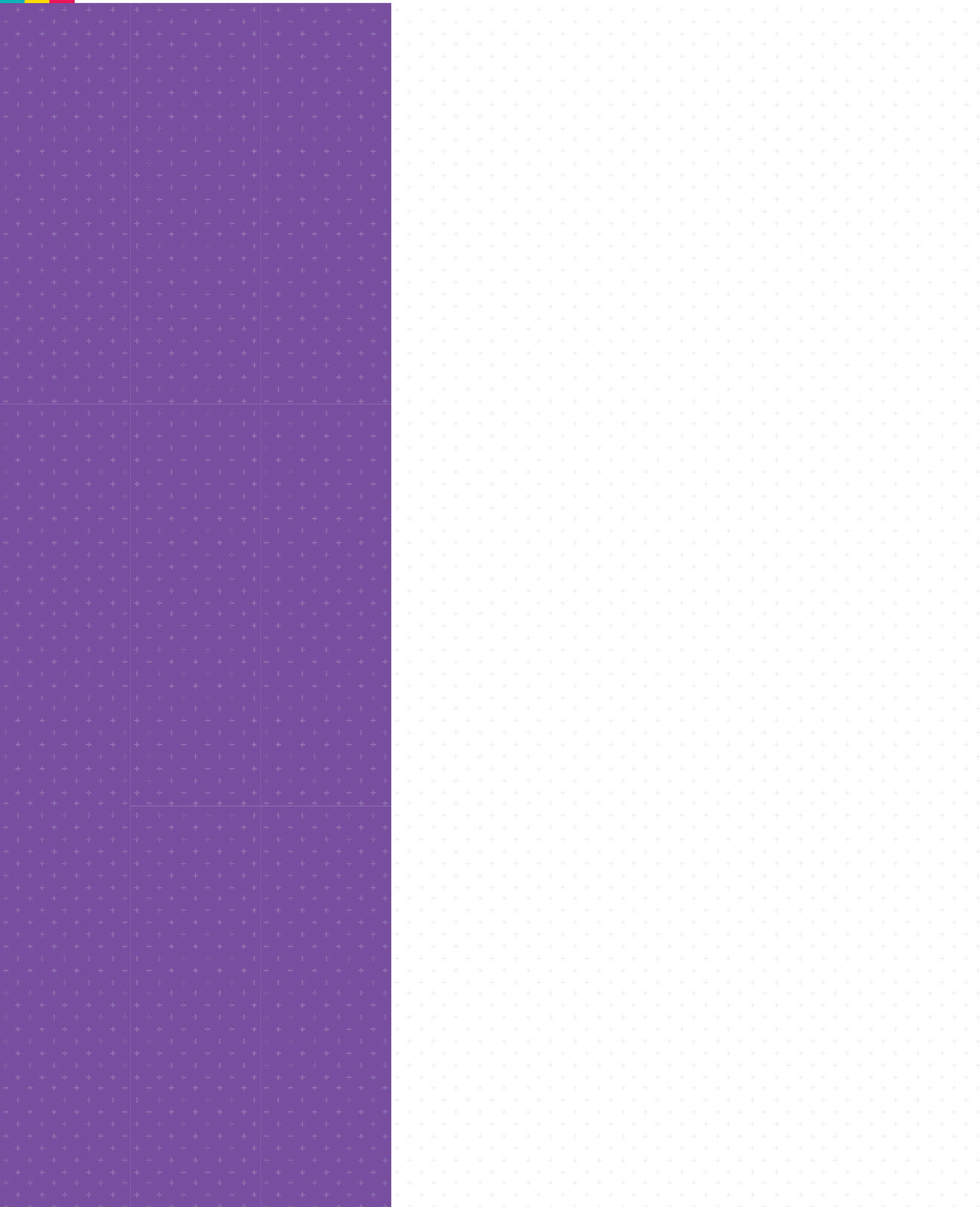
As atividades dos profissionais de saúde na assistência ao planejamento reprodutivo devem ser, preferencialmente, multidisciplinares e integradas, envolvendo atividades educativas, orientações, oferta de insumos e tecnologias de concepção e anticoncepção, além da articulação com outros serviços da rede de saúde. A equipe deve estar atenta ao despertar da sexualidade no trabalho com crianças e adolescentes que vivem com HIV, orientando-os sobre uma vida sexual saudável.

Existem alguns princípios que devem nortear o modelo e a oferta dos serviços relacionados à fertilidade para pessoas em parcerias sorodiferentes. No que diz respeito às orientações, os profissionais de saúde devem dar suporte à tomada de decisões conscientes e voluntárias sobre as escolhas reprodutivas, a fim de criar ambientes que reduzam o estigma associado ao HIV e aos problemas de fertilidade ou infertilidade,

assim como devem encorajar a revelação segura e voluntária do estado sorológico do HIV, das intenções relacionadas à fertilidade e desejo dos parceiros (Heffron, 2015). Essa revelação do diagnóstico da PVHIV para parceiros sexuais dá ao outro a oportunidade de decidir sobre seus próprios riscos, além de facilitar a identificação dos casos de exposição sexual e a necessidade de prescrição de profilaxia medicamentosa pré- ou pós-exposição, quando for o caso.

As intervenções de planejamento reprodutivo devem ser individualizadas de acordo com cada situação apresentada, levando-se em conta as vulnerabilidades sociais e individuais. Para a concepção, deve ser ofertada orientação desde o período de planejamento reprodutivo até o pré-natal, parto e puerpério, com informações sobre estratégias de redução da transmissão vertical do HIV e outras IST, bem como para as parcerias sexuais. As ações de anticoncepção devem incluir abordagem à identificação de práticas sexuais de risco e oferta de prevenção combinada, além de ações de anti-concepção para todas as pessoas em idade reprodutiva que o desejarem.





9

ADOLESCÊNCIA

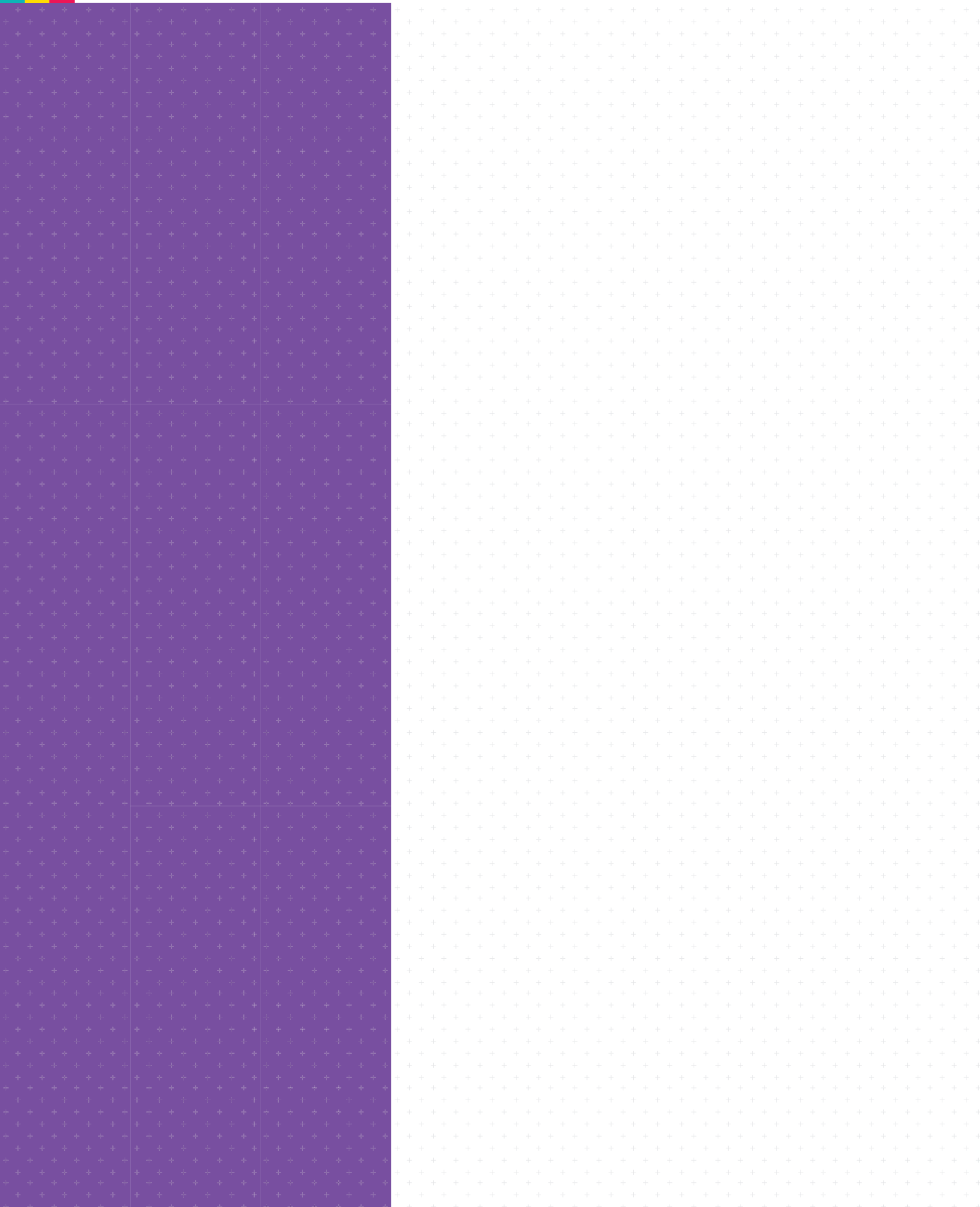
A adolescência caracteriza-se por ser um período de notáveis transformações físicas, psíquicas, sexuais e sociais, constituindo a etapa de transição entre a infância e a vida adulta.

A garantia dos direitos do adolescente nos serviços de saúde, independentemente da participação dos seus responsáveis, tem se revelado como elemento indispensável à melhora da qualidade da promoção, prevenção e assistência à sua saúde (Bouris, 2012). O acesso a serviços, orientações e consultas de saúde deve ser garantido sem a necessidade de presença ou autorização de pais ou responsáveis, com direito à privacidade e sigilo de opiniões e condutas, salvo em situações de necessidade de internação ou de risco de vida (ECA).

Especialmente no trabalho com adolescentes vivendo com HIV, é comum observar uma tendência de pais/responsáveis e equipe de saúde a não abordar os aspectos determinantes da saúde sexual, como a negação do desejo sexual do jovem e o incentivo ao prolongamento da infância. No entanto, é essencial explicar que a prática sexual faz parte dessa fase da vida, e que ela pode ser desejada e vivenciada sem culpas, mas com informação, comunicação e exercício do livre arbítrio.

Esse espaço de troca sobre saúde sexual e planejamento reprodutivo deve ser iniciado tão logo seja detectada a maturidade sexual, ou quando surjam perguntas sobre o assunto, devendo ser realizado de forma gradual, ao longo dos diversos encontros no cuidado integral ao adolescente vivendo com HIV.

De acordo com cada fase da vida e com a identificação dos riscos e práticas sexuais, podem ser oferecidas diferentes tecnologias associadas à prevenção combinada das IST/HIV/hepatites virais.



10

ORIENTAÇÕES REPRODUTIVAS PARA A CONCEPÇÃO

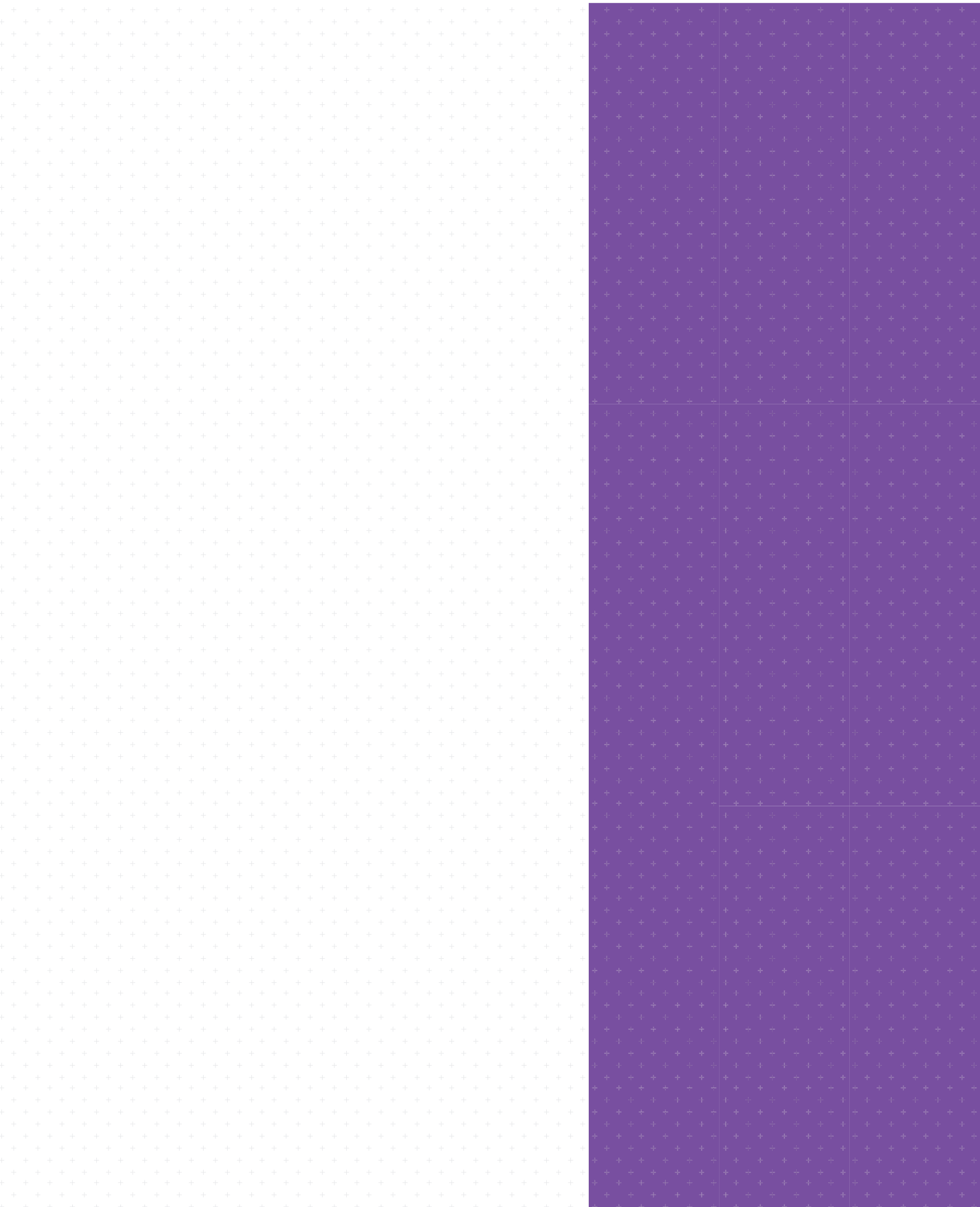
É fundamental que a abordagem leve em consideração as informações que a PVHIV e suas parcerias sexuais já possuem a respeito da concepção e anticoncepção, respeitando as particularidades e vulnerabilidades de cada contexto clínico e biopsicossocial (Quadro 1). Toda PVHIV deve ser orientada sobre os riscos de transmissão sexual e vertical do HIV.

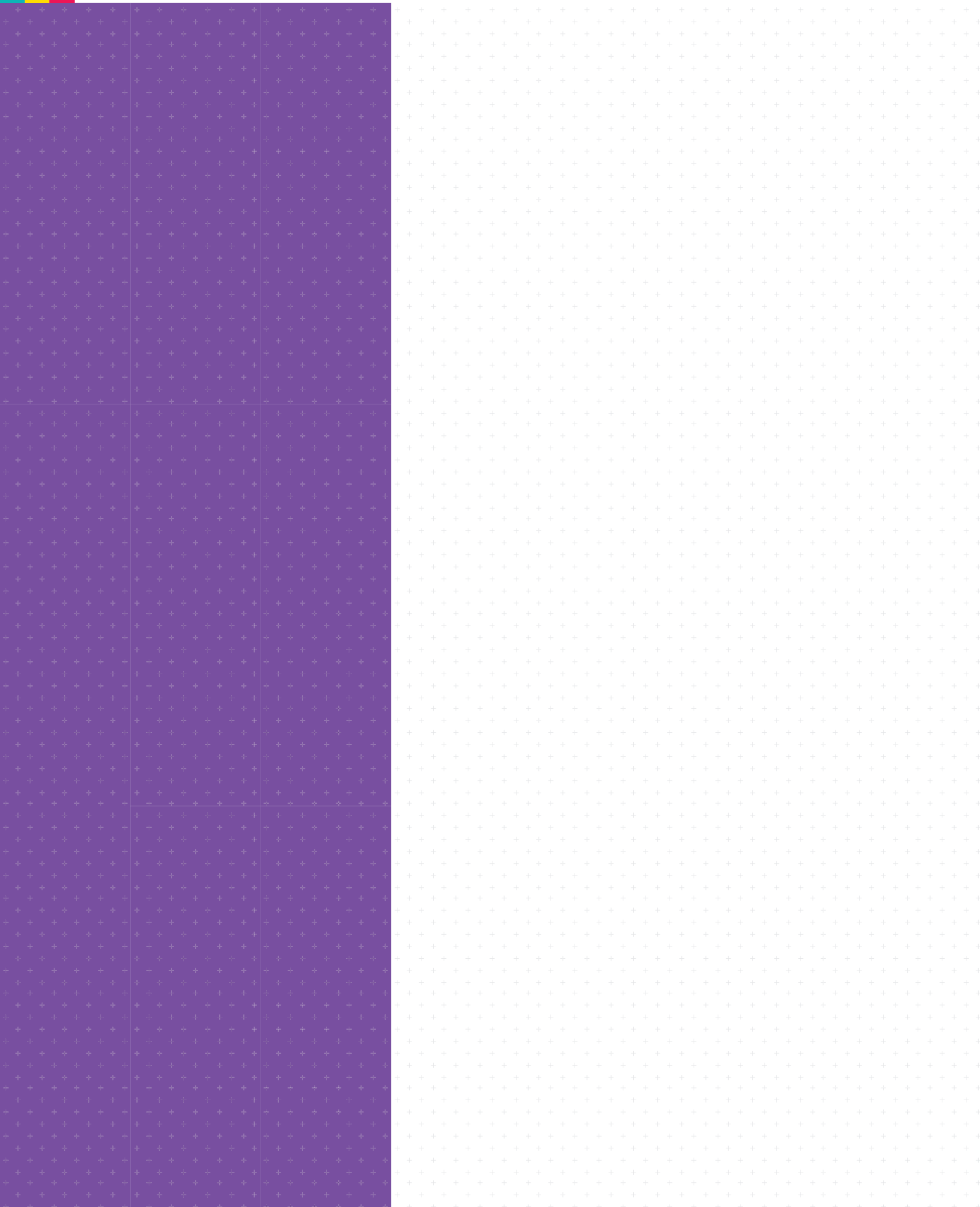
Cada processo de abordagem deve ser registrado em prontuário, com a descrição das orientações, pactuações e acordos entre as parcerias sexuais e a equipe de saúde.

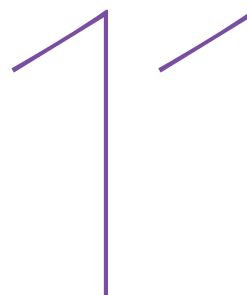
Quadro 1 – Orientações quanto à saúde sexual de parcerias sexuais sorodiferentes

PARA AS PARCERIAS SEXUAIS SEM HIV:
› Realizar orientação e avaliação da saúde sexual e reprodutiva continuamente; › Investigar o desejo reprodutivo; › Testar parceria sorodiferente para o HIV; › Realizar rastreio de sífilis e outras IST, mesmo assintomáticas; › Orientar sobre a importância da retestagem, sempre que houver situação de exposição de risco ou violência sexual; › Atualizar situação vacinal; › Atualizar exame colpocitológico.
PARA AS PVHIV:
› Garantir que estejam em tratamento regular, com boa adesão à TARV, assintomáticas e sem IO; › Atualizar situação vacinal; › Assegurar que tenham pelo menos duas CV-HIV indetectáveis consecutivas, sendo a última com até seis meses de realização; › Garantir que tenham exames negativos para sífilis e outras IST, mesmo assintomáticas; › Adequar medicações de potencial teratogênico, quando for o caso.
PARA PARCERIAS QUE OPTEM PELA ANTICONCEPÇÃO:
› Orientar sobre risco de transmissão de HIV e outras IST; › Orientar sobre medidas de prevenção combinada (incluindo PrEP e PEP); › Orientar sobre todas as possibilidades de métodos de anticoncepção disponíveis; › Oferecer testagem para HIV, sífilis e outras IST sempre que houver exposição de risco ou situação de violência sexual.
PARA PARCERIAS QUE OPTEM PELA CONCEPÇÃO:
› Orientar sobre os riscos de transmissão vertical e horizontal do HIV e as estratégias de redução do risco; › Avaliar fertilidade das parcerias sexuais, idade e período fértil da mulher; › Orientar sobre técnicas de identificação do período fértil da mulher; › Se a mulher não engravidar após seis meses de tentativas de concepção, ampliar a investigação de fertilidade, de acordo com o serviço de referência; › Orientar sobre a técnica mais adequada de concepção, de acordo com o cenário das parcerias sexuais.

Fonte: DIAHV/SVS/MS.







PLANEJAMENTO REPRODUTIVO NA CONCEPÇÃO

As orientações devem promover reflexões sobre as motivações do projeto parental, as expectativas da pessoa e/ou casal, o investimento emocional e financeiro e o histórico de saúde sexual e reprodutiva da PVHIV e sua(s) parceria(s) sexual(is).

A equipe de saúde deve estar preparada para abordar os sucessos e insucessos dessa trajetória, devendo ser avaliadas as condições de enfrentamento às situações de risco de transmissão do HIV. A equipe também deve estar disponível para discutir sobre não ter filhos e possibilidade de adoção.

As tentativas de concepção sem orientação e acolhimento pela equipe de saúde, realizadas sem planejamento conjunto, expõem as parcerias sexuais negativas para o HIV a um maior risco de infecção pelo HIV, além de aumentarem o risco de transmissão vertical.

11.1 Transmissão sexual do HIV

A boa adesão à TARV e a manutenção da CV-HIV indetectável reduzem o risco de transmissão sexual do HIV a níveis insignificantes (Attia, 2009; Barreiro, 2007; Cohen, 2011; Cohen, 2016; Grulich, 2015; Matthews, 2012; Mujugira, 2016; Porco, 2004; Quinn, 2000; Rodger, 2016; Tovanabutra, 2002; Savasi, 2013; Reynolds, 2011; Saleem, 2017), tornando o tratamento como prevenção uma opção segura para os casais sorodiferentes.

As PVHIV sem nenhuma outra IST, seguindo TARV corretamente e com CV-HIV suprimida têm poucas chances de transmitir o HIV pela via sexual.

Na abordagem às PVHIV e suas parcerias, deve-se informar que:

- › Nunca foi comprovada uma transmissão por PVHIV em supressão viral;
- › O risco estimado nesses casos é tão pequeno que pode ser considerado insignificante.

Ressalta-se também que o uso adequado de PrEP é uma medida eficaz para prevenção da transmissão de HIV entre casais sorodiferentes.

Para a oferta ou não de PrEP como mais uma ferramenta para os casais sorodiferentes, deve-se considerar a supressão da CV-HIV e o perfil da PVHIV quanto à adesão à TARV e ausência de outras IST, além da realização de práticas sexuais de risco. No entanto, o principal é valorizar e reforçar a autonomia também da parceria soronegativa quanto à sua prática sexual e o grau de exposição a que deseja se submeter, considerando que esta não é responsável pelas condutas da outra pessoa, por exemplo, no que se refere à tomada regular da TARV.

Para mais informações sobre PrEP, consultar o "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de Risco à Infecção pelo HIV", disponível em <<http://www.aids.gov.br/pcdt>>.

11.2 Transmissão vertical do HIV

Em gestações planejadas, com intervenções realizadas adequadamente durante o pré-natal, o parto e a amamentação, o risco de transmissão vertical do HIV é reduzido a menos de 5%. No entanto, sem o adequado planejamento e seguimento (WHO, 2016), está bem estabelecido que esse risco é de 15% a 45%.

11.3 Estratégias de concepção para parcerias sexuais sorodiferentes

É fundamental que as parcerias sexuais possam tomar decisões conscientes sobre os benefícios e riscos relacionados às opções de concepção mais seguras, de acordo com suas características individuais.

11.3.1 Situação 1: MULHER POSITIVA para o HIV e parceria sexual HOMEM NEGATIVO para o HIV

Objetivo: reduzir o risco de transmissão para o homem.

11.3.2.1 Autoinseminação vaginal programada

É um procedimento simples, programado para o período fértil da mulher, de fácil realização, barato e sem necessidade de tecnologias de alto custo (Mmjé, 1012). Elimina a necessidade de relações sexuais sem o uso do preservativo masculino ou feminino, com redução de 100% do risco de transmissão do HIV (Lo, 2001; Sedgh, 2005; Chadwick, 2011; Harris, 1983; Piot, 1984).

O período fértil é aquele que ocorre durante os cinco dias que antecedem a ovulação até um a dois dias que a sucedem. Em um ciclo menstrual de 28 dias, corresponde à segunda semana e início da terceira.

O método deve ser realizado da seguinte maneira:

1. Em um dia fértil do ciclo menstrual, utilizar preservativo feminino ou masculino sem espermicida durante a relação sexual. O sêmen pode ser colhido diretamente do preservativo ou, se a pessoa preferir, coletado em um copo limpo após a ejaculação.
2. Utilizar uma seringa de plástico sem agulha para coletar o sêmen.
3. Introduzir na vagina, no ponto mais alto (profundo) possível, a seringa plástica (sem agulha) com o sêmen coletado, de preferência, imediatamente após a ejaculação.
4. A mulher deve permanecer deitada por pelo menos 30 minutos após a inserção.
5. Os passos 1 a 4 podem ser repetidos a cada dois dias durante o período fértil.

Recomenda-se que, caso a concepção não ocorra após 12 ciclos de autoinseminação, nos casais em que não tenha sido identificada nenhuma evidência de infertilidade, seja mantida a autoinseminação por mais 12 a 24 meses.

A taxa de gestação cumulativa esperada para casais com infertilidade sem causa aparente, ao longo de 36 meses de tentativas, é de 55% (Akanke, 2004). A chance de concepção pode ser maximizada em mulheres com ciclos regulares (intervalos de 24 a 28 dias) se o casal iniciar a autoinseminação logo após o término do fluxo menstrual, em dias alternados, e manter essa periodicidade até o período ovulatório (Matthewesa, 2012).

11.3.2 Situação 2: HOMEM POSITIVO para o HIV e parceria sexual MULHER NEGATIVA para o HIV

Objetivo: reduzir o risco de transmissão para a mulher.

11.3.2.1 Concepção natural planejada durante o período fértil da mulher

O uso da TARV com boa adesão, associada a CV-HIV indetectável, reduz o risco de transmissão sexual do HIV em até 100% (Barreiro, 2007). Essa medida é especialmente efetiva entre as parcerias sexuais heterossexuais (Savasi, 2012; Attia, 2009; Donnell, 2010; Cohen, 2011; Wilson, 2008).

Com base nesses estudos, existe a possibilidade de concepção natural planejada, que deve ocorrer apenas no período fértil da mulher e se o homem positivo para o HIV estiver em uso de TARV com excelente adesão, CV-HIV recente indetectável documentada (pelo menos dos últimos seis meses), rastreio de IST negativo para ambas as parcerias (Vernazza, 2008; Vernazza, 2016) e sem práticas sexuais de risco com outras parcerias sexuais.

O casal deve ser informado dos riscos de transmissão que existem com essa estratégia e das condições muito específicas para que ela venha a ser adotada, com monitoramento clínico e laboratorial frequente.

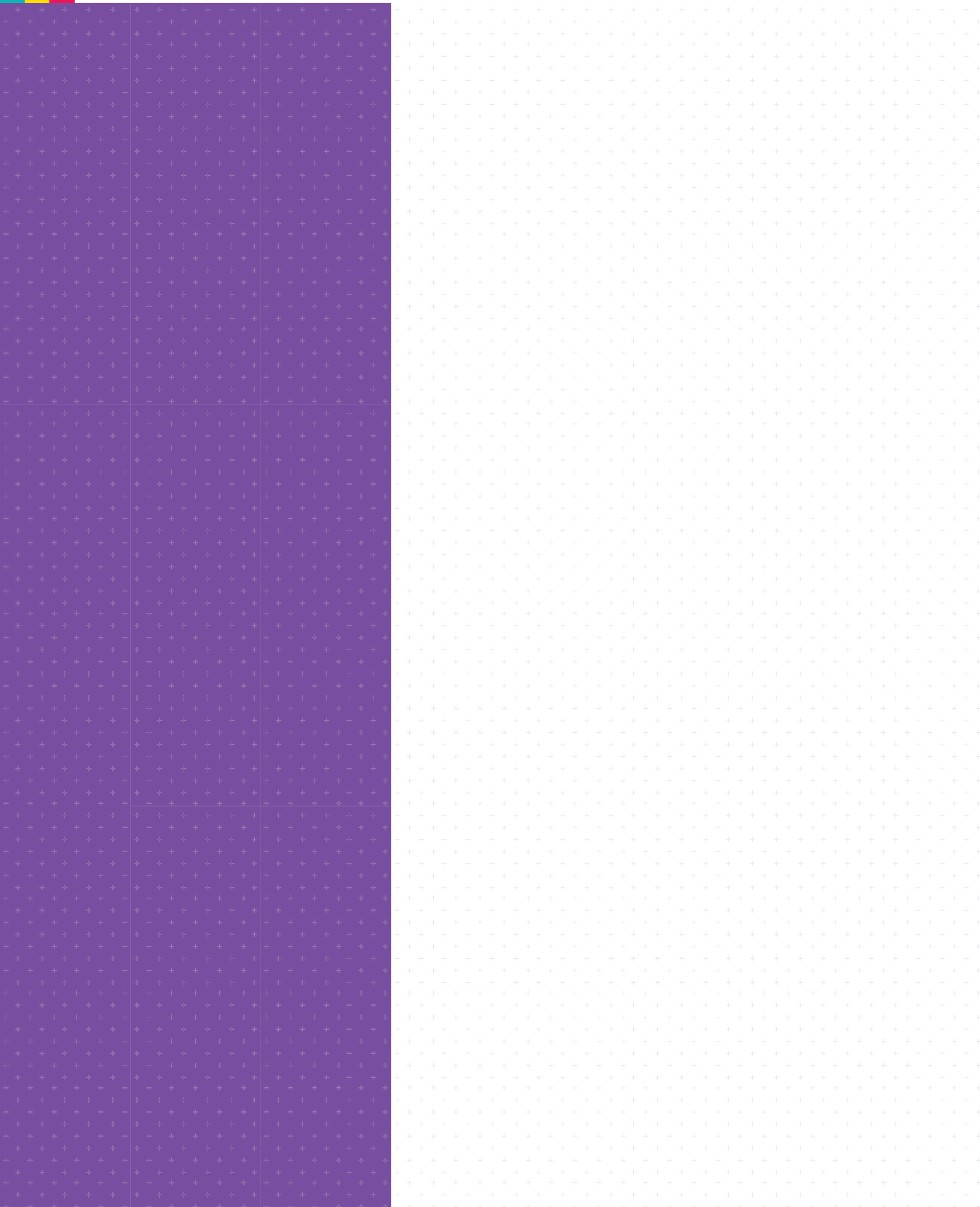
Existe ainda a possibilidade de concepção natural planejada durante o período fértil da mulher, associada à utilização de PrEP na mulher negativa para o HIV (Matthewesa, 2012; Vernazza, 2011; CDC, 2015). Essa é uma recomendação condicional da OMS, considerada como de alta qualidade de evidências científicas (OMS, 2012). Quando houver indicação e condições de acesso, seguir as recomendações do "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de Risco à Infecção pelo HIV", disponível em <<http://www.aids.gov.br/pcdt>>.

São pré-requisitos para avaliação da indicação de PrEP no contexto da concepção planejada:

- › A parceria sexual (homem) positiva para o HIV precisa estar em TARV com CV-HIV indetectável documentada há pelo menos seis meses;
- › Ausência confirmada de infecções genitais no casal;
- › Ausência de relação sexual de risco com outras parcerias;
- › Início de PrEP na parceira não infectada antes do período fértil. O tempo para início da proteção com o uso de PrEP a partir da tomada da primeira dose depende da via sexual. Para a relação vaginal, são necessários pelo menos 20 dias. No entanto, o início da PrEP conjuntamente com o primeiro dia da menstruação garante proteção máxima, quando são levadas em consideração a farmacocinética e o comportamento humano durante o período fértil (Matthewsa, 2012);
- › Avaliar junto à gestante a descontinuidade de PrEP (considerar custo e toxicidade) e a retomada do uso do preservativo assim que a gravidez for confirmada, uma vez que a gestação está associada a um risco aumentado de aquisição do HIV (Matthewsa, 2012);
- › Recomendar o uso regular de preservativo masculino ou feminino durante o aleitamento, devido ao risco de transmissão sexual do HIV e, consequentemente, o alto risco de transmissão via aleitamento materno.

11.4 Estratégias para parcerias sexuais soroiguais

Os casais soroiguais em TARV com boa adesão, ambos com CV-HIV indetectável, assintomáticos, com pesquisa de IST negativa, podem realizar a concepção natural planejada (Van der Kuyt, 2005; Coll, 2007; Matthews, 2009).



12

ORIENTAÇÕES QUANTO À REPRODUÇÃO NA ANTICONCEPÇÃO

Apesar dos avanços nos métodos anticonceptivos, a gravidez não planejada ainda é uma questão de enfrentamento mundial, especialmente entre as populações com menos acesso à educação e aos serviços de saúde (Blumenthal, 2011).

A falha dos métodos anticonceptivos é responsável pela maior parte das gestações não planejadas. Independentemente da alta efetividade de uma estratégia, esta sempre vai sofrer influência da regularidade e uso correto pelas parcerias sexuais (Trussell, 2008; Secura, 2010).

A indicação, benefícios e efeitos adversos dos métodos devem ser avaliados com cuidado, especialmente nas populações de maior vulnerabilidade, inclusive adolescentes (Prescott, 2014). Essa necessidade não se aplica ao uso de dispositivos de longa duração que não requerem adesão coital ou diária, e que poderiam ser considerados como alternativa às situações de inabilidade ou incapacidade de adesão.

Esses conceitos devem ser considerados pelos profissionais de saúde ao abordar pessoas que não desejam uma gestação ou que planejam retardar esse evento (Blumenthal, 2011; Secura, 2010). É preciso ter em mente, ainda, que a abordagem deve incluir o conceito da prevenção combinada, reforçando a importância dos métodos de barreira como preservativos masculinos e femininos na prevenção de IST.

Os métodos anticoncepcionais possuem riscos de que variam de pessoa para pessoa. O processo de escolha deve ser sempre realizado em conjunto com a pessoa, levando em consideração a realidade social, as condições de saúde do indivíduo, sua

cultura e hábitos de vida, o contexto social, o impacto do método na rotina diária e sua facilidade de uso (Secura, 2010; Russo, 2013).

O acesso à informação e acolhimento no serviço permite um ambiente para escolhas mais seguras e adequadas ao perfil de cada um, aumenta a adesão ao método escolhido e constitui uma das estratégias de prevenção de gestações não planejadas (WHO, 2002; UNDP, 1995). A seleção adequada e o acesso aos métodos anticoncepcionais reduzem os riscos à saúde e contribuem para a prevenção de aborto e diminuição de sobrecarga física, emocional e econômica (Singh, 2012; WHO, 2015).

12.1 Planejamento reprodutivo na anticoncepção

Cada método anticoncepcivo possui uma taxa de falha inerente ao método e outra associada à forma como é utilizado. Desse modo, é possível entender que estratégias como o dispositivo intrauterino, os implantes e os métodos cirúrgicos podem ser mais adequados para usuárias com baixa adesão, especialmente em populações de maior risco, como adolescentes e usuárias de álcool e outras drogas.

A presença da infecção pelo HIV não contraindica qualquer método anticoncepcivo; no entanto, existem algumas considerações especiais. O uso de espermicidas e diafragma deve ser evitado, pelo risco de microfissuras na parede vaginal e, consequentemente, risco aumentado de transmissão do HIV e exposição a outras IST. Além disso, deve-se ter cuidado com a interação medicamentosa entre os métodos anticoncepcionais hormonais e os ARV, além de atentar para o monitoramento das comorbidades.

Para as mulheres que vivem com HIV, nenhum método anticoncepcivo, seja hormonal ou dispositivo intrauterino, foi associado à piora da condição imunológica, mensurada pelo monitoramento de LT-CD4+, ou falha virológica, representada pela CV-HIV (Richardson, 2007; Cejtin, 2003).

Na coinfeção com os vírus das hepatites virais B e/ou C, a mulher com infecção crônica poderá usar métodos hormonais, de acordo com a função hepática. Os anticoncepcionais hormonais estão contraindicados na presença de disfunção hepática e cirrose grave.

A enzima CYP3A4 do complexo P450 é utilizada para metabolizar tanto alguns ARV como anticoncepcionais hormonais que utilizem a mesma via metabólica (WHO, 2015; ACOG, 2010). Nessa situação, ambas as substâncias poderão ter seus níveis séricos alterados.

Os critérios de elegibilidade para o uso de métodos anticoncepcionais deverão ser revisados antes da prescrição (Quadros 2 e 3).

Quadro 2 – Critérios de elegibilidade médica para os métodos anticonceptivos

CATEGORIA	CLASSIFICAÇÃO	JULGAMENTO CLÍNICO
1	Condição em que não existem restrições ao uso do método anticonceptivo	Método pode ser utilizado em quaisquer circunstâncias
2	Condição em que as vantagens do uso do método geralmente superam os riscos, teóricos ou comprovados	De modo geral, o método pode ser utilizado
3	Condição em que os riscos, teóricos ou comprovados, geralmente superam as vantagens do uso do método	O método não é recomendado, a menos que outros métodos mais adequados não estejam disponíveis, ou não sejam aceitáveis. Avaliar risco-benefício
4	Condição em que há risco inaceitável à saúde com o uso do método	Não utilizar o método

Fonte: Adaptado de “Saúde Reprodutiva das Pessoas que Vivem e Convivem com HIV” – CRT/SP.

Quadro 3 – Critérios de elegibilidade para uso dos métodos anticoncepcionais em mulheres em uso de TARV

ANTICONCEPTIVO									
ARV	ORAL COMBINADO/ ADESIVO COMBINADO	INJETÁVEL COMBINADO	PÍLULA DE PROGESTERONA	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA DE DEPÓSITO	IMPLANTE DE LEVONORGESTREL/ ETANORGESTREL	DIU-COBRE(A)		SIU-LNG ^(a)	
						I	C	I	C
ITRN	1	1	1	1	1	2/3	2	2/3	2
	1	1	1	1	1	2/3	2	2/3	2
	1	1	1	1	1	2/3	2	2/3	2
	1	1	1	1	1	2/3	2	2/3	2
	1	1	1	1	1	2/3	2	2/3	2
	1	1	1	1	1	2/3	2	2/3	2
ITRNN	2	2	2	1/2	2	2/3	2	2/3	2
EFV	1	1	1	1	1	2/3	2	2/3	2
ETR	2	2	2	1/2	2	2/3	2	2/3	2
IP	2	2	2	1/2	2	2/3	2	2/3	2
	2	2	2	1/2	2	2/3	2	2/3	2
	2	2	2	1/2	2	2/3	2	2/3	2
	2	2	2	1/2	2	2/3	2	2/3	2
INI	1	1	1	1	1	2/3	2	2/3	2
RAL									

Fonte: Adaptado do sumário executivo WHO, 2015.

Legenda: I = início; C = continuação

^(a) Quando a mulher apresenta aids, com contagem de LT-CD4+ geralmente abaixo de 200 céls/mm³, a inserção do DIU-Cobre ou do SIU-LNG é categoria 3.

Os métodos descritos no Quadro 3 não representam indicação terapêutica, mas se propõem a compor uma lista mais completa de alternativas, de modo que os profissionais possam individualizar a situação clínica de cada mulher vivendo com HIV diante dos diferentes métodos anticoncepcionais existentes.

Para prescrição dos métodos anticoncepcionais disponíveis no SUS, consultar os Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/protocolos_ab>.

Quadro 4 – Métodos anticoncepcionais reversíveis disponibilizados no SUS

DENOMINAÇÃO GENÉRICA	CONCENTRAÇÃO/COMPOSIÇÃO	FORMA FARMACÊUTICA/DESCRIÇÃO
Preservativo feminino	–	160mm x 49mm
Preservativo masculino	–	160mm x 52mm
Dispositivo intrauterino plástico com cobre	–	Modelo T 380mm ²
Etinilestradiol + levonorgestrel	0,03mg + 0,15mg	Comprimido ou drágea
Noretisterona	0,35mg	Comprimido
Enantato de noretirona + valerato de estradiol	50mg/mL + 5mg/mL	Solução injetável mensal
Acetato de medroxiprogesterona	150 mg/mL	Suspensão injetável trimestral
Diafragma	–	60mm de diâmetro 65mm de diâmetro w75mm de diâmetro 80mm de diâmetro 85mm de diâmetro
Levonorgestrel (anticoncepção de emergência)	0,75mg 1,5mg	Comprimido

Fonte: Relatório Conitec n° 207, de abril de 2016

12.1.1 Preservativos masculino e feminino

O uso de preservativos masculinos e femininos continua sendo o único método que confere dupla proteção, reduzindo o risco de transmissão das IST, inclusive do HIV, e ainda é anticoncepcivo. No entanto, como método anticoncepcivo, é muito dependente de adesão e do modo de uso a cada relação sexual. Requer engajamento das parcerias sexuais e é por isso que sua taxa de falha em uso típico varia entre 18% e 21%. Desse modo, **estimula-se a associação do preservativo com outro método anticoncepcivo** (Trussel, 2011).

12.1.2 Dispositivo intrauterino

A infecção pelo HIV não contraindica o uso do DIU, tanto de cobre quanto com liberação de levonorgestrel (Stringer, 2007; ACOG, 2009).

Para mulheres que vivem com HIV e que estão com a contagem de LT-CD4+ menor que 200 céls/mm³, embora o DIU não precise ser retirado (categoria 2 de elegibilidade), **recomenda-se que sua inserção seja postergada até que ocorra reconstituição imune (aumento de LT-CD4+ e/ou resolução da doença definidora de aids).**

12.1.3 Métodos hormonais orais (combinados ou apenas de progesterona)

Estudos mais recentes fizeram com que a OMS liberasse seu uso, modificando a categoria para 2 nos critérios de elegibilidade (WHO, 2015).

12.1.4 Métodos hormonais combinados não orais (injetáveis mensais)

Estudos mais recentes alteraram sua classificação para categoria 2 nos critérios de elegibilidade; assim, de forma geral, podem ser utilizados (OMS, 2015).

12.1.5 Método hormonal de progesterona (injetável trimestral)

O hormônio de progesterona injetável trimestral conta com estudos de segurança, demonstrando boa biodisponibilidade e baixa interação com a TARV (Cohn, 2007; Nanda, 2008).

12.1.6 Métodos definitivos

Os métodos anticoncepcionais definitivos são procedimentos cirúrgicos que resultam na esterilização do homem (vasectomia) ou da mulher (ligadura de trompas). Podem ser realizados por diferentes técnicas cirúrgicas e estão regulamentados por

leis e portarias específicas. É ideal que, na condição de procedimento eletivo, a manipulação cirúrgica só deva ser realizada em PVHIV com imunidade reconstituída.

12.1.7 Anticoncepção de emergência

A contracepção de emergência tem como objetivo evitar a ocorrência de gravidez não planejada logo após a ocorrência de relação sexual desprotegida ou falha de um método anticonceptivo. Esse método deve ser ofertado tanto nas relações consentidas quanto nas situações de violência sexual.

*Quanto maior o intervalo de tempo entre a relação sexual desprotegida e a tomada do medicamento, menor a sua eficácia. O uso frequente e repetitivo também compromete o efeito desejado. **Esse método anticoncepcional pode ser ministrado até 72 horas após a relação sexual desprotegida.***

A chegada ao serviço de saúde com demanda por anticoncepção de emergência deve envolver avaliação da prática sexual, identificação dos riscos e oferta de testagem para HIV, sífilis e hepatites virais, além de PEP e PrEP, quando for o caso, especialmente se a PVHIV não estiver em uso de TARV.

*A **pílula de levonorgestrel** (conhecida como método Yuzpe) é mais eficaz que a pílula combinada em altas doses e causa menos efeitos adversos (2014).*

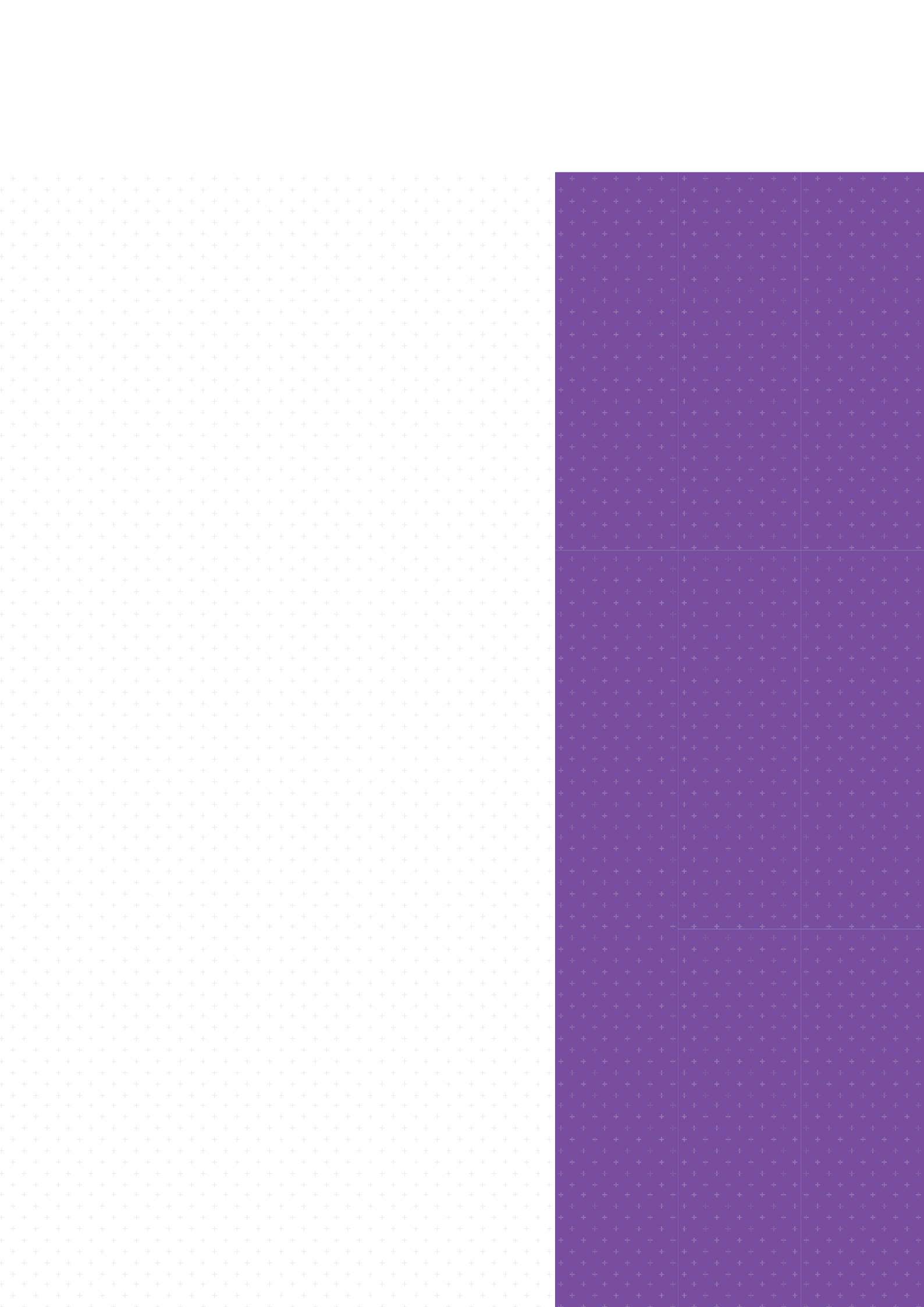
De modo geral, os anticoncepcionais hormonais de emergência são seguros e eficazes. Os efeitos adversos mais comuns são náuseas e vômitos associados ao método Yuzpe, pela intolerância gástrica à alta dose hormonal de etinilestradiol e alteração do ciclo menstrual relacionado ao uso da pílula de levonorgestrel (Gemzell-Danielsson, 2012).

Nas mulheres que vivem com HIV, a única ressalva quanto à utilização dos anticoncepcionais hormonais é a necessidade de avaliar a interação medicamentosa, especialmente com a TARV. Há especialistas que recomendam fazer uso da dose única ao invés da dose fracionada, pela probabilidade de menor interferência na biodisponibilidade do hormônio. Assim, as mulheres que vivem com HIV devem ser alertadas quanto à probabilidade de interação do método com os ARV.

12.1.8 Situações especiais

12.1.8.1 *Mulheres negativas para o HIV com parceiro positivo para o HIV*

Mulheres em relação sorodiferente com parceria sexual vivendo com HIV têm **contraindicação absoluta ao uso de espermicida**, pela ocorrência de microfissuras em parede vaginal e consequente aumento do risco de aquisição de HIV (OMS, 2015). Reforçar, para essas mulheres, a prevenção combinada e o uso regular e adequado de preservativo feminino ou masculino em todas as relações sexuais.





PARTE III

TRANSMISSÃO VERTICAL DO HIV

13

ABORDAGEM DIAGNÓSTICA DA INFECÇÃO PELO HIV NA GESTAÇÃO, PARTO E PUERPÉRIO

No Brasil, foi implementada a **Rede Cegonha**, estratégia que visa assegurar atendimento adequado, seguro e humanizado no SUS, desde a confirmação da gravidez, o pré-natal, o parto e o puerpério até a atenção infantil, conforme a Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011.

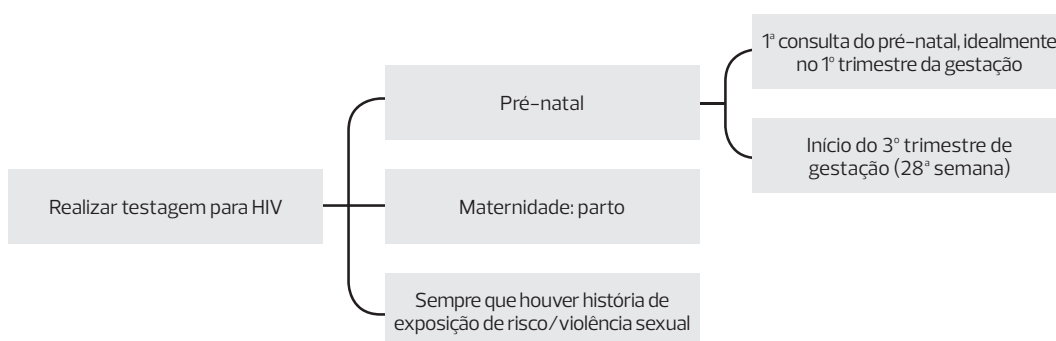
A gestante deve ser orientada sobre a importância da testagem no pré-natal e os benefícios do diagnóstico precoce, tanto para o controle da infecção materna quanto para a prevenção da transmissão vertical. No momento da testagem, faz-se necessário um ambiente de confiança e respeito, que favoreça o vínculo e a avaliação de vulnerabilidades, permitindo a atenção resolutiva e a articulação com outros serviços de saúde para a continuidade da assistência.

A testagem para HIV deve ser realizada no primeiro trimestre, idealmente na primeira consulta do pré-natal, e no início do terceiro trimestre de gestação, podendo ainda ser feita em qualquer outro momento em que haja exposição de risco ou violência sexual.

Está recomendada a realização de testagem rápida também na admissão da mulher na maternidade, hospital ou casa de parto, devendo ser ofertada, nessa ocasião, a testagem combinada para HIV, sífilis e hepatite B.

*Os testes rápidos para HIV são métodos preferenciais para diagnóstico, pois possibilitam início adequado da TARV e resposta virológica mais precoce. A **testagem laboratorial** pode ser utilizada, desde que a entrega do resultado ocorra em tempo oportuno (até 14 dias).*

Figura 2 – Momentos para oferecer testagem de HIV à gestante



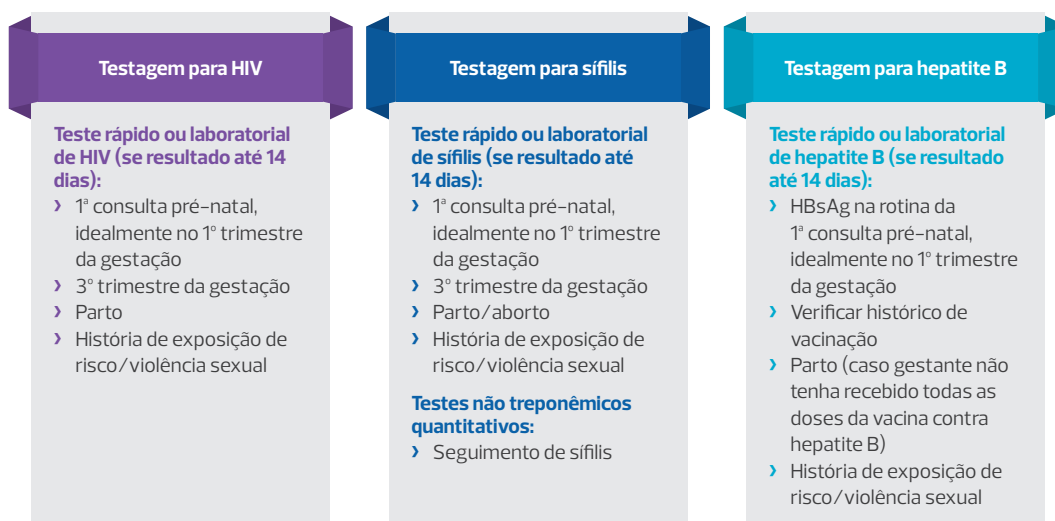
Fonte: DIAHV/SVS/MS.

O teste rápido para HIV deve ser executado segundo as recomendações definidas pela Portaria nº 29/2013 e descritas no “Manual Técnico para Diagnóstico da Infecção pelo HIV”, disponível em <<http://www.aids.gov.br/biblioteca>>.

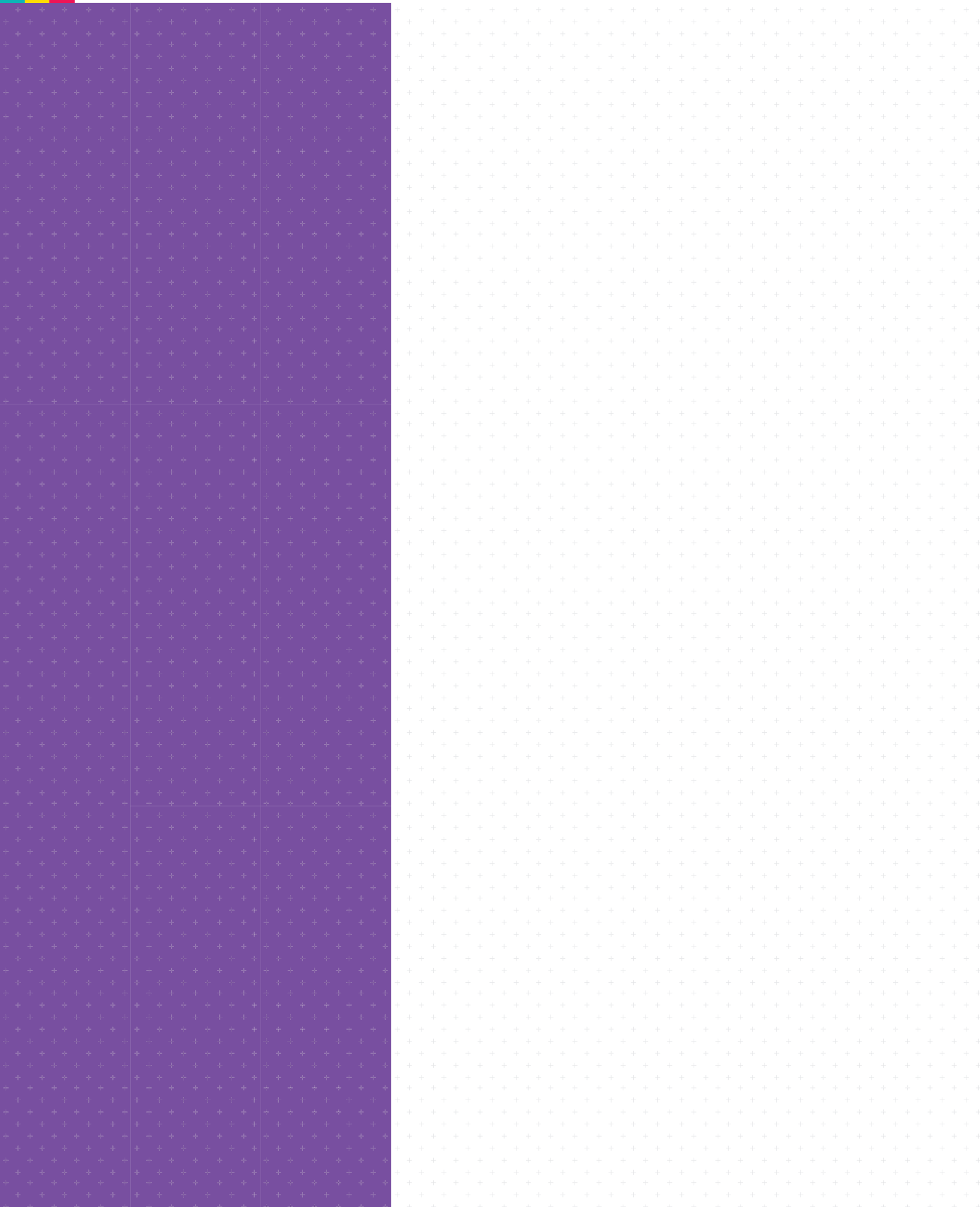
De acordo com a literatura, apesar de raros, podem ocorrer resultados falso-rea-
gentes nos testes para HIV em gestantes, em função da presença de aloanticorpos. São
situações que exigem especial atenção: doenças autoimunes, múltiplos partos, trans-
fusões sanguíneas, hemodiálise e vacinação recente.

A realização imediata do teste de CV-HIV está indicada após a confirmação da
infecção pelo HIV por qualquer um dos fluxogramas de diagnóstico. O teste de genoti-
pagem está indicado para todas as gestantes que forem iniciar TARV. Esse teste deverá
ser solicitado e a amostra de sangue coletada antes de iniciar a TARV. Não é necessário
aguardar o resultado da genotipagem para o início da TARV.

Quadro 5 – Oferta de testagem combinada de HIV, sífilis e hepatite B à gestante



Fonte: DIAHV/SVS/MS.



14

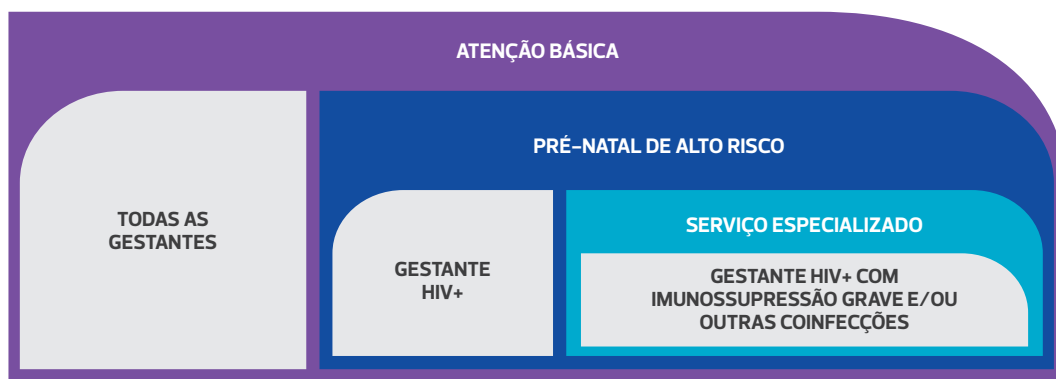
ABORDAGEM INICIAL DA GESTANTE INFECTADA PELO HIV

Este capítulo aborda as recomendações para auxiliar os profissionais do pré-natal de baixo e de alto risco, além dos serviços especializados no atendimento inicial às gestantes com diagnóstico de infecção pelo HIV, e que não apresentem manifestações de infecções oportunistas (IO.)

No caso de gestantes com imunossupressão mais grave e IO, a abordagem será direcionada para o manejo dessas condições, mediante o auxílio do infectologista ou clínico com experiência no tratamento de PVHIV.

As gestantes diagnosticadas com HIV, a partir de qualquer metodologia de testagem, devem ser encaminhadas para o seguimento pré-natal de alto risco ou SAE, de acordo a situação clínica, **devendo manter o vínculo com a Atenção Básica**, como mostra a Figura 3.

Figura 3 – Fluxograma de local de atendimento da gestante com HIV, de acordo com sua situação clínica



14.1 Seguimento clínico, laboratorial e obstétrico

Um dos objetivos da avaliação inicial de uma pessoa recém-diagnosticada com a infecção pelo HIV é estabelecer uma boa relação profissional-usuário. A linguagem acessível à pessoa é fundamental para explicar os aspectos essenciais da infecção causada pelo HIV, bem como a importância do acompanhamento clínico-laboratorial e da TARV, contribuindo para a adesão ao tratamento e ao seguimento.

Os itens listados a seguir servem como um roteiro para orientar a abordagem no acompanhamento inicial da gestante infectada pelo HIV:

- › Avaliar o nível de conhecimento da gestante sobre a doença e explicar a infecção pelo HIV e sua evolução, assim como o risco de transmissão vertical e a elevada eficácia das medidas preventivas;
- › Enfatizar o impacto positivo do início do uso de TARV para a PTV e para a qualidade de vida, destacando a importância da adesão nesse processo;
- › Identificar alguma condição que exija intervenção imediata, como sinais e sintomas sugestivos de IO, bem como a necessidade de iniciar profilaxia para IO;
- › Avaliar parceria sexual e filhos(as).
- › Abordar aspectos relacionados à saúde sexual e à prevenção combinada.

O Quadro 6, a seguir, detalha questões a serem pesquisadas na história inicial. Esses aspectos devem ser abordados pela equipe multidisciplinar de saúde, de acordo com a organização local.

Quadro 6 – Aspectos que devem ser abordados no atendimento à gestante vivendo com HIV

NECESSIDADES E INFORMAÇÕES PARA O MANEJO	ASPECTOS A SEREM ABORDADOS NO ATENDIMENTO INICIAL
Reação emocional ao diagnóstico	› Nível de conhecimento sobre HIV / aids, explicando as dúvidas de forma objetiva › Avaliação da rede de apoio familiar e social, assegurando confidencialidade e sigilo
Informações específicas sobre a infecção pelo HIV	› Documentação do teste › Tempo provável de soropositividade › Situações de risco para a infecção › Presença ou história de IO relacionadas ao HIV › Contagem de LT-CD4+ e CV-HIV, genotipagem e início de TARV › História de uso anterior de ARV: tempo de uso e de interrupção, adesão, eventos adversos prévios etc. › Cartão de Imunizações › Compreensão sobre a doença: explicação sobre TV e horizontal, história natural, significado da contagem LT-CD4+, CV-HIV, TARV e genotipagem › Utilização de preservativo masculino e feminino e outras formas de prevenção combinada › História de sífilis e outras IST
Abordagem do comportamento de risco	› Investigação de comportamentos abusivos, em um ambiente livre de julgamento, para que a gestante e suas parcerias sexuais se sintam à vontade para relatá-los › Uso de tabaco, álcool e outras drogas lícitas e ilícitas › Interesse em reduzir os danos à saúde
Hábitos de vida	› Rotinas diárias › Hábitos nutricionais › Atividade física › Atividade laboral e possíveis exposições de risco
História clínica atual e passada	› Alergias › História de doença mental › História de tuberculose: PPD^(a), doença e tratamento, contato íntimo com pessoa com diagnóstico atual de tuberculose › Dislipidemias, diabetes, hipertensão arterial sistêmica, doenças autoimunes, distúrbios da tireoide › Câncer de mama e câncer de colo uterino › Hospitalizações prévias › Uso de práticas integrativas
História reprodutiva	› História de infecções ginecológicas › Fatores de risco para gestação › Menarca e ciclos menstruais › Uso de métodos anticoncepcionais › Gestações, partos e interrupções de gestações

Continua

Conclusão

NECESSIDADES E INFORMAÇÕES PARA O MANEJO	ASPECTOS A SEREM ABORDADOS NO ATENDIMENTO INICIAL
História social	› Rede de apoio social (família, amigos, ONG) › Condições de domicílio › Condições de alimentação › Emprego/profissão › Aspectos legais
História familiar	› Doenças cardiovasculares › Dislipidemias › Diabetes <i>mellitus</i> › Doenças autoimunes

Fonte: DIAHV/SVS/MS.

(a) Para mais informações sobre a indisponibilidade de PPD, consultar a Nota Informativa nº 08/2014/CGPNCT/DEVEP/SVS/MS e o Ofício Circular nº 02/2015/CGPNCT/DEVIT/SVS/MS.

Como a infecção pelo HIV é de caráter sistêmico, torna-se necessário, além do exame físico geral, observar atentamente os sinais clínicos sugestivos de manifestações da doença. O quadro seguinte lista os sistemas que frequentemente expressam alguma manifestação clínica associada à infecção pelo HIV.

Quadro 7 – Órgãos e sistemas comumente associados a manifestações da infecção pelo HIV no exame inicial, em gestantes assintomáticas

ÓRGÃOS E SISTEMAS	MANIFESTAÇÕES ASSOCIADAS/ORIENTAÇÃO
Pele	› Pesquisar sinais de dermatite seborreica, foliculite, micose cutânea, molusco contagioso, sarcoma de Kaposi
Cabeça e pescoço	› Pesquisar candidíase oral e/ou leucoplasia pilosa na orofaringe › Realizar fundoscopia, contagem de LT-CD4+ ≤ 50 céls/mm³
Linfonodos	› Pesquisar linfadenomegalias
Abdome	› Pesquisar hepatomegalia ou esplenomegalia, massas palpáveis
Sistema neurológico	› Pesquisar sinais focais e avaliar estado cognitivo
Trato genital inferior	› Examinar a região vaginal, anal e perianal, pesquisando corrimento, úlceras e lesões sugestivas de infecção pelo HPV ou de neoplasias

Fonte: DIAHV/SVS/MS.

14.1.1 Avaliação laboratorial inicial

A abordagem laboratorial no início do acompanhamento clínico-obstétrico de gestantes infectadas pelo HIV tem como objetivo avaliar a condição geral de saúde da mulher e identificar o status da infecção pelo HIV (situação imunológica e virológica inicial), a presença de comorbidades e de fatores que possam interferir na evolução da gravidez.

*O nível da **CV-HIV** é um dos fatores mais importantes associados ao risco de transmissão vertical do HIV e auxilia no seguimento e na definição da via de parto.*

A taxa de TV do HIV é inferior a 1% em gestantes em uso de ARV que mantêm níveis de CV-HIV abaixo de 1.000 cópias/mL, sendo, portanto, muito baixa quando a CV estiver indetectável. Além disso, a CV-HIV é utilizada para monitoramento da gestante infectada pelo HIV, auxiliando na avaliação da resposta à TARV.

Durante o seguimento da gestante infectada pelo HIV, devem ser realizados pelo menos **três exames de CV-HIV durante a gestação**:

- › Na primeira consulta do pré-natal, para estabelecer a magnitude da viremia;
- › Quatro semanas após a introdução da TARV, para avaliar a resposta ao tratamento;
- › A partir da 34ª semana, para indicação da via de parto.

A CV-HIV também deverá ser solicitada quando a TARV for modificada por qualquer motivo, duas a quatro semanas após a mudança de esquema, para avaliar a resposta ao tratamento.

A **contagem de LT-CD4+** deverá ser realizada **na primeira consulta de pré-natal** e pelo menos **a cada três meses durante a gestação** para gestantes em início de tratamento. Para gestantes em seguimento clínico em uso de TARV, com CV-HIV indetectável, solicitar contagem de LT-CD4+ juntamente com CV-HIV na primeira consulta e na 34ª semana.

14.1.2 Periodicidade de consultas e seguimento laboratorial

Recomenda-se um número mínimo de 6 (seis) consultas de pré-natal, sendo a primeira consulta realizada idealmente no 1º trimestre da gestação.

O Quadro 11 apresenta os exames sugeridos para estruturar a abordagem laboratorial inicial e sua frequência de realização durante as consultas de pré-natal.

Quadro 8 – Periodicidade de realização de exames durante a gestação

EXAME	INICIAL	TRIMESTRE			COMENTÁRIO
		1º	2º	3º	
Hemograma	X	X	X	X	
Tipagem sanguínea	X				
Coombs indireto	X		X		Se a gestante for Rh negativo Se o resultado for negativo , administrar imunoglobulina anti-RhS na 28ª semana de gestação
Glicemia em jejum	X	X	X	X	
Teste de tolerância à glicose com 75g			X		Entre a 24ª e a 28ª semana
Exame sumário de urina e urocultura	X	X	X	X	
Provas de função hepática	X				Em caso de uso de nevirapina , deve-se realizar o controle de rotina durante toda a gestação Em caso de uso de raltegravir , realizar controle na introdução do ARV e de rotina durante toda a gestação, especialmente no 3º trimestre
Prova de função renal (ureia e creatinina)	X		X		Sempre calcular o <i>clearance</i> de creatina antes do uso de TDF, e rotineiramente após introdução. Solicitar após o 1º mês e, pelo menos, trimestralmente, enquanto os níveis estiverem dentro da normalidade
Contagem de LT-CD4+	X		X	X	Solicitar trimestralmente durante gestação para gestantes em início de tratamento. Para gestantes em uso de TARV, com CV-HIV indetectável, solicitar no 1º trimestre e na 34ª semana
CV-HIV	X			X	A solicitação de CV-HIV deverá ser realizada na primeira consulta Para gestantes em início ou modificação de TARV, uma segunda amostra deverá ser solicitada após 2 a 4 semanas após introdução/modificação da TARV. Avaliar queda de pelo menos 1 Log de CV-HIV Nas gestantes em uso de TARV com CV-HIV detectável , avaliar adesão e a possibilidade de realizar genotipagem (CV-HIV >500 cópias/mL) Todas as gestantes deverão ter coleta de CV-HIV a partir da 34ª semana, para auxiliar definição da via de parto e do uso de profilaxias
Genotipagem	X				Coletar antes do início da TARV para todas as gestantes Iniciar TARV em gestantes que não estavam em tratamento, sem aguardar resultado de genotipagem Coletar nos casos de falha virológica (CV-HIV >500 cópias/mL, comprovada por duas coletas seguidas, com 2 a 4 semanas de intervalo entre elas, sendo a última CV >500 cópias/mL) Avaliar adesão e necessidade de modificação de esquema de TARV em gestantes já em uso de TARV e CV-HIV detectável

Continua

Conclusão

EXAME	TRIMESTRE				COMENTÁRIO
	INICIAL	1°	2°	3°	
Teste treponêmico (ex.: TR) e/ou teste não treponêmico (ex.: VDRL)	X			X	Realizar testagem no diagnóstico da gestação (ou na primeira consulta) e no 3° trimestre, além da admissão para o parto. Oferecer nova testagem em caso de história de exposição sexual de risco/violência sexual
Anti-HAV	X				Solicitar na primeira consulta. Imunizar em caso de resultado não reagente
HBsAg	X				Na primeira consulta e no parto (caso o esquema vacinal não tenha sido completado) Imunizar caso não haja histórico de vacinação e se a testagem for reagente
Anti-HCV	X				Na primeira consulta
Sorologia para toxoplasmose (IgM, IgG)	X	X	X	X	Sorologia trimestral para IgG no caso de resultado inicial não reagente Realizar orientações quanto à prevenção da exposição a <i>Toxoplasma gondii</i>
Sorologia para doença de Chagas	X				Na primeira consulta, solicitar dois métodos distintos para detecção de IgG conforme grupos de risco: 1) pessoas residentes ou procedentes de áreas de transmissão ativa (vetorial ou oral) atualmente ou no passado; 2) pessoas que habitam (ou tenham habitado) em áreas com presença de triatomíneo; 3) pessoas que tenham recebido transfusão de sangue (hemocomponentes) antes de 1992; 4) filhos(as) de mães com doença de Chagas em quaisquer fases ou formas clínicas; 5) pessoas com familiares (outros que não a "mãe biológica") ou pessoas do convívio social que tenham diagnóstico da doença de Chagas
Citopatológico do colo do útero	X				Periodicidade anual se LT-CD4+ >200 céls/mm ³
Swab vaginal e anal para pesquisa de estreptococo do grupo B				X	Entre a 35ª e a 37ª semana. Se a cultura for positiva, indicar profilaxia com penicilina G cristalina endovenosa durante o trabalho de parto
Exame especular com realização de teste de pH e teste das aminas (teste do cheiro ou de Whiff)	X				Sempre que houver sinais e sintomas de vaginose bacteriana
PPD ^(a) (Reação de Mantoux)	X				Realizar na primeira consulta em gestante assintomática e sem história prévia de TB. PPD ≥ 5 mm: realizar a investigação de TB ativa. Caso a investigação seja negativa, indicar a profilaxia com isoniazida associada à piridoxina. Na ausência de PPD ⁽¹⁾ , iniciar isoniazida em casos específicos

Fonte: DIAHV/SVS/MS.

^(a) Para mais informações sobre a indisponibilidade de PPD, consultar a Nota Informativa nº 08/2014/CGPNCT/DEVEP/SVS/MS e o Ofício Circular nº 02/2015/CGPNCT/DEVIT/SVS/MS.

14.2 Investigação de TB em gestantes vivendo com HIV/aids

Uma vez que a tuberculose (TB) é a principal causa de óbito definida em PVHIV, recomenda-se que seja pesquisada em todas as consultas, inclusive durante o pré-natal, além de sintomas respiratórios e provável contato íntimo com um sintomático respiratório. Deve-se questionar a gestante sobre a presença de tosse, febre, emagrecimento e/ou sudorese noturna. A existência de qualquer um desses sintomas pode indicar TB ativa e deve ser investigada.

A prova tuberculínica (PT ou PPD) é importante para auxiliar o diagnóstico da ILTB e constitui um marcador de risco para o desenvolvimento de TB ativa, devendo ser realizada em todas as PVHIV assintomáticas para TB e sem histórico prévio da doença.

*Em caso de **PT** seja menor que 5mm, recomenda-se que seja repetida anualmente e também após a reconstituição imunológica com o uso da TARV.*

*O **tratamento da infecção latente com isoniazida** é recomendado para todas as **PVHIV** com **PT** menor ou igual a 5mm, desde que excluída TB ativa.*

Caso o PPD não esteja disponível, e se afastada a possibilidade de TB ativa, deve-se considerar a **instituição da profilaxia com isoniazida (INH)** nas seguintes situações:

- › Gestantes vulneráveis que vivam confinadas ou que estejam em situação precária de moradia;
- › Gestantes que convivam com sintomáticos respiratórios;
- › Gestantes em uso prolongado de corticoides e drogas imunossupressoras.

*Para as **gestantes infectadas pelo HIV e sintomáticas respiratórias** (tosse há mais de 2 semanas), independentemente da contagem de LT-CD4+, **devem ser solicitadas 3 amostras de escarro para realização do teste rápido da TB (se disponível) e pesquisa direta do bacilo de Koch (BAAR).***

Para mais informações sobre o tratamento da coinfeção TB-HIV, consultar o "Manual de Recomendações para Controle da Tuberculose no Brasil", disponível em <<http://www.saude.gov.br/tuberculose>>.

14.3 Imunizações na gestante vivendo com HIV/aids

Além dos aspectos que dizem respeito à gestação, é preciso considerar as condições imunológicas da gestante vivendo com HIV/aids. Na infecção pelo HIV, à medida que aumenta a imunossupressão, reduz-se a possibilidade de resposta imunológica consistente.

Sempre que possível, deve-se adiar a administração de vacinas em PVHIV sintomáticas ou com imunodeficiência grave, com presença de IO ou contagem de LT-CD4+ inferior a 200 céls/mm³, até que um grau satisfatório de reconstituição imune seja obtido com o uso de TARV, o que proporciona melhora na resposta vacinal e reduz o risco de complicações pós-vacinais.

Alguns estudos demonstram elevação transitória da CV-HIV após a imunização, fenômeno denominado **transativação heteróloga**, o qual tem duração de aproximadamente quatro semanas. Essa elevação da viremia, mesmo que transitória, pode aumentar o risco de transmissão do HIV intraútero, sendo mais uma razão para postergar o início do esquema vacinal para após o início da TARV, além de evitar a vacinação no final da gestação.

A vacina da febre amarela deve ser evitada; porém, em regiões de risco elevado ou em situações de surto, poderá ser administrada, avaliando-se relação de risco-benefício, devido à alta morbimortalidade da doença, a partir do terceiro trimestre da gestação. Nessas situações, será necessária a avaliação de um especialista e a correlação com a contagem de LT-CD4+ da gestante.

As imunizações que podem ser indicadas na gestação de mulheres vivendo com HIV/aids estão especificadas no Quadro12.

Quadro 9 – Imunizações recomendadas em gestantes vivendo com HIV/aids

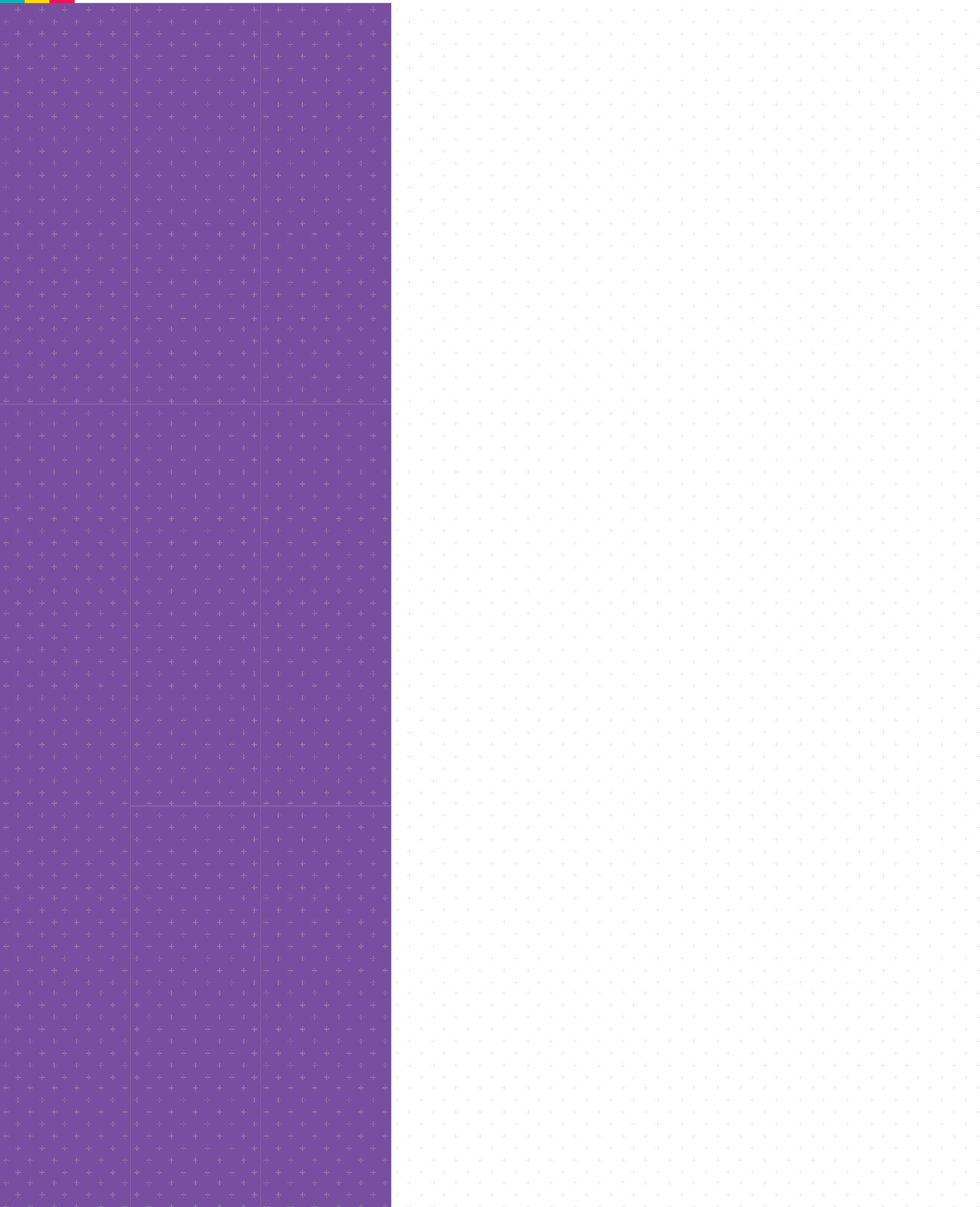
IMUNIZAÇÃO	RECOMENDAÇÃO – AVALIAR CONTAGEM DE LT-CD4+ E CONDIÇÃO CLÍNICA DA GESTANTE
Vacina para pneumococo	Recomendada. Duas doses, com intervalo de 5 anos, independentemente da idade
Vacina meningocócica conjugada (MncC)	Recomendada
Vacina <i>Haemophilus influenzae</i> tipo b (Hib)	Nas mulheres menores de 19 anos, não previamente vacinadas
Vacina para tétano e difteria (dT)	Recomendada. Indicado o reforço durante a gestação caso a última dose tenha sido administrada há mais de 5 anos
Vacina acelular contra difteria, tétano e coqueluche (dTpa)	Se a gestante não for vacinada ou o estado vacinal for desconhecido, indicar 3 doses (esquema padrão) e considerar uma dose de dTpa. Caso a gestante precise do reforço de difteria e tétano, poderá realizá-lo contendo as 3 vacinas (dTpa) entre a 27ª semana e a 36ª semana (pelo menos 20 dias antes do parto), conforme orientações sobre imunização contra a coqueluche em gestantes
Vacina para hepatite B	Recomendada para as gestantes suscetíveis (anti-HBs negativas) A dose deve ser o dobro daquela recomendada pelo fabricante e seguindo o esquema de 4 doses (0, 1, 2 e 6 ou 12 meses)
Imunoglobulina humana anti-hepatite B (IGHAB)	Recomendada para as gestantes suscetíveis (anti-HBs negativas), em situação de risco de exposição (ex.: usuárias de drogas que compartilham seringas e agulhas, contato sexual desprotegido com pessoas HBsAg positivas ou em caso de vítimas de violência sexual) Dose única, iniciada ainda nos primeiros 14 dias de exposição
Vacina para hepatite A	Recomendada para as gestantes suscetíveis (anti-HAV IgG negativas) Realizar duas doses com intervalo de 6 a 12 meses
Influenza/H1N1 (INF)	Recomendada anualmente para PVHIV, antes do período da influenza. Vacina inativada trivalente, uma dose anual Pode ser feita na gestação
Imunoglobulina para vírus da varicela-zoster (VZV)	Recomendada para as gestantes suscetíveis (anti-VZV negativas), após exposição a pessoas com infecção ativa por varicela
Febre amarela	A vacinação está contraindicada em gestantes, independentemente do estado vacinal. Na impossibilidade de adiar a vacinação, como em situações de emergência epidemiológica, vigência de surtos, epidemias ou viagem para área endêmica, o médico deverá avaliar o benefício e o risco da vacinação

Fonte: DIAHV/SVS/MS.

As **vacinas com vírus vivo atenuado** são **contraindicadas na gestação**. Contudo, a imunização para a febre amarela deverá ser indicada para gestantes com risco de exposição ao vírus, considerando o risco-benefício.

A vacina contra o HPV não está indicada para as gestantes. No entanto, em situação de vacinação inadvertida, não se recomenda a interrupção da gestação. A gestante deve ser acompanhada durante o pré-natal e o esquema completado após o parto.

Para mais informações, consultar o calendário nacional de imunizações, disponível em <http://www.saude.gov.br/pni> e em documentos específicos.



15

PREPARAÇÃO DA GESTANTE VIVENDO COM HIV/AIDS PARA O TRATAMENTO

15.1 Adesão na gestação e pós-parto

Apesar das evidências de que o desejo da mulher de proteger a saúde de seu filho e de se manter saudável leve à melhor adesão à TARV durante a gravidez, diferentes estudos demonstram que apenas cerca de 70% das grávidas em tratamento e sem exposição prévia aos ARV atingem supressão viral próxima ao parto. **A principal causa para a não supressão viral nesse grupo é a adesão insuficiente, que costuma se agravar após o parto.** Para o sucesso das políticas atuais de tratamento e acompanhamento de gestantes infectadas pelo HIV durante o pré-natal e após o parto, a equipe de saúde deve estar atenta aos aspectos individuais e dinâmicos que podem afetar a adesão.

É imprescindível que essas mulheres recebam informações sobre os benefícios da TARV e que lhes seja garantido espaço para a discussão de eventuais temores sobre possíveis impactos negativos das medicações nos fetos e RN.

Durante o primeiro trimestre de gestação, a mulher assintomática, sem IO e com LT-CD4+ acima de 350 céls/mm³, deverá ser abordada quanto à importância da adesão e sobre a possibilidade de iniciar TARV apenas após o término do primeiro trimestre.

Para qualquer ARV, não há completa segurança quanto à exposição fetal no primeiro trimestre, apesar da importância da TARV para a saúde materna e da diminuição significativa da transmissão vertical do HIV. Portanto, essa decisão deverá ser tomada em conjunto com a equipe assistente e a paciente.

O período pós-parto pode ser acompanhado de alterações de humor que muitas vezes não são abordadas, mas que também interferem na adesão.

15.2 Abordagem nutricional da gestante vivendo com HIV/aids

A alimentação das gestantes difere daquela dos adultos, basicamente, em razão da necessidade aumentada de nutrientes para possibilitar o adequado desenvolvimento do feto. As demandas nutricionais e energéticas podem variar segundo a avaliação do estado nutricional pré-gestacional, o estágio da infecção pelo HIV, as comorbidades (como diabetes, hipertensão ou obesidade), o estilo de vida e a atividade física habitual.

Em gestantes vivendo com HIV/aids, deve-se avaliar se é um caso estável, assintomático ou se há alguma complicação ou sintoma de aids. Para gestantes assintomáticas, as recomendações não diferem dos cuidados com qualquer outra gestante de baixo risco. Deve-se seguir uma alimentação saudável, observando as necessidades nutricionais inerentes a essa condição fisiológica.

A abordagem nutricional à gestante durante o pré-natal está bem estabelecida na série "Cadernos da Atenção Básica – Atenção ao pré-natal de baixo risco", do item "Avaliação do estado nutricional e do ganho de peso gestacional", disponível em <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/caderno_atencao_pre_natal_baixo_risco.pdf>.

No "Manual Técnico para o Pré-Natal de Alto Risco", disponível em <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/gestacao_alto_risco.pdf>, encontram-se também orientações para gestantes que apresentam comorbidades, como anemias e diabetes, entre outras, que tornam o pré-natal de alto risco. Todas essas condições devem ser consideradas no cálculo das necessidades nutricionais.

15.3 Atividade física na gestação

O exercício aeróbico regular durante a gravidez pode melhorar ou manter a capacidade física e a relação da gestante com o próprio corpo. No entanto, os dados de literatura ainda são insuficientes para explicar a extensão dos riscos e benefícios para a mãe e o feto.

Desse modo, as gestantes que já realizam exercício físico regular podem ser orientadas a manter sua prática, desde que respeitem os limites de conforto e segurança do próprio corpo e que não se exponham a situações de risco. As atividades recreativas, na maioria dos casos, são seguras durante a gravidez.

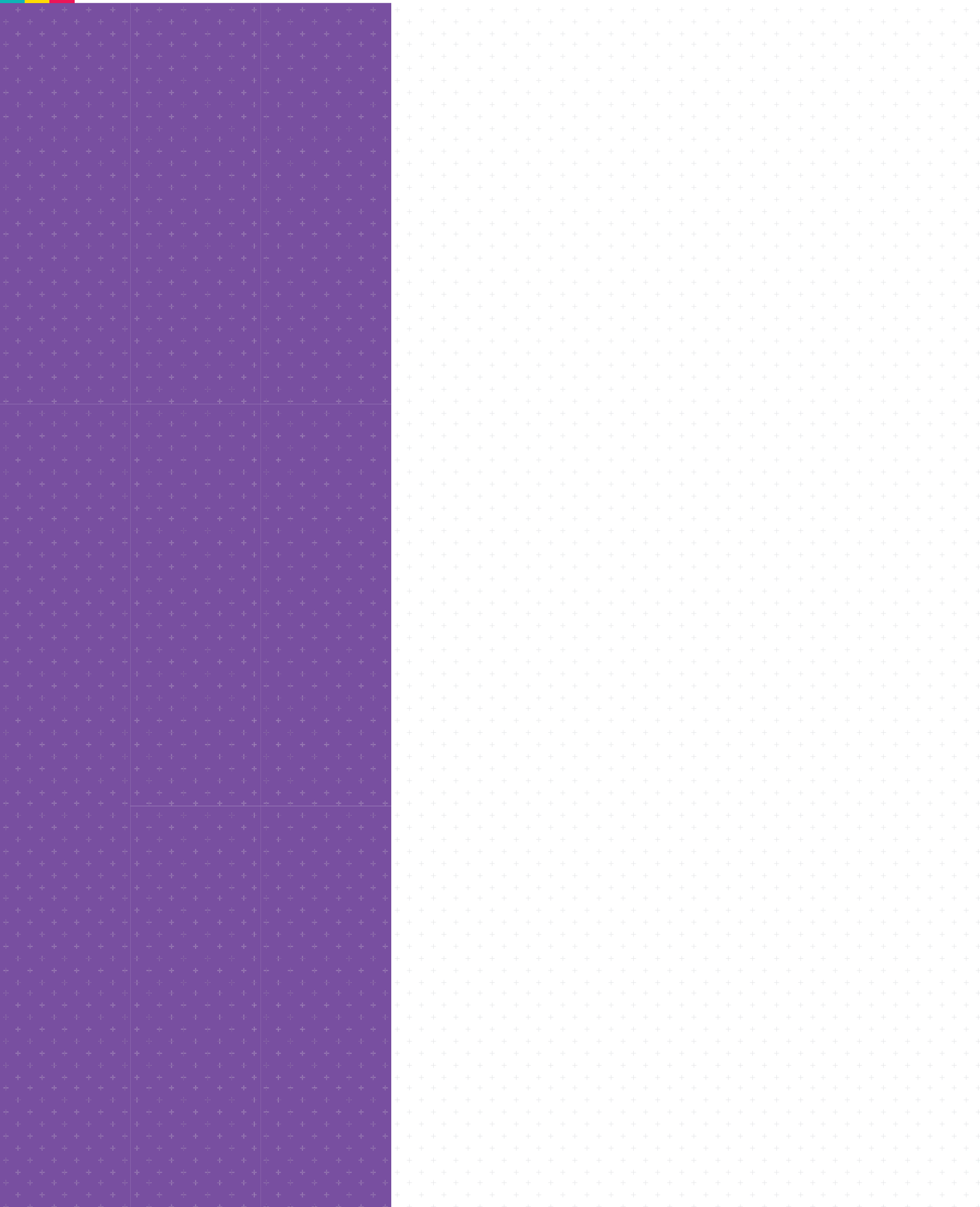
Para as gestantes que desejam iniciar atividade física, podem ser recomendados exercícios moderados por aproximadamente 30 minutos, diariamente. Avaliar de acordo com a disponibilidade a possibilidade da inclusão da mulher na política nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (Brasil, 2015b), disponível em <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf>.

15.4 Atividade sexual na gestação

A manutenção de relações sexuais na gravidez não parece estar associada a efeitos adversos. A atividade sexual durante o terceiro trimestre da gravidez não está relacionada a aumento de prematuridade e mortalidade perinatal.

É importante considerar a possibilidade de contrair IST que prejudiquem a gestação ou que possam ser transmitidas verticalmente, causando aumento da morbimortalidade tanto para a gestante quanto para o conceito. Por isso, a equipe de saúde deve abordar questões relacionadas à saúde sexual das gestantes e suas parcerias sexuais durante o pré-natal, o parto e o puerpério, especificamente no que tange à identificação de práticas sexuais de risco e oferta de prevenção combinada.

*Independentemente da CV-HIV, recomenda-se que as gestantes mantenham o **uso de preservativo masculino ou feminino** nas suas relações sexuais, protegendo-se de sífilis e outras IST.*



16

TRATAMENTO ANTIRRETROVIRAL NA GESTAÇÃO: PRINCÍPIOS, INDICAÇÕES, MONITORAMENTO, MANEJO DE EVENTOS ADVERSOS E COMPLICAÇÕES (SIR)

16.1 Estratégia de tratamento para todas as pessoas vivendo com HIV/aids

No Brasil, está recomendada a TARV para todas as pessoas vivendo com HIV/aids, independentemente do seu estágio clínico ou imunológico (Brasil, 2015a). A instituição da TARV tem por objetivo diminuir a morbidade e mortalidade das PVHIV, melhorando sua qualidade e expectativa de vida.

*A TARV está indicada para toda gestante infectada pelo HIV, independentemente de critérios clínicos e imunológicos, e **não deverá ser suspensa após o parto**, independentemente do nível de LT-CD4+ no momento do início do tratamento.*

Isso é ainda mais importante levando-se em consideração o impacto da supressão da CV-HIV na redução da transmissão vertical dessa infecção.

A TARV poderá ser iniciada na gestante antes mesmo de se terem os resultados dos exames de LT-CD4+, CV-HIV e genotipagem – principalmente nos casos de gestantes que iniciam tardiamente o acompanhamento pré-natal –, com o objetivo de alcançar a supressão viral o mais rapidamente possível.

O risco de transmissão vertical do HIV é determinado pela CV-HIV materna, pelo uso de TARV durante a gestação e pela relação entre o tempo de uso de TARV efetiva e o parto. A supressão da CV-HIV é um fator determinante na redução da transmissão vertical. O uso de TARV durante a gravidez reduz a taxa de transmissão vertical do HIV de aproximadamente 30% para menos de 1%, quando se alcança a supressão da CV-HIV materna (CV-HIV plasmática <50 cópias/mL) próxima ao parto (Tubiana, 2010; Townsend, 2008).

A TARV universal é um elemento importante da PTV do HIV; porém, para que seja atingida a meta de eliminação de novos casos entre crianças, os programas de PTV de HIV devem incorporar um pacote de intervenções, que incluem ações de prevenção de HIV entre mulheres negativas para o HIV, acesso a planejamento reprodutivo, testagem disponível e precoce para HIV no pré-natal e suporte para que as mulheres gestantes vivendo com HIV permaneçam aderentes à TARV e retidas no sistema de saúde na gestação, na amamentação e durante toda a vida (OMS, 2016). Essas mulheres, assim como suas parcerias sexuais, devem ainda ter acesso à testagem, diagnóstico e tratamento adequado para outras IST.

16.2 Genotipagem pré-tratamento

Atualmente, há uma preocupação mundial com a transmissão de cepas resistentes do HIV a uma ou mais classes de ARV, o que está relacionado a maior chance de falha à TARV (Little, 2002; Kuritzkes, 2008; Moura, 2015).

Estudos mais recentes têm demonstrado que as mutações ocorrem de forma espontânea, sugerindo que esquemas de ARV com maior barreira genética para resistência, associados à maior adesão das pessoas em uso de TARV, podem limitar a expansão da resistência transmitida, por reduzir a geração de linhagens virais resistentes (Rhee, 2015).

De acordo com os dados nacionais do Sistema de Controle de Exames de Genotipagem (Sisgeno), em 2016, a prevalência de mutações de resistência primária aos IP, ITRN e ITRNN descrita em gestantes foi de 13,7%. Ao considerar isoladamente os ITRN, ITRNN e IP, a prevalência nacional de mutações que conferem resistência a essas classes de ARV foi de 4,6%, 8,8% e 2,7%, respectivamente.

*Assim, a genotipagem pré-tratamento **está indicada para todas as gestantes infectadas pelo HIV**, de forma a orientar o esquema terapêutico.*

A realização de genotipagem para gestantes deve ser considerada uma prioridade na rede de assistência, uma vez que a escolha de um esquema antirretroviral eficaz tem impacto direto na TV do HIV. Contudo, **ressalta-se que o início do tratamento não deve ser retardado pela espera do resultado desse exame.**

16.3 Gestantes que não fizeram uso de TARV

A TARV deve ser administrada a todas as gestantes infectadas pelo HIV, independentemente da situação virológica, clínica ou imunológica da gestante vivendo com HIV/aids.

16.3.1 Esquema preferencial de tratamento – esquema ARV com inibidores de integrase (INI)

A terapia inicial deve sempre incluir combinações de três ARV, sendo dois ITRN/ITRNt associados a um INI (Quadro 10).

O esquema preferencial para gestantes em início de tratamento deve ser:

TDF* + 3TC* + RAL

* Na apresentação de dose fixa combinada, sempre que disponível.

16.3.1.1 Escolha dos ITRN

A associação tenofovir/lamivudina (TDF/3TC) é a preferencial nas gestantes infectadas pelo HIV, pois possui facilidade posológica (dose única diária), além de um perfil favorável em relação à lipoatrofia e à toxicidade hematológica, ambas associadas à zidovudina (AZT).

Dados sobre o uso do TDF durante o primeiro trimestre de gestação não demonstraram aumento em defeitos congênitos em comparação com a população geral. Além disso, esse ARV foi bem tolerado durante a gestação.

Nos casos de impossibilidade do uso de TDF/3TC, a associação AZT/3TC é a segunda opção de escolha. Caso essa associação não possa ser usada, recomenda-se então o uso do abacavir (ABC) associado a 3TC como terceira opção.

O ABC só deve ser utilizado em pacientes que tenham teste para o HLA-B*5701 NEGATIVO, pelo risco de hipersensibilidade.

O resultado do procedimento deve ser registrado no prontuário da gestante.

Esquemas alternativos:

Para os casos em que a dupla de ITRN (TDF/3TC) estiver contraindicada, deve-se proceder da seguinte maneira:

ESQUEMA ALTERNATIVO	
Contraindicação ao TDF/3TC	1ª opção: utilizar AZT/3TC 2ª opção: utilizar ABC*/3TC

*Apenas nas gestantes com teste HLA-B*5701 negativo.

As gestantes que apresentarem contraindicação ao TDF, embora realizem a troca da medicação primeiramente pelo AZT, deverão já coletar HLA-B*5701 nesse momento. Isso evitará que, caso haja nova intolerância, a troca da medicação seja postergada pela ausência do exame que demonstra presença ou não de risco aumentado de hipersensibilidade ao ABC.

16.3.1.2 Escolha dos INI

A recomendação do uso de inibidor de integrase como droga de escolha para composição do esquema preferencial de gestantes em início de tratamento uniformiza a escolha da TARV preferencial para início de tratamento no Brasil.

Os consensos mais recentes que abordam gestantes vivendo com HIV recomendaram RAL como opção de tratamento preferencial (Maliakkal, 2016).

Os INI apresentam vantagens importantes em comparação a outras classes para a composição do esquema de mulheres gestantes no Brasil:

- › Estudos demonstraram que o RAL foi relativamente mais eficaz que outros esquemas de medicamentos (Rockstroh, 2013; Sharma, 2015);
- › Trata-se de uma medicação potente para a diminuição rápida da CV-HIV, um dos principais fatores de impacto na redução da TV do HIV, especialmente no terceiro trimestre de gestação (Taylor, 2011; Pinnetti, 2010; Westling, 2012; Cha, 2013; De Hoffer, 2013; Nobrega, 2013; Rahangdale, 2016; Boucoiran, 2015). Estudos clínicos em adultos não gestantes sugerem uma queda da CV-HIV mais rápida com uso de RAL quando comparado ao EFZ (Lennox, 2009; Rockstroh, 2013);
- › Os INI possuem boa barreira genética. Inicialmente, não há evidência de resistência transmitida a essa classe no Brasil;
- › Trata-se de uma droga com boa tolerabilidade e perfil favorável em relação a efeitos adversos (Taylor, 2011; Rockstroh, 2013), o que tem impacto direto na adesão ao esquema de TARV;
- › Possui relativamente menos interações medicamentosas (Rizk, 2014), incluindo os anticoncepcionais orais (Sharma, 2015);
- › Em caso de coinfeção com tuberculose, não é necessário ajuste terapêutico (Grinsztejn, 2014).

Não existem dados que sugiram que quaisquer dos INI, incluindo o DTG, tenham alguma toxicidade fetal (Pinnetti, 2015). No entanto, o DTG ainda é considerado, na literatura internacional, como insuficientemente estudado nas gestantes para que se possa recomendá-lo como alternativa nessa população, a não ser que os benefícios sejam superiores aos riscos (WHO, 2016). Já há estudos sobre a farmacocinética do DTG durante a gestação, especialmente quanto à transferência fetal (Pain, 2015; Shalkwijk, 2016; Thomsom, 2016; Rimawi, 2017). Do mesmo modo, há alguns dados que afastam teratogenicidade em humanos, além de não existirem evidências de anomalias em camundongos, ratos ou coelhos (Rimawi, 2017).

O RAL é o ARV mais estudado na população de mulheres grávidas, sendo o INI de escolha para gestantes em início de TARV.

Uma preocupação importante documentada em relatos de casos de exposição ao raltegravir em mulheres com gestação avançada, em diferentes estudos, foi a **ocor-
rência de aumento de transaminases durante a gestação, reversíveis após a retirada**

desse ARV, o que impacta na necessidade de monitoramento do perfil hepático durante toda a gestação (McKeown, 2010; Taylor, 2011; Rosenvinge, 2012; Renet, 2013; Cecchini, 2014; Watts, 2014).

*Gestantes em uso de RAL deverão ser **monitoradas quanto aos níveis séricos de ALT/AST, de acordo com a rotina do serviço e a clínica da paciente**. Em caso de alteração de transaminases, o ARV deverá ser descontinuado e substituído por um dos esquemas alternativos, de acordo com resultado da genotipagem pré-tratamento. O seguimento deverá demonstrar normalização das provas de perfil hepático.*

- › O RAL deverá ser administrado na dose habitual de 400mg, em duas tomadas diárias, associado às demais drogas de composição do esquema TARV.

Para as gestantes que já estão em uso de DTG, como ainda não há dados de segurança para seu uso durante a gestação (Vitoria, 2017), é permitido realizar a troca para o RAL. No entanto, a troca do esquema ficará a critério da discussão entre a paciente e seu médico assistente, considerando questões de adesão e ponderando o risco-benefício de propor a mudança do esquema em uma paciente que esteja bem adaptada.

Para mulheres com HIV admitidas precocemente no pré-natal (ainda durante o primeiro trimestre de gestação), assintomáticas, sem IO e com LT-CD4+ acima de 350 céls/mm³, deverá ser abordada, simultaneamente à importância da adesão, a possibilidade de iniciar TARV apenas após o término do primeiro trimestre – levando-se em consideração que, para qualquer droga, não há completa segurança quanto à exposição fetal no primeiro trimestre da gestação, a despeito da importância da TARV para a saúde materna e da diminuição significativa da chance de ocorrência de transmissão vertical do HIV. Portanto, essa decisão deverá ser tomada em conjunto com a equipe assistente e a paciente, com base nos cenários clínicos e nas evidências científicas disponíveis.

Todas as gestantes que iniciarem TARV durante a gestação com esquema TDF + 3TC + RAL deverão realizar troca do ARV para DTG, em um prazo de até 3 meses após a resolução da gestação. No entanto, para que o switch seja possível, ela deverá:

- > Estar em seguimento clínico e uso de TARV de forma regular;
- > Estar com CV-HIV indetectável documentada dos últimos seis meses;
- > Ser orientada quanto à troca e seus benefícios.
- > Essa troca será prescrita e monitorada pelo especialista em seguimento da PVHIV, e deverá ser abordada já durante o tratamento inicial.

16.3.2 Esquemas alternativos de tratamento em gestantes em início de TARV

16.3.2.1 Esquema alternativo de TARV com IP/r

Diversas associações de IP/r demonstraram ser efetivas como terceira droga de escolha nos esquemas de TARV durante a gestação e o ATV está entre as drogas mais estudadas (Samuel, 2011).

O uso de esquemas ARV contendo IP/r deve ser considerado na impossibilidade de uso de INI. O ATV/r é o IP/r de escolha, com base na sua maior experiência de uso, alta potência de supressão viral e perfil de segurança na gestação. Além disso, deve ser levada em consideração sua comodidade posológica (tomada única diária).

ESQUEMA ALTERNATIVO DA GESTANTE EM INÍCIO DE TARV	
Contraindicação ao INI	1ª opção: utilizar ATV/r
Contraindicação ao ATV/r	2ª opção: utilizar DRV/r

O ATV/r apresenta passagem transplacentária ao redor de 10% e alguns estudos relatam discreto aumento da bilirrubina indireta no RN.

A posologia do ATV/r na gestação deve ser a habitual, ou seja, uma tomada diária (um comprimido de 300mg/100 mg, uma vez ao dia).

Na impossibilidade de composição do esquema ARV com ITRNN e com o LPV/r preferencial ATV/r, pode ser utilizado **DRV/r**, com base na sua experiência de uso e alta potência viral. **Deve ser realizada a prescrição de darunavir 600mg associado a 100mg de ritonavir, duas vezes ao dia.**

O LPV/r na apresentação solução oral é contraindicado na gestação, devido à presença de propilenoglicol. O LPV/r deixou de ser esquema alternativo, considerando sua pior comodidade posológica, perfil quanto à toxicidade e efeitos adversos.

16.3.2.2 Esquema alternativo de TARV com EFV

O EFZ tem sua segurança comprovada na gestação por revisões sistemáticas e metanálises que excluíram a maior incidência de defeitos congênitos das crianças expostas no primeiro trimestre de gestação (Ford, 2014). De fato, é a droga considerada como primeira escolha pela OMS, embora tenha perdido esse papel nos protocolos de outros países (De Ruiter, 2014; EACS, 2015; AIDSINFO, 2015), principalmente pela preocupação com a neurotoxicidade (Decloedt, 2013). Outra questão a ser levada em consideração é o aumento mundial da incidência de resistência transmitida, que se dá quando um indivíduo se torna infectado com uma cepa de HIV-1 já resistente a uma ou mais drogas (Geretti, 2006; Benetti, 2008; Moura, 2015).

Um levantamento realizado pelo Ministério da Saúde, analisando o banco de dados de genotipagens pré-tratamento para gestantes, demonstrou uma taxa global de mutações que conferiam resistência aos ITRNN de aproximadamente 8%, acima do corte de 5% estabelecido pela OMS (Benetti, 2008).

*Desse modo, no cenário brasileiro, o **uso de EFZ** deve estar necessariamente associado à **realização de genotipagem pré-tratamento**.*

Uma vantagem importante dos esquemas com ITRN + ITRNN é a comodidade posológica de um comprimido uma vez ao dia, visto que esquemas com combinações de dose fixa única diária têm impacto na adesão.

*Assim, a **combinação TDF + 3TC + EFZ 600mg/dia**, em comprimido coformulado, pode ser utilizada quando a adesão é uma preocupação, desde que esteja documentada sensibilidade por **genotipagem**.*

As gestantes que iniciarem TARV durante a gestação com esquema TDF + 3TC + EFZ em dose fixa combinada poderão realizar troca do ARV para DTG após término da gestação, seguindo o desejo da paciente e de forma acordada com a equipe clínica de seguimento. No entanto, para que o *switch* seja possível, a gestante deverá:

- › Estar em seguimento clínico e uso de TARV de forma regular;
- › Estar com CV-HIV indetectável documentada nos últimos seis meses;
- › Ser orientada quanto à troca e seus benefícios.

Essa troca será prescrita e monitorada pelo especialista em seguimento da PVHIV, e deverá ser abordada já durante o tratamento inicial alternativo.

Quadro 10 – Esquemas de TARV para início de tratamento em gestantes vivendo com HIV/aids

ESQUEMA PREFERENCIAL	MEDICAÇÕES ALTERNATIVAS
TDF + 3TC + RAL*	Contraindicação ao TDF: AZT
	Contraindicação ao TDF e AZT: ABC
	Autorizada apenas se HLA-B*5701 NEGATIVO
	Realizar switch do RAL para DTG após término da gestação
Esquema alternativo	Medicações alternativas
TDF + 3TC + EFZ	Quando estejam presentes aspectos de má adesão
	Para uso do EFZ, é mandatória a demonstração de sensibilidade na genotipagem pré tratamento
	Contraindicação ao TDF: AZT
	Contraindicação ao TDF e AZT: ABC
	Autorizada apenas se HLA-B*5701 NEGATIVO
TDF + 3TC + ATV/r	Opção terapêutica ao EFZ
	Contraindicação ao TDF: AZT
	Contraindicação ao TDF e AZT: ABC
	Autorizada apenas se HLA-B*5701 NEGATIVO

Fonte: DIAHV/SVS/MS.

*A partir da 14ª semana de gestação, de acordo com a situação clínica da paciente.

16.4 Manejo da gestante em uso de TARV com CV-HIV indetectável

*Gestantes infectadas pelo HIV, já em uso de TARV prévia ao diagnóstico da gestação e apresentando CV-HIV indetectável ou abaixo de 50 cópias/mL, **devem manter o mesmo esquema ARV.***

Para as gestantes que já estão em uso de DTG, como ainda não há dados de segurança para seu uso durante a gestação (Vitoria, 2017), orienta-se que seja feita troca para o RAL. No entanto, a troca do esquema fica a critério da discussão entre a paciente e seu médico assistente, considerando questões de adesão e ponderando o risco-benefício de propor a mudança do esquema em uma paciente que esteja bem adaptada.

16.5 Manejo da gestante em uso de TARV com CV-HIV detectável

Todas as gestantes deverão realizar CV-HIV na primeira consulta de pré-natal. Mulheres em **início de tratamento ou após modificação de TARV** deverão ter **nova amostra de CV-HIV coletada**. Aquelas que apresentarem CV-HIV detectável, a despeito da TARV prescrita, deverão ser avaliadas quando a adesão, interação medicamentosa e exposições de risco.

Uma segunda amostra de CV-HIV deverá ser coletada em duas a quatro semanas. Caso não tenha ocorrido **queda de pelo menos 1 log na CV-HIV**, deverá ser feito o **pedido de exame de genotipagem**.

A realização do exame de genotipagem para o HIV, disponível no SUS, é uma ferramenta importante de detecção de resistência aos ARV, que possibilita a escolha de esquemas ARV com maior chance de supressão viral, evita trocas desnecessárias de medicamentos e inibe a toxicidade pelo uso de medicamentos inativos.

Para a **realização do teste de genotipagem** nas gestantes vivendo com HIV/aids em **falha terapêutica**, são necessários **TODOS** os critérios abaixo:

- 1 Falha virológica confirmada em coleta consecutiva de CV-HIV após intervalo de duas a quatro semanas, com queda menor que 1 log da CV-HIV;
- 2 CV-HIV acima de 500 cópias/mL;
- 3 Uso regular de TARV, com adesão.

O manejo de ARV em gestantes que apresentem falha virológica e necessitem de esquemas de resgate deve ser estruturado por médicos experientes em TARV.

Nas situações em que haja dúvida quanto à aplicação dos princípios para avaliação da resistência genotípica e ao manejo do caso, recomenda-se que o médico assistente consulte uma retaguarda técnica existente na rede, como os MRG, câmaras técnicas ou serviços de referência para adultos infectados pelo HIV, que detenham maior experiência no tratamento de PVHIV multiexperimentadas.

Para mais informações a respeito da estruturação de esquemas de resgate, consultar o "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos", disponível em <<http://www.aids.gov.br/pcdt>>.

16.6 Segurança dos ARV na gestação

A incidência de reações adversas em gestantes e crianças expostas a medicamentos ARV para profilaxia da transmissão vertical do HIV é baixa. Além de pouco frequentes, os efeitos adversos geralmente são transitórios e de intensidade leve a moderada, tanto nas gestantes quanto nas crianças. Tais efeitos raramente determinam a suspensão da utilização dos ARV, já que a eficácia desses medicamentos na PTV do HIV sobrepõe-se aos riscos das reações adversas. As alterações fisiológicas que ocorrem durante a gestação podem afetar a cinética da absorção, distribuição, biotransformação e eliminação dos medicamentos, alterando potencialmente a susceptibilidade da gestante à toxicidade aos diferentes fármacos.

A associação entre o nascimento de crianças com malformações congênitas e a exposição aos ARV durante a vida intrauterina foi objeto de diversos estudos observacionais. Uma análise dos dados do registro americano e estudos realizados na Europa mostraram que a prevalência de malformações congênitas nessas crianças é semelhante à encontrada na população geral.

Dados agregados sobre exposição aos ARV e malformações congênitas são disponibilizados pelo Registro de Antirretrovirais na Gestação (APR, do nome em inglês, disponível em <<http://www.apregistry.com>>), com dados de toda Grã-Bretanha e Irlanda. Em relatos de casos prospectivos, crianças expostas a AZT, 3TC, RTV, TDF, LPV, NVP e DRV demonstraram taxas de malformações congênitas dentro dos níveis esperados; taxas maiores que 1,5 vezes as da população geral foram excluídas. O mesmo foi demonstrado mais recentemente para ABC, ATV e EFV. Para agentes mais recentes, como RAL, ETR, MVC e outros menos prescritos, como ENF/T20 e TPR, os dados são insuficientes quanto aos desfechos de exposição no primeiro trimestre para que possam ser excluídos riscos (de Ruiter, 2014).

16.7 Manejo dos efeitos adversos da TARV

Os efeitos adversos mais comuns nas primeiras semanas de TARV em gestantes são semelhantes àqueles que ocorrem nos adultos em geral (Quadro 14).

Quadro 11 – Manejo clínico dos efeitos adversos aos ARV

ARV	EVENTOS ADVERSOS	MANEJO
INIBIDORES DA TRANSCRIPTASE REVERSA ANÁLOGOS DE NUCLEOSÍDEO E NUCLEOTÍDEO – ITRN(T)		
ABC	Exantema e síndrome de Stevens Johnson, especialmente em portadores de HLA-B*5701 positivo	Descontinuar o medicamento (O uso do ABC só deve ser feito após realização de teste para HLA-B*5701)
AZT	Náuseas, anorexia, cefaleia, alterações no paladar, mal-estar e insônia	Administrar sintomáticos e orientar manutenção da medicação, uma vez que esses sintomas desaparecem ao longo da terapia, com melhora considerável do apetite
	Anemia e neutropenia	O medicamento deve ser substituído caso Hb <10,0 g/dL e/ou neutrófilos <1.000 céls/mm³
3TC	Eventos adversos raros; pode ocorrer pancreatite ou neuropatia periférica	Avaliação e acompanhamento
TDF	Risco de toxicidade renal	Não iniciar TDF se doença renal prévia, TFGe <60 mL/min ou insuficiência renal. Usar com precaução quando hipertensão não controlada, diabetes não tratada, idoso ou baixo peso corporal
	Lesão renal aguda e síndrome de Fanconi	
INIBIDORES DA TRANSCRIPTASE REVERSA NÃO ANÁLOGOS DE NUCLEOSÍDEO – ITRNN		
EFZ	Sintomas associados ao sistema nervoso central, tais como tonturas, sensação de “embriaguez”, sonolência ou insônia, dificuldade de concentração e sonhos vívidos (sensação forte de realidade). Farmacodermias do tipo rash cutâneo	Orientar sobre tais eventos e informar que normalmente desaparecem ao final das primeiras semanas de tratamento No caso de farmacodermia, avaliar medicação sintomática ou necessidade de suspensão do medicamento Os efeitos adversos neurológicos podem ser exacerbados com o uso concomitante de álcool. É necessário abordar o uso recreativo de álcool e outras drogas
NVP	Exantema (7%), geralmente maculopapular, de tipo eritema multiforme; menos de 1% progride para Síndrome de Stevens-Johnson ou para necrólise epidérmica tóxica	Suspender quando o exantema cutâneo for extenso, comprometer mucosas, estiver associado a manifestações semelhantes a um resfriado e/ou houver ocorrência de linfadenopatia. Das pessoas que apresentam esse tipo de reação à NVP, 40% não demonstram reação cruzada com o EFZ
INIBIDORES DE PROTEASE – IP		
ATV/r	Náuseas, vômitos, diarreia, exantema, cefaleia, tontura	A ocorrência de icterícia pode afetar a imagem e a autoestima da gestante, devendo, portanto, ser cuidadosamente avaliada e considerada a suspensão do medicamento quando houver desconforto para a pessoa
	Aumento da bilirrubina total, às custas da fração indireta (35% a 47% dos casos), com icterícia em alguns casos. Elevação das transaminases pode ocorrer em cerca de 2% a 7% dos casos	
DRV/r	Contém frações de sulfa. Pode ocorrer exantema (17% dos tratados, mas taxa de 0,3% de descontinuação), náusea (18%) e cefaleia (15%)	Monitorar função hepática, especialmente nos primeiros meses e se houver histórico de doença hepática pré-existente
	Disfunção hepática ocasional precoce no início do tratamento	

Continua

Conclusão

ARV	EVENTOS ADVERSOS	MANEJO
LPV/r	Diarreia (14% a 24%), náuseas, fezes malformadas, astenia, dor abdominal, cefaleia, vômitos e hiperlipidemia com hipertrigliceridemia	A diarreia pode ser manejada com adequações de dieta e medicamentos sintomáticos
	Outros eventos adversos menos frequentes incluem hiperglicemia, aumento de enzimas hepáticas e hiperamilasemia	
INIBIDORES DE INTEGRASE – INI		
RAL	Relatos de casos de aumento de transaminases no terceiro trimestre da gestação De maneira geral, bem tolerado	Reversíveis com a retirada da droga
DTG	Bem tolerado; os efeitos adversos são incomuns: insônia (<3%), cefaleia (<2%), náuseas e vômitos (<1%), rash (<1%)	Raros relatos de reação de hipersensibilidade e aumento de transaminases em pacientes coinfectados com hepatites virais

Fonte: DIAHV/SVS/MS.

Para mais informações sobre o manejo dos efeitos adversos aos ARV, consultar o “Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos”, disponível em <<http://www.aids.gov.br/pcdt>>.

16.8 Síndrome Inflamatória da Reconstituição Imune na gestante vivendo com HIV/aids

A reconstituição imune é uma das metas da TARV. Em algumas situações, observa-se um quadro clínico de caráter inflamatório exacerbado, chamado Síndrome Inflamatória da Reconstituição Imune (SIR), que está relacionada ao início da TARV e à recuperação do sistema imunológico da pessoa em queda de carga viral do HIV. Portanto, a SIR pode ser definida como uma piora da condição clínica do paciente após início da TARV, atribuída à recuperação da resposta imune a patógenos viáveis ou inviáveis (Manzardo, 2015).

Essa síndrome se manifesta como piora “paradoxal” de doenças infecciosas preexistentes, geralmente autolimitadas, mas que podem assumir formas graves. São descritas reações inflamatórias relacionadas a infecções fúngicas, virais e bacterianas, neoplasias e fenômenos autoimunes.

A SIR pode se apresentar como agravamento de uma doença já diagnosticada, como no caso da TB, tradicionalmente cursando com aumento de linfonodos e recrudescência da febre, bem como o aparecimento de uma doença não diagnosticada previamente, latente, exacerbando uma infecção subclínica preexistente.

O início da TARV em pessoas com baixas contagens de LT-CD4+ é um fator preditor para ocorrência de SIR, especialmente havendo história pregressa ou atual de coinfeções ou de infecções oportunistas. A prevenção das complicações associadas à SIR envolve identificação e manejo precoce.

Uma vez que não existem critérios bem estabelecidos para o diagnóstico de SIR, normalmente é necessária uma combinação de achados para orientar a suspeita clínica, conforme o quadro a seguir. No entanto, a SIR é uma condição potencialmente fatal (mortalidade entre 3% a 20%) e o seu manejo clínico ótimo é crucial para um bom prognóstico (Manzardo, 2015).

*O diagnóstico de SIR é clínico e deve ser considerado quando **sinais ou sintomas inflamatórios ocorrem entre quatro e oito semanas após o início da TARV**, na reintrodução de um esquema interrompido ou na modificação para um esquema mais eficaz após a falha terapêutica.*

*Observa-se, em geral, **aumento na contagem de LT-CD4+ e redução na CV-HIV**, o que demonstra a efetividade do tratamento.*

*No **diagnóstico diferencial**, deve ser excluída falha da TARV por má adesão ou resistência viral, falha ao tratamento da coinfeção ou da manifestação oportunista, interações medicamentosas e eventos adversos associados à TARV.*

Quadro 12 – Critérios para suspeita clínica de SIR

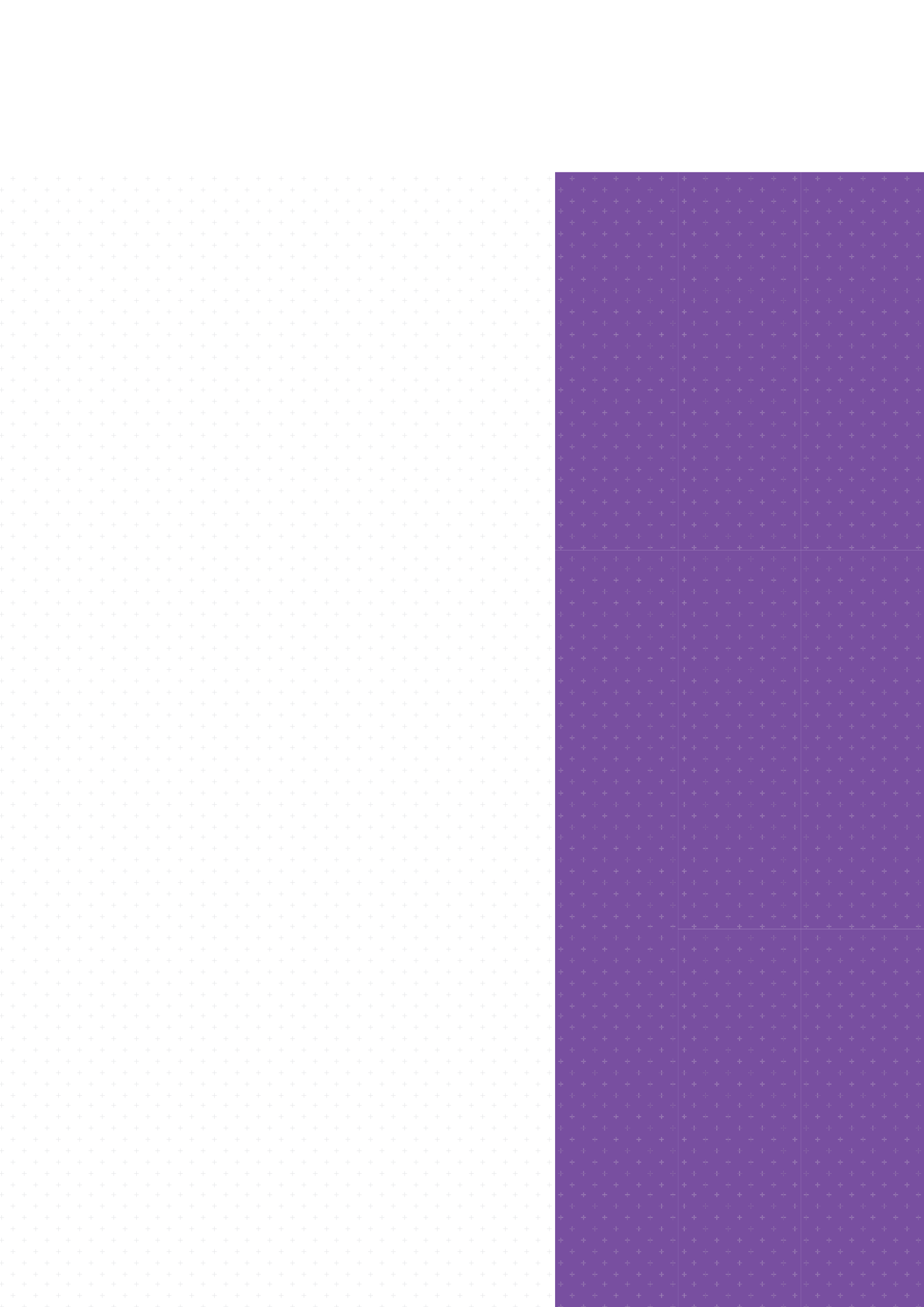
Piora de doença reconhecida ou surgimento de nova manifestação após início da TARV
Presença de imunodepressão grave antes do início ou modificação do esquema
Relação temporal entre o início da TARV e o aparecimento das manifestações inflamatórias (dentro de quatro a oito semanas do início da TARV)
Presença de resposta imune, virológica ou ambas após início da TARV
Exclusão de falha terapêutica, reação adversa ou superinfecção

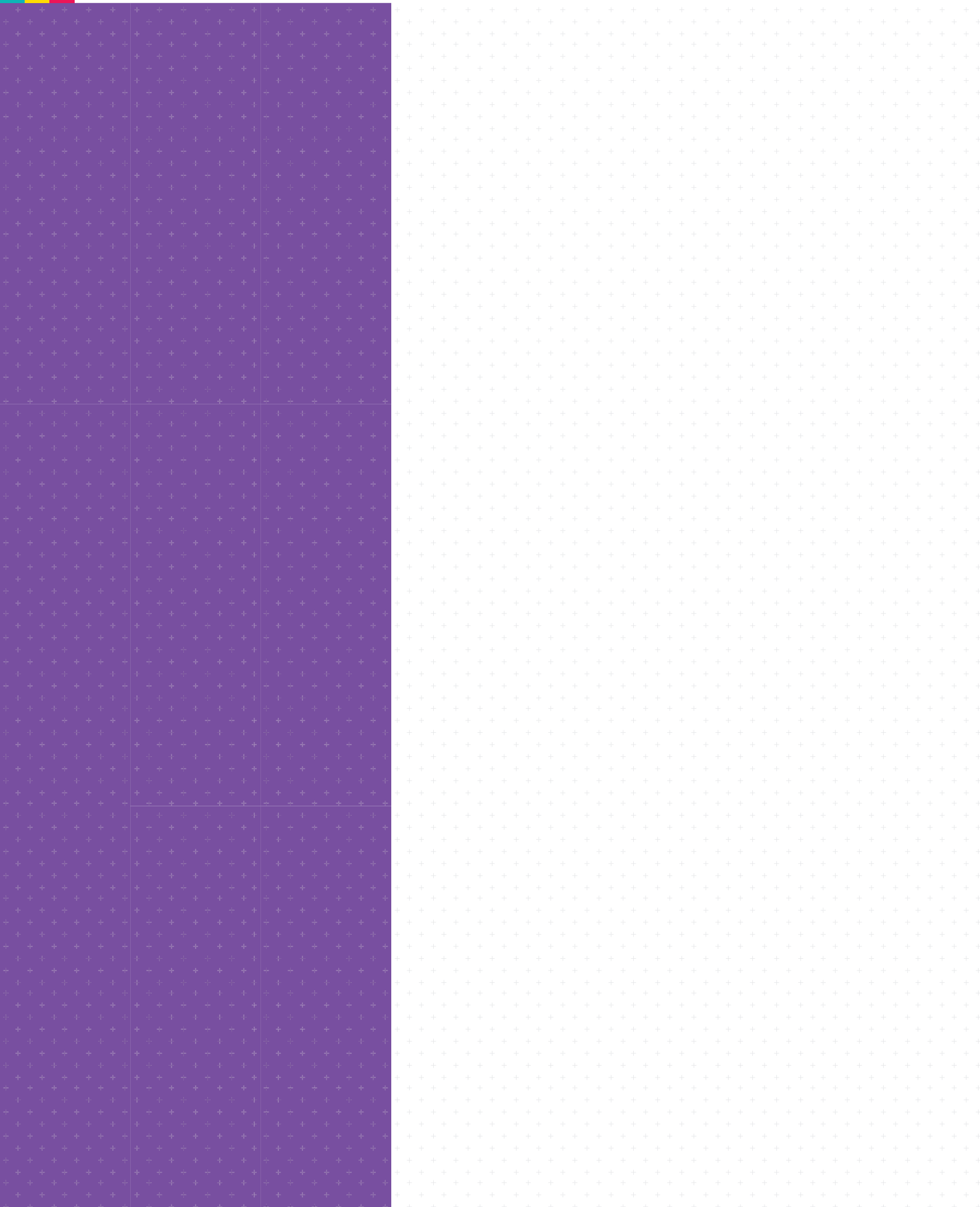
Fonte: DIAHV/SVS/MS.

Na suspeita de SIR, deve-se priorizar diagnóstico e tratamento da IO. Na maior parte dos casos, a resolução é espontânea, envolvendo tratamento sintomático. Ressalta-se que a TARV não deverá ser interrompida, exceto em casos graves.

O manejo da SIR inclui a manutenção da TARV, o tratamento das doenças desencadeadas e a introdução de corticosteroides sistêmicos nos casos mais graves.

Para mais informações sobre o manejo da SIR, consultar o “Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos”, disponível em <<http://www.aids.gov.br/pcdt>>.





PROFILAXIA DE INFECÇÕES OPORTUNISTAS NA GESTANTE VIVENDO COM HIV / AIDS

Nenhum dado, até o momento, demonstra que o espectro das IO seja diferente entre as gestantes e mulheres não grávidas quando comparadas em relação à mesma contagem de LT-CD4+. No entanto, fatores fisiológicos durante a gestação, como aumento do débito cardíaco e do volume plasmático, alteração do volume respiratório corrente e transferência transplacentária de substâncias, podem dificultar o reconhecimento das IO e alterar a farmacocinética das substâncias envolvidas no tratamento (Cruickshank, 1996).

Os procedimentos necessários ao diagnóstico de IO suspeitas em gestantes devem ser realizados da mesma forma como indicados para mulheres não grávidas, respeitando as especificidades gerais inerentes ao método diagnóstico, de acordo com a idade gestacional, do modo como é feito para mulheres sem HIV.

A profilaxia de IO proporciona uma importante redução da morbimortalidade em pessoas com disfunção imune secundária à infecção pelo HIV. Essa prevenção tem dois aspectos principais: a profilaxia primária e a secundária.

Para informações detalhadas sobre o manejo clínico das IO, consultar o "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos", disponível em <<http://www.aids.gov.br/pcdt>>.

17.1 Profilaxia primária

É uma estratégia que visa evitar o desenvolvimento de IO. O principal parâmetro para orientar a introdução ou suspensão de profilaxia é a contagem de LT-CD4+, uma vez que o risco de IO está diretamente associado ao nível dessas células de defesa.

A síntese de critérios para início e suspensão das profilaxias, bem como de esquemas recomendados para gestantes não é diferente das recomendações para PVHIV de maneira geral (Quadro 13).

Quadro 13 – Profilaxia primária das infecções oportunistas (evitar o primeiro episódio de doença)

AGENTE	INDICAÇÃO	1ª ESCOLHA	ALTERNATIVAS	CRITÉRIOS DE SUSPENSÃO	ESPECIFICIDADES PARA A GESTANTE
<i>Pneumocystis jiroveci</i>	LT-CD4+ <200 céls/mm ³ (ou <14%) ou presença de candidíase oral ou febre indeterminada com mais de duas semanas de duração ou doença definidora de aids	SMX- TMP 800mg/160mg 3x/semana	Dapsona 100mg/dia	Boa resposta à TARV com manutenção de LT-CD4+ >200 céls/mm ³ por mais de 3 meses Reintroduzir profilaxia se LT-CD4+ <200 céls/mm ³	SMX- TMP é a medicação de escolha tanto para profilaxia quanto para tratamento Devido à preocupação com os riscos teóricos de possível teratogenicidade associada a exposição medicamentosa durante o 1º trimestre, deve ser discutida com gestante e profissional de saúde a manutenção da profilaxia durante esse período Usar dose habitual de suplementação com ácido fólico recomendada para gestantes Também promove profilaxia contra toxoplasmose Neonatalogistas devem ser avisados do uso de sulfá ou dapsona próximos ao parto pelo aumento teórico do risco de hiperbilirrubinemia e kernicterus SMX- TMP pode ser administrado, levando em consideração as mesmas observações quanto à profilaxia para PCP Todas as gestantes devem seguir as mesmas recomendações das mulheres sem HIV quanto à prevenção do contato com <i>T. gondii</i> e devem ser testadas para anticorpo IgG para toxoplasma
<i>Toxoplasma gondii</i>	LT-CD4+ <100 céls/mm ³ e IgG anti <i>T. gondii</i> reagentes	SMX- TMP 800mg/160mg 1x/dia	Riscos associados a teratogenicidade da pirimetamina devem ser levados em consideração	Boa resposta à TARV com manutenção de LT-CD4+ >200 céls/mm ³ por mais de 3 meses Reintroduzir profilaxia se LT-CD4+ <100 céls/mm ³	Gestantes devem ser aconselhadas a não consumir ou manipular carnes cruas ou mal passadas; isso inclui cuidados com armazenamento das carnes e limpeza dos utensílios na cozinha. Devem ainda ser orientadas quanto à adequada higienização de frutas e vegetais antes de consumi-los crus. Usar luva e higienizar bem as mãos após manipulação do solo. Se possuírem gatos, a caixa de areia deve ser higienizada diariamente, preferencialmente por outra pessoa que não a gestante. Os gatos devem ser mantidos dentro de casa, e não é aconselhável interagir com animais não domésticos durante o período da gestação. É necessário, ainda, ter cuidado com a alimentação dos gatos, dando preferência às rações industrializadas ou alimentos domésticos bem cozidos Profissional de saúde e gestante devem discutir benefícios da profilaxia contra toxoplasmose e a preocupação relacionada à teratogenicidade da pirimetamina Em casos raros, gestantes com toxoplasmose confirmada podem transmitir <i>T. gondii</i> para o feto no útero. RN expostos devem ser avaliados quanto à possibilidade de ocorrência de toxoplasmose congênita

Continua

AGENTE		INDICAÇÃO	1ª ESCOLHA	ALTERNATIVAS	CRITÉRIOS DE SUSPENSÃO	ESPECIFICIDADES PARA A GESTANTE
Mycobacterium tuberculosis (tuberculose latente)		PT >5mm ou história de contato com paciente bacilífero ou radiografia de tórax com cicatriz de TB sem tratamento prévio	Isoniazida 5mg/kg/dia (máximo 300mg/dia). A associação com piridoxina 50mg/dia pode reduzir o risco de neuropatia		Duração de no mínimo 9 meses	
	Complexo Mycobacterium avium	LT-CD4+ <50 céls/mm ³	Azitromicina 1200-1500mg/semana	Clarithromicina 500mg 2x/dia	Boa resposta à TARV com manutenção de LT-CD4+ >100 céls/mm ³ por mais de 3 meses Reintroduzir profilaxia se LT-CD4+ <50céls/mm ³	
Cryptococcus sp.		Não se indica profilaxia primária para criptocose e histoplasmoses				
Histoplasma capsulatum		Evitar situações de risco, tais como entrar em cavernas ou se expor a fezes de passaros e morcegos				
Citomegalovírus		Não se indica profilaxia primária				
		Recomenda-se diagnóstico precoce de retinopatia por fundoscopia rotineira em PVHIV com LT-CD4+ <50 céls/mm ³				
Herpes simplex		Não se indica profilaxia primária				

Fonte: DIAHV / SVS / MS.

17.2 Profilaxia secundária

Essa estratégia tem como objetivo evitar a recidiva de IO já ocorrida e que já tenha recebido tratamento completo.

As recomendações de profilaxias secundárias estão resumidas no Quadro 14, a seguir.

Quadro 14 – Profilaxia secundária das IO e considerações quanto ao tratamento

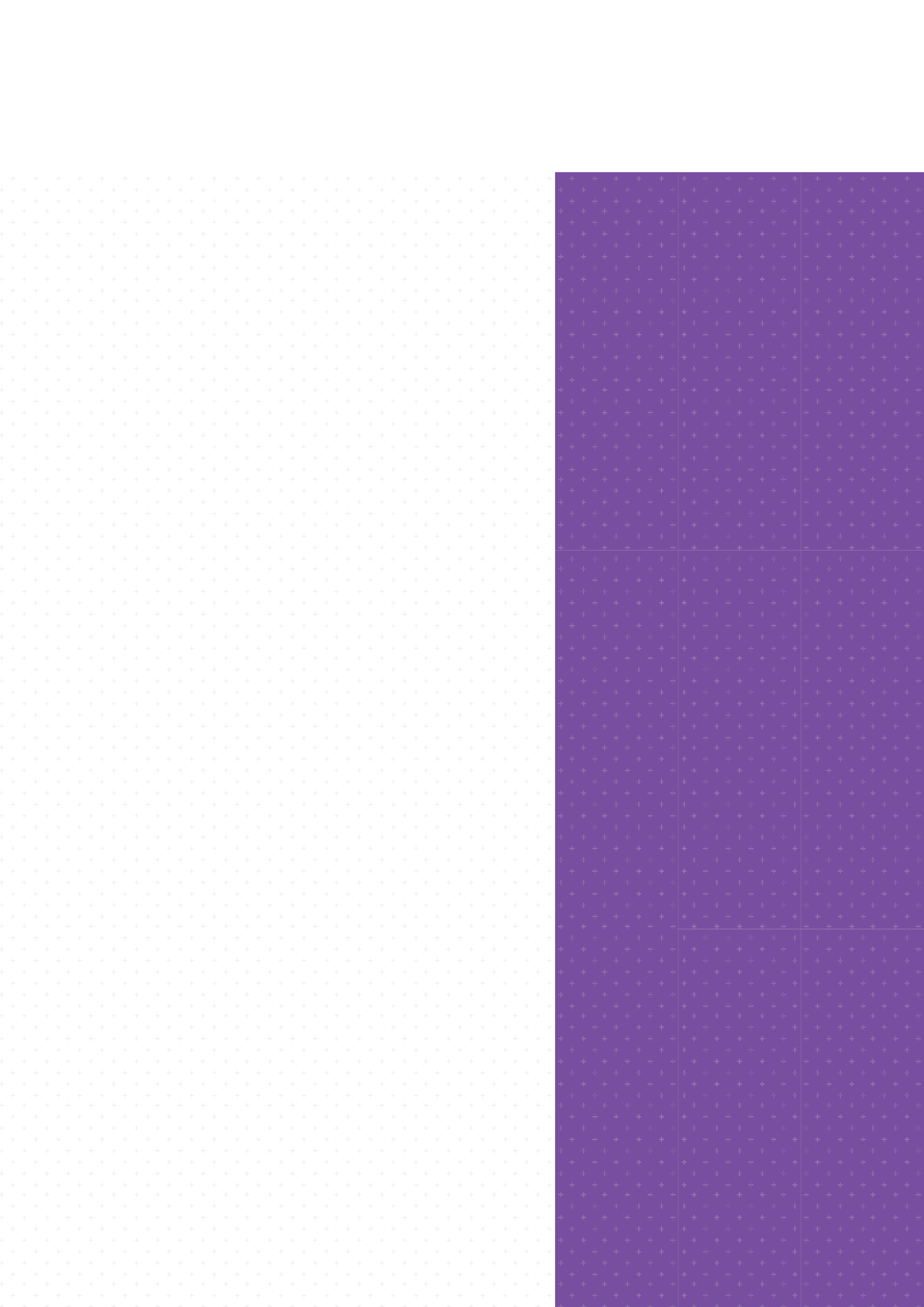
AGENTE	1ª ESCOLHA	ALTERNATIVAS	CRITÉRIO DE SUSPENSÃO	ESPECIFICIDADES PARA A GESTANTE
<i>Pneumocystis jiroveci</i>	SMX-TMP 800mg/ 160mg 3x/semana	Dapsona 100mg/ dia	Boa resposta à TARV com manutenção de LT-CD4+ >200 cél/mm3 por mais de 3 meses	SMX-TMP é a medicação de escolha tanto para profilaxia quanto para tratamento
<i>Toxoplasma gondii</i>	Peso <60kg: sulfadiazina 500mg 4x/dia + pirimetamina 25mg 1x/dia + ácido folínico 10mg 1x/dia	SMX-TMP (800mg/160mg) 2x/ dia ou Clindamicina 600mg 3x/dia + pirimetamina 25-50mg 1x/dia + ácido folínico 10mg 1x/dia (Acréscitar cobertura profilática para pneumocistose)	Boa resposta à TARV com manutenção de LT-CD4+ >200 cél/mm3 por mais de 6 meses	O tratamento deve ser o mesmo de adultos não gestantes Os pediatras devem ser alertados sobre o status sorológico materno quanto ao <i>T. gondii</i> para proceder a investigação quanto à ocorrência de toxoplasmose congenita
	Peso >60kg: sulfadiazina 1.000mg 4x/dia + pirimetamina 50mg 1x/dia + ácido folínico 10mg 1x/dia			
Complexo <i>Mycobacterium avium</i>	Clarithromicina 500mg 2x/dia + etambutol 15mg/ kg/dia (máximo 1.200mg/dia)	Azitromicina 500mg 1x/dia + etambutol 15mg/ kg/dia (máximo 1.200mg/dia)	Após um ano de tratamento para MAC, na ausência de sintomas e LT-CD4+ >100 cél/mm3 por mais de 6 meses Reintroduzir se LT-CD4+ <100 cél/mm3	

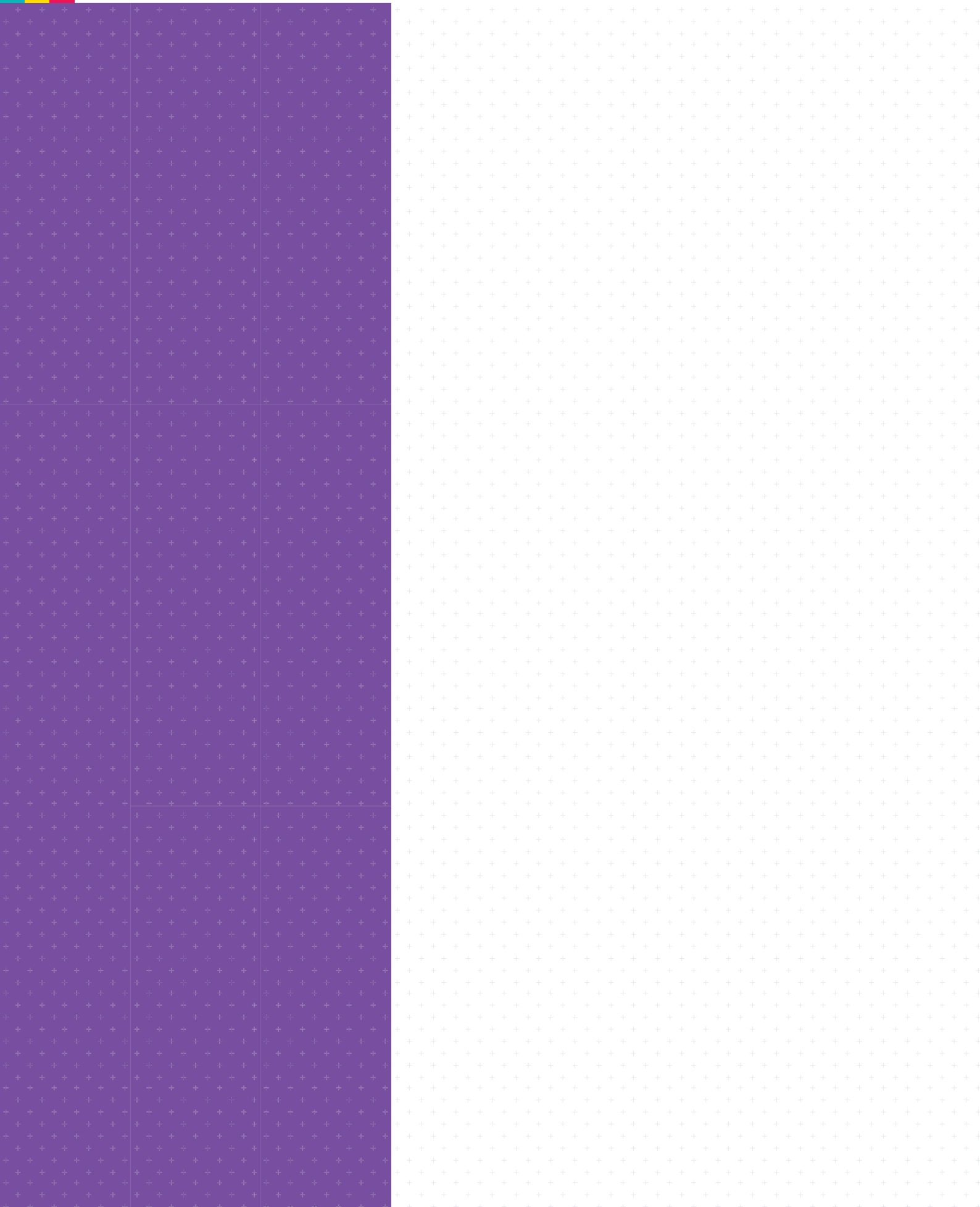
Continua

Conclusão

AGENTE	1ª ESCOLHA	ALTERNATIVAS	CRITÉRIO DE SUSPENSÃO	ESPECIFICIDADES PARA A GESTANTE
<i>Cryptococcus sp.</i>	Fluconazol 200mg 1x/dia	Itraconazol 200mg 2x/dia ou anfotericina B desoxicolato 1mg/kg 1x/semana	Término do tratamento de indução e consolidação e pelo menos 1 ano de manutenção, assintomático e LT-CD4+ >200cél/mm3 por mais de 6 meses	
<i>Isospora belli</i>	SMX-TMP (800mg/160mg) três vezes por semana	Pirimetamina 25mg 1x/dia + ácido folínico 10mg 3x/semana	Não há recomendação específica. No entanto, indica-se a suspensão da profilaxia com LT-CD4+ >200 cél/mm3 por mais de 3 meses	
Citomegalovirus	Ganciclovir EV 5mg/kg/dia 5x/semana (apenas para retinite, não indicado rotineiramente para doença gastrointestinal)	Foscarnet 90-120mg/kg 1x/dia	Boa resposta à TARV com manutenção de LT-CD4+ >100 cél/mm3 por mais de 3-6 meses	
Histoplasmose (doença disseminada ou infecção de sistema nervoso central)	Itraconazol 200mg 1x/dia		Manutenção por tempo indeterminado, pois não há evidência suficiente para recomendação de interrupção do itraconazol Considerar suspensão após período mínimo de um ano de tratamento de manutenção, ausência de sintomas e LT-CD4+ >150 cél/mm3 por mais de 6 meses Reintroduzir se LT-CD4+ <150 cél/mm3	
Herpes simplex (infecção recorrente: >6 episódios/ano)	Aciclovir 400mg 2x/dia			
Candidíase esofágica	Não se indica a profilaxia secundária para candidíase esofágica			

Fonte: DIAHV/SVS/MS.





18

COINFECÇÕES NA GESTANTE VIVENDO COM HIV/AIDS

18.1 Coinfecção HIV e tuberculose

18.1.1 Critérios para início do tratamento antirretroviral na coinfecção HIV-TB na gestante

A TB é a principal causa de óbito por doença infecciosa em mulheres no mundo e a mais importante causa de morbimortalidade em mulheres infectadas pelo HIV em regiões com recursos limitados. A maior taxa de coinfecção TB-HIV em mulheres ocorre na idade reprodutiva, entre 15 e 49 anos. As gestantes infectadas pelo HIV e que desenvolvem TB apresentam risco 2,5 vezes maior de transmissão do HIV para o RN que as gestantes infectadas pelo HIV e sem TB.

Gestantes infectadas pelo HIV com diagnóstico de TB ativa devem iniciar TARV assim que possível, independentemente da apresentação clínica do agravo. O retardo do tratamento para o HIV está associado a maior letalidade e maior risco de TV do HIV.

18.1.2 Manejo do tratamento da coinfeção HIV/ TB na gestante

A gestante com TB deve ser tratada com **Esquema Básico para Tratamento da TB em adultos e adolescentes** (disponível no "Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil", em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_recomendacoes_controle_tuberculose_brasil.pdf>), constituído por uma primeira fase intensiva com duração de dois meses e esquema composto por rifampicina, isoniazida, pirazinamida, etambutol, e uma segunda fase de manutenção de quatro meses e esquema que inclui rifampicina e isoniazida.

*O esquema deve ser administrado nas doses habituais ajustadas ao peso, quando for o caso, e está recomendando o uso de **piridoxina na dose de 50mg/dia durante a gestação**, pela potencial toxicidade neurológica da isoniazida na mulher e no RN.*

A rifampicina é um potente indutor do citocromo P450, reduzindo dramaticamente as concentrações plasmáticas de medicamentos que utilizam essa mesma via metabólica – no caso dos ARV, os IP e os ITRNN. Dessa maneira, a seleção de um esquema ARV com os medicamentos atualmente disponíveis implica poucas opções frente à oscilação dos níveis séricos de ITRNN e IP provocada pelo uso da rifampicina.

Os esquemas mais seguros para gestantes em uso de rifampicina são a associação de ITRN + INI:

> **TDF + 3TC + RAL**

ou **ITRN + ITRNN:**

> **TDF + 3TC + EFZ**

Deve-se levar em consideração que os esquemas com dose fixa combinada uma vez ao dia têm impacto na adesão e isso deve ser discutido junto à gestante, especialmente nas situações de necessidade de tomadas diárias de outras medicações.

No entanto, o uso de RAL tem a vantagem de ótimo perfil em termos de efeitos adversos (Taylor, 2011; Rockstroh, 2013) e menos interações medicamentosas. Além disso, trata-se de uma medicação potente para diminuição rápida da CV-HIV, especialmente no terceiro trimestre da gestação (Taylor, 2011; Pinnetti, 2010; Westling, 2012;

Cha; 2013; De Hoffer, 2013; Nobrega, 2013; Rahangdale, 2016; Boucoiran, 2015), mais rápida quando comparada ao EFZ (Lennox, 2009; Rockstroh, 2013).

Os dois esquemas, tanto o tratamento para tuberculose quanto a TARV (incluindo RAL), devem ser administrados nas suas doses habituais, inclusive o RAL (Grinsztejn, 2014).

18.1.3 Manejo de gestantes multiexperimentadas na coinfecção HIV-TB

O manejo ARV de gestantes que apresentam falha terapêutica e utilizam esquemas de resgate deve ser estruturado por médicos experientes em TARV.

O uso de IP na coinfecção deve ser reservado para situações em que não é possível estruturar um esquema ativo com associação de INI. No caso da administração de IP/r com rifampicina, esta deve ser substituída pela rifabutina.

A rifabutina é um medicamento pertencente à categoria B da Food and Drug Administration (FDA), órgão de referência americano. Isso quer dizer que estudos em animais não mostraram efeitos teratogênicos nos conceitos. Até o momento, não existem ensaios clínicos controlados em mulheres e o uso do medicamento em gestantes deve ser considerado somente se os benefícios justificarem possíveis riscos para os fetos.

18.2 Coinfecção HIV e hepatites virais

18.2.1 Rastreamento de hepatites virais na gestante vivendo com HIV/aids

Todas as mulheres vivendo com HIV/aids devem ser testadas para HBV e HCV quando do início dos cuidados.

As gestantes com resultado não reagente para hepatite B sem histórico de vacinação devem receber vacina para HBV, de acordo com as recomendações do PNI. Essas informações estão disponíveis em <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/197-secretaria-svs/13600-calendario-nacional-de-vacinacao>>.

A testagem para hepatite B no pré-natal pode ser feita por meio de teste rápido. Esse teste também deverá estar disponível para realização na maternidade no momento do parto (caso a gestante não tenha completado esquema vacinal contra hepatite B), e se houver histórico de exposição de risco ou violência sexual.

Mulheres com HBV crônica e HCV crônica que apresentem resultados não reagentes para hepatite A (comprovação laboratorial de IgG) devem receber esquema vacinal para hepatite A.

18.2.2 Coinfecção HIV-HBV em gestantes

A coinfecção HIV-HBV é associada a progressão acelerada para hepatite crônica e maior mortalidade (Easterbrook, 2015; Easterbrook, 2012; Sulkowski, 2008; Thio, 2009). Por esta razão, está **recomendado o tratamento de todas as pessoas coinfectadas HIV-HBV, independentemente dos resultados de HBeAg, CV-HBV e ALT.**

Gestantes com coinfecção HBV-HIV devem receber combinação de ARV, incluindo esquema que contenha dois medicamentos ativos contra o vírus da hepatite B e o HIV, preferencialmente TDF e 3TC.

O tratamento baseado em TDF para as gestantes coinfectadas com HIV é parte do conjunto de medidas necessárias para promover a PTV do HBV (Wangl, 2016).

É importante que as gestantes coinfectadas HIV-HBV em uso de TARV sejam aconselhadas sobre sinais e sintomas de toxicidade hepática e que isso seja levado em consideração durante a escolha da terapêutica a ser instituída. As transaminases hepáticas devem ser monitoradas um mês após o início de TARV, e de forma contínua, com intervalos a serem definidos de acordo com os medicamentos em uso e o aparecimento de sinais e sintomas.

Logo após o nascimento, preferencialmente ainda na sala de parto, os **RN de mulheres com HBV (HBsAg reagentes) devem receber imunoglobulina humana anti-hepatite B (IGHAHB) e a primeira dose do esquema vacinal para HBV.** As demais doses serão feitas aos 2, 4 e 6 meses. A avaliação da soroconversão deve ser realizada mediante anti-HBs e HBsAg entre 30 a 60 dias após a última dose da vacina para hepatite B. Mais informações podem ser encontradas na seção específica deste PCDT-TV, na Parte V – Transmissão Vertical de Hepatites Virais.

Para mais informações sobre diagnóstico, manejo e tratamento da hepatite B, consultar o "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite B e Coinfecções", disponível em <<http://www.aids.gov.br/pcdt>>.

18.2.3 Coinfecção HIV-HCV em gestantes

Está recomendada a pesquisa de HCV para toda PVHIV (WHO, 2016a; WHO, 2016b), inclusive gestantes. É importante considerar, ainda, que as situações de risco de exposição podem se repetir ao longo de toda a vida de qualquer indivíduo, inclusive mulheres gestantes, e devem ser investigadas de forma ativa.

Na população de mulheres coinfectadas HIV-HCV, o risco de transmissão vertical da hepatite C é duas vezes maior que na população geral (Benova, 2014; Floreani, 2013; Polis, 2007), e pode atingir de 19% (Roberts, 2002) a 36% (Hunt, 1997) dos RN. Além disso, a coinfecção está associada a menor clearance espontâneo do HCV, maior CV-HIV e progressão mais rápida da doença hepática (Shepard, 2005; Valle Tovo, 2007; Thomas, 2000; Greub, 2000).

Embora ainda não existam imunoprofilaxias ou intervenções medicamentosas que possam prevenir a transmissão vertical da hepatite C, o diagnóstico precoce da mulher permite seguimento e indicação de tratamento após a gestação, quando indicado, assim como seguimento da criança exposta.

A taxa de abortamento, as alterações do crescimento do feto, a prematuridade e as complicações obstétricas não são maiores em portadores de hepatite C crônica do que na população geral.

O tratamento da hepatite C durante a gestação está contraindicado, em vista dos efeitos teratogênicos da ribavirina e da alfa peguinterferona e da ausência de estudos que garantam a segurança no uso dos novos medicamentos, os DAA. **A gravidez deverá ser evitada durante todo o tratamento contra hepatite C e durante os seis meses seguintes ao seu término.** Caso se opte pelo tratamento da hepatite C, após a resolução da gestação, a mulher deverá ser referenciada para consulta com especialista. Os pacientes coinfectados são considerados prioritários para tratamento.

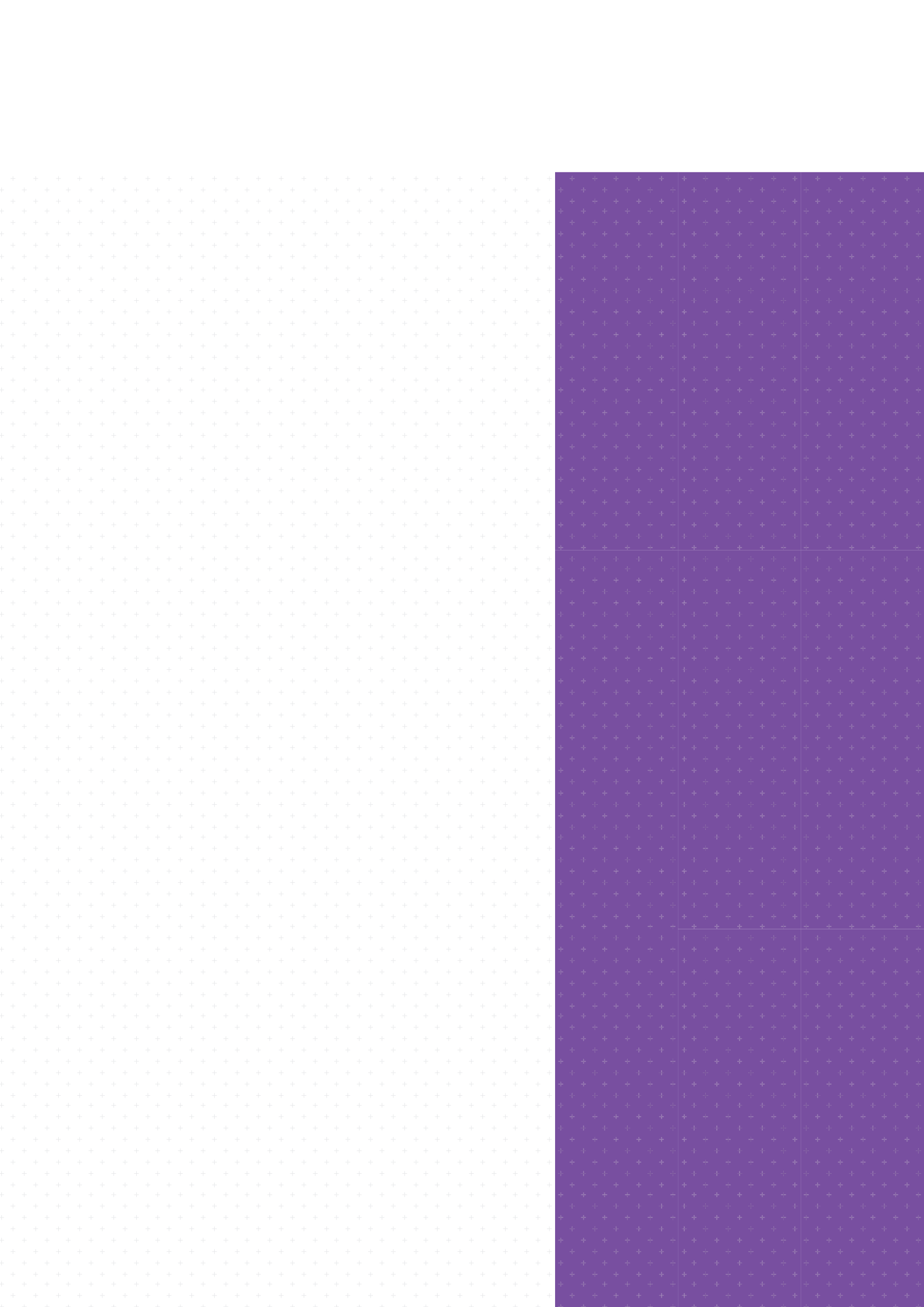
É importante que as gestantes coinfectadas HIV-HCV em uso de TARV sejam aconselhadas sobre sinais e sintomas de toxicidade hepática.

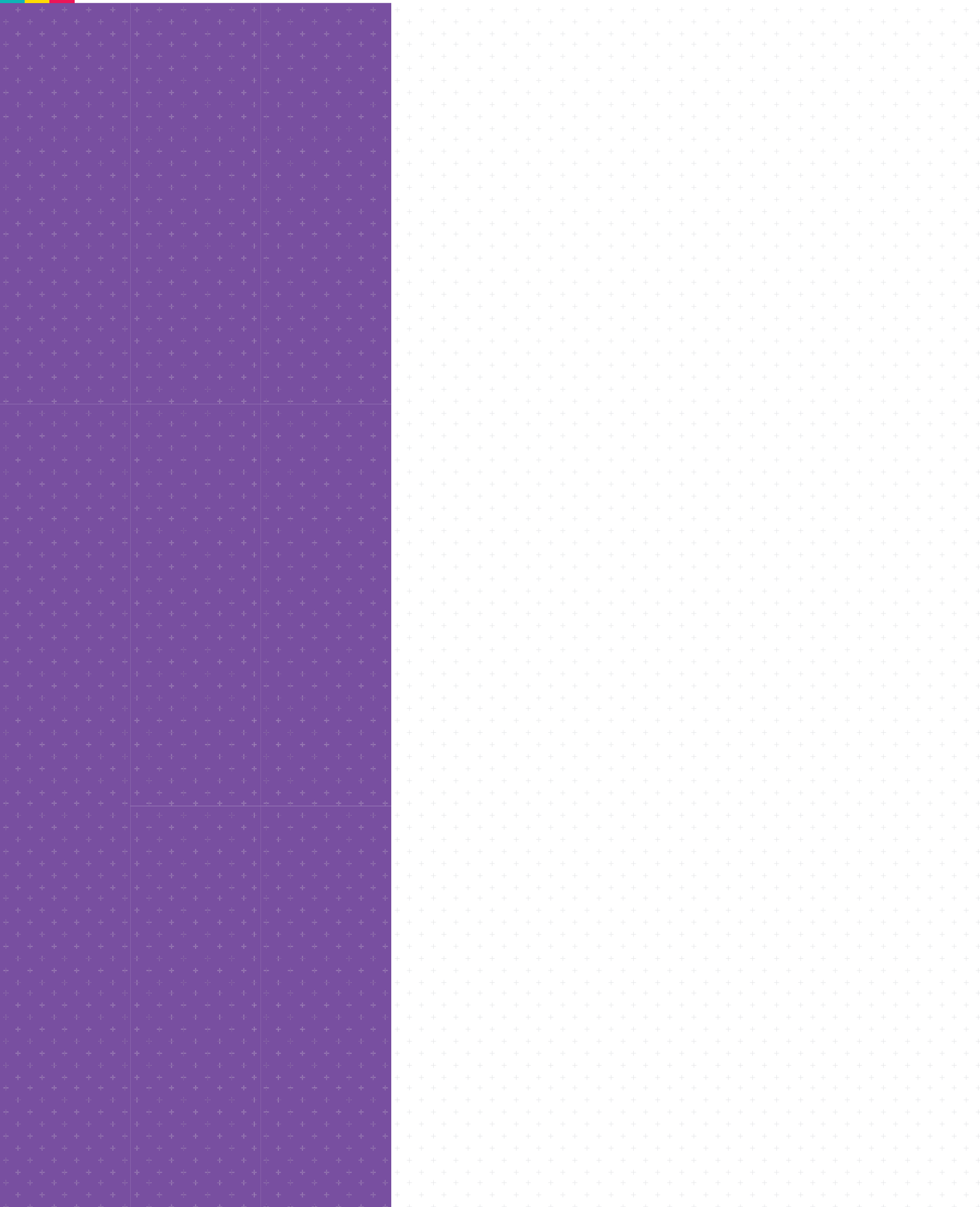
Em gestantes coinfectadas HIV-HCV, as transaminases hepáticas devem ser monitoradas um mês após o início de TARV, e de forma contínua, com intervalos a serem definidos de acordo com o medicamento em uso e o aparecimento de sinais e sintomas.

Para o diagnóstico da transmissão vertical da hepatite C, a criança deverá realizar um teste de anti-HCV aos 18 meses de idade. Caso o resultado seja **reagente**, deverá ser solicitado o exame de CV-HCV. O resultado de CV-HCV positivo confirma a infecção.



Mais informações podem ser encontradas na seção específica deste PCDT-TV, na Parte V – Transmissão Vertical de Hepatites Virais.





19

MANEJO DAS INTERCORRÊNCIAS OBSTÉTRICAS NAS GESTANTES VIVENDO COM HIV/AIDS

As complicações clínicas associadas à gestação, como a hipertensão e o diabetes gestacional, são manejadas da mesma forma em gestantes infectadas ou não infectadas pelo HIV, independentemente do *status* imunológico. A pré-eclâmpsia, a síndrome HELLP, a colestase hepática e a insuficiência hepática aguda são **distúrbios associados à gestação e podem ser confundidos com os efeitos adversos dos ARV**. Portanto, é necessário realizar o diagnóstico diferencial de possíveis efeitos adversos associados ao uso de ARV. A utilização de IP também está relacionada ao desenvolvimento de hiperglicemia, DM e agravamento de distúrbios metabólicos da glicose e dos lipídios.

Dados de uma recente revisão sistemática mostraram que mulheres vivendo com HIV/aids apresentaram risco três vezes maior de sepse puerperal quando comparadas a mulheres não infectadas (Calvert, 2013). Para outras complicações obstétricas, a evidência científica é fraca e inconsistente.

A seguir, serão apresentadas as principais complicações obstétricas em gestantes vivendo com HIV que merecem atenção do profissional de saúde.

19.1 Hemorragia pós-parto

Quando ocorrer hemorragia pós-parto por atonia uterina, **não se deve administrar derivado do ergot** se as parturientes fizerem uso de medicamentos **inibidores** da enzima citocrômica P, **CYP450 e CYP3A4 (inibidores de protease**, além de antibióticos

macrolídeos). O uso concomitante de IP e derivados do ergot está associado a respostas vasoconstritoras exageradas e isquemias periféricas e centrais graves. O uso concomitante dessas substâncias está contraindicado; caso necessário, deve ser utilizado na menor dose efetiva, pelo menor tempo possível. Havendo condições clínicas, preferir ocitocina ou misoprostol.

Em mulheres que estejam recebendo indutores da enzima CYP3A4, como NVP, EFV, ou ETR, agentes uterotônicos adicionais podem ser necessários em virtude da potencial diminuição dos níveis séricos e efeito terapêutico inadequado.

19.2 Hiperêmese gravídica

Para gestantes com hiperêmese gravídica, em que medidas gerais não controlam náuseas e vômitos, podem ser indicados antieméticos como a ondansetrona, além de vitamina B6 e anti-histamínicos. Essas medicações não determinam interações farmacológicas expressivas com os ARV. A metoclopramida apresenta risco de liberação de sistema extrapiramidal e não deve ser indicada para manejo de hiperêmese gravídica.

Mulheres com hiperêmese gravídica refratária ao manejo farmacológico inicial devem ser internadas em ambiente hospitalar, para melhor manejo clínico. Na ocorrência de êmese grave, considerar a retirada de todo o esquema ARV durante o período de impossibilidade de uso regular da medicação, que deve ser reiniciada após a melhora evidente dos sintomas, para evitar doses inadequadas e possibilidade de resistência viral. Nesses casos, estará indicada internação hospitalar, sendo uma opção o uso de antieméticos via endovenosa, como a ondansetrona.

Orientações específicas devem ser dadas às gestantes em uso de ARV, a fim de evitar transtornos gastrointestinais, que podem agravar os sintomas próprios da gestação.

19.3 Rotura prematura de membranas

A RPM é uma complicação da gestação associada ao parto pré-termo. Tanto a RPM quanto a prematuridade estão associados a um maior risco de TV do HIV.

A conduta na RPM tem como parâmetro a idade gestacional de 34 semanas:

19.3.1 RPM em idade gestacional inferior a 34 semanas

Associada a um período de latência (sem trabalho de parto) longo, que pode durar até algumas semanas. Na ausência de corioamnionite e sofrimento fetal, recomenda-se medida semiconservadora, com observação e utilização de medicamentos que melhorem o prognóstico materno e perinatal.

Sugere-se:

- › Hiper-hidratação oral na presença de oligoâmnio;
- › Utilização de corticoide (betametasona ou dexametasona), entre 23 e 34 semanas, para aceleração da maturidade pulmonar fetal;
- › Antibioticoterapia.

Na ocorrência de RPM pré-termo, está indicado o uso de **penicilina G cristalina** para prolongar o período de latência e para prevenção da morbimortalidade perinatal pelo estreptococo do grupo B, assim como para tratamento da infecção intraamniótica, se presente. Pode-se considerar ainda o uso de ampicilina e de clindamicina.

19.3.2 RPM em idade gestacional superior a 34 semanas

A resolução da gestação deve ser considerada após a **infusão EV de AZT**. A decisão pela via de parto irá depender das condições do colo uterino, da apresentação fetal, da presença de atividade uterina e da CV-HIV. Sabendo-se que o tempo de trabalho de parto está associado a maior ocorrência de TV do HIV, nas situações de colo desfavorável e ausência de atividade uterina deve-se considerar a realização de parto por cesárea, com a intenção de evitar induções prolongadas.

Caso as condições do colo do útero sejam favoráveis e a gestante estiver em uso de TARV, com CV-HIV indetectável e apresentação cefálica, a via de parto pode ser vaginal. Essa decisão deve ser tomada junto com a gestante. Na mulher em trabalho de parto e com bolsa rota, é preciso avaliar as condições de evolução do trabalho de parto e o risco de complicações. Frente à previsão de um parto demorado ou distócico, deve-se considerar a resolução por cesariana.

19.4 Sangramento vaginal na gestação

O manejo do sangramento vaginal na primeira metade da gravidez independe da condição imunológica da gestante vivendo com HIV/aids. Não existem evidências de que a infecção pelo HIV, *per se*, aumente o risco de abortamento e perdas fetais.

19.5 Trabalho de parto pré-termo

A presença de infecção pelo HIV não interfere no manejo do TPP. É preciso avaliar: (i) os possíveis fatores desencadeantes do TPP, como anemia, infecção urinária e outras doenças maternas, principalmente as infecções cérvico-vaginais, e (ii) o bem-estar fetal.

Como regra geral, se o TPP ocorrer antes de 34 semanas, a conduta expectante parece ser a mais adequada, em razão dos maiores riscos da prematuridade para o RN do que aqueles devidos à TV do HIV e à tentativa de inibição do parto. Assim, as condutas padronizadas incluem a introdução do **AZT intravenoso** materno concomitantemente à inibição medicamentosa do parto, a investigação de causas infecciosas e seus respectivos tratamentos e o uso de corticosteroides para maturação pulmonar quando indicado, sendo o esquema mais frequentemente utilizado o da betametasona intramuscular, aplicada em duas doses de 12mg, com intervalo de 24 horas. Ao se conseguir a inibição do parto, o AZT intravenoso deve ser descontinuado.

No caso de TPP em que se decida pela conduta ativa, recomenda-se escolher a via de parto com base na CV-HIV materna e em indicações obstétricas, com infusão de AZT intravenoso, evitando-se trabalho de parto prolongado em virtude do maior risco de TV do HIV.

O uso de tocolíticos no contexto intra-hospitalar, como em qualquer situação de TPP, está indicado para postergar o parto por no mínimo 48 horas.

A pesquisa de colonização pelo estreptococo do grupo B está indicada, com a coleta de conteúdo vaginal e retal com *swab* e cultura em meio seletivo. Em caso de resultado positivo, o tratamento é realizado com penicilina G cristalina, com início durante o trabalho de parto até o nascimento, para reduzir a morbimortalidade perinatal associada à infecção neonatal. Caso não seja possível realizar a pesquisa do estreptococo do grupo B, deve-se considerar a administração de penicilina G cristalina, já que o parto pré-termo é um dos fatores que mais aumentam a morbimortalidade perinatal pelo estreptococo do grupo B, conforme a avaliação dos fatores de risco listados abaixo:

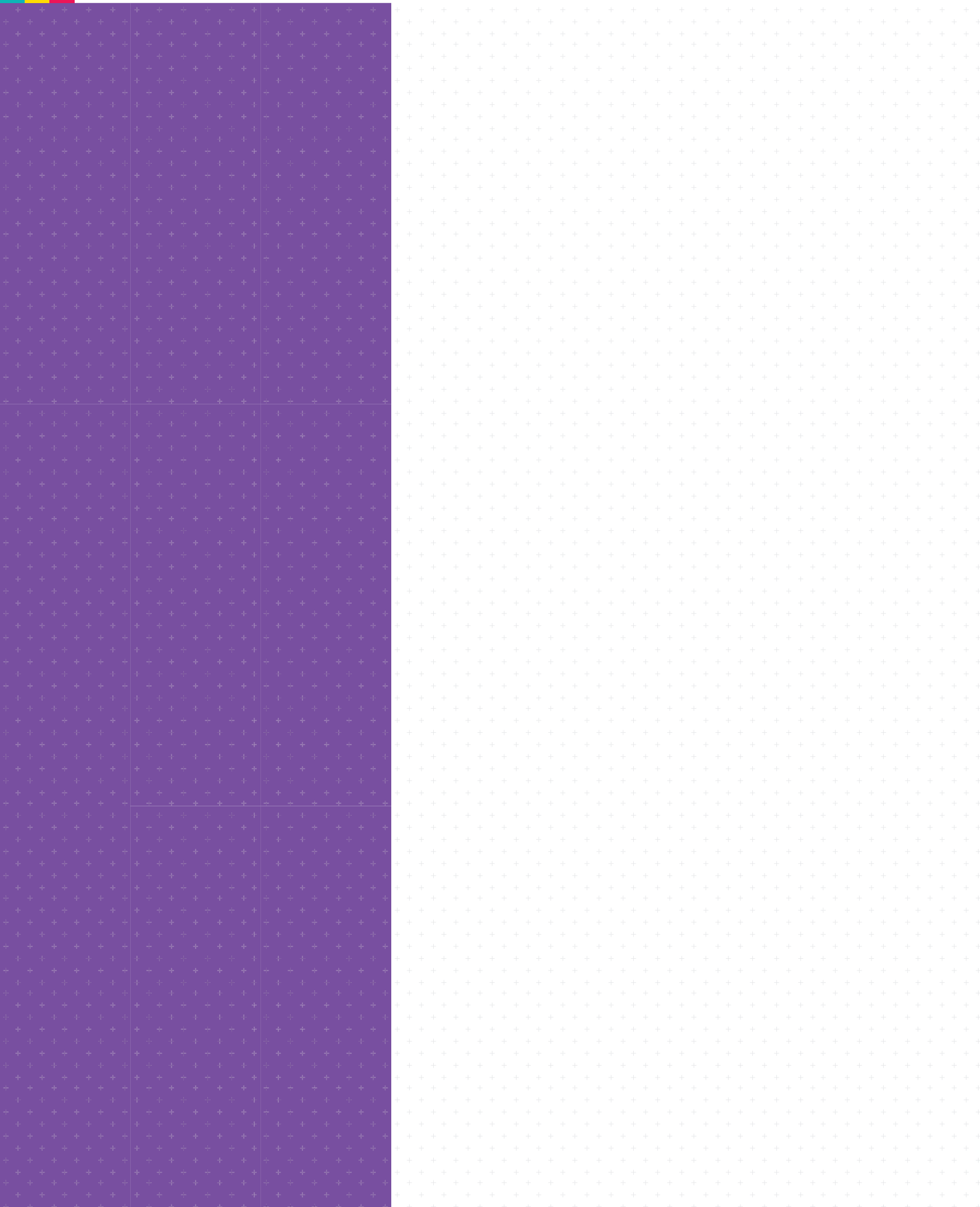
- › Idade gestacional inferior a 37 semanas;
- › Febre durante o período do parto (acima de 38°C);

- › Rotura de membrana em período superior a 18 horas;
- › Ocorrência de infecção fetal por estreptococo do grupo B em gestações anteriores.

19.6 Conduta em caso de necessidade de realização de procedimento invasivo

Para gestantes com polidrâmnio e que tenham necessidade de **invasão âmnic**a (para drenagem de líquido amniótico ou isoimunização Rh), a **utilização EV de AZT 2mg/kg peso materno, três horas antes da punção**, pode reduzir o risco de TV do HIV (Duarte et al., 2004).

É importante realizar uma avaliação de risco e benefício do procedimento, levando em consideração a CV-HIV da gestante, especialmente em caso de mulheres que estejam com a CV-HIV detectável.



20

MANEJO OBSTÉTRICO E VIAS DE PARTO NA GESTANTE VIVENDO COM HIV

20.1 Indicação da via de parto em gestantes vivendo com HIV/aids

Em mulheres com **CV desconhecida ou maior que 1.000 cópias/mL** após 34 semanas de gestação, a **cesárea eletiva a partir da 38ª semana** de gestação diminui o risco de TV do HIV.

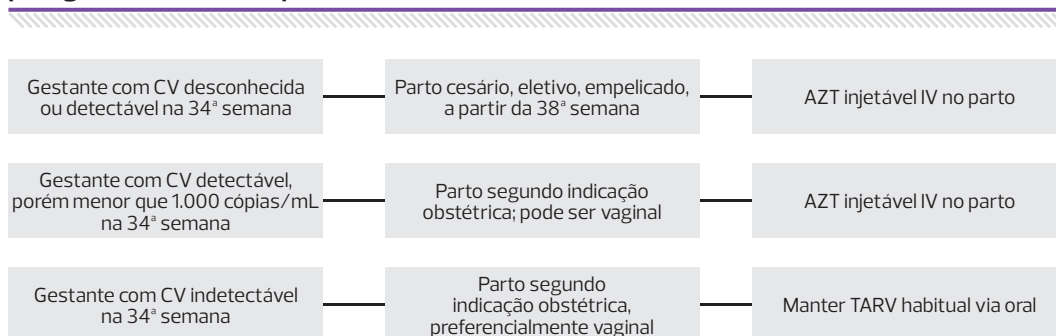
Para gestantes **em uso de ARV e com supressão da CV-HIV sustentada**, caso não haja indicação de cesárea por outro motivo, a **via de parto vaginal** é indicada.

Em mulheres com **CV-HIV <1.000 cópias/mL, mas DETECTÁVEL**, pode ser realizado parto vaginal, se não houver contraindicação obstétrica. **No entanto, o serviço deve estar ciente de que essa mulher tem indicação de receber azt intravenoso.**

*O **AZT injetável** é indicado para a PTV e deve ser administrado durante o início do trabalho de parto, ou pelo menos 3 (três) horas antes da cesariana eletiva, até o clampeamento do cordão umbilical **para as gestantes infectadas pelo HIV com CV-HIV desconhecida ou detectável a partir da 34ª semana de gestação.***

A Figura 4 mostra as possíveis situações para administração de AZT intravenoso profilático para gestantes durante o parto.

Figura 4 – Fluxograma quanto às situações para administração de AZT intravenoso profilático para gestante durante o parto



Fonte: DIAHV/SVS/MS.

O quadro abaixo apresenta os cuidados específicos durante o parto vaginal e cesariana em gestantes vivendo com HIV/aids.

Quadro 15 – Cuidados específicos durante o parto vaginal e cesariana em gestantes vivendo com HIV/aids

CUIDADOS ESPECÍFICOS DURANTE O PARTO VAGINAL	
1.	Assim como na gestação, estão contraindicados todos os procedimentos invasivos durante o trabalho de parto (amniocentese, cordocentese, amniotomia, escalpo cefálico).
2.	O parto instrumentalizado deve ser evitado ; porém, quando indicado, o fórceps deve ser preferido ao vácuo-extrator. A aplicação do fórceps (ou vácuo-extrator) só será admitida se houver uma indicação obstétrica precisa e que supere os riscos maiores de infecção da criança pelo procedimento.
3.	Havendo condições favoráveis para o parto vaginal e estando este indicado, iniciar o AZT intravenoso logo que a parturiente chegar ao serviço , conforme o protocolo estabelecido, e manter a infusão até a ligadura do cordão umbilical .
4.	Diante da integridade da bolsa amniótica, a progressão normal do trabalho de parto é preferível à sua indução , pelo risco de ruptura artificial das membranas e aumento de risco de TV do HIV.
5.	O trabalho de parto deve ser monitorado cuidadosamente, evitando toques desnecessários e repetidos (usar o partograma) .
6.	Deve-se evitar que as parturientes permaneçam com bolsa rota por tempo prolongado , visto que a taxa de TV aumenta progressivamente após 4 (quatro) horas de bolsa rota.
7.	O uso de medicamentos que aumentam a atividade uterina não está contraindicado, devendo seguir os padrões de segurança já conhecidos.
8.	A amniotomia artificial deve ser evitada , a menos que extremamente necessária.
9.	A ligadura do cordão umbilical deve ser imediata à expulsão do feto , não devendo ser executada, sob nenhuma hipótese, a ordenha do cordão.
10.	A episiotomia só será realizada após avaliação cautelosa de sua necessidade . Sendo realizada, deverá ser protegida por compressas umedecidas com degermante (o mesmo utilizado para degermar a vagina e períneo durante o parto). Manter a episiotomia coberta pela compressa umedecida deve ser tarefa de um auxiliar, visto ser impossível para um único profissional dar assistência ao parto e evitar o contato direto do nascituro com a episiotomia.
CUIDADOS ESPECÍFICOS DA CESARIANA ELETIVA	
1.	Confirmar a idade gestacional , a fim de evitar a prematuridade iatrogênica . Utilizar parâmetros obstétricos, como data da última menstruação correta, altura uterina e ultrassonografia precoce (preferencialmente no 1º trimestre, ou antes da 20ª semana).
2.	A cesárea eletiva deve ser realizada a partir da 38ª semana de gestação , a fim de evitar a prematuridade, o trabalho de parto e a RPM.
3.	Caso a gestante que tenha indicação para a cesárea eletiva inicie o trabalho de parto antes da data prevista para a cirurgia e chegue à maternidade com dilatação cervical mínima (menor que 4cm), o obstetra deve iniciar a infusão intravenosa do AZT e realizar a cesárea, se possível, após três horas de infusão .
4.	Sempre que possível, proceder ao parto empelicado (retirada do neonato mantendo as membranas corioamnióticas íntegras).
5.	Ligar o cordão umbilical imediatamente após a retirada do RN e não realizar ordenha do cordão.
6.	Realizar a completa hemostasia de todos os vasos da parede abdominal e a troca das compressas ou campos secundários antes de se realizar a histerotomia , minimizando o contato posterior do RN com sangue materno.
7.	Utilizar antibiótico profilático tanto na cesárea eletiva quanto naquela de urgência: dose única EV de 2g de cefazolina.

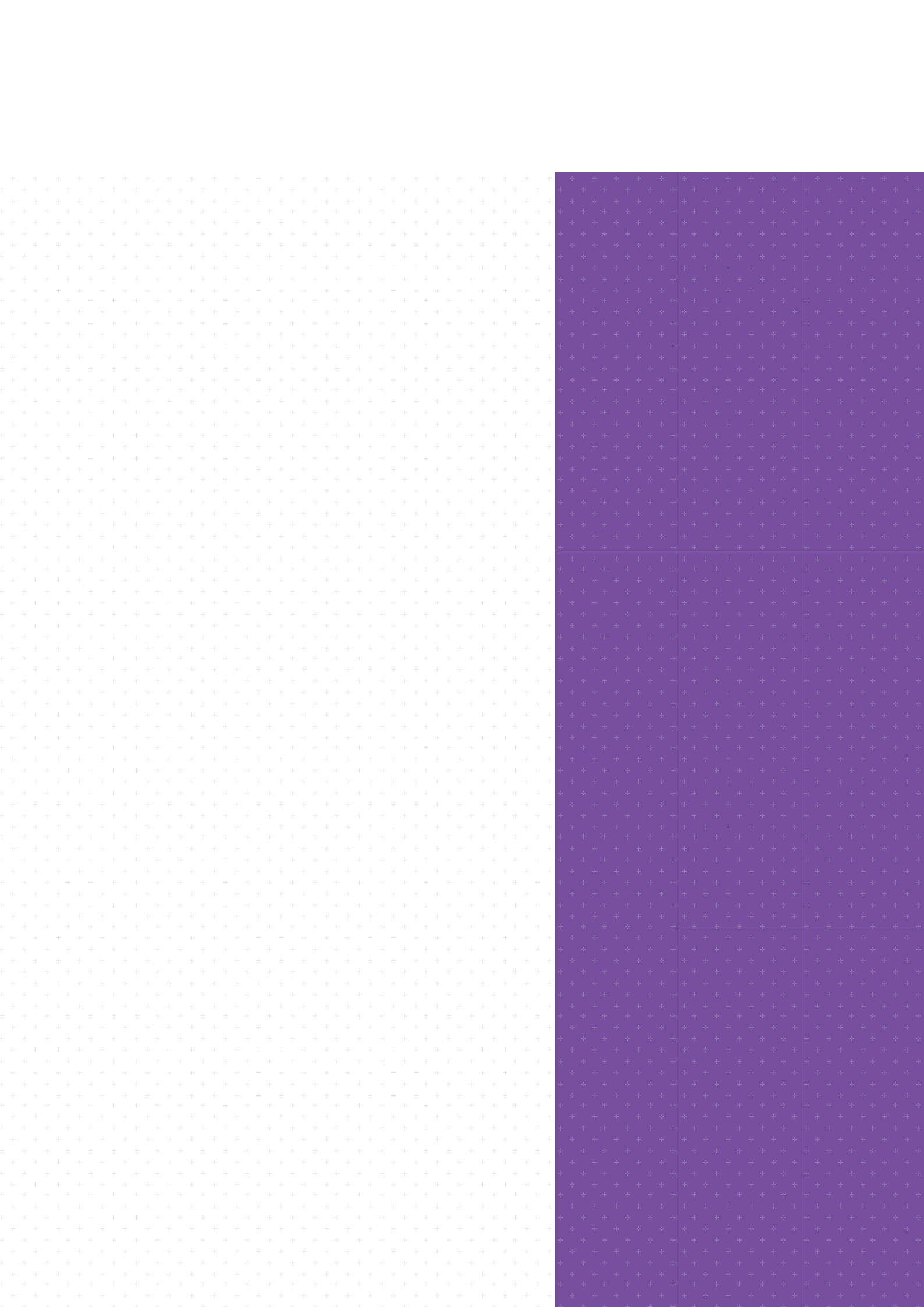
Fonte: DIAHV/SVS/MS.

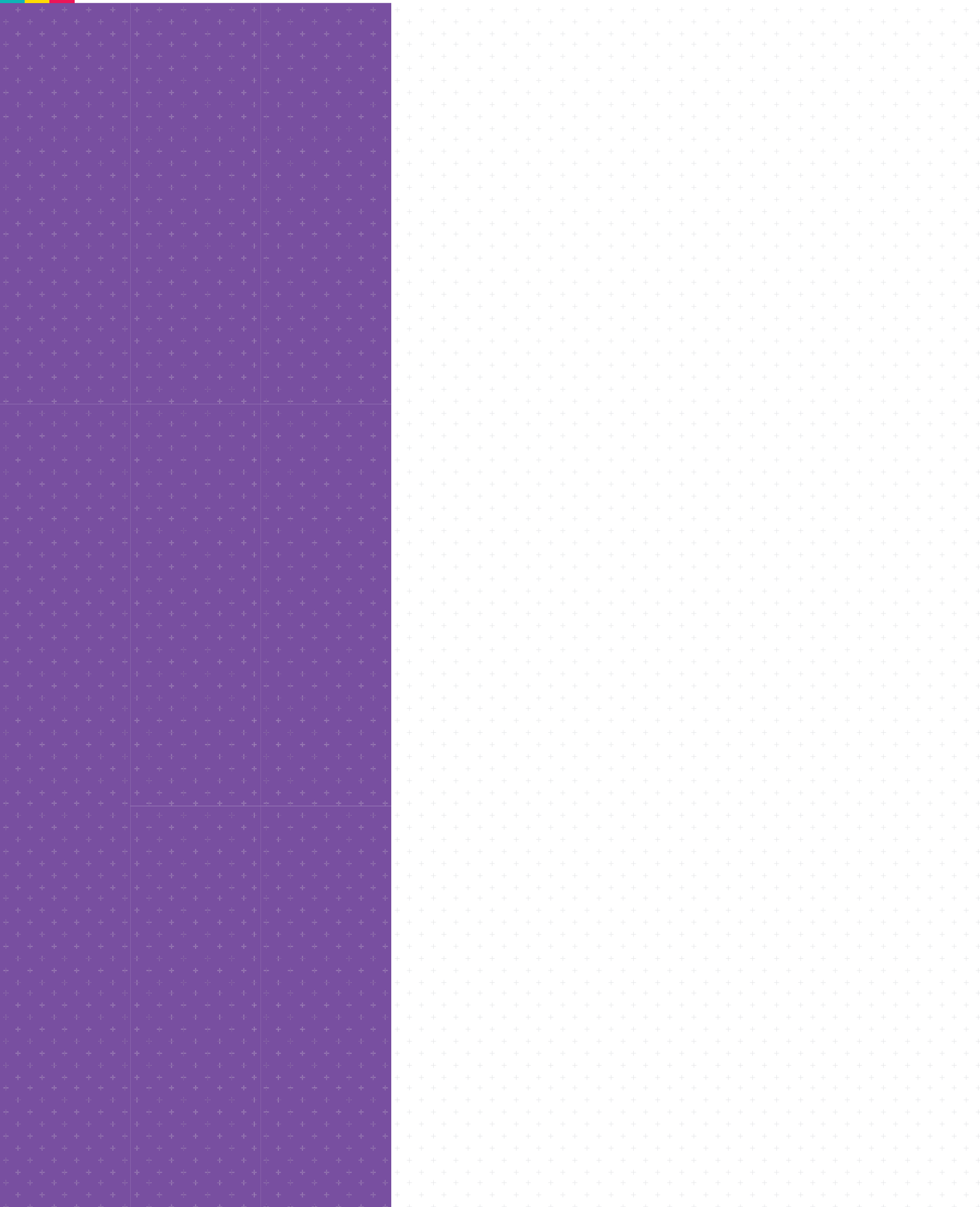
20.2 Biossegurança no parto

As precauções básicas e universais são medidas de prevenção que devem ser adotadas por todos os profissionais de saúde no cuidado com qualquer indivíduo, independentemente do diagnóstico definido ou presumido de doenças infecciosas, quando da manipulação de sangue, secreções, excreções, mucosas ou pele não íntegra.

As medidas de biossegurança incluem a utilização de EPI: luvas, máscara, óculos de proteção, capotes e aventais, com a finalidade de reduzir a exposição da pele e das mucosas do profissional de saúde ao sangue ou fluidos corpóreos de qualquer pessoa.

Em caso de exposição a materiais biológicos, o profissional exposto deve ser avaliado com rapidez para que possa, caso seja indicado, realizar a PEP devida, seguindo o "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pós-Exposição de Risco à Infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais" (disponível em <http://www.aids.gov.br/pcdt>). A profilaxia ao HIV não confere segurança absoluta e, portanto, não substitui a boa prática de saúde no que concerne a minimizar riscos mediante o uso correto dos EPI e técnica de excelência.





21

USO DE TERAPIA ANTIRRETROVIRAL COMO PROFILAXIA DA TRANSMISSÃO VERTICAL DO HIV NO PARTO

21.1 Indicação de AZT na PTV do HIV no parto

*O **AZT injetável** é indicado para a prevenção da transmissão vertical e deve ser administrado **durante o início do trabalho de parto**, ou até 3 (três) horas antes da cesariana eletiva, até o clampeamento do cordão umbilical.*

*Para as mulheres já em TARV, os **ARV devem ser mantidos nos horários habituais**, VO, com um pouco de água, mesmo durante o trabalho de parto ou no dia da cesárea programada.*

Não é necessário uso de AZT profilático EV naquelas gestantes que apresentem **CV-HIV indetectável após 34 semanas de gestação, e que estejam em TARV com boa adesão** (Briand, 2013; Cotter, 2012; Chiappini, 2013; Wong, 2011). Entretanto, independentemente da CV-HIV, o médico pode eleger ou não o uso do AZT intraparto EV, a depender do seu julgamento clínico (Quadro 16).

Quadro 16 – Esquema posológico do AZT na gestante vivendo com HIV

DOSE DE ATAQUE (2MG/KG) NA PRIMEIRA HORA		
Peso	Quantidade de zidovudina	Número gotas/min
40kg	8 mL	36
50kg	10 mL	37
60kg	12 mL	37
70kg	14 mL	38
80kg	16 mL	39
90kg	18 mL	39
Manutenção (1mg/kg/hora) em infusão contínua		
40kg	4 mL	35
50kg	5 mL	35
60kg	6 mL	35
70kg	7 mL	36
80kg	8 mL	36
90kg	9 mL	36

Fonte: DIAHV/SVS/MS.

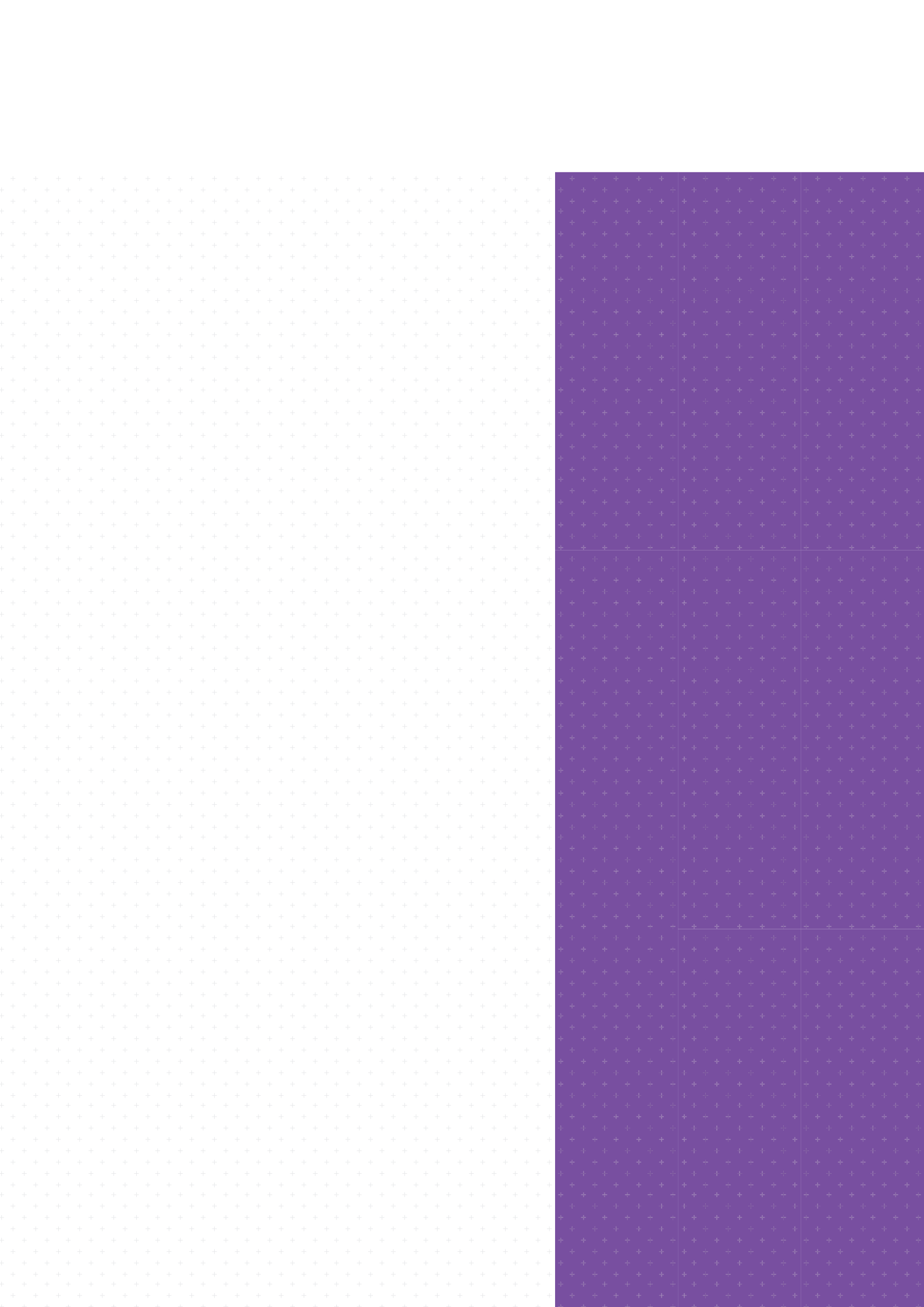
Esquema posológico de AZT injetável

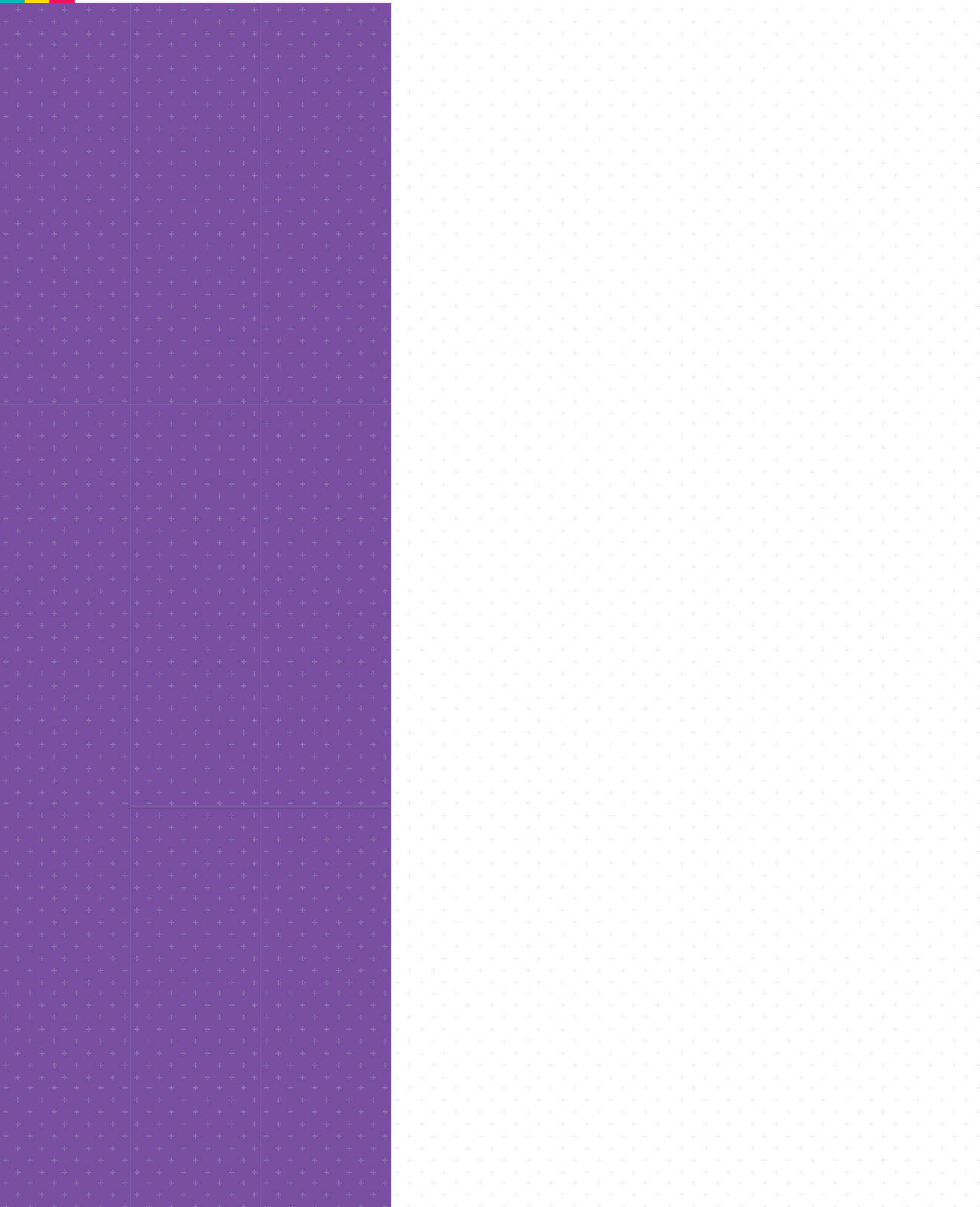
- › Apresentação comercial do AZT injetável (EV): frasco ampola de 10mg/mL. A dose de ataque na primeira hora é de 2mg/kg, seguida de manutenção com infusão contínua de 1mg/kg, diluído em 100mL de soro glicosado a 5%.
- › A parturiente deve receber AZT EV desde o início do trabalho de parto até o clampeamento do cordão umbilical.
- › **A concentração não deve exceder 4 mg/mL.**

Esquema alternativo ao AZT EV – apenas em situação de exceção

*O esquema alternativo ao AZT injetável deve ser utilizado apenas em **situações de indisponibilidade** dessa apresentação do medicamento no momento do parto. A dose de AZT é 300mg, VO, no começo do trabalho de parto ou na admissão, seguida de 300mg a cada três horas, até o clampeamento do cordão umbilical.*

Esse esquema não é recomendável para absorção errática do AZT VO, sem evidência que garanta nível sérico adequado no momento oportuno.





22

MANEJO DA MULHER VIVENDO COM HIV NO PUERPÉRIO

A puérpera deverá ser orientada quanto à importância de seu acompanhamento clínico e ginecológico, assim como sobre o seguimento da criança até a definição de situação imunológica. **É muito comum, após o parto, haver diminuição da adesão da mulher ao tratamento**, principalmente o não comparecimento a consultas agendadas em serviço de referência para HIV, quando o diagnóstico é feito na maternidade. O comparecimento às consultas deve ser estimulado e monitorado, lançando-se mão de busca ativa, se necessário.

A puérpera deve ter alta da maternidade com consulta agendada no serviço de saúde especializado, para seu acompanhamento e o da criança.

O seguimento obstétrico da mulher com HIV no puerpério, salvo em situações especiais de complicações ocorridas durante o parto e o puerpério imediato, é igual ao de qualquer outra mulher, devendo-se prever o retorno entre o 5º e o 8º dia e no 42º dia pós-parto.

A caderneta da gestante tem informações importantes para o acompanhamento da criança e para futuras gestações. Por esse motivo, deverá ser devolvida à puérpera com todas as anotações referentes ao período da internação para o parto.

É necessário considerar que mulheres que não amamentam tendem a ter um período menor de amenorreia, podendo voltar a ovular a partir de quatro semanas após o parto.

Assim, considerando os direitos sexuais e reprodutivos dessas mulheres, estas (bem como suas parcerias sexuais) devem ser acompanhadas nas ações de saúde sexual e planejamento reprodutivo, para que façam escolhas de forma consciente e segura.

22.1 Manejo de ARV na mulher vivendo com HIV no puerpério

A TARV deve ser mantida após o parto, independentemente da contagem de LT-CD4+ e dos sinais e sintomas clínicos da mulher.

22.2 Contraindicação à amamentação da mulher vivendo com HIV e fornecimento de fórmula láctea infantil

O risco de TV do HIV continua por meio da amamentação. Mesmo quando mantido o tratamento materno durante período da amamentação, a taxa de transmissão é de 1% a 5%, independentemente da CV-HIV materna. Dessa forma, o fato de a mãe utilizar ARV não controla a eliminação do HIV pelo leite, e não garante proteção contra a TV.

*Recomenda-se que toda puérpera vivendo com HIV/aids seja orientada a **não amamentar**. Ao mesmo tempo, ela deve ser informada e orientada sobre o direito a receber fórmula láctea infantil.*

A **criança exposta, infectada ou não, terá direito a receber a fórmula láctea infantil, pelo menos, até completar seis meses de idade**. Esse prazo pode ser estendido conforme avaliação de casos específicos, de acordo com as secretarias estaduais de saúde.

A prática já demonstrou que uma das intervenções mais efetivas para evitar a amamentação natural é começar a orientação para o aleitamento artificial já durante o pré-natal. A decisão e a comunicação à puérpera sobre a necessidade de suprimir a lactação apenas após o parto é considerada tardia, com resultados insatisfatórios.

O aleitamento cruzado (amamentação da criança por outra nutriz), a alimentação mista (leite humano e fórmula infantil) e o uso de leite humano pasteurizado domiciliar são contraindicados.

Considerando-se que o aleitamento materno contribui substancialmente para a TV do HIV, é conveniente realizar a **orientação da puérpera/mãe soronegativa no momento do parto**. Devem-se avaliar suas vulnerabilidades e orientar a prevenção da infecção do HIV após o parto, principalmente com o uso de preservativos, reduzindo a possibilidade de infecção durante a amamentação.

Se ocorrer infecção materna aguda durante a amamentação, o risco de infecção da criança é maior devido ao rápido aumento da CV-HIV e queda na contagem de LT-CD4+. A mãe deve ser orientada para a interrupção da amamentação assim que o diagnóstico for realizado.

É importante a orientação sobre o uso do preservativo durante a lactação para as puérperas. Em caso de suspeita de infecção materna, cujo risco de transmissão para o lactente é alto, orienta-se a imediata interrupção da amamentação, a realização de testagem para HIV na mãe e no lactente para detecção precoce de infecção pelo HIV, avaliação para PEP e acompanhamento da criança exposta.

Se a criança for **exposta à amamentação por mulher infectada pelo HIV**, deve-se orientar a mãe para **a interrupção imediata da amamentação** e avaliação quanto à necessidade de **realização de PEP**, simultaneamente à **investigação diagnóstica**. Recomenda-se realizar imediatamente o exame de CV-HIV e coletar nova CV-HIV duas semanas após o início da PEP, repetindo o exame seis semanas após a última exposição.

Caso o primeiro resultado seja detectável, o exame deve ser repetido imediatamente. Se a segunda CV-HIV também for detectável, considera-se a criança como infectada pelo HIV, com indicação de TARV precoce, para redução da morbimortalidade e menor formação de reservatórios virais.

Para mais informações, consultar o "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Crianças e Adolescentes" e o "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pós-Exposição de Risco à Infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais", disponíveis em <<http://www.aids.gov.br/pcdt>>.

22.2.1 Uso de inibidores de lactação

*A inibição farmacológica da lactação deve ser realizada **imediatamente após o parto**, utilizando-se **cabergolina 1mg VO, em dose única** (dois comprimidos de 0,5mg VO), **administrada antes da alta hospitalar**.*

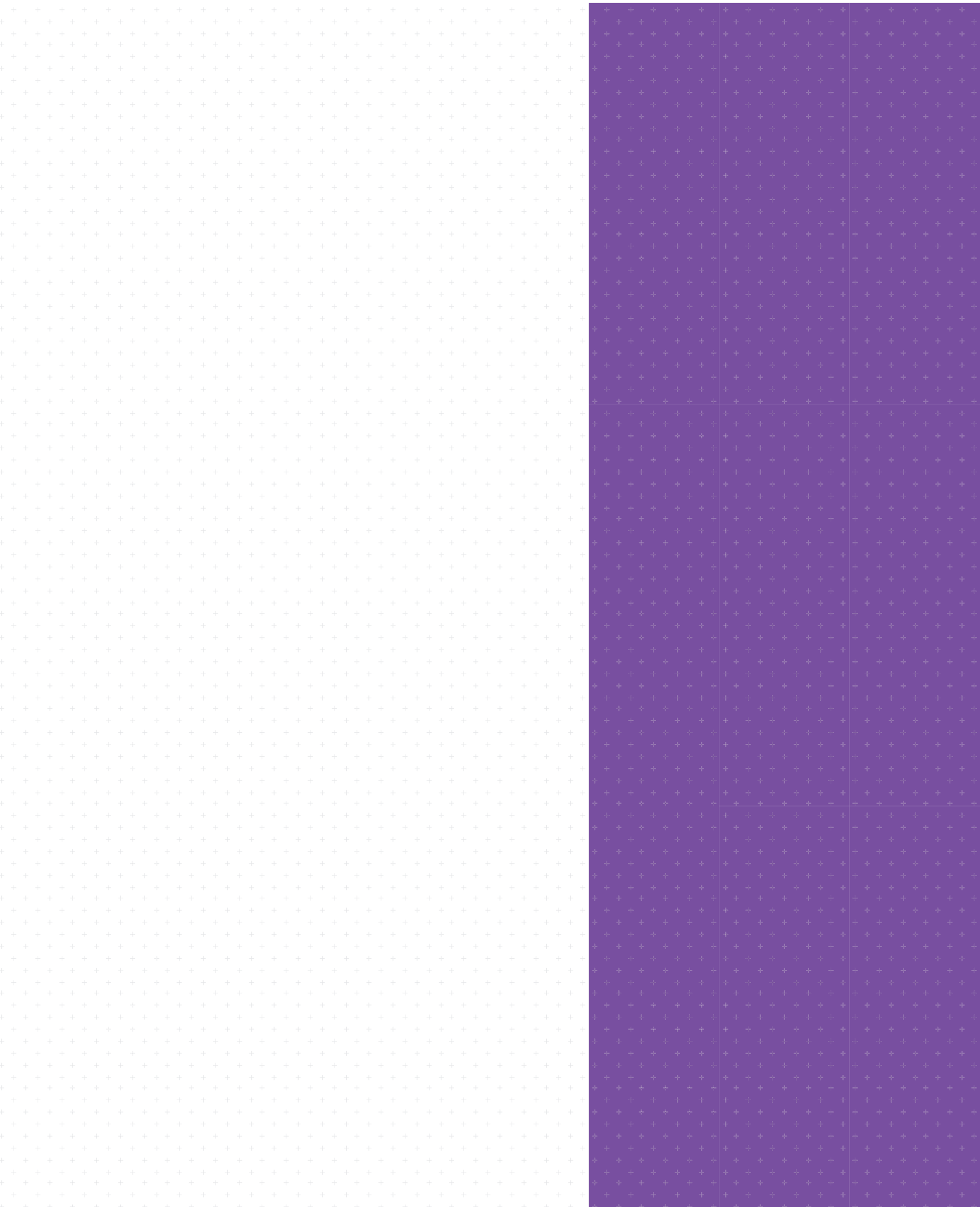
Essa indicação ocorre pelas vantagens que a cabergolina apresenta em relação a outros medicamentos, tais como efetividade, comodidade posológica e raros efeitos colaterais (gástricos).

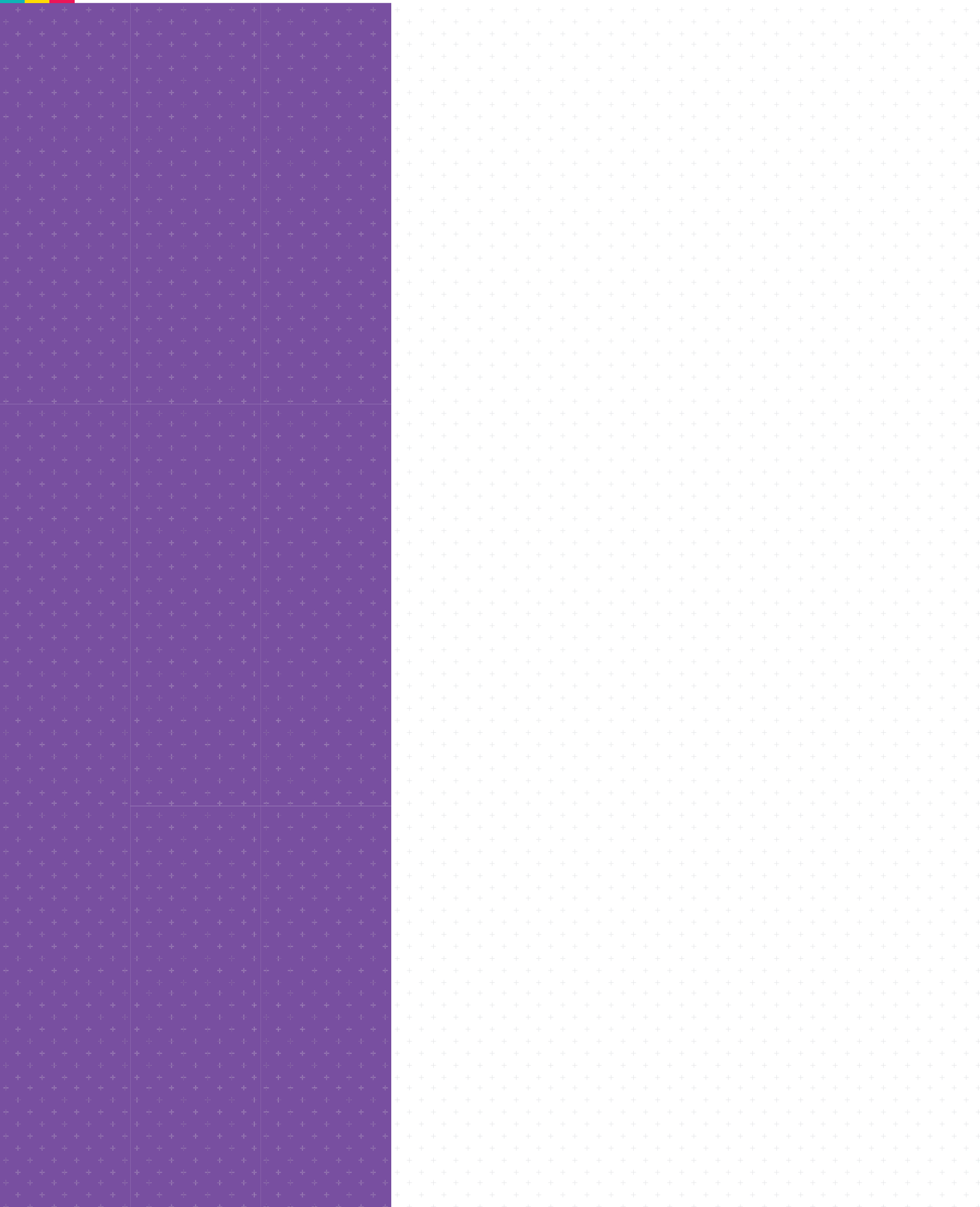
O custo é ressarcido ao serviço de saúde, mediante a informação do código do procedimento no preenchimento da Autorização de Internação Hospitalar (AIH) do parto.

Diante da ocorrência de lactação rebote, fenômeno pouco comum, pode-se realizar uma nova dose do inibidor.

22.2.2 Enfaixamento das mamas

Consiste em realizar compressão das mamas com atadura, imediatamente após o parto, com o cuidado de não restringir os movimentos respiratórios ou causar desconforto materno. O enfaixamento é recomendado por um período de dez dias, evitando-se a manipulação e estimulação das mamas, e deve ser realizado apenas na ausência dos inibidores de lactação farmacológicos. A adesão é baixa, especialmente em países de clima quente, e sua efetividade é questionável.





23

MANEJO CLÍNICO DO RECÉM-NASCIDO EXPOSTO AO HIV

A sequência de atividades recomendadas abaixo dependerá das condições de nascimento do RN. O intuito é evitar ao máximo o contato do sangue materno com o do RN.

23.1 Cuidados na sala de parto e pós-parto imediato

Todas as recomendações estão resumidas no quadro seguinte:

Quadro 17 – Cuidados imediatos com o RN exposto ao HIV

CUIDADOS NA SALA DE PARTO E PÓS-PARTO IMEDIATO	
1.	Sempre que possível, realizar o parto empelado, com a retirada do neonato mantendo as membranas corioamnióticas íntegras.
2.	Clampar imediatamente o cordão após o nascimento, sem qualquer ordenha.
3.	Imediatamente após o nascimento (ainda na sala de parto), realizar o banho, preferencialmente com chuveirinho, torneira ou outra fonte de água corrente. Limpar com compressas macias todo sangue e secreções visíveis no RN. A compressa deve ser utilizada de forma delicada, com cuidado ao limpar as secreções, para não lesar a pele delicada da criança e evitar uma possível contaminação.
4.	Se necessário, aspirar delicadamente as vias aéreas do RN, evitando traumatismos em mucosas.
5.	Aspirar delicadamente o conteúdo gástrico de líquido amniótico (se necessário) com sonda oral, evitando traumatismos. Se houver presença de sangue, realizar lavagem gástrica com soro fisiológico.
6.	Colocar o RN junto à mãe o mais breve possível.
7.	Iniciar a primeira dose do AZT solução oral (preferencialmente ainda na sala de parto), logo após os cuidados imediatos ou nas primeiras 4 horas após o nascimento.
8.	Quando indicado, administrar a NVP o mais precocemente possível, antes das primeiras 48 horas de vida.
9.	Orientar a não amamentação e inibir a lactação com medicamento (cabergolina). Orientar a mãe para substituir o leite materno por fórmula láctea até 6 meses de idade. O aleitamento misto também é contraindicado. Pode-se usar leite humano pasteurizado proveniente de banco de leite credenciado pelo MS (p. ex., RN pré-termo ou de baixo peso). Se, em algum momento do seguimento, a prática de aleitamento for identificada, suspender o aleitamento e solicitar exame de CV para o RN.
MATERNIDADE: CUIDADOS ANTES DA ALTA	
10.	É recomendado o alojamento conjunto em período integral, com o intuito de fortalecer o vínculo mãe-filho.
11.	Iniciar precocemente (ainda na maternidade ou na primeira consulta ambulatorial) o monitoramento laboratorial em todas as crianças expostas (independentemente de serem pré-termo ou não), considerando a possibilidade de eventos adversos aos ARV utilizados pela mãe.
12.	São terminantemente contraindicados o aleitamento cruzado (amamentação da criança por outra nutriz) e o uso de leite humano com pasteurização domiciliar. Orientar a mãe a substituir o leite materno por fórmula láctea até a criança completar 6 meses de idade.
13.	Anotar no resumo de alta do RN as informações do pré-natal, as condições do nascimento, o tempo de uso do AZT injetável na mãe, o momento do início do AZT xarope e da NVP no RN, dose utilizada, periodicidade e data de término, além das mensurações antropométricas, tipo de alimento fornecido à criança e outras informações importantes relativas ao parto. Essas informações deverão ser disponibilizadas ao SAE e à UBS que acompanharão a criança e a puérpera.
14.	A alta da maternidade é acompanhada de consulta agendada em serviço especializado para seguimento de crianças expostas ao HIV. O comparecimento a essa consulta necessita ser monitorado. Em caso de não comparecimento, contatar a puérpera. A data da primeira consulta não deve ser superior a 15 dias a contar do nascimento, idealmente na primeira semana de vida.
15.	Preencher as fichas de notificação da “Criança exposta ao HIV” e enviá-las ao núcleo de vigilância epidemiológica competente.
16.	Atentar para as anotações feitas na carteira do RN referentes a dados que remetam à exposição ao HIV (comprometendo o sigilo), uma vez que se trata de um documento comumente manuseado pela família e algumas vezes requerido no trabalho dos progenitores para liberação do salário-família e para frequência à creche.

Fonte: DIAHV / SVS / MS.

Crianças expostas ao HIV devem ser atendidas em SAE em HIV/aids, compartilhando o cuidado com a Atenção Básica.

As que tiverem diagnóstico confirmado permanecem no cuidado compartilhado, ao passo que as expostas ao HIV e não infectadas poderão ser acompanhadas apenas na Atenção Básica.

Recomenda-se que as crianças expostas ao HIV e não infectadas realizem acompanhamento periódico anual com especialista até o final da adolescência (pela exposição ao HIV e aos ARV). As crianças expostas ao HIV e não infectadas tendem a apresentar mais infecções bacterianas e quadros mais graves, se comparadas a crianças não expostas ao HIV. A diminuição dos níveis de anticorpos maternos, transferida via placentária, e o não aleitamento por mães com HIV/aids mostram ser a diferença entre esses dois grupos.

Para mais informações quanto ao acompanhamento, diagnóstico da infecção pelo HIV, monitoramento de efeitos adversos associados à exposição perinatal aos ARV e uso de alimentação por fórmula infantil, consultar o "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o Manejo da Infecção pelo HIV em Crianças e Adolescentes", disponível em <<http://www.aids.gov.br/pcdt>>.

23.2 Quimioprofilaxia do RN exposto ao HIV

23.2.1 Quimioprofilaxia para o HIV

Todas as crianças nascidas de mães vivendo com HIV deverão receber ARV como umas das medidas de profilaxia para TV (Quadro 18).

O **RN** deve receber **AZT solução oral**, preferencialmente ainda **na sala de parto**, logo após os cuidados imediatos, ou nas primeiras quatro horas após o nascimento, devendo ser **mantido o tratamento durante as primeiras quatro semanas de vida**.

Para **mães com CV-HIV maior que 1.000 cópias/mL** registrada no último trimestre **ou** com **CV-HIV desconhecida**, a **NVP** deverá ser acrescentada ao AZT de acordo com os cenários descritos no Quadro 18, a seguir, e deve ser iniciada **até 48 horas após o nascimento**.

A indicação da quimioprofilaxia após 48 horas do nascimento da criança deverá ser discutida caso a caso, preferencialmente com o médico especialista.

Quadro 18 – Indicação de ARV para profilaxia da transmissão vertical do HIV

CENÁRIOS	USO DE ARV –GESTANTE NO PRÉ-NATAL	INDICAÇÃO DE ARV –RN	POSOLOGIA DE ARV PARA RN	DURAÇÃO DA PROFILAXIA COM ARV PARA RN
Uso de ARV durante a gestação	Uso de ARV no pré-natal e periparto, com CV documentada <1.000 cópias/mL no 3º trimestre	AZT (VO)	- RN com 35 semanas ou mais de idade gestacional: 4mg/kg/dose de 12/12h - RN entre 30 e 35 semanas de idade gestacional: 2mg/kg/dose de 12/12h por 14 dias e 3mg/kg/dose de 12/12h a partir do 15º dia - RN com menos de 30 semanas de idade gestacional: 2mg/kg/dose de 12/12h	4 semanas
Sem uso de ARV durante a gestação	- Sem utilização de ARV durante a gestação, independentemente do uso de AZT periparto; ou - Uso de ARV na gestação, mas CV desconhecida ou acima de 1.000 cópias/mL no 3º trimestre; ou - Histórico de má adesão, mesmo com CV <1.000 cópias/mL no 3º trimestre; ou - Mãe com IST, especialmente sífilis; ou - Parturiente com resultado reagente no momento do parto	AZT (VO) Associado com NVP (VO)	- RN nascido com 35 semanas ou mais de idade gestacional: 4mg/kg/dose de 12/12h - RN entre 30 e 35 semanas de idade gestacional: 2mg/kg/dose de 12/12h por 14 dias e 3mg/kg/dose de 12/12h a partir do 15º dia - RN com menos de 30 semanas de idade gestacional: 2mg/kg/dose de 12/12h	4 semanas 1ª dose: até 48h de vida 2ª dose: 48h após 1ª dose 3ª dose: 96h após 2ª dose

Fonte: DIAHV/SVS/MS.

Excepcionalmente, quando a criança não tiver condições de receber o medicamento por VO, pode ser utilizado o AZT injetável, nas seguintes doses:

- RN com 35 semanas de idade gestacional ou mais: 3mg/kg/dose IV 12/12h, por 4 semanas;

- › RN entre 30 e 35 semanas de idade gestacional: 1,5 mg/kg/dose IV 12/12h nos primeiros 14 dias de vida e 2,3 mg/kg/dose IV 12/12h a partir do 15º dia, por 4 semanas;
- › RN com menos de 30 semanas de idade gestacional: 1,5 mg/kg/dose IV 12/12h, por 4 semanas.

Nos casos de impossibilidade de deglutição e se houver indicação de NVP, poderá ser avaliada administração por sonda nasointestinal, pois esse medicamento não apresenta formulação injetável.

23.3 Rotina de acompanhamento clínico e laboratorial da criança exposta ao HIV

O acompanhamento deve ser realizado em serviço de referência, de forma mensal nos primeiros seis meses e bimestral a partir do 2º semestre de vida.

A avaliação do crescimento e desenvolvimento é extremamente importante, visto que as crianças infectadas podem, já nos primeiros meses de vida, apresentar déficits. Os gráficos de crescimento e a tabela de desenvolvimento constam na Caderneta de Saúde da Criança do MS.

O reconhecimento precoce e o tratamento de possíveis coinfeções devem ser considerados prioritários no atendimento dessas crianças, sugerindo-se que tal abordagem seja incluída ainda na maternidade e nas consultas subsequentes.

Para mais informações consultar o "PCDT para o Manejo da Infecção pelo HIV em Crianças e Adolescentes", disponível em <<http://www.aids.gov.br/pcdt>>.

23.4 Esquema vacinal na maternidade

23.4.1 Imunização do RN que permanece internado na unidade neonatal

Todas as vacinas do PNI poderão ser administradas na unidade neonatal, se o RN atingir a idade cronológica apropriada para a vacinação, segundo o calendário nacional de imunizações pactuado. Esse calendário poderá ser modificado em situações de incorporação ou substituição de imunobiológicos pelo PNI.

Vale ressaltar que deve ser levada em consideração a situação clínico-imunológica de cada criança e adolescente ao ser indicada a vacinação. Informações mais detalhadas podem ser encontradas no "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Crianças e Adolescentes", disponível em <<http://www.aids.gov.br/pcdt>>.

23.5 Imunobiológicos na unidade neonatal

23.5.1 Imunoglobulina anti-hepatite B (IGHAHB) e vacina de hepatite B

A imunoglobulina humana anti-hepatite B (IGHAHB) está indicada logo após o nascimento, preferencialmente ainda nas primeiras 12 horas de vida, para RN de mãe HBsAg reagentes para hepatite B. A dose da imunoglobulina é 0,5mL intramuscular, no músculo vasto lateral.

*Quando o perfil **HBsAg da mãe for desconhecido**, deve-se administrar imediatamente a vacina contra a hepatite B e, simultaneamente, solicitar a pesquisa de HBsAg materno, indicando-se a imunoglobulina até o 7º dia de vida, se o resultado for reagente.*

A primeira dose da vacina contra a hepatite B deverá ser administrada simultaneamente, na dose de 0,5mL, intramuscular, no músculo vasto lateral do outro membro. O esquema vacinal completo deve ser de 0 (ao nascimento, vacina monovalente), 2, 4, 6 e

15 meses (vacina pentavalente). Recomenda-se a realização de sorologia 30 a 60 dias após o término do esquema.

Em caso de vacinação de crianças nascidas com menos de 2.000g ou 33 semanas de idade gestacional, são recomendadas pelo menos quatro doses de vacina de hepatite B recombinante, o que já está contemplado pelo esquema atual.

23.5.2 Imunoglobulina anti-varicela-zoster (IGHVZ)

A dose de IGHVZ 125 unidades por via intramuscular (IM) está indicada nas seguintes situações:

- › RN cujas mães tenham apresentado quadro clínico de varicela de cinco dias antes a dois dias depois do parto;
- › Pré-terms nascidos entre 28 semanas e 36 semanas de gestação, expostos à varicela, quando a mãe tiver história negativa para esse agravo;
- › Pré-terms nascidos com menos de 28 semanas de gestação, expostos à varicela, independentemente da história materna desse agravo.

23.5.1 Imunoglobulina antitetânica (IGHT)

Está indicada na dose de 250 UI, por via IM, para RN que apresentem situação de risco para tétano e cujas mães não tenham história vacinal que garanta proteção contra o tétano neonatal (dT: vacina dupla tipo adulto – esquema de três doses há menos de um ano ou reforço há menos de cinco anos).



TRANSMISSÃO VERTICAL DE SÍFILIS

PARTE IV

24

SÍFILIS NA GESTAÇÃO

24.1 Definição e etiologia

A sífilis é uma IST de caráter sistêmico, curável e exclusiva do ser humano. É causada pelo *Treponema pallidum*, uma bactéria Gram-negativa do grupo das espiroquetas, descoberta em 1905.

Os profissionais de saúde devem estar aptos a identificar as manifestações clínicas da sífilis e classificar os estágios dessa infecção, assim como a interpretar os resultados dos testes que desempenham função importante no controle do agravo, permitindo a definição do diagnóstico e o monitoramento da resposta terapêutica. A prevenção, o diagnóstico e o tratamento de gestantes e parcerias sexuais com sífilis devem ser priorizados, principalmente, na Atenção Básica.

A notificação compulsória da gestante com sífilis no país foi instituída desde 2005, conforme Portaria vigente. A ficha de notificação/investigação está disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/sifilis-em-gestante>.

24.2 Transmissão da sífilis

A sífilis é transmitida predominantemente por via sexual e vertical. O risco de IST está diretamente relacionado à presença de lesões sífilíticas mucocutâneas, mais comuns no primeiro ano de infecção (fases primária e secundária).

A TV acontece mais frequentemente intraútero, embora também possa ocorrer durante a passagem do feto pelo canal do parto, se houver a presença de lesão ativa. A probabilidade da ocorrência de sífilis congênita é influenciada pelo estágio da sífilis na

mãe e pela duração da exposição fetal. Dessa forma, a transmissão é maior (em torno de 70% a 100%) quando a gestante apresenta sífilis primária ou secundária.

A sífilis congênita é passível de prevenção quando a gestante infectada por sífilis é tratada adequadamente. A sífilis na gestação pode implicar consequências como aborto, natimorto, parto prematuro, morte neonatal e manifestações congênitas precoces ou tardias.

Não existe vacina contra sífilis e a infecção prévia não confere imunidade protetora. Portanto, a pessoa pode se reinfectar a cada vez que for exposta, o que justifica o rastreamento mais frequente durante a gestação.

24.3 Manifestações clínicas e classificação da sífilis na gestação

As manifestações clínicas da sífilis em gestantes são semelhantes às da sífilis adquirida que acomete a população geral. Quando não tratada, a infecção evolui e se classifica em estágios baseados em achados clínicos, o que contribui para direcionar o tratamento e o seguimento.

As pessoas podem apresentar sinais ou sintomas de sífilis primária (úlceras ou cancro no local de infecção), sífilis secundária (*rash* cutâneo, lesões mucocutâneas e linfadenopatia) ou sífilis terciária (manifestações cardiovasculares, neurológicas, cutâneas e ósseas).

Se não houver tratamento, a sífilis entrará no estágio latente, sem sinais e sintomas, sendo detectada por meio de testagem. Classifica-se em sífilis latente recente (que acontece nos primeiros dois anos da infecção) e sífilis latente tardia (que ocorre após dois anos de infecção).

Sífilis latente: a maioria dos diagnósticos em gestantes ocorre nesse estágio. No caso das gestantes, a maior parcela dos casos é diagnosticada por meio dos testes preconizados durante o pré-natal e o parto, e nem sempre a cronologia do tempo de infecção é bem determinada. Dessa forma, diante de uma gestante com diagnóstico confirmado, em que não é possível inferir a duração da infecção (sífilis de duração ignorada), classifica-se e trata-se o caso como **sífilis latente tardia**.

O quadro seguinte correlaciona as manifestações clínicas com a evolução e estágios da sífilis.

Quadro 19 – Manifestações clínicas de acordo com a evolução e estágios da sífilis

EVOLUÇÃO	ESTÁGIOS	MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS
Sífilis recente (menos de 2 anos de duração)	Primária 2–4 semanas após contato, em média 3 semanas	Geralmente se manifesta como um nódulo indolor único no local do contato, que se ulcera rapidamente, formando o cancro duro. Costuma surgir na genitália, mas também pode ocorrer no períneo, ânus, reto, orofaringe, lábios ou mãos. A lesão primária é rica em treponemas
	Secundária 6 semanas a 6 meses após o contato	Nessa fase da doença, são comuns sinais e sintomas sistêmicos da infecção, mimetizando manifestações clínicas de outras enfermidades e, dessa forma, sendo frequentemente confundida com outros diagnósticos. Podem ocorrer erupções cutâneas em forma de máculas (roséola) e/ou pápulas, principalmente no tronco; lesões eritemato-escamosas palmo-plantares (essa localização, apesar de não patognomônica, sugere fortemente o diagnóstico de sífilis no estágio secundário); placas eritematosas branco-acinzentadas nas mucosas; lesões pápulo-hipertroóficas nas mucosas ou pregas cutâneas (condiloma plano ou condiloma lata); alopecia em clareira e madarose (perda da sobrancelha, em especial do terço distal), febre, mal-estar, cefaleia, adinamia e linfadenopatia generalizada. As lesões secundárias são ricas em treponemas
	Latente recente Nos primeiros 2 anos da infecção	Período em que não se observa nenhum sinal ou sintoma clínico de sífilis, verificando-se, porém, reatividade nos testes imunológicos que detectam anticorpos. A maioria dos diagnósticos ocorre nesse estágio. Aproximadamente 25% dos pacientes intercalam lesões de secundarismo com os períodos de latência, durante o primeiro ano da infecção
Sífilis tardia (mais de 2 anos de duração)	Latente tardia Após 2 anos de infecção	Menos frequente na atualidade
	Terciária	É comum o acometimento do sistema nervoso e cardiovascular (dilatação aórtica, regurgitação aórtica, estenose do óstio carotídeo). Além disso, verifica-se a formação de gomas sífilíticas (tumorações com tendência a liquefação) na pele, mucosas, ossos ou qualquer tecido

Fonte: DIAHV/SVS/MS.

24.4 Métodos de diagnóstico de sífilis na gestação

O diagnóstico da sífilis exige uma correlação entre dados clínicos, resultados de testes laboratoriais, histórico de infecções passadas e investigação de exposição recente. Apenas o conjunto dessas informações permitirá a correta avaliação diagnóstica de cada caso e, conseqüentemente, o tratamento adequado.

Os testes utilizados para o diagnóstico da sífilis são divididos em duas categorias: **exames diretos e testes imunológicos**. No momento da escolha dos testes, é importante considerar não somente os testes disponíveis, mas também o provável estágio da sífilis a ser diagnosticado.

O diagnóstico da sífilis é preconizado pela **Portaria nº 2.012, de 19 de outubro de 2016**, que aprova o “Manual Técnico para Diagnóstico da Sífilis”, disponível em <<http://www.aids.gov.br/biblioteca>>.

24.4.1 Exames diretos

Os exames diretos são aqueles em que, por meio da observação direta em material retirado das lesões primárias ou secundárias ativas, visualiza-se a presença das espiroquetas.

O quadro seguinte resume as informações dos exames diretos.

Quadro 20 – Exames diretos para sífilis

	MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS DA SÍFILIS	MATERIAL	SENSIBILIDADE/ESPECIFICIDADE	SIGNIFICADO CLÍNICO	OBSERVAÇÕES
Exame em campo escuro	Lesões primárias e secundárias	Exsudato seroso das lesões ativas	Alta sensibilidade e especificidade Depende da experiência do técnico Teste mais eficiente e de baixo custo para diagnóstico direto da sífilis	Positivo: infecção ativa. Considerar diagnóstico diferencial com treponemas não patogênicos e outros organismos espiralados Negativo: considerar que 1) número de <i>T. pallidum</i> na amostra não foi suficiente para sua detecção; 2) a lesão está próxima à cura natural; 3) a pessoa recebeu tratamento sistêmico ou tópico	> Positividade em pessoas com cancro primário pode ser anterior à soroconversão > Coletar nova amostra para detecção de anticorpos em 30 dias, se o teste imunológico for não reagente > Não adiar tratamento > Não é recomendado para lesões de cavidade oral
Pesquisa direta com material corado		Esfregaço em lâmina ou cortes histológicos com diferentes corantes	Todas as técnicas têm sensibilidade inferior à microscopia de campo escuro		

Fonte: DIAHV/SVS/MS.

24.4.2 Testes imunológicos

Os testes imunológicos são, certamente, os mais utilizados na prática clínica. Dividem-se em treponêmicos e não treponêmicos, conforme o Quadro 23.

Quadro 21 – Testes imunológicos para diagnóstico de sífilis

Testes imunológicos	Não treponêmicos	VDRL RPR TRUST	Quantificáveis (ex.: 1:2, 1:4, 1:8) Importantes para o diagnóstico e monitoramento da resposta ao tratamento
	Treponêmicos	FTA-Abs ELISA/EQL TPHA/TPPA/MHA-TP Teste Rápido (TR)	Na maioria das vezes, permanecem reagentes mesmo após o tratamento, pelo resto da vida da pessoa Não são indicados para monitoramento da resposta ao tratamento

Fonte: DIAHV/SVS/MS.

24.4.2.1 Testes treponêmicos

São testes que detectam **anticorpos específicos** produzidos contra os antígenos do *Treponema pallidum*. São os primeiros a se tornarem reagentes, geralmente a partir de dez dias após o aparecimento do cancro duro.

24.4.2.2 Testes não treponêmicos

Esses testes detectam **anticorpos não específicos** anticardiolipina, material lipídico liberado pelas células danificadas em decorrência da sífilis e possivelmente contra a cardiolipina liberada pelos treponemas. Podem ser qualitativos ou quantitativos. Tornam-se reagentes cerca de uma a três semanas após o aparecimento do cancro duro, período que pode variar de pessoa a pessoa.

Os **testes qualitativos** indicam presença ou ausência de anticorpo na amostra; seu resultado final é "reagente" ou "não reagente".

*Os **testes quantitativos** devem ter seu resultado expresso em fração (1:2, 1:4, 1:64 e assim sucessivamente) e são importantes para o diagnóstico e monitoramento da resposta ao tratamento, uma vez que a queda, manutenção ou elevação das titulações indicam a evolução terapêutica. As titulações se correlacionam com o tempo da infecção e estágio da doença, diminuindo na fase latente ou com o tratamento.*

Se a infecção for detectada nos estágios tardios, são esperados títulos baixos (menores ou iguais a 1:4, por exemplo), que podem persistir por meses ou anos. Nessas situações, sem registro de tratamento e sem data da infecção conhecida (**sífilis de duração ignorada**), **classifica-se e trata-se o caso como sífilis latente tardia**. Já infecções mais recentes tendem a ter diluições mais altas (maiores ou iguais a 1:8), com maior impacto no prognóstico da transmissão vertical da sífilis.

Resultados falso-reagentes : são resultados reagentes dos testes não treponêmicos em casos de ausência de sífilis, podendo ocorrer em situações clínicas comuns, como infecções virais, condições autoimunes e a própria gestação. Por isso, é sempre necessária a realização associada de um teste treponêmico para elucidação diagnóstica.

24.4.3 A escolha dos testes diagnósticos

Para o diagnóstico da sífilis, deve ser realizado um teste treponêmico mais um teste não treponêmico. Considerando a epidemia de sífilis e a sensibilidade dos fluxos diagnósticos, **recomenda-se, sempre que possível, iniciar a investigação por um teste treponêmico** (teste rápido, FTA-Abs, ELISA etc.).

A figura seguinte demonstra a possibilidade de combinações de testes para definição do diagnóstico de sífilis, conforme fluxogramas preconizados pelo "Manual Técnico para Diagnóstico da Sífilis", disponível em: <<http://www.aids.gov.br/biblioteca>>.

Figura 5 – Testes imunológicos para diagnóstico da sífilis



Fonte: DIAHV/SVS/MS.

O profissional de saúde, médico ou enfermeiro, deve solicitar os testes para sífilis, explicitando no formulário de solicitação a finalidade do exame:

- > **Diagnóstico de sífilis:** quando há suspeita de sífilis, independentemente do estágio específico;
- > **Diagnóstico de sífilis após TR reagente:** quando foi realizada testagem rápida no serviço de saúde, com resultado reagente.
- > **Monitoramento do tratamento de sífilis:** quando o diagnóstico da sífilis e tratamento já foram realizados, para monitorar os títulos dos anticorpos não treponêmicos.

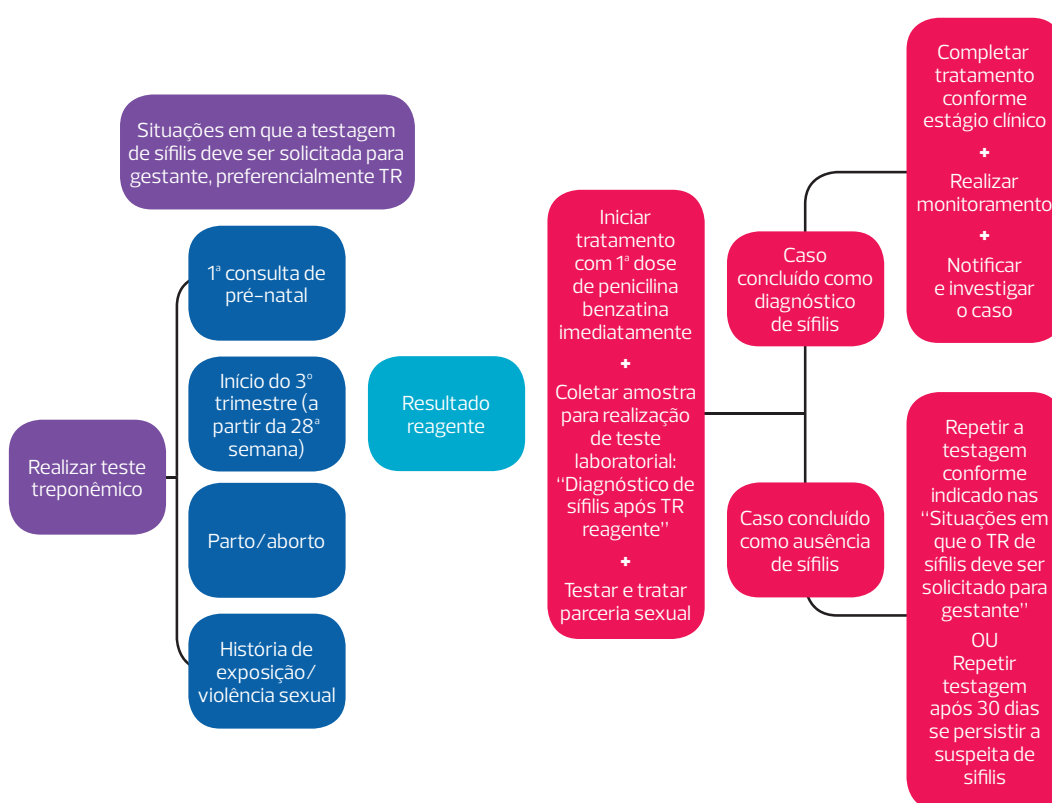
24.4.4 Testagem rápida e tratamento imediato da gestante

A testagem para sífilis está preconizada na gestação na 1ª consulta de pré-natal, idealmente no 1º trimestre, no início do 3º trimestre (a partir da 28ª semana), no momento do parto ou em caso de aborto, exposição de risco e violência sexual. Em todos os casos de gestantes, o tratamento deve ser iniciado com apenas um teste reagente, treponêmico ou não treponêmico, sem aguardar o resultado do segundo teste.

Quando o TR treponêmico for utilizado como o primeiro teste, nos casos reagentes, uma amostra de sangue venoso deverá ser coletada e encaminhada para realização de um teste não treponêmico laboratorial e definição do diagnóstico.

A figura abaixo demonstra fluxograma que resume as oportunidades de testagem com TR e a conduta frente a um resultado reagente na gestante.

Figura 6 – Solicitação e conduta frente ao teste reagente na gestante



Fonte: DIAHV/SVS/MS.

O Quadro 22, a seguir, é explicativo dos possíveis significados da combinação dos diferentes testes para diagnóstico da sífilis.

Quadro 22 – Resultados de testes treponêmicos e não treponêmicos, interpretação e conduta para a gestante

PRIMEIRO TESTE	+ TESTE COMPLEMENTAR	POSSÍVEIS INTERPRETAÇÕES	CONDUTA
Teste treponêmico REAGENTE (TR, ELISA, FTA-Abs etc.)	Teste não treponêmico REAGENTE (VDRL, RPR, TRUST)	Possível diagnóstico de sífilis Classificação do estágio clínico a ser definida de acordo com o tempo de infecção e o histórico de tratamento Cicatriz sorológica: tratamento anterior documentado com queda da titulação >2 diluições e sem história de nova exposição de risco	Tratar e realizar monitoramento do tratamento Realizar seguimento mensal com teste não treponêmico para gestante Notificar e investigar o caso de sífilis em gestante
Teste treponêmico REAGENTE (TR, ELISA, FTA-Abs etc.)	Teste não treponêmico NÃO REAGENTE (VDRL, RPR, TRUST)	Realiza-se um terceiro teste treponêmico com metodologia diferente do primeiro. Se não reagente , considera-se resultado falso reagente para o primeiro teste, sendo excluído o diagnóstico de sífilis. Se reagente , suspeita-se de sífilis recente ou de sífilis tratada, caso haja documentação de tratamento adequado	No caso de suspeita de sífilis primária, aguardar 30 dias para repetir teste não treponêmico. Porém, nas situações especiais, como em gestantes, recomenda-se tratar com penicilina benzatina Notificar e investigar o caso de sífilis em gestante
Teste não treponêmico REAGENTE (VDRL, RPR, TRUST)	Teste treponêmico REAGENTE (TR, TPPA, FTA-Abs etc.)	Possível diagnóstico de sífilis Classificação do estágio clínico a ser definida de acordo com o tempo de infecção e o histórico de tratamento	Tratar e realizar monitoramento do tratamento Realizar seguimento mensal com teste não treponêmico para gestante Notificar e investigar o caso de sífilis em gestante
Teste não treponêmico REAGENTE (VDRL, RPR, TRUST)	Teste treponêmico NÃO REAGENTE (Teste rápido, TPPA, FTA-Abs etc.)	Provável falso-reagente no teste não treponêmico, principalmente nos casos em que a titulação for menor ou igual a 1:4 Quando a titulação for maior que 1:4 , realizar teste treponêmico com metodologia diferente do primeiro teste treponêmico realizado. O resultado final do fluxograma será definido pelo resultado desse terceiro teste	Nas situações com novo teste treponêmico reagente: - Tratar e realizar monitoramento do tratamento - Realizar seguimento mensal com teste não treponêmico para gestante - Notificar e investigar o caso de sífilis em gestante
Teste não treponêmico NÃO REAGENTE (VDRL, RPR, TRUST) Ou Teste treponêmico NÃO REAGENTE (Teste rápido, ELISA, FTA-Abs etc.)	Não realizar teste complementar se o primeiro teste for NÃO REAGENTE e não houver suspeita clínica de sífilis primária	Ausência de infecção ou período de incubação (janela imunológica) de sífilis recente	Em caso de suspeita clínica e/ou epidemiológica, solicitar nova coleta de amostra em 30 dias Isso não deve, no entanto, retardar a instituição do tratamento, caso o diagnóstico de sífilis seja o mais provável ou o retorno da pessoa ao serviço de saúde não possa ser garantido

Fonte: DIAHV/SVS/MS.

24.5 Tratamento da sífilis na gestação

A penicilina benzatina é a única opção segura e eficaz para tratamento adequado das gestantes.

Embora **outros antibióticos** (como as tetraciclina orais e os macrolídeos) tenham sido utilizados para tratamento de sífilis em adultos, estes **não são recomendados no período da gestação** por causa da toxicidade ao feto, ou por não atravessarem a barreira placentária, respectivamente. Há ainda relato de resistência do *Treponema pallidum* aos macrolídeos.

Não existem estudos controlados em gestantes que tenham determinado a eficácia da **ceftriaxona** no tratamento do feto, e por isso esta **não é uma medicação recomendada para o tratamento de sífilis na gravidez.**

Segundo protocolo da OMS, para **gestante com sífilis latente recente**, em situações especiais como o desabastecimento, pode-se utilizar ceftriaxona 1g, via intramuscular, por dez a 14 dias. **Mas será necessário notificar/investigar e tratar a criança para sífilis congênita.** Para os casos de sífilis tardia ou de duração desconhecida, não existem outras opções terapêuticas na literatura (WHO, 2016).

Os serviços de saúde devem se organizar para realização da busca ativa, visando o início precoce do pré-natal. Devem, ainda, buscar a comunicação efetiva com as parceiras sexuais também para testagem e tratamento em momento oportuno.

O quadro seguinte apresenta um resumo dos esquemas terapêuticos utilizados para sífilis em gestante.

Quadro 23 – Resumo dos esquemas terapêuticos da gestante com sífilis

ESTÁGIO CLÍNICO	ESQUEMA TERAPÊUTICO
Sífilis recente (com menos de 2 anos de evolução): sífilis primária, secundária e latente recente	Penicilina G benzatina 2,4 milhões UI, IM, dose única (1,2 milhões UI em cada glúteo)
Sífilis tardia (com mais de 2 anos de evolução): sífilis latente tardia ou latente com duração ignorada e sífilis terciária	Penicilina G benzatina 2,4 milhões UI, IM, semanal, por 3 semanas Dose total: 7,2 milhões UI, IM
Neurosífilis	Penicilina cristalina 18–24 milhões UI/dia, IV, administrada em doses de 3–4 milhões de UI, a cada 4 horas ou por infusão contínua, por 14 dias

Fonte: DIAHV/SVS/MS.

Notas:

Esquemas alternativos não são recomendados durante a gestação. **Em caso de alergia confirmada à penicilina, esta deve ser classificada para definição de local de tratamento com penicilina.**

Qualquer outro tratamento realizado durante a gestação, para fins de definição de caso e abordagem terapêutica da sífilis congênita, é considerado tratamento não adequado da mãe, e o RN será submetido a avaliação clínica e laboratorial, conforme seção específica deste PCDT-TV.

Gestantes que ultrapassarem o intervalo de 14 dias entre as doses devem reiniciar o esquema terapêutico.

24.5.1 Reação de Jarisch–Herxheimer

Após a primeira dose de penicilina, a pessoa pode apresentar exacerbação das lesões cutâneas com eritema, dor ou prurido, as quais regredem espontaneamente após 12 a 24 horas, sem a necessidade da descontinuidade do tratamento. Tipicamente, vêm acompanhadas de febre, artralgia e mal-estar.

Essa reação **não configura alergia à penicilina** e ocorre em resposta à grande quantidade de proteínas e outras estruturas liberadas na corrente sanguínea pelas espiroquetas mortas com a administração de penicilina. É mais comum em pessoas que recebem tratamento na fase secundária da sífilis.

As gestantes e suas parcerias sexuais em início de tratamento devem ser orientadas quanto à possibilidade de ocorrência da reação de Jarisch–Herxheimer e à benignidade do quadro, que é autolimitado. Podem ser prescritos sintomáticos, como antipiréticos, embora não haja evidência de que estes previnam a ocorrência dessa reação.

As gestantes que apresentam essa reação podem ter risco de trabalho de parto prematuro devido à liberação importante de mediadores inflamatórios, como prostaglandinas. Nesses casos, considerar o encaminhamento à unidade de referência. Apesar desse risco, **não se deve evitar ou adiar a terapêutica apropriada, já que a sífilis congênita é doença de grave morbimortalidade**. Caso a gestante não seja tratada adequadamente, o risco de abortamento ou morte fetal é mais significativo.

24.5.2 Segurança e eficácia da administração da penicilina benzatina

A administração de penicilina benzatina pode ser feita com segurança por profissionais da enfermagem na Atenção Básica.

A penicilina benzatina é altamente eficaz na prevenção da sífilis congênita. Quanto à segurança, a administração da penicilina benzatina em gestantes não mostra ocorrências de reações anafiláticas. O risco de anafilaxia combinado em metanálise foi de 0,002% na população geral (IC 95%: 0%–0,003%; I² = 12%) (Galvão et al., 2013).

As reações anafiláticas podem ocorrer por diversos fatores desencadeantes, incluindo alimentos (ex.: frutos do mar) e medicamentos de uso mais comum (ex.: anti-inflamatórios) que a penicilina. A adrenalina é a droga de escolha para tratamento dessas reações, e a pessoa deverá ser encaminhada para serviços de referência, conforme fluxograma de preconizado no Caderno da Atenção Básica nº 28, Volume II, "Acolhimento à Demanda Espontânea", disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_demanda_espontanea_cab28v1.pdf>.

Destaca-se também a Decisão nº 0094/2015 do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), que reforça a importância da administração da penicilina benzatina pelos profissionais de enfermagem na Atenção Básica (disponível em <http://www.cofen.gov.br/decisao-cofen-no-00942015_32935.html>), além da Nota Técnica Cofen/CTLN nº 03/2017, que reafirma esse compromisso de cuidado à saúde, disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/NOTA-T%C3%89CNICA-COFEN-CTLN-N%C2%B0-03-2017.pdf>>.

24.6 Tratamento das parcerias sexuais

As **parcerias sexuais** de gestantes com sífilis **podem estar infectadas**, mesmo apresentando **testes imunológicos não reagentes**; portanto, devem ser tratadas presumivelmente com apenas uma dose de penicilina benzatina IM (2.400.000 UI). No caso de **teste reagente para sífilis**, seguir as recomendações de tratamento da sífilis adquirida no adulto, de acordo com o estágio clínico da infecção, utilizando preferencialmente penicilina benzatina.

O Quadro 24 resume o tratamento das parcerias sexuais de gestantes com sífilis.

Quadro 24 – Resumo dos esquemas terapêuticos para as parcerias sexuais de gestantes com sífilis

ESTÁGIO CLÍNICO	ESQUEMA TERAPÊUTICO
Sífilis recente (com menos de 2 anos de evolução): sífilis primária, secundária e latente recente	Penicilina G benzatina 2,4 milhões UI, IM, dose única (1,2 milhões UI em cada glúteo)
Sífilis tardia (com mais de 1 ano de evolução): sífilis latente tardia ou latente com duração ignorada e sífilis terciária	Penicilina G benzatina 2,4 milhões UI, IM, semanal, por 3 semanas Dose total: 7,2 milhões UI, IM

Fonte: DIAHV/SVS/MS.

É fundamental realizar **busca ativa para diagnóstico e tratamento das parcerias sexuais de gestantes com sífilis**, bem como fortalecer o pré-natal do parceiro nos serviços de saúde. Para mais informações sobre as recomendações quanto ao seguimento da sífilis adquirida na população geral, consultar o "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com IST", disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pcdt>>.

24.7 Monitoramento pós-tratamento de sífilis na gestante

O seguimento da gestante com sífilis deve levar em consideração tanto os sinais e os sintomas clínicos quanto o monitoramento laboratorial da resposta ao tratamento. Os **testes não treponêmicos** (VDRL, RPR, TRUST, por exemplo) **devem ser realizados mensalmente nas gestantes**, utilizando preferencialmente sempre o mesmo teste, para que seja possível comparação entre eles. A quantificação do título de teste não treponêmico deve ser obtida no início do tratamento (idealmente, no primeiro dia de tratamento), uma vez que os títulos podem aumentar significativamente após alguns dias entre o diagnóstico de sífilis e o início de tratamento. Isso é importante para documentação da real queda da titulação, evitando a necessidade de retratamento.

O monitoramento é fundamental para classificar a resposta ao tratamento e definir a conduta mais correta para cada caso. Didaticamente, classifica-se a resposta ao tratamento em:

- › Resposta imunológica adequada;
- › Critérios de retratamento: reativação e/ou reinfeção.

24.7.1 Resposta imunológica adequada ao tratamento da sífilis

Resposta imunológica adequada é quando há redução da titulação em duas diluições no intervalo de seis meses (sífilis primária, sífilis secundária e sífilis latente recente) ou 12 meses (sífilis tardia) após o tratamento adequado (ex. de 1:32 para 1:8, ou de 1:128 para 1:32).

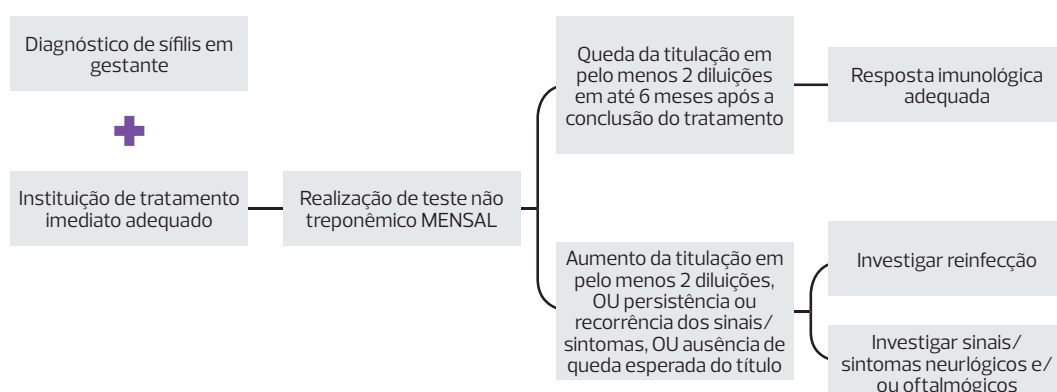
Quanto mais precoce for o diagnóstico e o tratamento, mais rapidamente haverá desaparecimento dos anticorpos circulantes e consequente negatização dos testes não treponêmicos, ou, ainda, sua estabilização em títulos baixos. A persistência de

resultados reagentes em testes não treponêmicos com títulos baixos (1:1 a 1:4) durante um ano após o tratamento, quando descartada nova exposição de risco durante o período analisado, é chamada de “**cicatriz sorológica**” e não caracteriza falha terapêutica (Figura 7).

TÍTULO x DILUIÇÃO

Dizer que a titulação da amostra diminui em duas diluições (de 1:64 para 1:16) é equivalente a dizer que o título da amostra caiu 4 vezes. Isso porque a amostra é diluída em um fator 2; logo, uma diluição equivale a 2 títulos.

Figura 7 – Seguimento da gestante com sífilis



Fonte: DIAHV/SVS/MS.

24.7.2 Critérios de retratamento: reativação ou reinfecção

Muitas vezes, é difícil diferenciar entre reinfecção, reativação e resposta imunológica mais lenta, sendo fundamental a avaliação da presença de sinais ou sintomas clínicos novos, reexposição de risco, violência sexual, comorbidades, histórico do tratamento (duração, adesão e medicação utilizada) e exames laboratoriais prévios, para facilitar a elucidação diagnóstica.

Crítérios para retratamento da gestante com sífilis

- > **Não redução da titulação em duas diluições** no intervalo de seis meses (sífilis primária, secundária e sífilis latente recente) ou 12 meses (sífilis tardia) após o tratamento adequado (ex.: de 1:32 para 1:8, ou de 1:128 para 1:32);

OU

- > **Aumento da titulação em duas diluições** (ex.: de 1:16 para 1:64 ou de 1:4 para 1:16) em qualquer momento do seguimento;

OU

- > **Persistência ou recorrência de sinais e sintomas de sífilis** em qualquer momento do seguimento.

Na presença desses critérios, o profissional de saúde deve investigar sinais/sintomas neurológicos e/ou oftalmológicos e reexposição sexual de risco.

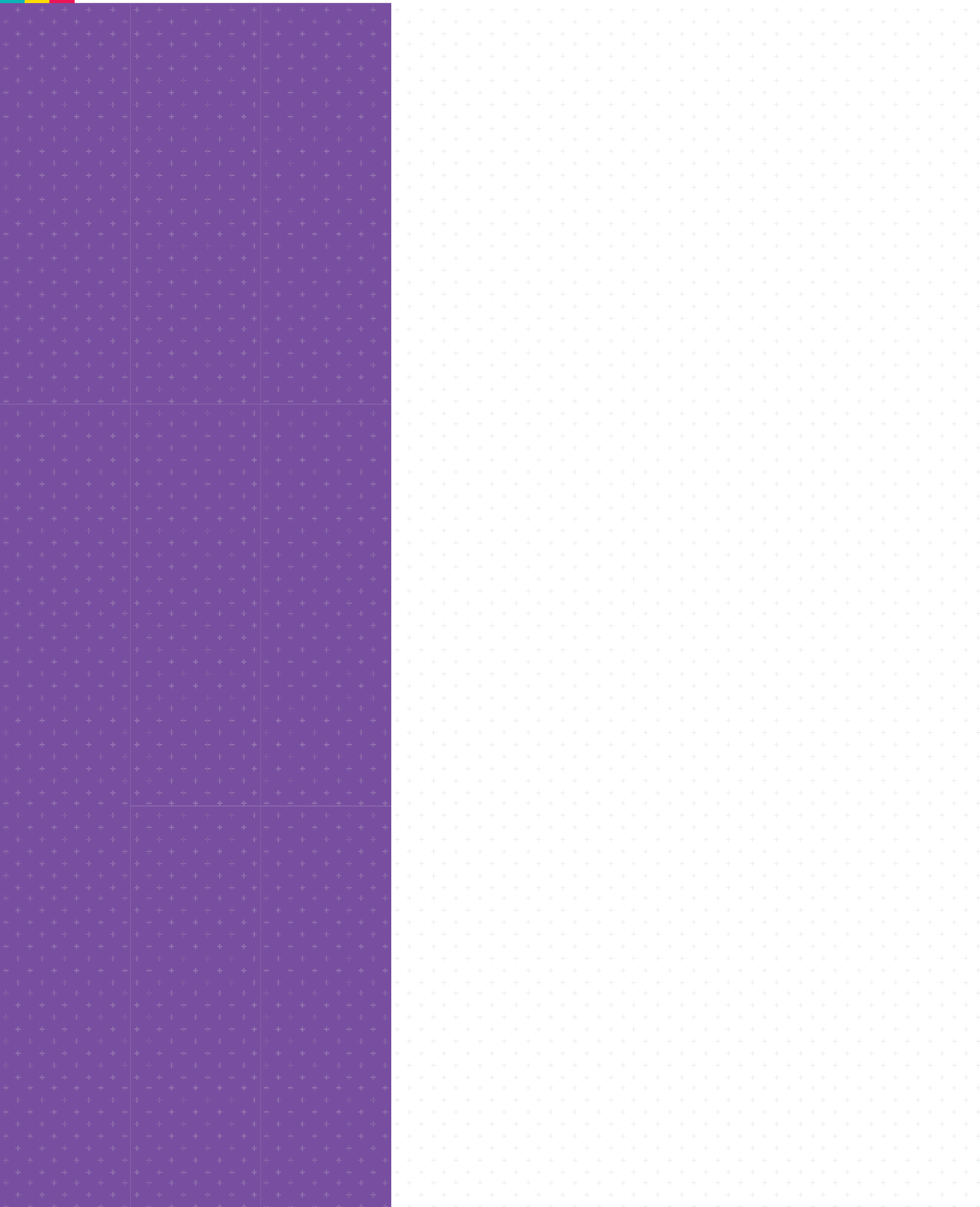
Em caso de **sinais/sintomas neurológicos e/ou oftalmológicos**, deve-se proceder com punção lombar. Se o LCR estiver normal, recomenda-se retratamento com três doses de penicilina G benzatina, 2,4 milhões de UI, dose única semanal, por três semanas consecutivas. Se o LCR estiver alterado, tratar como neurosífilis. Para mais informações sobre neurosífilis, consultar o "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com IST", disponível em <<http://www.aids.gov.br/pcdt>>. Quando ocorrer **reexposição sexual de risco**, há possibilidade de **reinfeção**, sendo necessária a avaliação de sinais e sintomas de sífilis, além de novo tratamento como sífilis recente, com uma dose de penicilina benzatina, 2,4 milhões de UI.

24.7.3 Recomendações aos profissionais de saúde do pré-natal quanto ao risco de sífilis congênita

É necessário registrar na caderneta de pré-natal da gestante todas as medidas que compõem a linha de cuidado para prevenir a sífilis congênita, evitando, assim, que a criança exposta seja submetida a intervenções desnecessárias no pós-parto.

Para fins clínicos e assistenciais, alguns fatores são considerados para o tratamento adequado da GESTANTE com sífilis, como:

- > Administração de **penicilina benzatina**;
- > Início do tratamento pelo menos **30 dias antes do parto**;
- > **Esquema terapêutico** de acordo com o estágio clínico;
- > Respeito ao **intervalo recomendado** de doses;
- > Avaliação quanto ao **risco de reinfeção**;
- > Documentação de **queda do título do teste não treponêmico em pelo menos duas diluições** em um período menor que seis meses – resposta imunológica adequada.



25

SÍFILIS CONGÊNITA

A sífilis congênita é uma doença que pode ser prevenida, sendo possível alcançar a eliminação da TV por meio da implementação de estratégias efetivas de diagnóstico precoce e tratamento da sífilis nas gestantes (WHO, 2011). Além disso, o risco de desfechos desfavoráveis à criança é mínimo, se a gestante receber tratamento adequado e precoce durante a gestação.

O risco de transmissão da sífilis para o feto depende do estágio da infecção materna e do período da gestação em que o feto é exposto. A sífilis na gestação nos estágios primário, secundário, latente recente e, em alguns casos, latente tardio, podem levar à disseminação hematogênica para o feto, resultando em resposta inflamatória sistêmica.

Embora as espiroquetas possam atravessar a placenta em fases precoces da gestação, uma resposta imune fetal robusta só acontece por volta da 18ª à 22ª semana, quando as características da sífilis congênita podem ser visualizadas. Além disso, a infiltração placentária pode causar redução do fluxo sanguíneo ao feto, gerando restrição do crescimento que, quando grave, pode levar ao óbito fetal. Evidências atuais estimam que, na ausência de tratamento eficaz, 25% das gestações das mulheres infectadas não tratadas adequadamente resultarão em abortos no segundo trimestre ou óbito fetal; 11%, em morte fetal a termo; 13%, em partos prematuros ou baixo peso ao nascer, além de pelo menos 20% de RN que apresentarão sinais sugestivos de sífilis congênita.

A sífilis congênita é agravo de notificação compulsória e a ficha de notificação/investigação está disponível em <<http://portalsinan.saude.gov.br/sifilis-congenita>>. Os critérios de definição de caso constam na Nota Técnica vigente, disponível em <<http://www.aids.gov.br/biblioteca>>.

25.1 Manifestações clínicas da sífilis congênita

Existe um amplo espectro de gravidade da sífilis congênita, que varia desde a infecção não aparente ao nascimento aos casos mais graves, com sequelas permanentes ou abortamento e óbito fetal. A maioria das crianças com sífilis congênita precoce (definida como sífilis diagnosticada até o segundo ano de vida) é assintomática ao nascer; portanto, o diagnóstico nem sempre é óbvio e depende de alta suspeição clínica para a investigação da história materna, além de exame cuidadoso da criança exposta (Quadro 27).

Quadro 25 – Manifestações clínicas mais comuns da sífilis congênita

MANIFESTAÇÃO	TEMPO HABITUAL DE SURGIMENTO	DETALHES
Aborto espontâneo/natimorto/hidropsia fetal	Qualquer tempo de gestação	Ocorre em aproximadamente 40% dos casos de sífilis adquirida durante a gestação, com risco mais alto para infecção no primeiro trimestre
Funisite necrotizante	Ao nascimento	Alteração do cordão umbilical caracterizada pela presença de bandas necróticas – rara, mas patognomônica quando presente
Rinite ou descarga nasal	Frequentemente é a primeira manifestação	Ocorre em aproximadamente 40% dos casos
Rash cutâneo	Primeiras 8 semanas	Ocorre em aproximadamente 50% dos casos – geralmente, rash maculopapular difuso, mas também pode haver descamação de maneira isolada, ou lesões vesiculares, bolhosas, papuloescamosas ou mucosas
Hepatomegalia/esplenomegalia	Primeiras 8 semanas	Ocorre em aproximadamente 20% dos casos e pode persistir por anos
Linfadenopatia		Ocorre em aproximadamente 5% dos casos
Neurossífilis	Pode estar presente ao nascimento ou surgir mais tardiamente	Ocorre em aproximadamente 50% dos casos – geralmente, assintomática
Envolvimento musculoesquelético		Osteocondrite ou pericondrite, vistas na radiografia inicial em 25% dos casos. Posteriormente, pseudoparalisia, que pode ser confundida com abuso infantil, já que há mudanças ósseas e teciduais. Desenvolvimento posterior da fronte olímpica, hipodesenvolvimento das maxilas, nariz em sela, deformidade de escápulas e tibia em lâmina de sabre Artropatia recorrente e derrame assintomático de joelhos (articulações de Clutton) ocorrem após os 2 anos de idade
Anormalidade hematológicas	Presentes ao nascimento ou mais tardiamente	Anemia, trombocitopenia e outras mudanças associadas a malignidades hematológicas
Ceratite intersticial	2 a 20 anos de idade	
Dentes de Hutchinson	Quando surgem os dentes permanentes	Dentes incisivos superiores centrais e laterais espaçados e pontudos
Molares de Mulberry	13 aos 19 meses de idade	Primeiros molares com aparência de amora
Surdez neurosensorial	10 aos 40 anos de idade	Acometimento do 8º par craniano
Achados raros: meningite, coriorretinite, síndrome nefrótica e hemoglobinúria paroxística		

Fonte: Adaptado da Sociedade de Pediatria Canadense (Robinson, 2009)

25.1.1 Sífilis congênita precoce

Definida como **sífilis diagnosticada até o segundo ano de vida** na criança exposta. Esse diagnóstico ocorre após avaliação clínico-epidemiológica criteriosa da situação materna, avaliação clínico-laboratorial e estudos de imagem na criança.

Além da prematuridade e do baixo peso ao nascimento, as principais manifestações clínicas são hepatoesplenomegalia, lesões cutâneas (*rash*, condiloma plano, pênfigo palmo-plantar), obstrução nasal e rinite sero-sanguinolenta, sofrimento respiratório com ou sem pneumonia, icterícia, pseudoparalisias, edema (secundário a síndrome nefrótica e/ou desnutrição). Outras características clínicas incluem petéquias, púrpura, fissura peribucal, hidropsia, hipertensão pulmonar, pan-hipopituitarismo transitório, convulsão e meningite.

25.1.2 Sífilis congênita tardia

Definida de forma didática como a sífilis congênita identificada após o segundo ano de vida da criança exposta. Da mesma forma que na sífilis congênita precoce, o diagnóstico deve ser estabelecido por meio da associação de **critérios epidemiológicos, clínicos e laboratoriais**.

Essas crianças podem apresentar os estigmas clássicos: ceratite intersticial, periostite, osteíte ou osteo-condrite (com alterações características ao estudo radiológico), surdez neurológica, anormalidades dentárias (dentes incisivos medianos superiores deformados – dentes de Hutchinson, molares em “amora”), desenvolvimento pobre da maxila, palato em ogiva, nariz em sela, “fronte olímpica”. São sinais menos frequentes: tibia em sabre, rágades (fissuras periorais e perinasais), retardo mental, hidrocefalia, escápula em clarão e articulações de Clutton (efusão dos joelhos).

25.1.3 Diagnóstico diferencial de sífilis congênita e sífilis adquirida

Sífilis congênita e adquirida costumam ser difíceis de serem diferenciadas em uma criança com testes laboratoriais reagentes para sífilis no período pós-natal. Os sinais de sífilis congênita podem não ser óbvios e os estigmas da doença podem não ter se desenvolvido ainda. Achados laboratoriais, como teste não treponêmico reagente e titulação elevada (VDRL, por exemplo), assim como a presença de leucócitos e proteína no líquido, podem ocorrer em qualquer uma das duas condições. Achados radiográficos de alterações típicas em metáfises e epífises de ossos longos podem ajudar, já que são sinais clássicos da sífilis congênita.

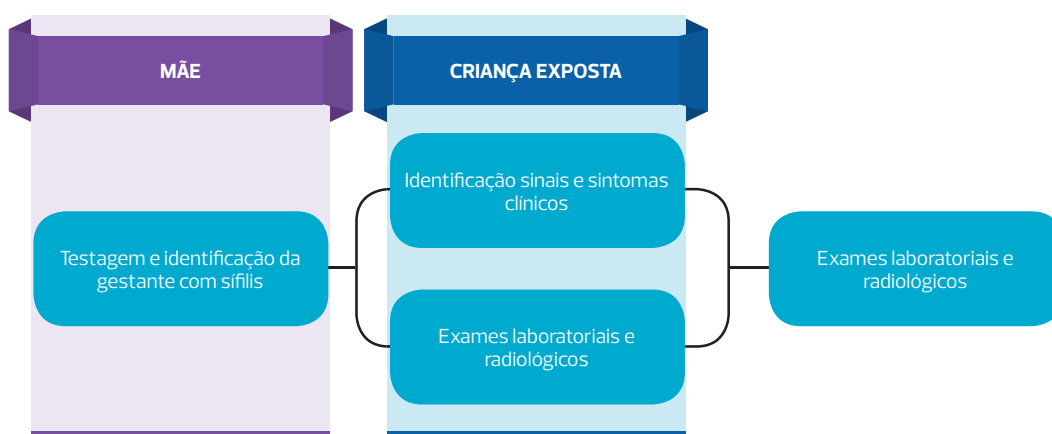
Os anticorpos maternos podem tornar duvidosa a interpretação dos testes laboratoriais das crianças menores de um ano, por outro lado, testes treponêmicos reativos após os 18 meses de idade mais provavelmente refletem a infecção da própria criança, por se tratar de anticorpos produzidos por ela, quando detectados. A decisão quanto ao diagnóstico diferencial final deve ser baseada em história materna associada aos achados clínicos e, mesmo em crianças, a possibilidade de abuso sexual deve ser considerada como uma causa de sífilis adquirida.

25.1.4 Diagnóstico de sífilis congênita

O diagnóstico da sífilis congênita representa um processo complexo, devido ao fato de que mais da metade das crianças são assintomáticas ao nascimento e, mesmo naquelas com alguma expressão clínica, os sinais e sintomas costumam ser discretos ou inespecíficos. Não existe uma avaliação complementar que determine com alta especificidade e sensibilidade o diagnóstico da infecção na criança.

Nessa perspectiva, ressalta-se que a associação de **critérios epidemiológicos, clínicos e laboratoriais deve ser a base para o diagnóstico da sífilis congênita**, devendo ser avaliada a história clínico-epidemiológica da mãe, o exame físico da criança e os resultados dos exames laboratoriais e radiológicos. A figura abaixo resume a investigação de sífilis congênita.

Figura 8 – Resumo da investigação diagnóstica de sífilis congênita



Fonte: DIAHV/SVS/MS.

Os exames laboratoriais para auxiliar o diagnóstico da sífilis congênita utilizam as mesmas metodologias descritas na sífilis adquirida, mas com particularidades de indicação e interpretação.

A maioria dos diagnósticos de sífilis congênita nas crianças é presuntivo, já que a demonstração definitiva de infecção pelo *Treponema pallidum* é rara. A espiroqueta não pode ser cultivada, e apenas uma minoria dos RN apresentam lesões cutâneas ou mucosas de onde pode ser retirado material para realização de visualização por exames diretos.

25.1.5 Pesquisa direta no diagnóstico de sífilis congênita

A pesquisa da presença de *Treponema pallidum* em campo escuro a partir de material coletado de lesão cutâneo-mucosa e de mucosa nasal é útil para diagnosticar a infecção, embora a solicitação desse exame não seja prática comum nos serviços que atendem RN. A microscopia de campo escuro não é recomendada para material de lesões orais.

Além disso, a pesquisa em campo escuro só pode ser feita com amostras frescas que permitam a visualização de treponemas vivos e móveis. Em amostras de biópsia ou necrópsia, embora o treponema esteja morto, podem ser usadas colorações especiais ou técnicas de imuno-histoquímica, que permitem a visualização do *T. pallidum*.

25.1.6 Testes imunológicos no diagnóstico de sífilis congênita

Dividem-se em treponêmicos e não treponêmicos.

25.1.6.1 Testes treponêmicos (TPHA, FTA-Abs, EQL, ELISA ou testes rápidos)

São testes que detectam **anticorpos específicos** produzidos contra os antígenos do *Treponema pallidum*, mas de uso limitado em RN, em decorrência das imunoglobulinas do tipo IgG maternas que ultrapassam a barreira placentária, as quais podem ser detectadas na corrente sanguínea da criança. Como não existe correlação entre a titulação dos anticorpos treponêmicos e a presença ou não da sífilis congênita, estes não podem ser titulados e utilizados nesses casos.

Nas crianças maiores de 18 meses, um resultado reagente de teste treponêmico sugere infecção, uma vez que, com essa idade, os anticorpos maternos transferidos passivamente já terão desaparecido da circulação sanguínea da criança.

As imunoglobulinas tipo IgM não atravessam a barreira placentária, e a presença do anticorpo poderia definir a ocorrência de infecção fetal. Embora existam testes treponêmicos específicos capazes de detectar IgM no RN (FTAbS IgM e imunoensaios), esses testes possuem baixa sensibilidade. Por isso, quando utilizados, deve-se considerar que um resultado não reagente nesse tipo de teste **não exclui** o diagnóstico de sífilis congênita.

25.1.6.2 Testes não treponêmicos (VDRL, RPR ou TRUST)

São indicados para diagnóstico e seguimento terapêutico, por constituírem testes qualitativos e quantitativos com correlação definida entre a titulação dos anticorpos não treponêmicos encontrados na amostra do RN e a presença ou ausência de sífilis congênita. Diante disso, mesmo que haja transferência passiva dos anticorpos (IgG) não treponêmicos da mãe para o RN, a titulação dos anticorpos permite presumir se são exclusivamente maternos ou se também foram produzidos pelo organismo da criança.

Devem ser realizados no sangue do neonato, evitando-se o uso do sangue do cordão umbilical, pois esse tipo de amostra contém uma mistura do sangue da criança e da mãe.

Um resultado reagente no teste não treponêmico em crianças com menos de 18 meses de idade só tem significado clínico quando o **título encontrado for maior do que o título materno em pelo menos duas diluições**, e deve ser confirmado com uma segunda amostra coletada na criança.

É importante ressaltar que um único teste não reagente não exclui o diagnóstico de sífilis congênita. Em RN que apresente resultado não reagente nos testes não treponêmicos, se persistir a suspeita epidemiológica de ocorrência de sífilis, o teste não treponêmico deve ser repetido com 1 mês, 3, 6, 12 e 18 meses de idade, devido à possibilidade de ainda ocorrer a soroconversão, interrompendo o seguimento após dois exames não treponêmicos consecutivos não reagentes. Na dúvida ou impossibilidade de seguimento, o RN deve ser adequadamente tratado.

O quadro seguinte apresenta um resumo das recomendações de testes diagnósticos específicos na sífilis congênita.

Quadro 26 – Resumo das recomendações de testes diagnósticos específicos na sífilis congênita

PESQUISA DIRETA	TESTES IMUNOLÓGICOS		
	Treponêmicos (TPHA, FTA-Abs, EQL, ELISA, testes rápidos)		Não treponêmicos (VDRL, RPR, TRUST)
Pesquisa a presença da espiroqueta do <i>T. pallidum</i> a partir de amostra obtida da lesão	IgG	› Resultado significativo após 18 meses de idade	› Coletar sangue do RN, evitando sangue do cordão umbilical › Significativo em menores de 18 meses de idade quando o título do RN for maior em 2 diluições comparado ao título materno em coletas simultâneas › Deve ser confirmado com 2ª amostra › Seguimento de RN com suspeita epidemiológica e testes não reagentes: 1, 3, 6, 12 e 18 meses de idade › Interromper após 2 exames consecutivos não reagentes
	IgM	› Baixa sensibilidade › Teste não reagente não exclui infecção	

Fonte: DIAHV/SVS/MS.

25.1.7 Exames complementares

Todas as crianças expostas de mães que não foram tratadas, ou que receberam tratamento não adequado, ou, ainda, aquelas com alterações ao exame físico devem ser submetidas a avaliação adicional:

- › Amostra de sangue: hemograma, perfil hepático e eletrólitos;
- › Avaliação neurológica, incluindo punção líquórica: celularidade, proteína e raquia e teste não treponêmico quantitativo;
- › RX de ossos longos;
- › Avaliação oftalmológica e audiológica.

Anormalidades hematológicas podem incluir anemia, trombocitopenia e leucopenia ou leucocitose.

O **estudo do LCR do RN com sífilis congênita** pode demonstrar pleocitose e aumento de proteína. No entanto, o teste não treponêmico reagente é o parâmetro mais importante. Destaca-se ainda que, para adequada avaliação desses parâmetros, o LCR deve estar livre de qualquer contaminação por sangue que possa ocorrer em casos de acidente de punção.

A neurosífilis é de ocorrência mais provável em crianças sintomáticas que assintomáticas; portanto, o benefício do teste deve ser considerado, especialmente em razão do tempo de tratamento mais prolongado com penicilina cristalina. Para o exame líquido do RN, consideram-se os valores para diagnóstico de neurosífilis constantes no Quadro 27, a seguir.

Quadro 27 – Valores de exame líquido em RN com suspeita de neurosífilis

PARÂMETRO	LCR NORMAL PRÉ-TERMO	LCR NORMAL A TERMO	LCR SUGESTIVO DE SÍFILIS NO RN	LCR SUGESTIVO DE SÍFILIS NAS CRIANÇAS MAIORES QUE 28 DIAS
Leucócitos	9 + 8 céls/mm ³ (LVN: 0–29 céls/mm ³)	8 + 7 céls/mm ³ (LVN: 0–32 céls/mm ³)	Maior que 25 céls/mm ³	Maior que 5 céls/mm ³
Proteínas	115mg/dL (LVN: 65–150mg/dL)	90mg/dL (LVN: 20–170mg/dL)	Maior que 150mg/dL	Maior que 40mg/dL
VDRL	Não reagente	Não reagente	Reagente	Reagente

Fonte: Volpe, 2008. Adaptado.
LVN: limite de variação do normal.

25.2 Tratamento da criança com sífilis congênita

Para o tratamento da criança com sífilis congênita, consideram-se dois momentos:

- › Período neonatal (até os 28 dias de vida);
- › Período pós-neonatal (após 28 dias de vida).

25.2.1 Tratamento da sífilis congênita neonatal (até 28 dias de vida)

Para crianças expostas à sífilis em que a **neurosífilis tenha sido afastada**, a penicilina **procaína poder ser considerada como droga de escolha**. O uso da penicilina procaína favorece a complementação do tratamento fora de unidade hospitalar, por via IM.

O tempo de meia vida médio da penicilina cristalina e procaína é de 30 a 50 minutos, sendo mais longo para penicilina benzatina, por volta de 14 dias. A reação de Jarish-Herxheimer é um efeito colateral possível.

Até o momento, **não há evidências científicas da eficácia do uso da ceftriaxona no tratamento de sífilis congênita** e, portanto, reforça-se que essa medicação poderá ser utilizada como alternativa somente em situações extremas de indisponibilidade de penicilina G cristalina e procaína.

Ainda não existem relatos de resistência do *Treponema pallidum* à penicilina.

Quadro 28 – Tratamento da sífilis congênita no período neonatal, de acordo com a situação clínico-laboratorial da mãe

A – Para todos os RN de mães com sífilis não tratada ou inadequadamente tratada, independentemente do resultado do teste não treponêmico (ex.: VDRL) do RN, realizar: hemograma, radiografia de ossos longos e punção lombar*, além de outros exames, quando houver indicação clínica	
SITUAÇÃO	ESQUEMA TERAPÊUTICO
A1 – Presença de alterações clínicas e/ou imunológicas e/ou radiológicas e/ou hematológicas	Penicilina G procaína 50.000 UI/kg, dose única diária, IM, durante 10 dias OU Penicilina cristalina , 50.000 UI/kg/dose, IV, a cada 12 horas (nos primeiros 7 dias de vida) e a cada 8 horas (após 7 dias de vida), durante 10 dias
A2 – Presença de alteração líquórica	Penicilina cristalina ^(a) , 50.000 UI/kg/dose, IV, a cada 12 horas (nos primeiros 7 dias de vida) e a cada 8 horas (após 7 dias de vida), durante 10 dias
A3 – Ausência de alterações clínicas, radiológicas, hematológicas e/ou líquóricas, e teste não treponêmico não reagente no sangue periférico	Penicilina G benzatina ^(b) , na dose única de 50.000 UI/kg, IM O acompanhamento é obrigatório, incluindo o seguimento com teste não treponêmico sérico após conclusão do tratamento Sendo impossível garantir o acompanhamento, o RN deverá ser tratado com o esquema: Penicilina G procaína 50.000 UI/kg, dose única diária, IM, durante 10 dias OU Penicilina cristalina , 50.000 UI/kg/dose, IV, a cada 12 horas (nos primeiros 7 dias de vida) e a cada 8 horas (após 7 dias de vida), durante 10 dias
B – Para todos os RN de mães adequadamente tratadas, realizar o teste não treponêmico (ex.: VDRL) em amostra de sangue periférico do RN. Se reagente e com título maior em duas diluições quando comparado ao título materno e/ou na presença de alterações clínicas, realizar hemograma, radiografia de ossos longos e análise do LCR	
SITUAÇÃO	ESQUEMA TERAPÊUTICO
B1 – Presença de alterações clínicas e/ou radiológicas e/ou hematológicas, sem alterações líquóricas	Penicilina G procaína 50.000 UI/kg, dose única diária, IM, durante 10 dias OU Penicilina cristalina , 50.000 UI/kg/dose, IV, a cada 12 horas (nos primeiros 7 dias de vida) e a cada 8 horas (após 7 dias de vida), durante 10 dias
B2 – Presença de alteração líquórica	Penicilina cristalina ^(a) , 50.000 UI/kg/dose, IV, a cada 12 horas (nos primeiros 7 dias de vida) e a cada 8 horas (após 7 dias de vida), durante 10 dias
C – Para RN de mães adequadamente tratadas, realizar o teste não treponêmico em amostra de sangue periférico do RN	

Continua

Conclusão

SITUAÇÃO	ESQUEMA TERAPÊUTICO
C1 – Se o RN for assintomático e o teste não treponêmico for não reagente, proceder apenas ao seguimento clínico-laboratorial	Na impossibilidade de garantir o seguimento ^(c) , deve-se proceder ao tratamento do RN com o esquema: Penicilina G benzatina , IM, na dose única de 50.000 UI/kg
C2 – Se o RN for assintomático e o teste não treponêmico for reagente, com título igual ou menor que o materno, acompanhar clinicamente Na impossibilidade do seguimento clínico, investigar e tratar de acordo com alterações líquóricas	LCR normal e exames alterados Penicilina G procaína 50.000 UI/kg, dose única diária, IM, durante 10 dias OU Penicilina cristalina , 50.000 UI/kg/dose, IV, a cada 12 horas (nos primeiros 7 dias de vida) e a cada 8 horas (após 7 dias de vida), durante 10 dias
	LCR alterado Penicilina cristalina ^(a) , na dose de 50.000 UI/kg/dose, IV, a cada 12 horas (nos primeiros 7 dias de vida) e a cada 8 horas (após 7 dias de vida), durante 10 dias
	LCR normal e exames normais Penicilina G benzatina ^(b) , na dose única de 50.000 UI/kg, IM
	O acompanhamento é obrigatório, incluindo o seguimento com teste não treponêmico sérico após conclusão do tratamento

Fonte: DIAHV/SVS/MS.

* Na impossibilidade de realização de punção lombar, que deve ser exceção, tratar o caso como neurosífilis.

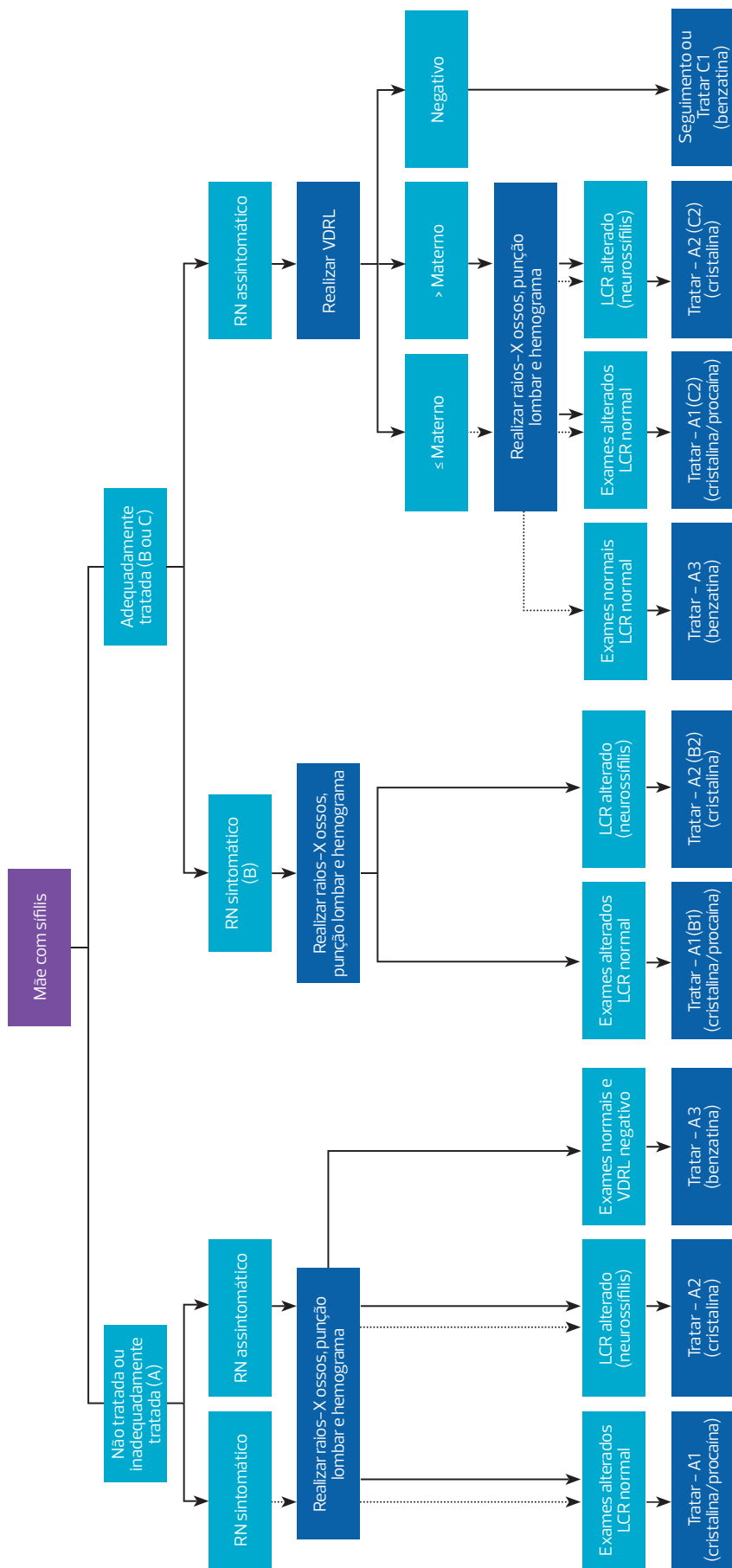
^(a) Níveis líquóricos treponemicidas de penicilina não são alcançados em 100% dos casos quando utilizada a penicilina G procaína, justificando-se o uso da penicilina cristalina. No entanto, em situações extremas, a penicilina procaína pode ser considerada uma alternativa à penicilina cristalina.

^(b) O tratamento com penicilina G procaína por 10 dias em crianças assintomáticas, com exames complementares normais, não mostrou nenhum benefício adicional quando comparado ao esquema de penicilina G benzatina.

^(c) O acompanhamento é imprescindível e deve ser realizado na puericultura para a detecção de sinais e sintomas clínicos.

A Figura 9 resume o conjunto de procedimentos a serem realizados para a identificação das diversas situações de criança exposta à sífilis ou com sífilis congênita, com a respectiva conduta de diagnóstico e tratamento.

Figura 9 – Fluxograma de condutas para criança exposta à sífilis



Fonte: Adaptado de Diretrizes para o Controle da Sífilis Congênita. Brasília, 2016.

25.2.2 Tratamento da sífilis congênita pós-neonatal

Confirmando-se o diagnóstico, proceder ao tratamento segundo preconizado, observando o intervalo das aplicações que, para a penicilina cristalina, deve ser de quatro em quatro horas, e para a penicilina G procaína, 50.000 UI/Kg, de 12 em 12 horas, mantendo-se os mesmos esquemas de doses recomendados.

A penicilina G procaína pode ser considerada alternativa à penicilina cristalina em casos extremos, como RN pré-termo sem massa muscular para receber medicação por via intramuscular. A ceftriaxona pode ser indicada, conforme descrito nos casos abaixo:

1. Neurosífilis confirmada ou provável: ceftriaxona 100 mg/kg (dose de ataque) no primeiro dia, seguida de 80mg/kg, intravenosa, 1x/dia, durante 10 a 14 dias;
2. Sem neurosífilis (afastado comprometimento do SNC): ceftriaxona 75mg/kg, intravenosa, 1x/dia, durante 10 a 14 dias.

Ressalta-se que, até o momento, não há evidências científicas da eficácia do uso da ceftriaxona para o tratamento da sífilis congênita.

Considerar uso de cefotaxima (cefalosporina de terceira geração com espectro semelhante ao da ceftriaxona, mas com menor ligação à albumina, sendo mais indicada nas primeiras quatro semanas de vida, sobretudo em prematuros e/ou neonatos com hiperbilirrubinemia): 50mg/kg/dose de 12/12 horas na primeira semana e posteriormente 50mg/kg/dose de 8/8 horas durante 10 a 14 dias.

RN ou criança com sífilis congênita tratada com esse medicamento deve ter seguimento clínico e laboratorial mais rigoroso até que se obtenha o sucesso terapêutico. Ressalta-se que a ceftriaxona está contraindicada em RN com hiperbilirrubinemia. Deve-se monitorar também leucócitos (eosinófilos/ leucopenia) e plaquetas (trombocitose), ureia, creatinina, sódio, potássio, transaminases (ALT e AST), bilirrubinas totais e frações.

25.3 Seguimento de criança exposta à sífilis ou com sífilis congênita diagnosticada

As crianças expostas à sífilis e as diagnosticadas com sífilis congênita devem ser seguidas da seguinte forma:

- › Realizar notificação compulsória dos casos de sífilis congênita, conforme critérios clínicos, epidemiológicos e laboratoriais;

- › Programar consultas ambulatoriais mensais até o 6º mês de vida e bimestrais do 6º ao 18º mês. Todas as crianças expostas devem ser seguidas para investigação e/ou seguimento de sífilis congênita até os 18 meses de idade;
- › Realizar teste não treponêmico com 1 mês, 3, 6, 12 e 18 meses de idade, interrompendo o seguimento laboratorial após dois exames não treponêmicos consecutivos não reagentes;
- › Monitorar diminuição na titulação do teste não treponêmico aos três meses de idade e negatificação aos seis meses de idade em crianças adequadamente tratadas no período neonatal;
- › Reavaliar a criança e considerar retratamento ou nova investigação diante da elevação do título do teste não treponêmico (ex.: VDRL), da não negatificação até os 18 meses de idade, ou da persistência de títulos baixos;
- › Proceder à repetição dos exames imunológicos e à reavaliação da criança, ainda que fora do período acima previsto, se observados sinais clínicos compatíveis com a infecção congênita de sífilis;
- › Recomenda-se realizar acompanhamento oftalmológico, neurológico e audiológico das crianças expostas à sífilis ou com sífilis congênita, semestralmente, por dois anos;
- › Em crianças cujo resultado de LCR tenha se mostrado alterado, reavaliar o LCR a cada seis meses, até a normalização dos parâmetros bioquímicos, citológicos e imunológicos (titulação do VDRL no LCR). Caso persistam alterações no LCR, indica-se reavaliação clínico-laboratorial e retratamento;
- › Nos casos de criança tratada de forma não adequada, quanto à dose e/ou tempo do tratamento preconizado, realizar busca ativa da criança para reavaliação clínico-laboratorial e reinício do tratamento, obedecendo aos esquemas anteriormente descritos.

O quadro seguinte resume a frequência das condutas específicas no seguimento da criança exposta à sífilis.

Quadro 29 – Frequência das condutas específicas no seguimento da criança exposta à sífilis ou diagnosticada com sífilis congênita

PROCEDIMENTO	FREQUÊNCIA E DURAÇÃO
Consultas ambulatoriais	Mensais até 6 meses de idade
	Bimestrais dos 6 aos 12 meses de idade
Teste não treponêmico	1, 3, 6, 12 e 18 meses de idade
	Interromper o seguimento laboratorial após 2 testes não reagentes consecutivos
Consulta oftalmológica e auditiva	Semestrais por 2 anos
LCR (se primeiro teste alterado)	Semestral até normalização

Fonte: DIAHV/SVS/ MS.

25.4 Coinfecção sífilis e HIV

A prevalência de sífilis é maior em PVHIV (Kalichman, 2011). Além disso, as úlceras genitais podem facilitar a transmissão sexual e perinatal do HIV, pela quebra da integridade da mucosa que serve de entrada para o vírus, aumentando a probabilidade de infecção pelo HIV.

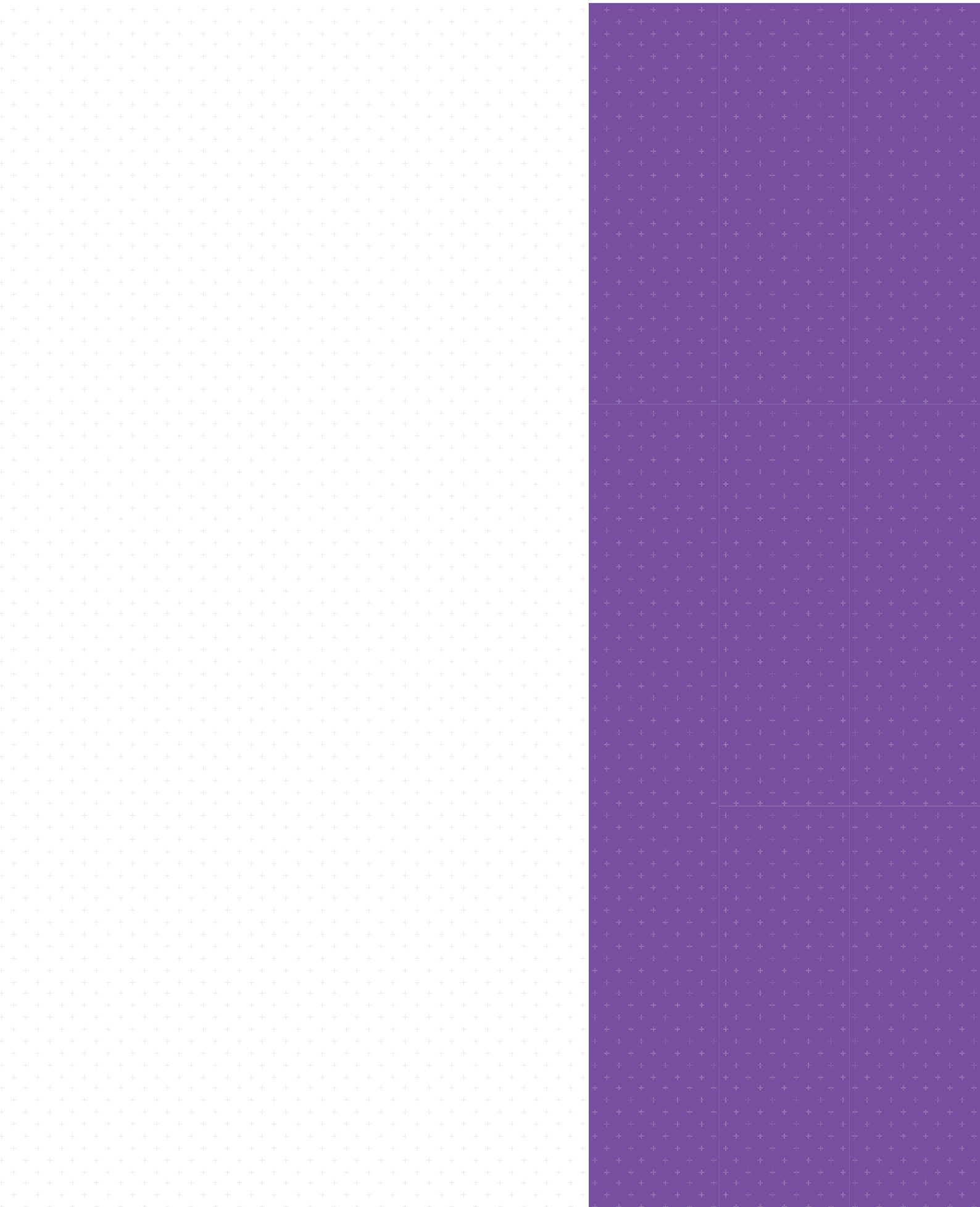
O curso clínico da sífilis pode ser alterado pela coinfecção com HIV, com a ocorrência de manifestações atípicas ou mais agressivas. As apresentações clínicas de cada estágio geralmente são semelhantes às das pessoas soronegativas. O diagnóstico de sífilis na coinfecção com HIV é feito da mesma forma que na população geral, conforme os protocolos de seguimento mais próximo e a ampliação da oferta de testagem para pessoas em situação de vulnerabilidade para as IST.

A coinfecção com HIV compromete a resposta sorológica e a probabilidade de efetividade do tratamento da sífilis no adulto. O efeito do vírus no tratamento da sífilis durante a gestação não é conhecido; entretanto, está bem estabelecido que a sífilis pode aumentar a transmissão vertical do HIV.

No que se refere ao tratamento da gestante coinfectada com HIV e sífilis, é possível que esquemas mais longos que a dose única de penicilina benzatina possam conferir algum efeito adicional na redução de desfechos desfavoráveis na gestação. No entanto, as evidências científicas atuais não apoiam a recomendação de um esquema terapêutico diferenciado.

Dessa forma, ressalta-se a importância da integração de testagem e tratamento para HIV e sífilis na rede de pré-natal já estabelecida, como uma estratégia custo-efetiva de oportunidade de diagnóstico precoce e tratamento de ambas as patologias, diminuindo as chances de complicações durante a gestação e a ocorrência de TV tanto da sífilis como do HIV.

Para mais informações sobre a coinfeção sífilis-HIV, consultar o "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos", disponível em: <http://www.aids.gov.br/pcdt>.





PARTIE V TRANSMISSION VERTICALE DE HEPATITES VIRALES

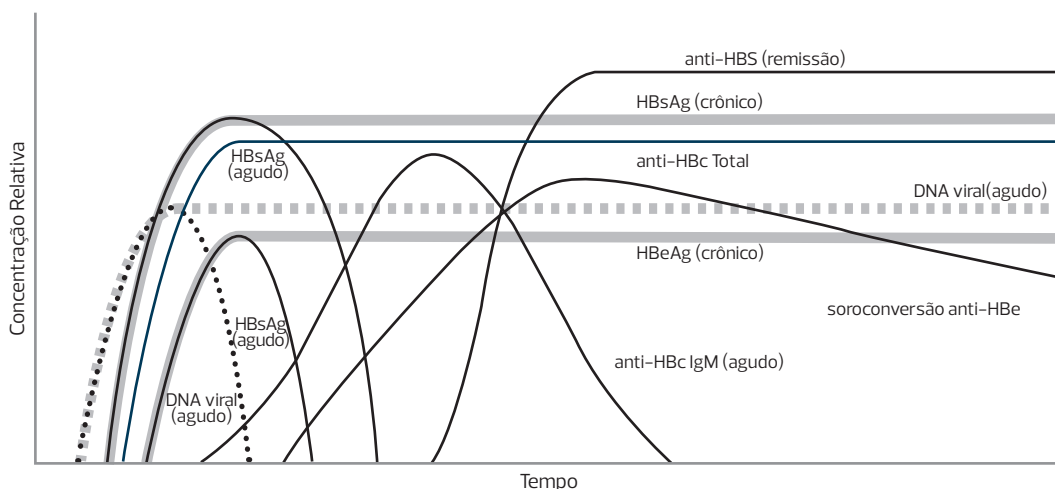
26

HISTÓRIA NATURAL DA HEPATITE B NA GESTAÇÃO

A infecção pelo HBV continua sendo um problema de saúde pública mundial (WHO, 2017) devido à sua alta transmissibilidade, embora sua epidemiologia venha mudando ao longo do tempo, em razão de fatores como a vacinação em larga escala e políticas de testagem para a doença em bancos de sangue e na população geral.

A hepatite B é uma infecção aguda que pode evoluir para cronicidade, com significativa taxa de morbidade e mortalidade. A infecção crônica pelo HBV pode ser classificada em cinco fases, de acordo com os marcadores imunológicos, o grau de atividade da doença e a presença de replicação viral ou lesão hepática. A Figura 10 demonstra a correlação dos anticorpos específicos contra o HBV, dos antígenos e dos ácidos nucleicos virais, de acordo com os diferentes estágios possíveis da doença. Para mais informações sobre hepatite B, consultar o "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite B e Coinfecções, disponível em <<http://www.aids.gov.br/pcdt>>.

Figura 10 – Evolução dos marcadores do vírus da hepatite B (HBV) nas infecções agudas e crônicas (adaptado de Sablon, 2005)



Fonte: adaptado de Sablon, 2005.

O HBV pode ser transmitido por via parenteral, sexual e **vertical (perinatal e intrauterina)**. A via **perinatal, no momento do parto, é umas das vias mais importantes de transmissão para os RN**. Nesse cenário, a evolução é desfavorável, com maior chance de cronificação.

Crianças nascidas de mães infectadas pelo HBV que são positivas tanto para HBsAg quanto para o HBeAg têm maior risco para aquisição da infecção – entre 70% e 100% – quando comparadas àquelas nascidas de mães HBsAg positivas, com HBeAg negativo (5% a 30% de chance de transmissão vertical) (Beasley, 1977; Okada, 1976; Keane, 2016).

No Brasil, apesar da introdução da vacina para hepatite B a partir de 1999, e dos esforços progressivos para prevenção, como a produção nacional autossuficiente de vacinas, a TV da hepatite B ainda ocorre. A associação da vacina hepatite B com o fornecimento de imunoglobulina humana anti-hepatite B (IGHAHB) às crianças expostas, assim como o tratamento das gestantes com antivirais, são medidas a serem adotadas para diminuir o risco de TV (Brown, 2016; Brasil, 2014).

26.1 Infecção pelo HBV

A maioria das mulheres jovens com infecção crônica pelo HBV apresenta-se na fase de imunotolerância da infecção (HBsAg positivo, HBeAg positivo), que se caracteriza pela intensa replicação viral, porém sem doença hepática ativa (ALT/AST em níveis dentro da normalidade e histologia hepática com mínimas alterações). A hepatite B crônica tem pouca influência no curso da gestação, assim como a gestação em geral não

altera a história natural da doença; porém, após o parto, poderá ocorrer reativação viral com exacerbação da doença hepática na parturiente (Pan, 2012).

Alguns estudos revelam que mulheres com cirrose hepática secundária ao HBV podem ter prejuízo na sua fertilidade devido às alterações hormonais associadas, e estão sob risco de morte materna e perinatal. Além disso, hipertensão gestacional, aborto, parto pré-termo e restrição do crescimento fetal podem acontecer devido à doença ativa (Tse, 2005; Lao, 2007).

Durante a gestação, os níveis de cortisol plasmático se elevam, principalmente, no último trimestre, ocasionando um estado de imunossupressão fisiológica. Nesse período, pode-se observar elevação dos níveis de CV-HBV sem alteração dos níveis de ALT/AST e sem exacerbação da doença hepática (Söderström, 2003).

Entretanto, no pós-parto e no puerpério, os níveis de cortisol plasmático retornam ao normal e há a reconstituição da resposta imunológica materna, podendo ocorrer reativação da replicação viral com exacerbação da doença hepática, elevação dos níveis de ALT e em algumas vezes, soroconversão espontânea HBeAg/anti-HBe (Söderström, 2003).

*Quando a gestação ocorre em paciente portadora **de infecção crônica pelo HBV com perfil imunológico HBsAg reagente/HBeAg reagente, a imunoprofilaxia adequada no momento do parto é fundamental. Sem a adoção dessa medida, mais de 90% das crianças irá desenvolver infecção aguda pelo HBV, que poderá progredir para infecção crônica com complicações da doença hepática crônica na idade adulta.***

A profilaxia deve-se fazer pela administração de IGHAHB e vacinação para hepatite B. Dessa forma, reduz-se o risco de transmissão para 5% a 10%.

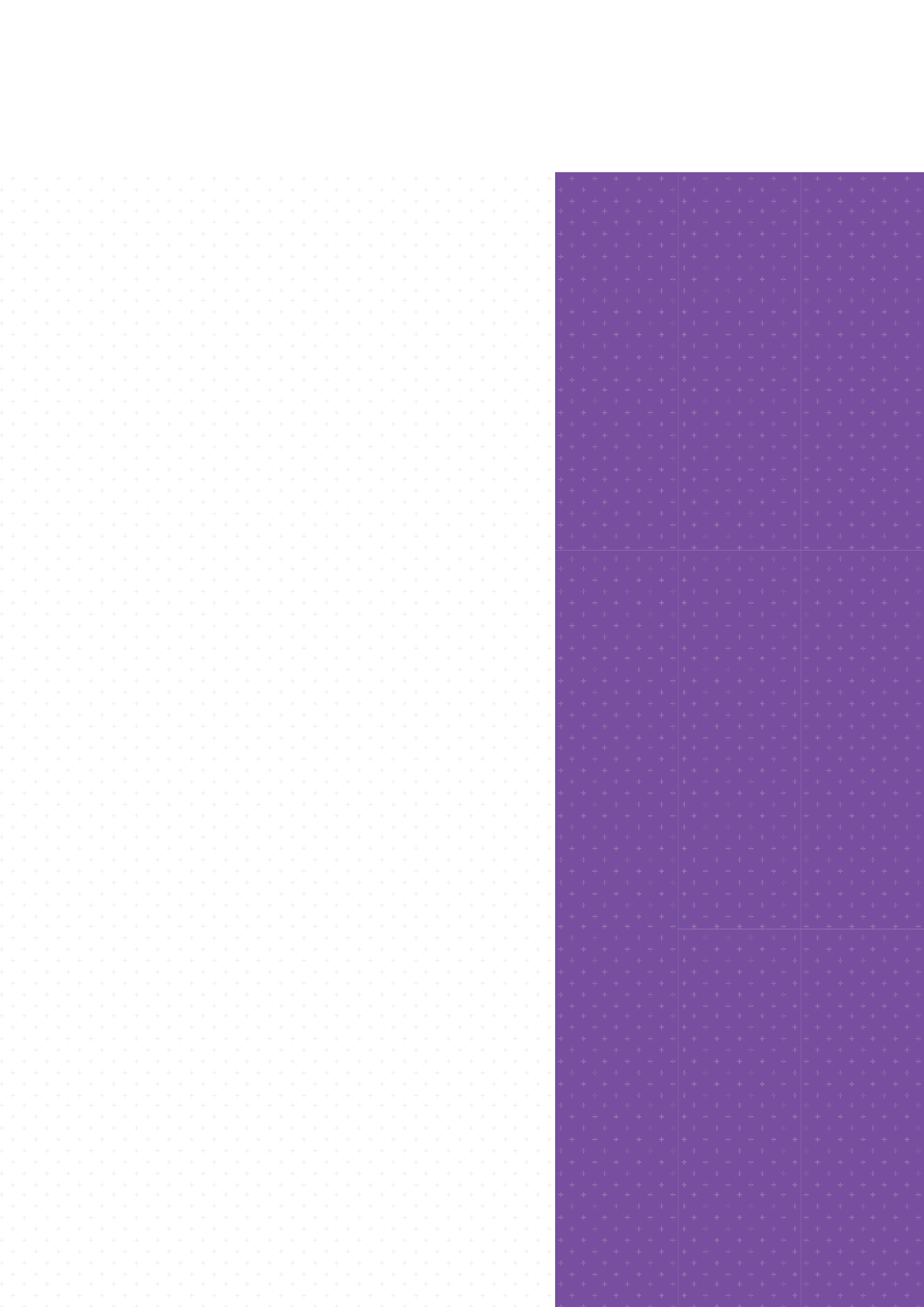
Um dos objetivos do pré-natal é a identificação das mulheres portadoras crônicas do HBV, especialmente as que possuem CV-HBV elevada, para que seja iniciado o tratamento oportuno, quando necessário, e a oferta de profilaxias ao RN exposto no pós-parto imediato, de modo a impedir a TV do HBV. Nesse sentido, o teste rápido é uma importante ferramenta de acesso rápido ao resultado do HBsAg.

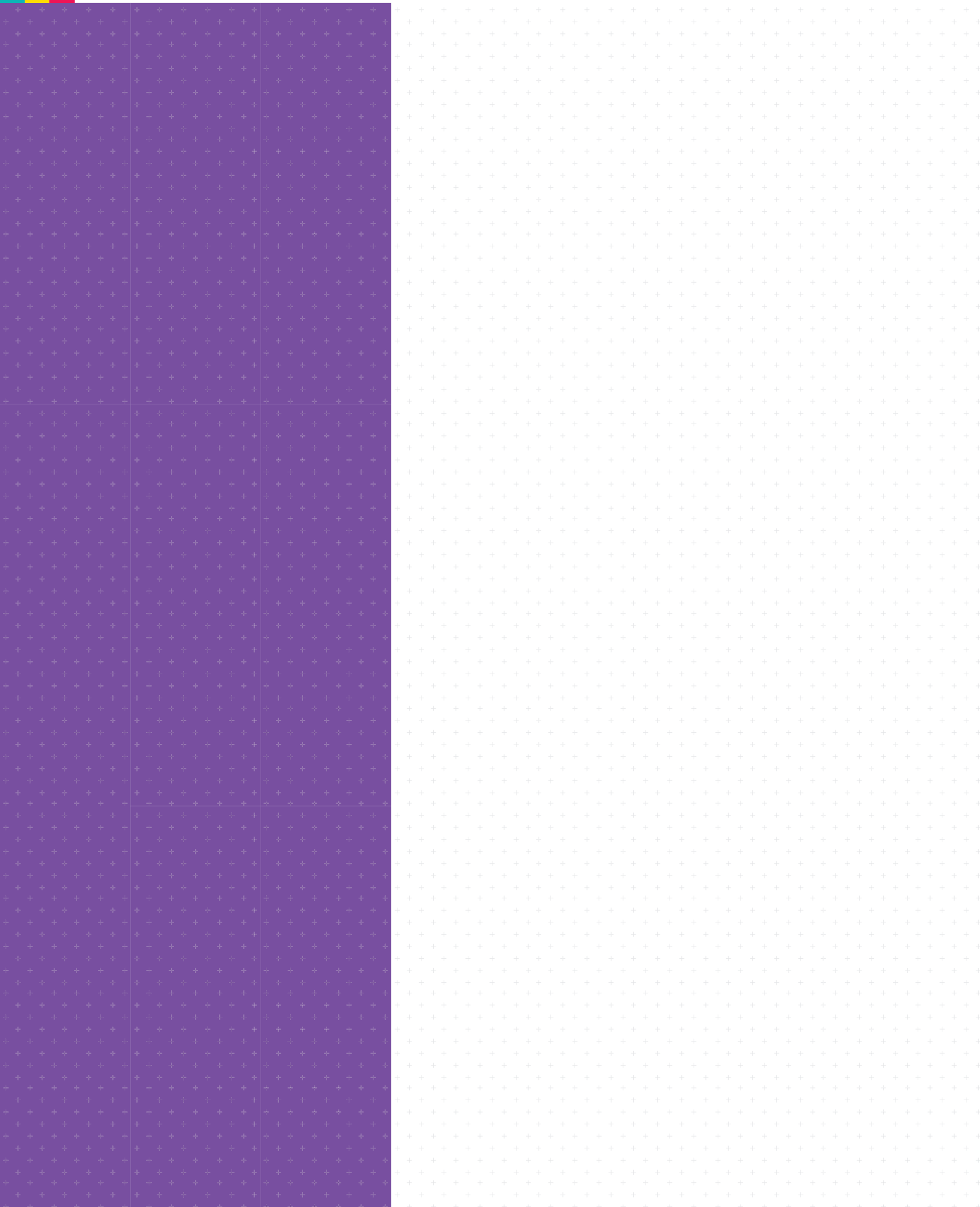
26.1.1 Infecção aguda pelo HBV

A infecção aguda pelo HBV durante a gestação não está relacionada a aumento de mortalidade materna ou efeito teratogênico no feto. Há, no entanto, relatos de maior

incidência de prematuridade, baixo peso ao nascer e morte fetal ou perinatal, possivelmente devidos a fatores associados à infecção (Gambarin–Gelwan, 2007).

*Quando a infecção aguda pelo HBV ocorre no primeiro trimestre da gestação, o risco de transmissão da infecção ao RN é pequeno, menor que 10%; porém, **quando a infecção ocorre no segundo ou terceiro trimestres da gestação, o risco de transmissão se eleva a níveis superiores a 60%.***





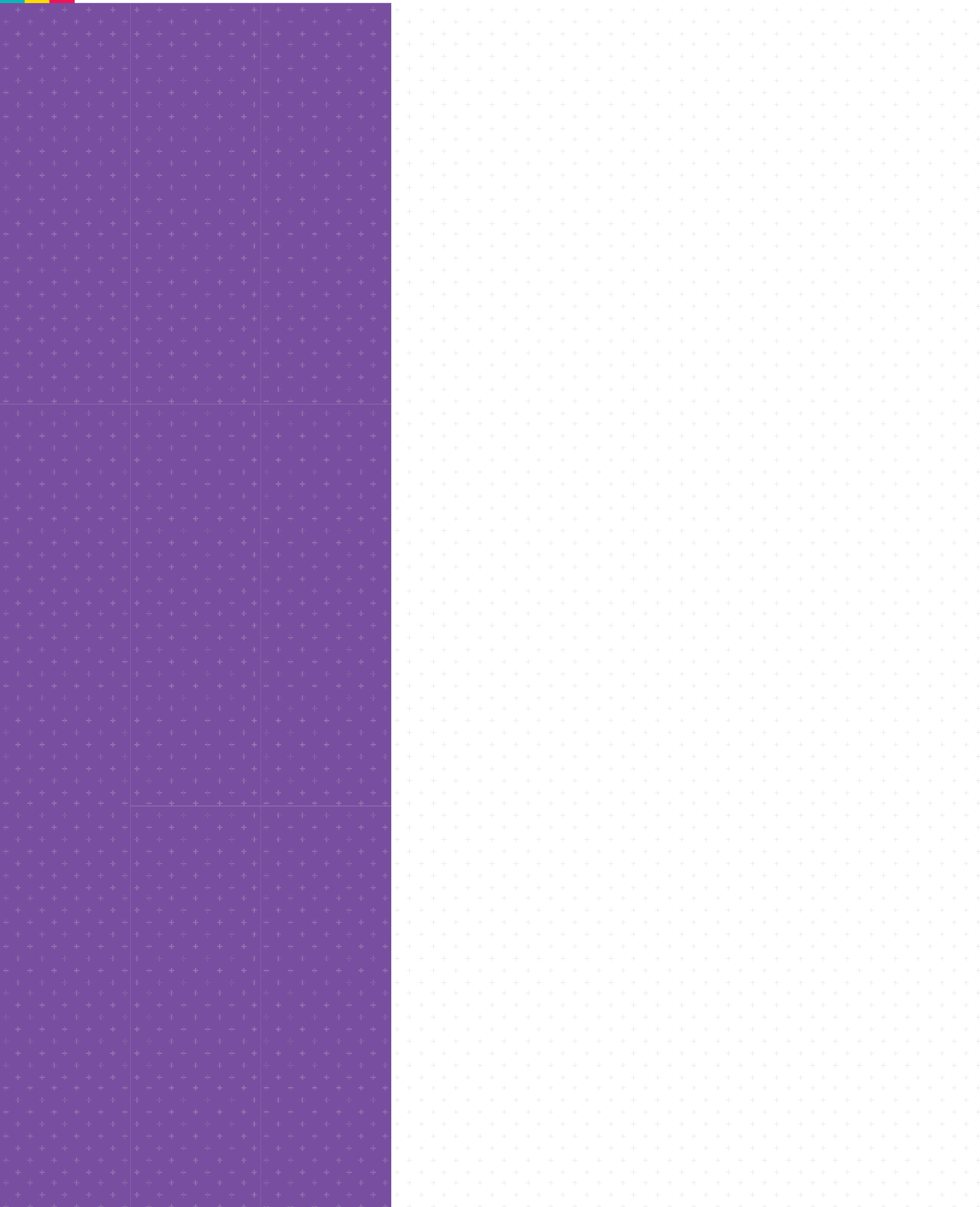
27

ABORDAGEM À MULHER NÃO GESTANTE COM HEPATITE B

O planejamento familiar deve ser sempre discutido com a mulher em idade fértil antes de iniciar qualquer terapêutica, particularmente a terapia antiviral para hepatite B. A decisão de iniciar terapia para hepatite B deve pesar o risco de progressão da doença hepática, o risco de TV e o risco de aumentos transitórios da CV-HBV no período perinatal, além dos possíveis efeitos adversos da medicação e dos riscos de desfechos adversos fetais (Ayoub, 2016).

As indicações de tratamento para hepatite B poderão ser consultadas no "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite B e Coinfecções", disponível em <<http://www.aids.gov.br/pcdt>>.

Nas mulheres com infecção crônica pelo HBV com indicação de terapia antiviral (atividade inflamatória moderada a grave e/ou fibrose moderada a grave ou cirrose hepática crônica) e que **não estejam planejando engravidar**, qualquer um dos medicamentos de primeira linha (interferon, entecavir ou tenofovir) poderá ser utilizado, em conjunto com **orientação para práticas contraceptivas**. Nas mulheres com infecção crônica pelo HBV em tratamento com interferon, as orientações quanto à necessidade de contracepção deverão ser oferecidas até o término do tratamento com esse medicamento.



28

ABORDAGEM DE RASTREIO E VACINAÇÃO PARA HEPATITE B NA GESTANTE

*Deve-se proceder à investigação da infecção pelo HBV **com pesquisa do HBsAg em todas as gestantes no 1º trimestre da gestação ou quando se iniciar o pré-natal.***

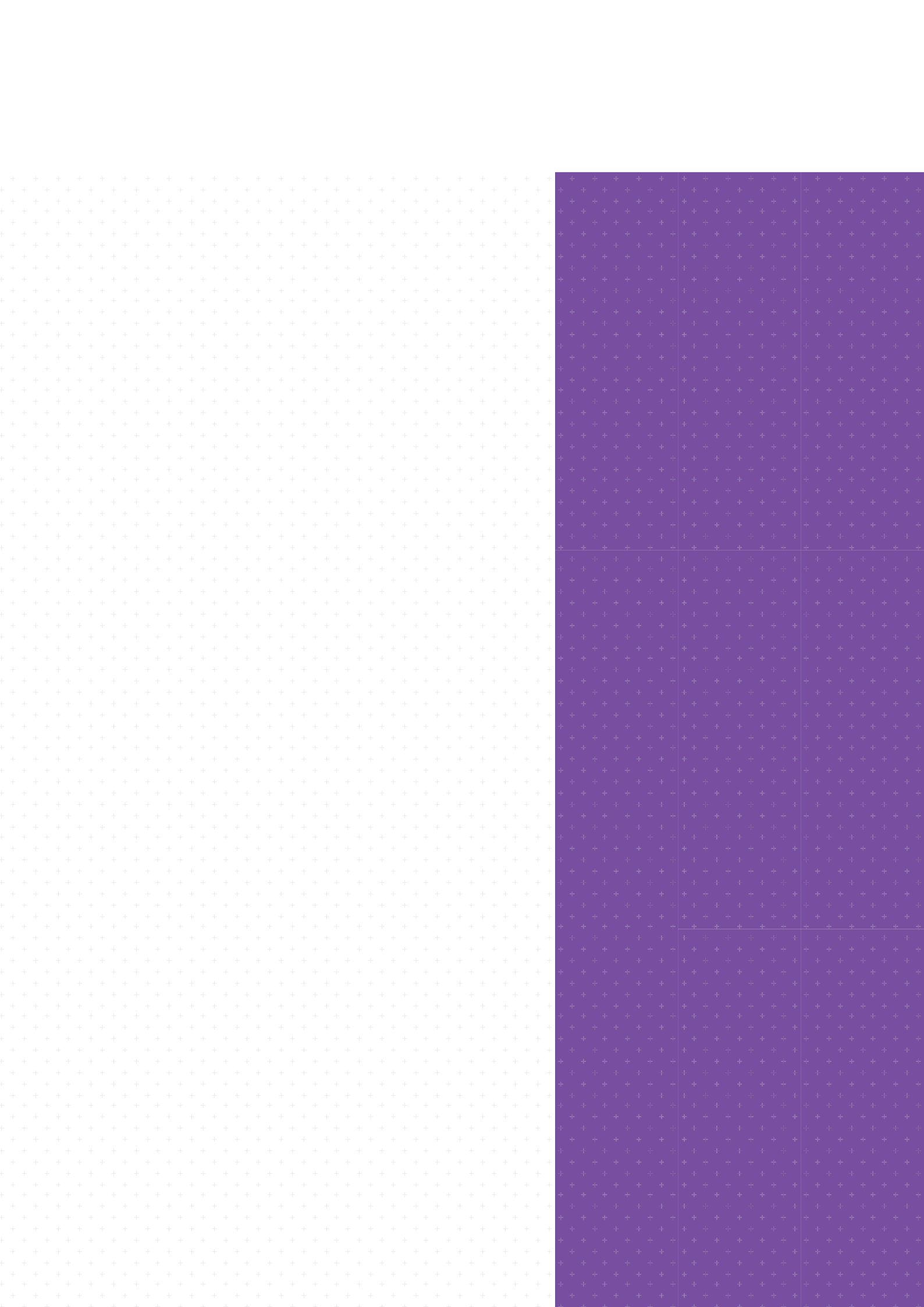
Gestantes portadoras de exame **HBsAg reagente** deverão ser orientadas e referenciadas já durante o pré-natal a **unidades obstétricas que assegurem a administração de vacina hepatite B e da imunoglobulina humana anti-hepatite B (IGHAHB) ao RN.** A referência e contrarreferência devem ser documentadas no cartão da gestante.

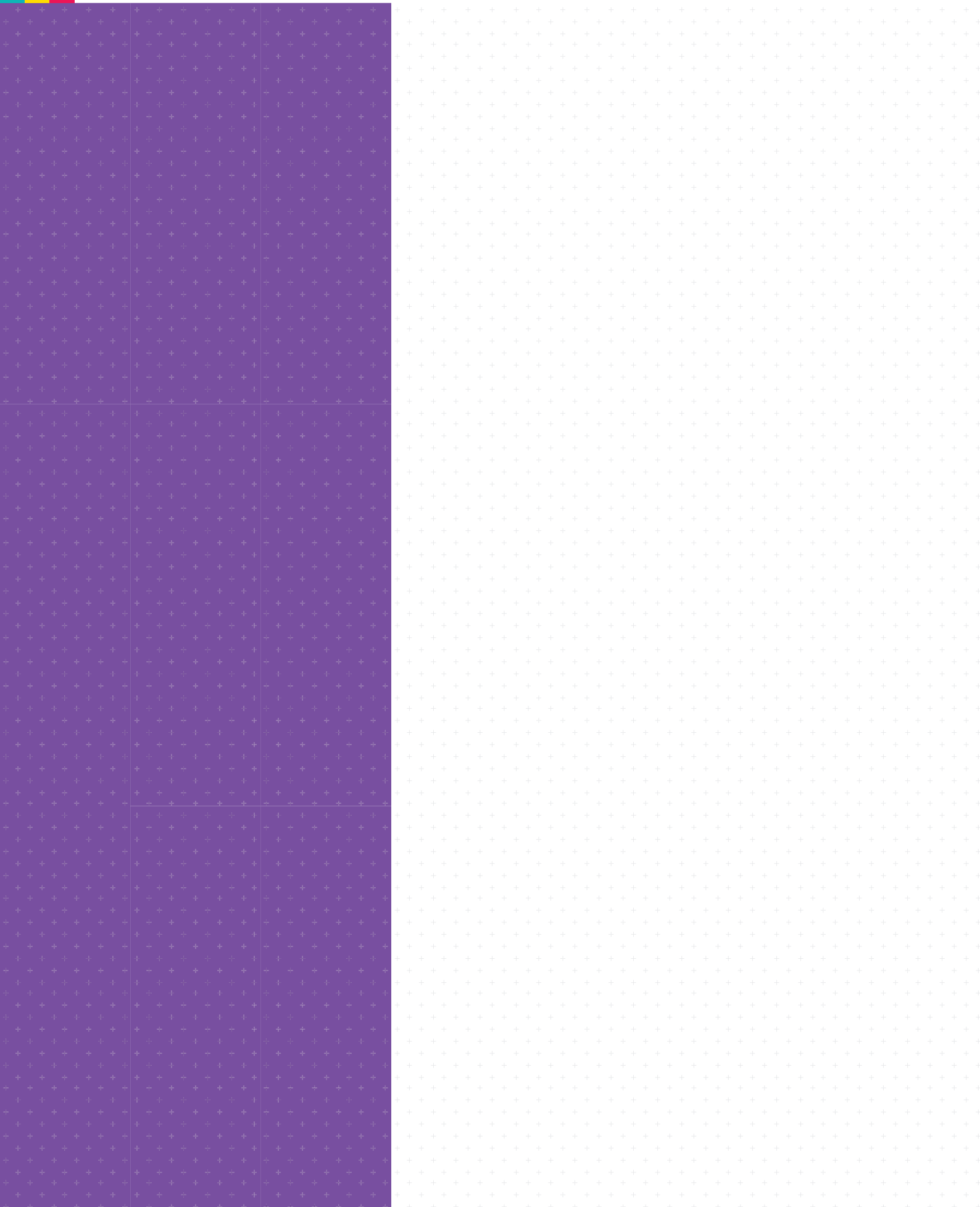
Gestantes que não foram avaliadas durante o pré-natal devem realizar a pesquisa de HBsAg no momento da admissão hospitalar para o parto. O exame pode ser feito por meio de teste rápido.

*O **esquema vacinal para a hepatite B** com três doses está recomendado durante a gestação para todas as pacientes sem histórico de vacinação ou com resultado **HBsAg não reagente**, ou com Anti-HBs não reagente podendo ser administrada em qualquer trimestre*.*

Gestantes expostas ao HBV** em qualquer trimestre, por relação sexual ou acidente com material biológico, deverão receber **associação de vacina e IGHAB.*

*Mais informações podem ser encontradas no "Manual dos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais", disponível em <<http://www.saude.gov.br/arquivos>>.





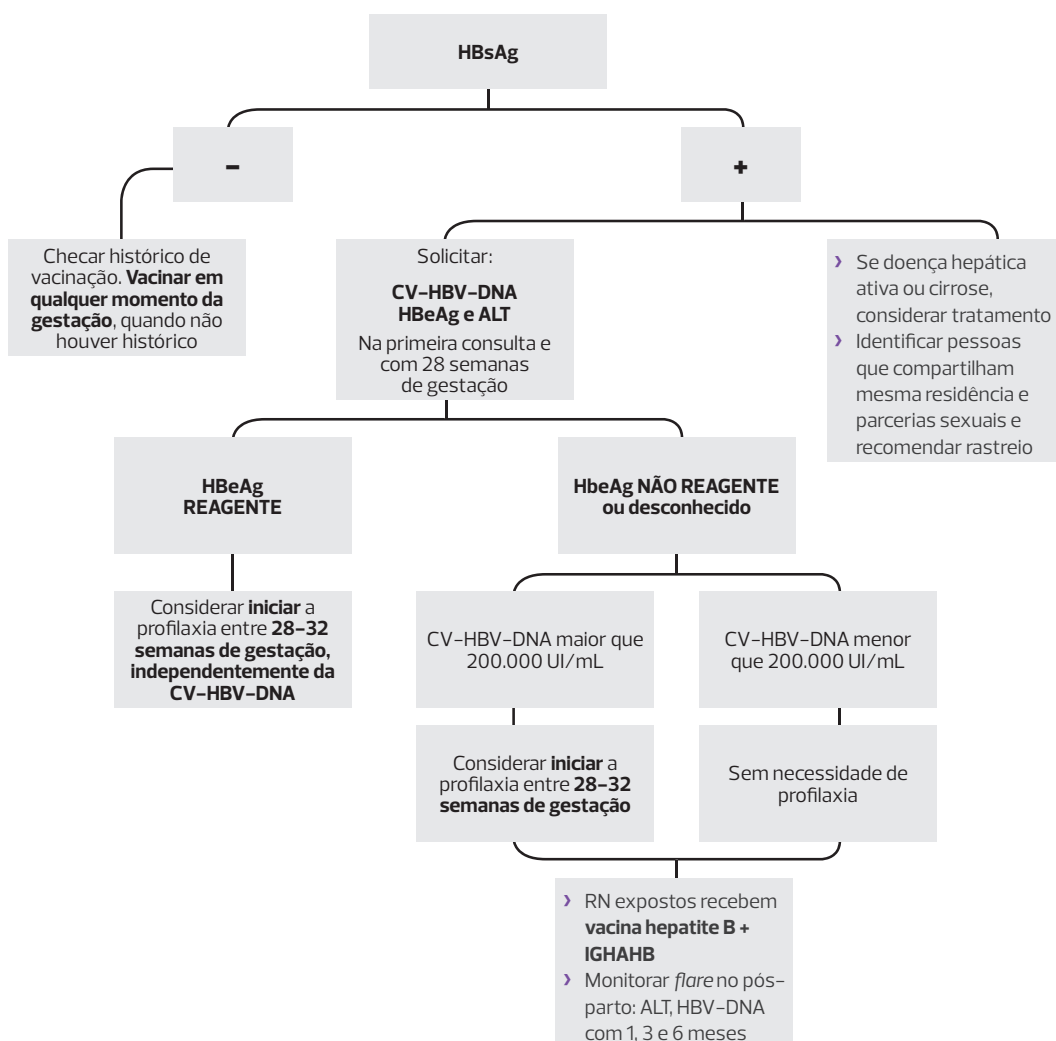
29

ABORDAGEM À GESTANTE VIVENDO COM HEPATITE B

A identificação das gestantes com hepatite B crônica é fundamental para a instituição das medidas de PTV, bem como o fornecimento de vacina hepatite B e IGHAHB à criança exposta, além da oferta de tratamento antiviral para as gestantes com CV-HBV elevada (acima de 200.000 UI/mL) (Terrault, 2016; EASL, 2017).

Gestantes HBsAg reagentes no exame de triagem deverão complementar a avaliação com solicitação de HBeAg e ALT. Em caso de perfil sorológico HBeAg positivo com ALT normal, há indicação de profilaxia com TDF a ser realizada no 3º trimestre da gestação. Nos casos de gestante com perfil sorológico HBeAg positivo e ALT elevada (duas vezes maior que o limite de normalidade) ou HBeAg negativo e ALT elevada (duas vezes maior que o limite de normalidade), com CV-HBV maior que 2.000 UI/mL, a indicação de tratamento é a mesma de paciente não gestante. Recomenda-se seguir a terapia antiviral com TDF durante toda a gestação e manter essa terapia após o parto.

Figura 11 – Fluxograma para gestante HBsAg REAGENTE e RN exposto



Fonte: Adaptado de Ayoub, 2016.

Ressalta-se que esse fluxograma leva em consideração o cenário com início do pré-natal e identificação do estado sorológico quanto à hepatite B no primeiro trimestre de gestação, assim como acesso em tempo hábil ao resultado dos exames. Para gestantes que tenham comprovadamente HBsAg **reagente** e que iniciem tardiamente o pré-natal, ou que não tenham acesso ao resultado da CV-HBV em tempo hábil, será necessário considerar iniciar profilaxia com TDF enquanto se aguarda CV-HBV ou até o momento do parto.

- › No caso de gestantes com infecção crônica pelo HBV e que já estejam em terapia antiviral, deve-se levar em consideração a gravidade da doença materna e o potencial risco/benefício para o feto. São elencadas algumas situações especiais:

- › **Gestantes com fibrose hepática avançada (F3 de Metavir) ou com cirrose hepática (F4 de Metavir)**, e que já estejam em terapia antiviral, deverão continuar o tratamento com medicamentos orais, preferencialmente o TDF.
- › **Mulheres grávidas que já estejam em terapia com análogos de nucleosídeos/nucleotídeos, especialmente TDF e 3TC**, deverão ter sua medicação continuada.
- › **Mulheres que engravidem em uso de entecavir** deverão ter seu esquema substituído por TDF.
- › **O uso de interferon está contraindicado durante a gestação** e seu uso deverá ser descontinuado, devendo ser avaliada a introdução de esquema oral com TDF.

Preferencialmente, a indicação e o seguimento do tratamento para hepatite B em gestantes devem ser realizados com orientações de especialistas nessa área.

Estudos de reprodução foram realizados tanto em animais quanto em humanos com TDF e demonstraram não haver evidência de dano ao feto causado pelo uso da medicação (EASL, 2017). O TDF é o medicamento de preferência por ter melhor perfil de barreira genética à resistência e por ter sido mais amplamente estudado em mulheres gestantes portadoras de HBV (EASL, 2017; Greenup, 2014; Chen, 2015; Pan, 2016). A preocupação sobre os efeitos do uso de TDF no desenvolvimento fetal pode ser reduzida pelo fato de este ser utilizado apenas no último trimestre da gestação, quando os estágios fetais de desenvolvimento estão quase completos.

29.1 Manejo e tratamento de acordo com os diferentes cenários clínicos

Considerando as novas evidências apresentadas e o custo-benefício oferecido pelo tratamento, recomenda-se:

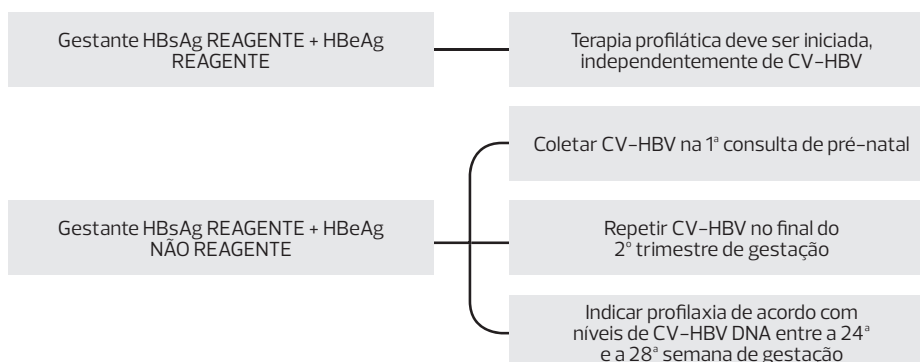
*Todas as gestantes com **hepatite B** que apresentem níveis de **CV-HBV superiores a 200.000 UI/mL** devem receber terapia profilática com **TDF 300mg uma vez ao dia VO, a partir de 28–32 semanas de gestação** (terceiro trimestre).*

Pacientes que apresentam perfil sorológico **HBsAg e HBeAg reagentes** não necessitam exame de CV-HBV para determinar a profilaxia antiviral. Entende-se que, em razão desse perfil, essas gestantes já **apresentam níveis elevados de CV-HBV**, com incremento de risco de transmissão perinatal. **A terapia profilática com TDF no último trimestre da gestação já está indicada.**

No caso de gestantes que apresentarem **o perfil sorológico HBsAg reagente e HBeAg não reagente**, a determinação dos níveis de CV-HBV deverá ser realizada imediatamente (avaliação inicial) e repetida ao final do segundo trimestre da gestação. A decisão sobre a terapia profilática deverá ser realizada entre a 28ª e a 32ª semana de gestação.

A seguir apresenta-se figura demonstrativa da indicação de terapia profilática com TDF de acordo com os diferentes cenários.

Figura 12 – Fluxograma de indicação de profilaxia com TDF de acordo com os diferentes cenários sorológicos



Fonte: DIAHV/SVS/MS.

Estudo randomizado com profilaxia com TDF sendo utilizado a partir do terceiro trimestre de gestação, em mulheres com HBsAg **reagente** e CV-HBV-DNA maior que 200.000 UI/mL, demonstrou que a taxa de TV na 28ª semana após o parto foi de 0% nas mulheres tratadas com TDF, em comparação a 7% de taxa de transmissão vertical no grupo placebo do protocolo, com perfil de segurança semelhante (Pan, 2016).

Quanto à segurança da medicação para a gestante, há relatos de acidose láctica e esteatose hepática em pacientes que utilizaram esses antivirais, sendo fundamental monitorar as enzimas hepáticas durante o tratamento.

A decisão quanto à **suspensão da profilaxia medicamentosa** ou tratamento, quando for o caso, será definida por especialista da rede de referência, após o término da gestação. Não está bem estabelecido o melhor momento para retirada do tenofovir

quando este é utilizado apenas de forma profilática (interromper após o parto ou manter por até 12 semanas). A vantagem potencial de interromper a medicação no parto é a não interferência na amamentação. Por outro lado, o TDF contribui para o controle dos níveis maternos de ALT, os quais podem se elevar durante a gestação ou de forma precoce logo após o parto nas mulheres não tratadas (Liu, 2017).

Foi **descrita reativação viral com exacerbação da doença hepática materna após a descontinuação da terapia antiviral**. Por essa razão, gestantes que utilizaram TDF e/ou 3TC como profilaxia perinatal, após a suspensão da medicação, deverão ser monitoradas mensalmente nos primeiros seis meses pós-parto, com avaliação das enzimas hepáticas.

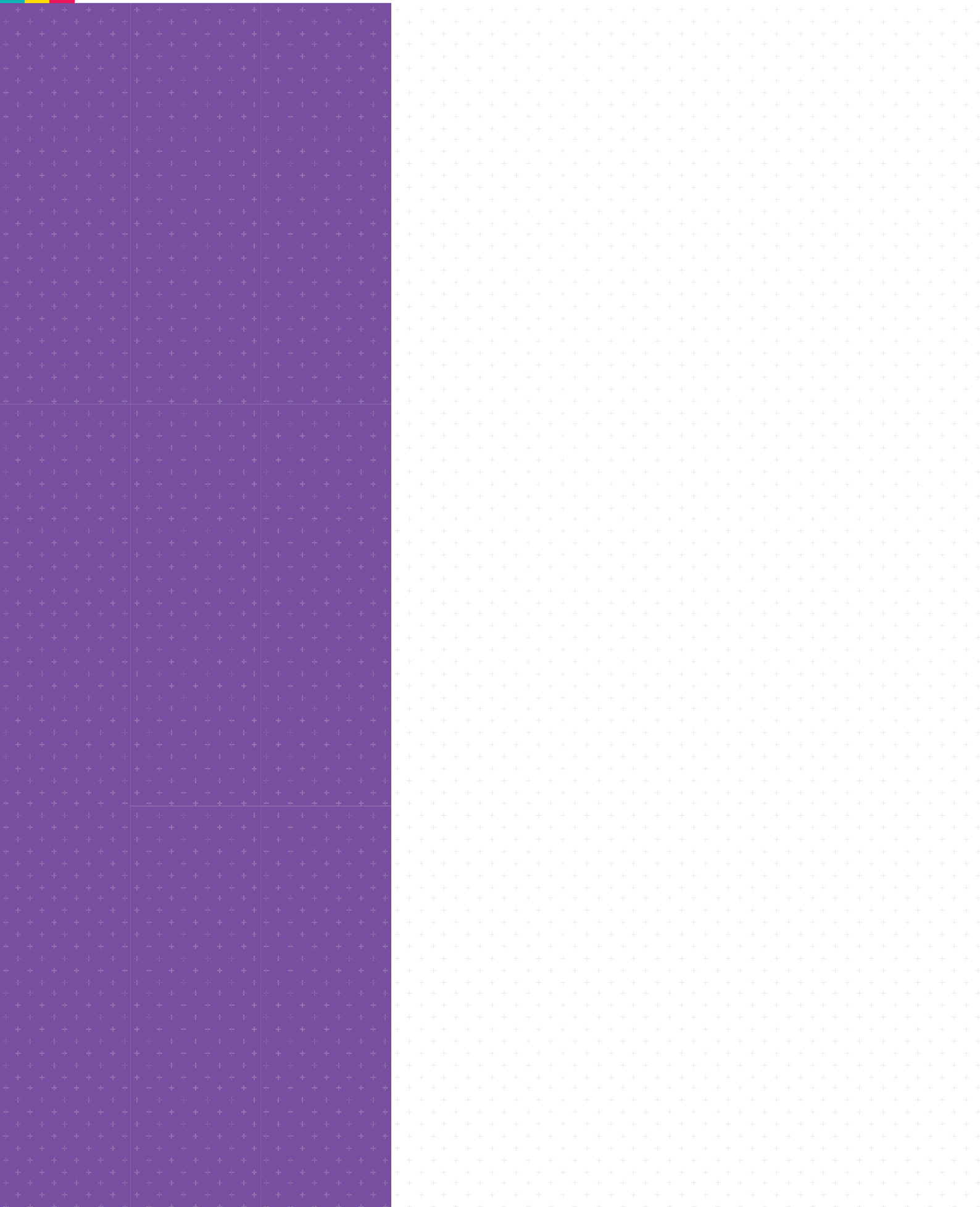
O quadro seguinte se propõe a fazer um resumo dos cenários clínicos possíveis para as mulheres portadoras do vírus da hepatite B (adaptado de Ayoub, 2016).

Quadro 30 — Recomendações para indicação de profilaxia com TDF de acordo com os cenários clínicos da gestante com hepatite B

INFECÇÃO PELO HBV (FASE)	HBEAG	CV-HBV	INDICAÇÃO DE PROFILAXIA PARA PREVENÇÃO DA TV
Imunotolerante	REAGENTE	Qualquer valor	Sim
Hepatite B HBeAg reagente	REAGENTE	Qualquer valor	Sim
Hepatite B portador inativo	NÃO REAGENTE	Menor que 200.000 UI/mL	Não
Hepatite B HBeAg não reagente	NÃO REAGENTE	Maior que 200.000 UI/mL	Sim
Coinfecção com HIV	Manter tratamento		

Fonte: DIAHV/SVS/MS.

*Todas as gestantes identificadas com HBsAg **reagente** devem ser encaminhadas ao pré-natal de alto risco e/ou serviço de referência. No entanto, a solicitação de exames complementares e indicação de terapia profilática não deve aguardar a consulta com o especialista.*



30

PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO VERTICAL DA HEPATITE B

30.1 Conjunto de medidas: vacina hepatite B, imunoglobulina humana anti-hepatite B (IGHAHB)

Como já referido, a principal forma de TV da infecção pelo HBV é a perinatal, sendo a transmissão intrauterina mais rara. Os fatores de risco relacionados à **transmissão intrauterina** do HBV são:

- › Presença HBeAg reagente materno;
- › Parto pré-termo laborioso;
- › Procedimentos obstétricos com manipulação de placenta.

Ocasionalmente, a infecção da criança ocorre no período pós-natal pelo contato com adultos infectados pelo HBV, sendo essa forma de transmissão definida como horizontal.

A imunoprofilaxia combinada de IGHAB e vacina no RN exposto previne a transmissão perinatal da hepatite B em mais de 90% dos RN.

A **falha na prevenção**, portanto, está concentrada quase que exclusivamente nas mulheres com HBeAg **reagente** e alta carga viral de vírus da hepatite B (CV-HBV-DNA maior que 200.000 UI/mL) e/ou níveis de HBeAg maiores que 4 a 4,5 log₁₀ UI/mL (Pan, 2016; Wen, 2016; Sun, 2012; Zou, 2012).

Idealmente, a dose da vacina ao nascimento deve ser dada em até 24 horas após o parto, preferencialmente na sala de parto, embora a dose da vacina possa ser efetiva na PTV do HBV, ainda que parcialmente, quando dada após 24 horas (Cui, 2010).

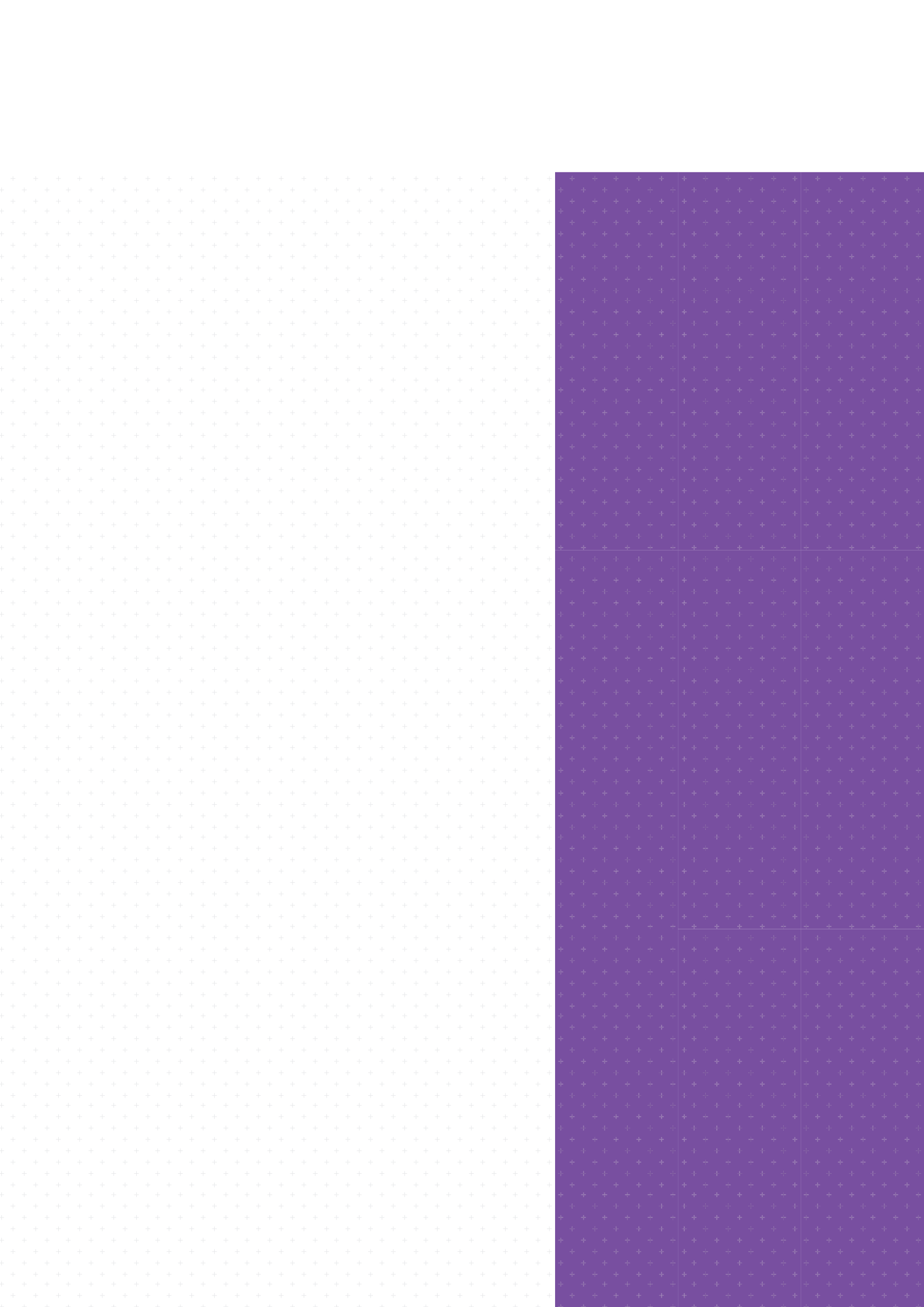
30.2 Parto

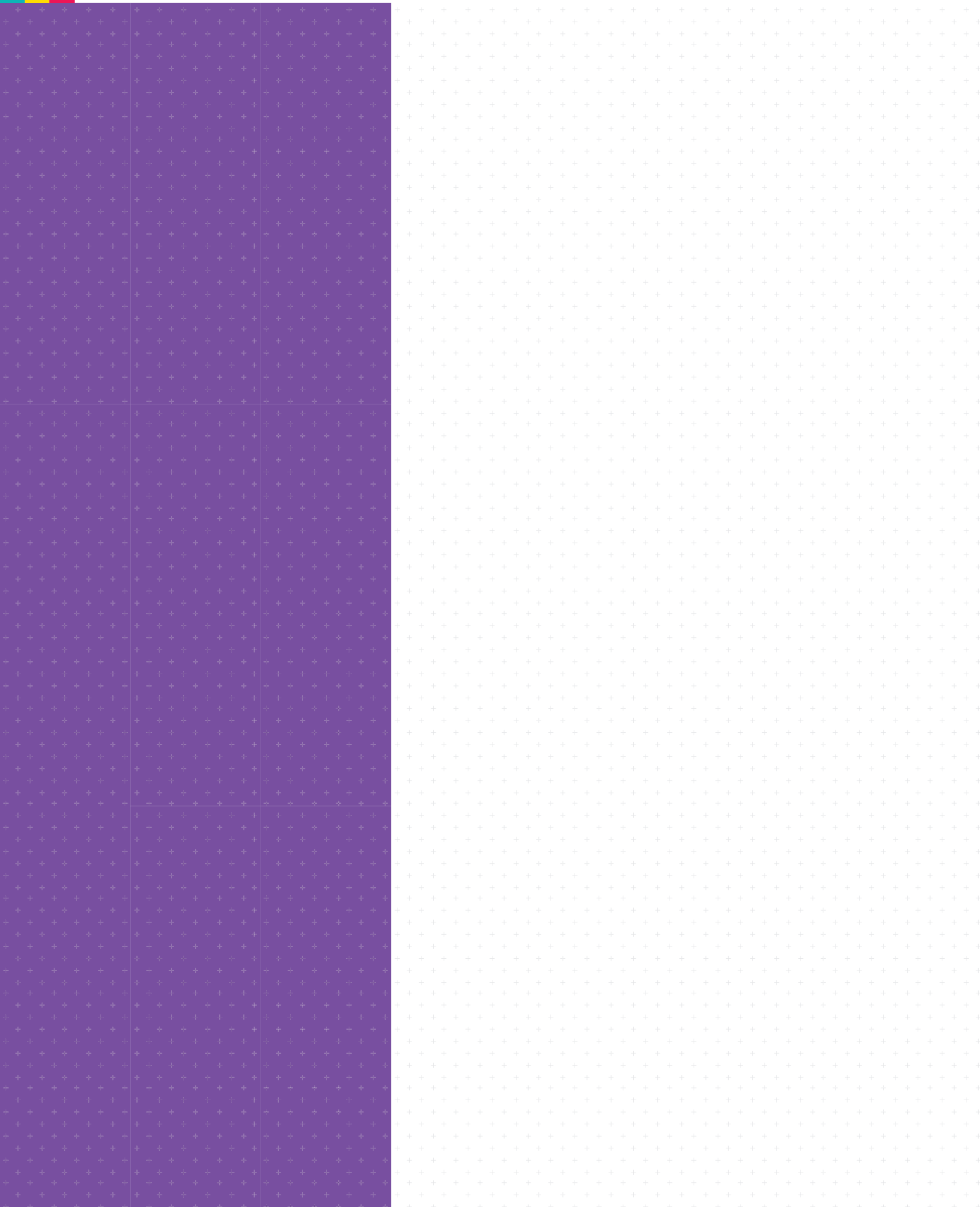
Uma vez que a maior frequência de TV do HBV ocorre no momento do parto, essa temática se reveste de grande importância. No entanto, a evidência é conflituosa quanto ao efeito do modo de parto na redução das taxas de TV.

Não há evidências concretas dos benefícios da realização de cesariana como medida preventiva da transmissão vertical de hepatite B, sendo esse um tema ainda controverso na literatura (McIntyre, 2006; Yang, 2008; Pan, 2013; Terrault, 2016). Esse procedimento não deve ser realizado como única indicação para PTV do vírus da hepatite B.

30.3 Amamentação

Para o binômio mãe-filho em que todas as recomendações foram seguidas – **vacina e IGHAHB na criança exposta e profilaxia medicamentosa com TDF na gestante com indicação** –, a amamentação não está contraindicada (EASL, 2017, Terrault, 2016).





31

CUIDADOS AO RN EXPOSTO À HEPATITE B (MÃE HBSAG REAGENTE)

Recomenda-se (Pickering, 2012):

- > Proceder **com banho em água corrente ainda na sala de parto**, imediatamente após o nascimento. Quando não for possível, limpar com compressas macias todo o sangue e secreções visíveis no RN e proceder ao banho em água corrente logo em seguida;
- > Utilizar aspiração gástrica para a remoção de secreção infectada;
- > Aplicar a **vacina hepatite B** ainda na sala de parto ou, o mais tardar, nas primeiras 12 horas após o nascimento, na dose de 0,5mL no vasto lateral;
- > Administrar a **imunoglobulina humana anti-hepatite B** (IGHAHB) ao neonato ainda na sala de parto ou dentro das primeiras 12 a 24 horas de vida, para RN de qualquer peso ou idade gestacional, na dose de 0,5mL no vasto lateral do membro oposto ao da vacina da hepatite B;

Administrar concomitantemente a primeira dose da vacina e a IGHAB em locais de aplicação diferentes; mais detalhes sobre o esquema podem ser encontrados no "Manual dos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais", disponível em <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/-01VACINA/manual_crie_.pdf>.

31.1 Seguimento da criança exposta ao vírus da hepatite B

Na ausência de informações sobre o estado imunológico da mãe, recomenda-se administração de vacina de hepatite B imediatamente na sala de parto, coleta do HBsAg materno e fornecimento de IGHAHB à criança confirmada como exposta dentro dos primeiros sete dias de vida (BRASIL, 2014).

Na história natural da infecção pelo vírus da hepatite B adquirida por TV na infância, alguns elementos chamam a atenção:

- › Geralmente, as crianças que possuem hepatite B são assintomáticas e permanecem assim por muitos anos, atingindo a vida adulta sem sintomas;
- › O clareamento espontâneo do HBsAg é raro (menor que 2%) nos primeiros anos de vida;
- › A negatificação do HBsAg é de apenas cerca de 0,6% ao ano;
- › Na maioria dos casos de hepatocarcinoma, o HBV foi adquirido por TV.

A **fase imunotolerante da criança** é a primeira fase nas crianças infectadas. Nessa fase, a resposta imune é considerada tolerante ao HBV, na qual o HBsAg e o HBeAg são positivos, a CV-HBV está em altos títulos e a biópsia hepática mostra fígado normal ou com inflamação mínima. **Não se recomenda tratar** e o seguimento deverá ser feito **a cada seis meses** com os seguintes exames laboratoriais: enzimas hepáticas (AST, ALT, GGT, FA) e marcadores virais de hepatite B, e **anualmente**: alfa feto proteína, CV-HBV e USG de abdome total.

A segunda **fase, imunorreativa**, ocorre com flutuações na CV-HBV, elevações intermitentes ou persistentes de AST e ALT 1,5 vezes maiores do que o valor normal. Pode ocorrer soroconversão para anti-HBe e normalização dos níveis de aminotransferases. Ainda pode haver aumento de CV-HBV e das enzimas AST/ALT, que tendem a se normalizar com o tempo. A biópsia hepática pode apresentar hepatite crônica ativa com vários graus de inflamação. A soroconversão nessa fase é rara na infância e ocorre em 4% a 5% das crianças maiores de quatro anos de idade. O seguimento deverá ser mais frequente, a cada três a seis meses, com a possibilidade de tratamento a depender do grau de lesão hepática, atividade inflamatória e níveis de AST/ALT.

A terceira fase – **fase de baixa replicação** – quando há soroconversão para anti-HBe, é tipicamente caracterizada por AST/ALT persistentemente normais, CV-HBV baixa e ausência de inflamação no tecido hepático. Nessa fase, pode haver hepatocarcinoma, embora seja muito raro que isso ocorra na infância. O seguimento é semelhante à fase imunotolerante.

Na quarta fase – **fase de reativação** – observa-se CV-HBV elevada e HBeAg negativo. A biópsia hepática mostra atividade inflamatória moderada ou grave e graus variados de fibrose. Muitas vezes o HBeAg pode voltar a ser reagente. O seguimento deverá ser mais frequente, com a possibilidade de tratamento, a cada três a seis meses.

Quanto à vacinação, de acordo com o PNI em vigência (disponível em <http://pni.datasus.gov.br/calendario_vacina_infantil.asp>) e o “Manual dos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais” (disponível em <<http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2014/dezembro/09/manual-cries-9dez14-web.pdf>>), as doses da vacina para hepatite B deverão ser administradas.

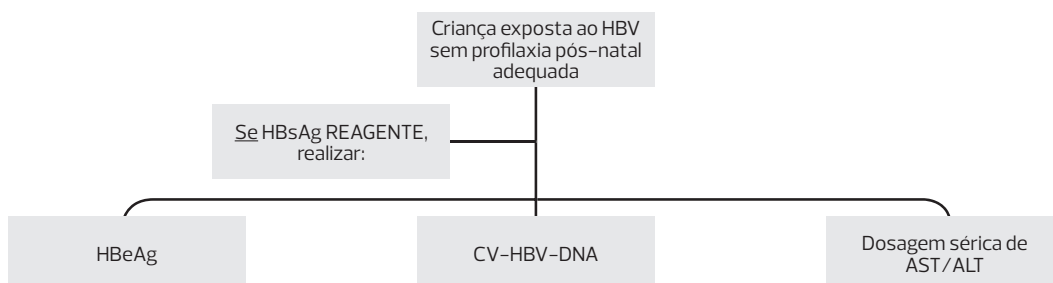
31.2 Quando tratar a criança com hepatite B crônica

Para as crianças expostas ao HBV que não receberam seguimento adequado durante o período pós-natal, com vacina e IGHAB, deverá ser realizada investigação quanto à infecção pelo HBV. Esse fluxo também necessita ser seguido por aquelas crianças expostas que chegam tardiamente ao serviço de saúde e para as quais não há registro da profilaxia para hepatite B após o nascimento.

As crianças expostas que não receberam IGHAB no nascimento deverão realizar HBsAg como rastreio assim que chegarem ao serviço. As que tiverem HBsAg **não reagente** deverão seguir esquema vacinal. O anti-HBs deverá ser realizado nas crianças 30 a 60 dias após o término do esquema vacinal.

Crianças com HBsAg **reagente** confirmam infecção pelo HBV e deverão realizar demais exames como HBeAg, CV-HBV e dosagem sérica das enzimas AST e ALT, além de ultrassonografia de abdome superior para avaliação hepática inicial, conforme figura a seguir.

Figura 13 – Fluxograma de seguimento da criança exposta ao HBV sem imunoprofilaxia pós-natal adequada

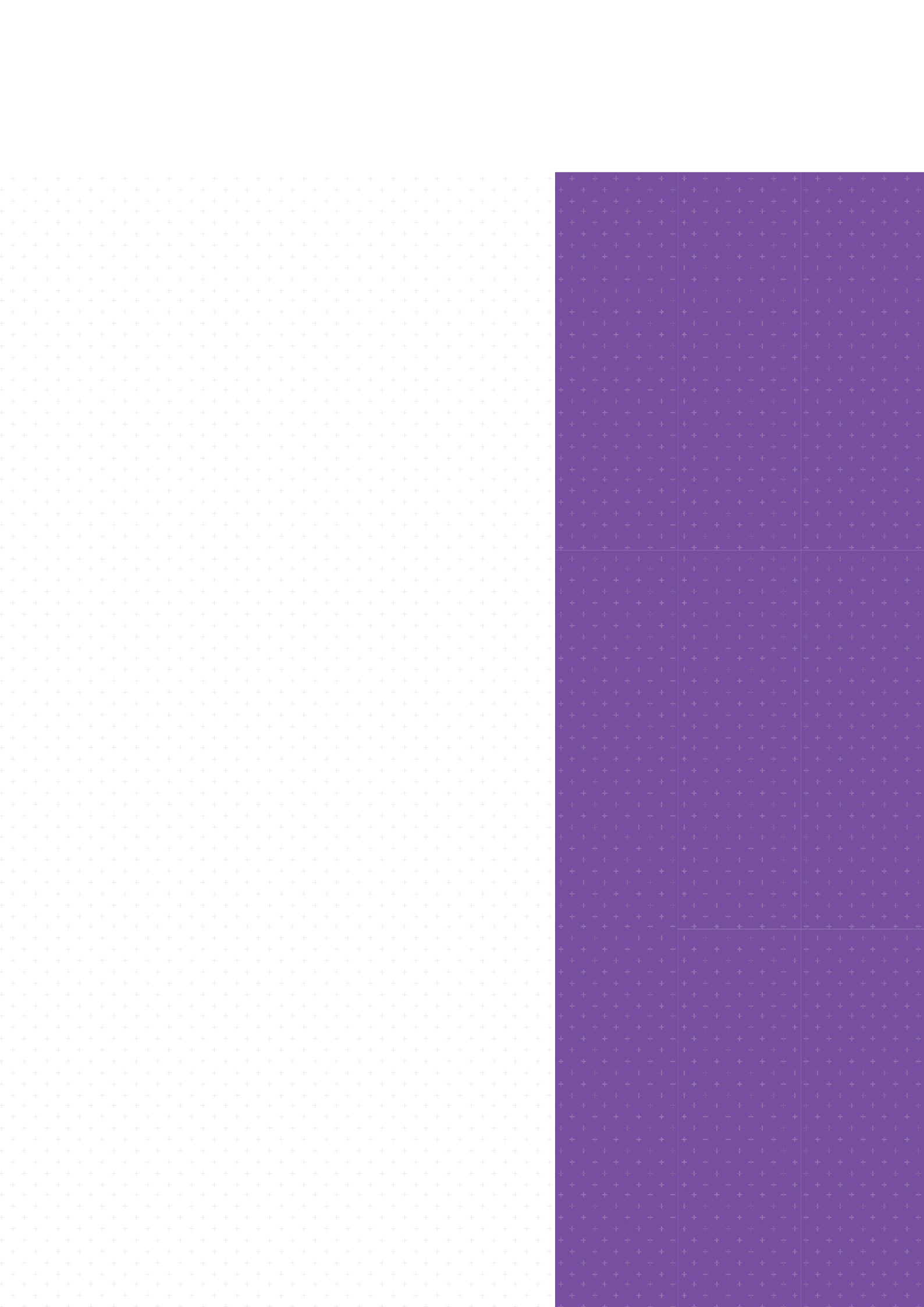


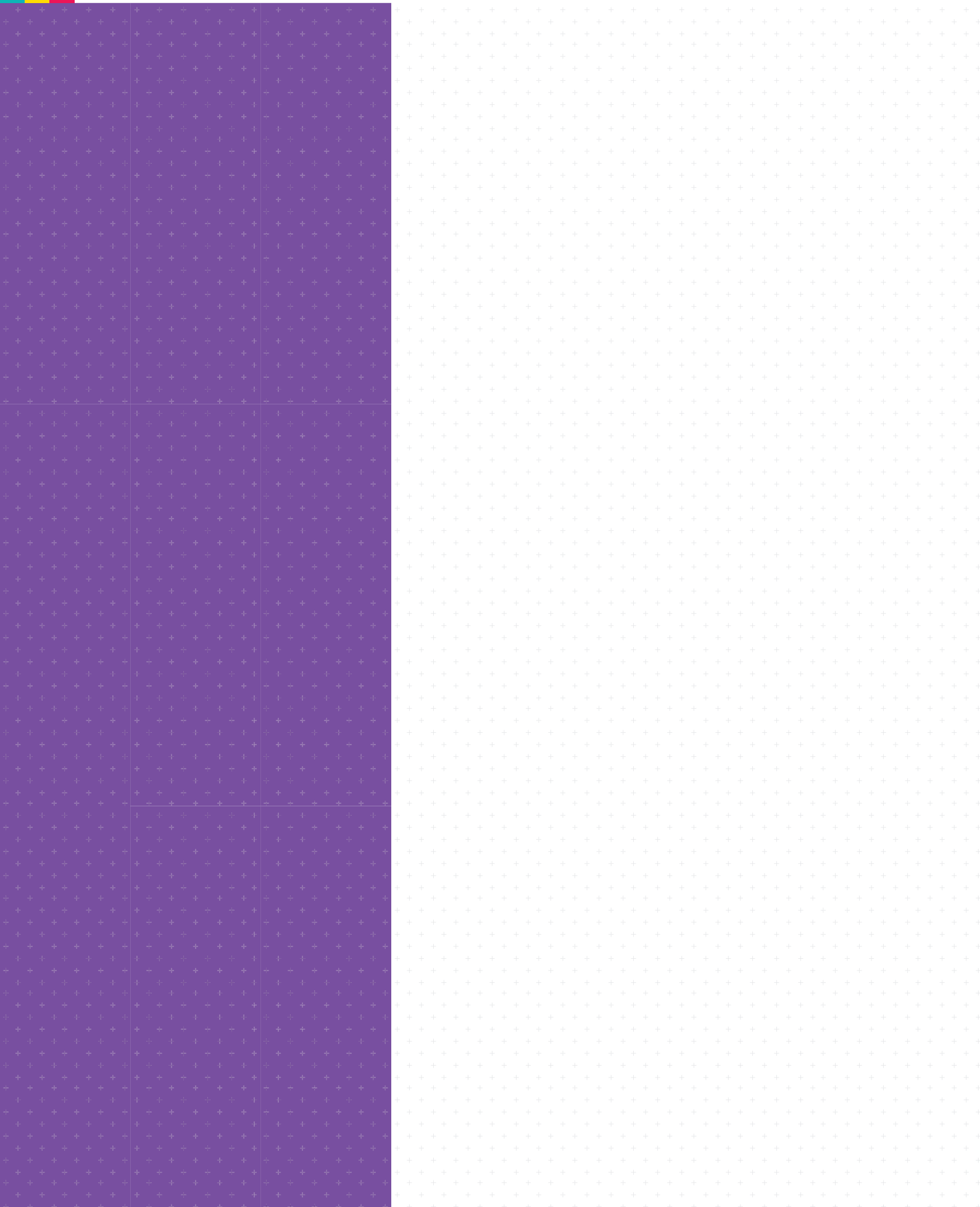
Fonte: DIAHV/SVS/MS.

Essas crianças deverão ser encaminhadas aos serviços de referência para seguimento e definição de terapêutica.

As crianças que confirmarem infecção crônica pelo HBV deverão ser tratadas conforme os seguintes critérios:

- Na presença de **HBsAg positivo**, **CV-HBV maior que 2.000 UI/mL**, **níveis de AST e ALT 1,5 vezes mais elevados** que o valor normal em duas dosagens com diferença de 6 meses e **biópsia hepática compatível com hepatite crônica** (atividade inflamatória moderada/grave, com ou sem fibrose);
- Nos casos de **cirrose compensada**, independentemente da sorologia HBeAg e da quantidade da CV-HBV, com biópsia hepática compatível com cirrose com atividade inflamatória;
- Na **cirrose descompensada**, independentemente da sorologia HBeAg e da quantidade da CV-HBV, sem necessidade de biópsia hepática.





32

HEPATITE VIRAL C

A infecção pelo HCV ocorre pela via percutânea, por meio da exposição ao sangue contaminado, por via sexual e por transmissão vertical.

A infecção pelo HCV não contraindica a gestação.

Há evidências de que mulheres com HCV estão sob risco de piores desfechos maternos e neonatais, como diabetes gestacional, pré-eclâmpsia, restrição de crescimento, hemorragia pré-parto e parto pré-termo (Connel, 2011; Reddick, 2011; Safir, 2010; Pergam, 2008; Huang Q-T, 2015). A colestase intra-hepática é mais comum em mulheres com HCV-RNA positivo, chegando a taxas de 20% (Paternoster, 2002; Locatelli, 1999; Berkley, 2008). Ao mesmo tempo, diversos estudos demonstraram uma queda dos níveis de transaminases durante o segundo e terceiro trimestres, mediada por fatores imunológicos característicos da gestação (Gervais, 2000; Conte, 2000).

Os **medicamentos utilizados para o tratamento da hepatite C aguda e crônica são teratogênicos** ou não possuem dados que comprovem segurança na gestação; por isso, são contraindicados durante esse período (Spera, 2016). Com os esquemas terapêuticos mais modernos, no futuro, espera-se que as mulheres portadoras do HCV sejam tratadas antes de uma gestação planejada.

Se for confirmada a gestação durante o tratamento da hepatite C, este deverá ser suspenso. Recomenda-se que mulheres em idade fértil em tratamento de hepatite C sejam submetidas a testes de gravidez com periodicidade e que utilizem contracepção de barreira. Após o tratamento, deve-se evitar gestação pelos próximos seis meses.

A principal vantagem de conhecer o quadro clínico e laboratorial da mulher quanto à hepatite C na gestação é a possibilidade de referenciar aquelas que forem positivas/reagentes para serviços especializados e de tratá-las após o término da gestação. Além disso, é possível realizar o acompanhamento das crianças expostas à transmissão vertical do HCV (Aebi-Popp, 2016).

A **principal fonte de infecção de HCV em crianças é a TV**, sendo rara a via intrauterina (Jonas, 2002). Uma metanálise recente demonstrou uma taxa de TV de hepatite C de 5,8% (Benova, 2014), embora as taxas variem a depender de fatores geográficos, gravidade da doença e altos títulos de CV-HCV, comorbidades como a coinfeção com o HIV ou presença de monócitos infectados pelo HCV em sangue periférico.

É recomendada a realização da sorologia em gestantes com fatores de risco para infecção por HCV, como: infecção pelo HIV, uso de drogas ilícitas, antecedentes de transfusão ou transplante antes de 1993, mulheres submetidas a hemodiálise, aquelas com elevação de aminotransferases sem outra causa clínica evidente e profissionais de saúde com história de acidente com material biológico (Terrault, 2016).

Esses fatores de risco devem ser abordados em um ambiente livre de julgamento e de forma contínua durante todo o cuidado à gestante, pois há estudos que demonstraram que as **gestantes se sentem menos confortáveis em relatar comportamentos de risco pregressos ou atuais** como tabagismo, etilismo ou uso de drogas ilícitas durante a gestação, dado que esses são hábitos estigmatizados (Garg, 2015; Chasnoff, 1990).

Não há evidências científicas que recomendem uma via de parto preferencial com o propósito de prevenir a TV do HCV (Aebi-Popp, 2016; McIntyre, 2006). Orienta-se evitar procedimentos invasivos, parto laborioso e tempo de ruptura de membranas maior que seis horas para minimizar a possibilidade de TV (CDC, 2008; Mast, 2005; Steininger, 2003). Também não existem evidências de que a TV do HCV possa ser evitada com a contraindicação à amamentação (Aebi-Popp, 2016).

32.1 Seguimento de crianças nascidas de mães HCV reagentes

A maioria das infecções crônicas pelo HCV na infância é assintomática e benigna (Aebi-Popp, 2016). No entanto, o estágio precoce de infecção adquirida por transmissão vertical é caracterizado por uma ampla variação de anormalidade de ALT (Resti, 2003). São descritos três desfechos possíveis para a infecção pelo HCV adquirida verticalmente (Huang, 2015):

- › 20% a 40% dos RN irão negativar o vírus;
- › 50% dos RN desenvolverão infecção crônica assintomática (CV-HCV detectável intermitentemente e níveis normais de ALT);
- › 30% dos RN terão infecção crônica ativa com CV-HCV persistentemente detectável e ALT frequentemente anormal.

Entre as crianças com infecção crônica, foi relatada progressão de fibrose hepática para cirrose em adolescentes, com curso mais rápido naquelas coinfectadas com HIV (Jonas, 2002). Existem ainda casos mais raros de ocorrência de carcinoma hepatocelular que necessitaram de transplante hepático na adolescência (Malik, 2014; González-Peralta, 2009). Além disso, existem na literatura descrições de manifestações extra-hepáticas nessa população (Indolfi, 2012). Desse modo, são necessários o diagnóstico e o seguimento das crianças expostas ao vírus da hepatite C.

Os anticorpos IgG anti-HCV maternos podem atravessar passivamente a barreira placentária e serem detectados na criança até os 18 meses de idade, sem necessariamente indicar infecção. A manutenção dos níveis de IgG séricos após os 18 meses de idade, mesmo em títulos menores, é indicativa de que são produzidos pela própria criança, confirmando a infecção.

Os anticorpos IgM não atravessam a barreira placentária, e por isso, se forem detectados na corrente sanguínea do RN, indicam TV do vírus. O que pode ocorrer, nesse caso, é um resultado falso-positivo, já que a IgM pode ser heteróloga (não específica), por ser uma molécula muito complexa (pentâmero) para ser produzida por um sistema imune imaturo.

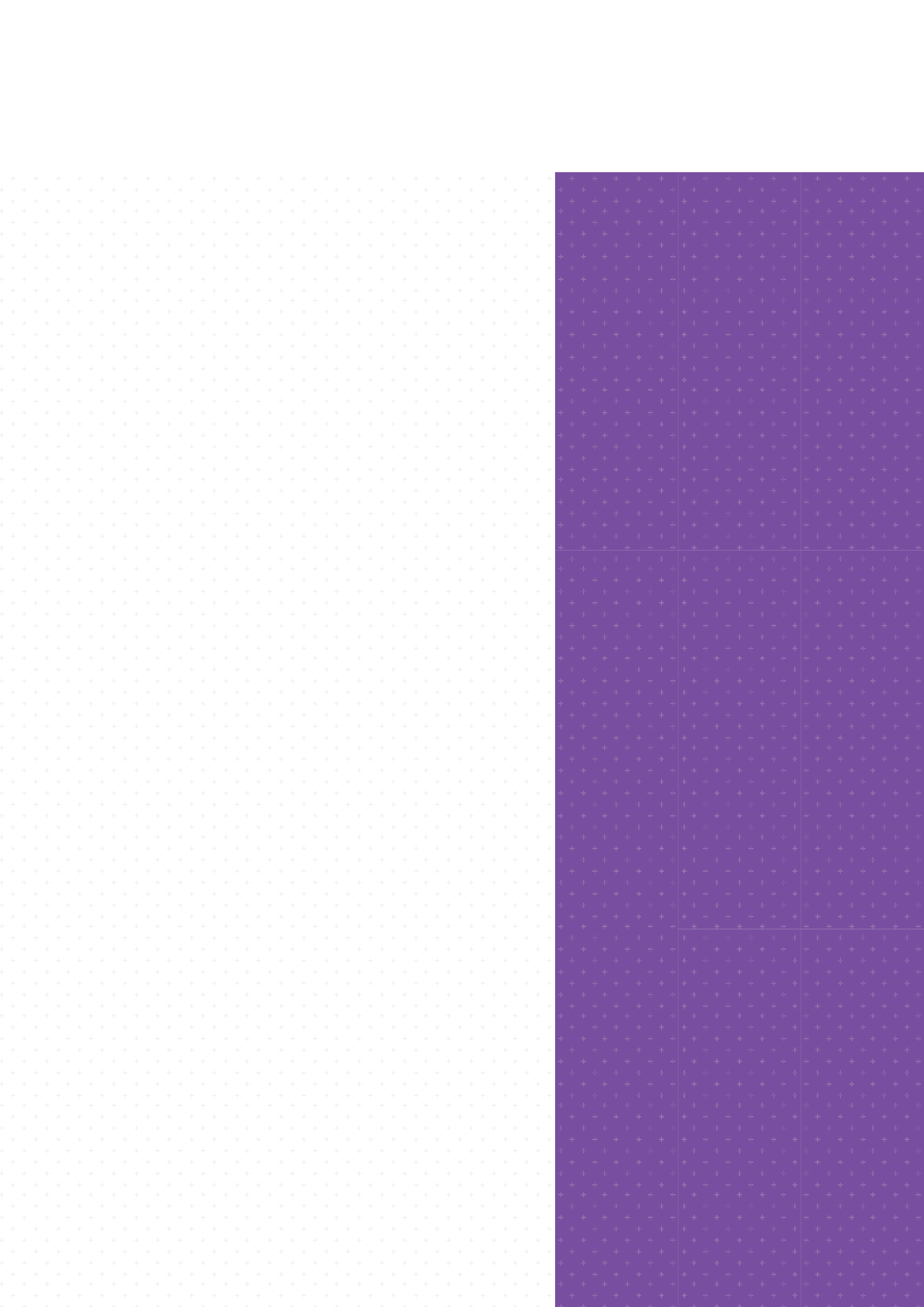
*É recomendado que as **crianças expostas nascidas de mães com anti-HCV reagentes** sejam testadas para anticorpos anti-HCV a partir dos 18 meses de idade.*

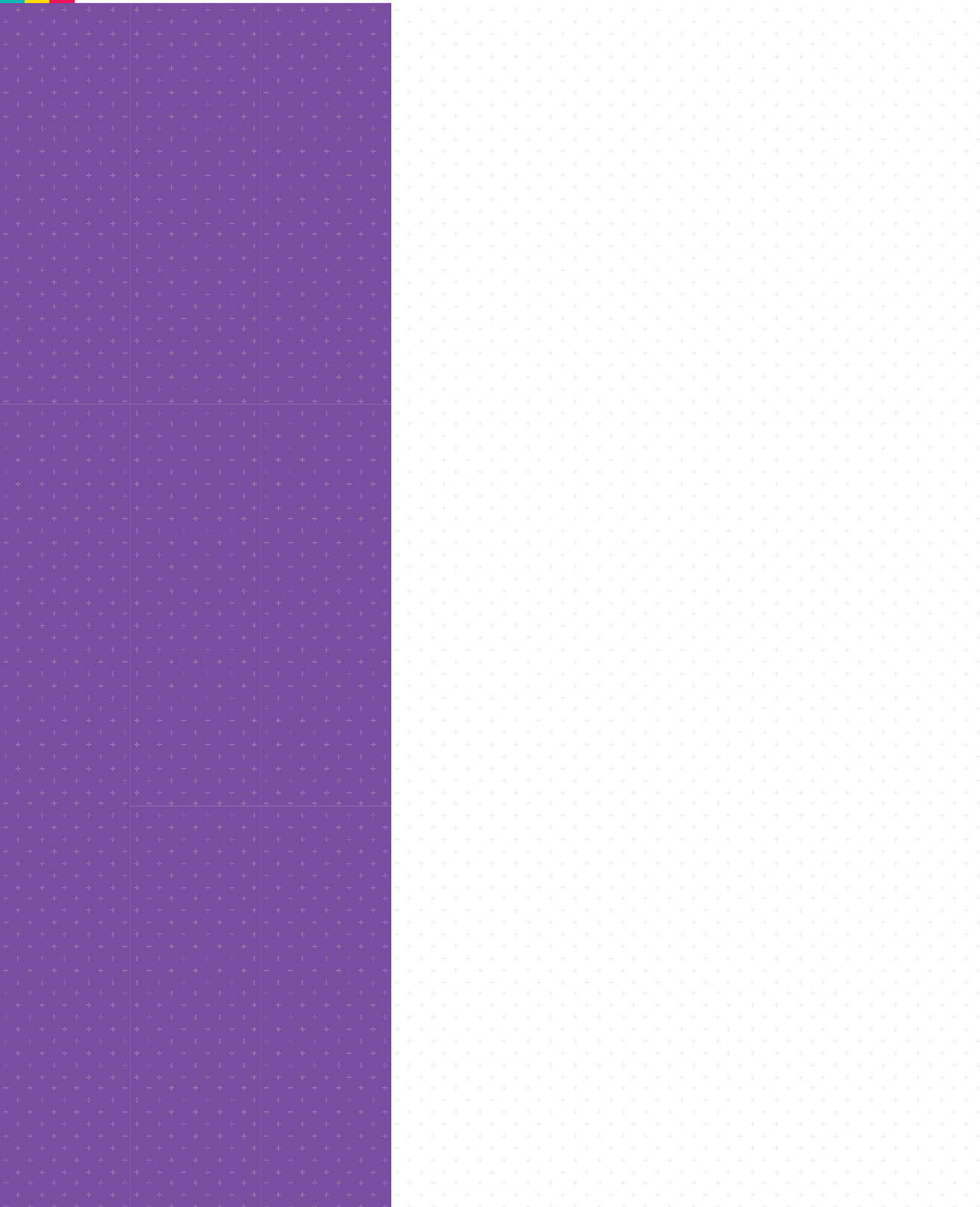
*Se a criança apresentar anti-HCV reagente, deverá ser **solicitada CV-HCV para confirmação** da infecção.*

Dessa forma, podem-se considerar os seguintes cenários:

- › Crianças com sorologia anti-HCV não reagente após os 18 meses podem ser consideradas negativas para hepatite C;
- › Crianças com anti-HCV e CV-HCV detectáveis confirmam a infecção pelo vírus da hepatite C;
- › Aquelas com anti-HCV reagente e CV-HCV indetectável (após os 18 meses) indicam contato passado e provável cura espontânea do vírus da hepatite C.

As crianças expostas ao HCV deverão ser encaminhadas a um serviço de referência para seguimento. No entanto, a investigação diagnóstica não deve aguardar a consulta com especialista, podendo ser iniciada ainda no serviço de puericultura.





REFERÊNCIAS

ACOG Committee on Practice Bulletins—Gynecology. ACOG Practice Bulletin No. 117: Gynecologic care for women with human immunodeficiency virus. *Obstet Gynecol* 2010; 116(6):1492–509.

Akande VA, Hunt LP, Cahill DJ, Jenkins JM. Differences in time to natural conception between women with unexplained infertility and infertile women with minor endometriosis. *Hum Reprod*. 2004 Jan;19(1):96–103.

Atkinson B, Hearn P, Afrough B, et al. Detection of Zika virus in semen[Letter]. *Emerg Infect Dis* 2016.

Attia S, Egger M, Muller M et al. Sexual transmission of HIV according to viral load and antiretroviral therapy: systematic review and meta-analysis. *AIDS* 2009; 23: 1397–1404.

AYOUB, W.S.; et al. Hepatitis management in the pregnant patient: an update. *Journal of Clinical Translational Hepatology*. Vol 4: 241–247. 2016.

Bailey P, Rosenberg S, Doyle K, et al. Persistence of Zika Virus in body fluids – Preliminary Report. *N Engl J Med* 2017

Barreiro P, Castilla JA, Labarga P, Soriano V. Is natural conception a valid option for HIV-serodiscordant couples? *Hum Reprod* 2007;22:2353–2358.

BEASLEY, R.P.; TREPO, C.; STEVENS, C.R.; SZMUNESS, W. The e antigen and vertical transmission of hepatitis B surface antigen. *Am J Epidemiol*. 105(2):94–8. 1977.

Benova L, Mohamoud YA, Calvert C, Abu-Raddad LJ. Vertical transmission of hepatitis C virus: systematic review and meta-analysis. *Clin Infect Dis* 2014; 59: 765–73.

Berkley EMF, Leslie KK, Arora S et al. Chronic hepatitis C in pregnancy. *Obstet Gynecol* 2008; 112(2 Pt 1): 304–310.

BIGGAR, R. J.; NG, J.; KIM, N. et al. Human leukocyte antigen concordance and the transmission risk via breast---feeding of humanT- cell lymphotropic virus type I. *J. Infect. Dis.*, [S.l.], v. 193, p. 277---82, 2006.

Blumenthal, P.D., A.Voedisch, and K.Gemzell-Danielsson. Strategies to prevent unintended pregnancy: increasing use of longacting reversible contraception. *Human Reproduction Update*, Vol.17, No.1 pp. 121–137, 2011.

Boucoiran I, Tulloch K, Pick N, et al. A case series of third-trimester raltegravir initiation: Impact on maternal HIV-1 viral load and obstetrical outcomes. *Can J Infect Dis Med Microbiol*. 2015;26(3):145-150. Available at <http://www.ncbi>.

BOURIS, A.; GUILAMO-RAMOS, V.; CHERRY, K.; DITTUS, P.; MICHAEL, S.; GLOPPEN, K.; Preventing rapid repeat births among Latina adolescents: the role of patients. *Am J Public Health*, 102(10):1842-1847, 2012.

Brasil. Estratégia de Resposta ao vírus Zika e o combate ao mosquito transmissor. Governo Federal. Brasil. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em <<http://www.aids.gov.br/pcdt>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Recomendações para vacinação em pessoas infectadas pelo HIV**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, n. 32, 18 fev. 2016. Disponível em <<http://www.saude.gov.br/bvs>>. Acesso em: 29 jun. de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 29, de 17 de dezembro de 2013. Aprova o Manual Técnico para o Diagnóstico da Infecção pelo HIV em Adultos e Crianças e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, n. 245, 18 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/bvs>>. Acesso em: 19 mar. 2015a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso. Brasília: Ministério da Saúde, 2015b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Caderneta da Gestante**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014, 2. ed.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Penicilina benzatina para prevenção da sífilis congênita durante a gravidez. Relatório de Recomendação nº 150, janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2015/57994/_p_relatorio_penicilina_sifilis_congenita_secreta_38035.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: Renome 2013. Brasília: Ministério da Saúde, 2013, 8. ed., 200 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 284p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 130p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Sífilis 2016. Vol. 47, 2016. Disponível em: http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2016/59209/2016_030_sifilis_publicacao2_pdf_51905.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento De Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais. Boletim Epidemiológico – Aids e DST. Brasília, 2016a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento De Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais. Manual de rotinas para assistência de adolescentes vivendo com HIV/ Aids. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pcdt>. Acessado em 19 de abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento De Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Brasília, 2016b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento De Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em adultos. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento De Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais. Brasília, 2016c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Manual técnico para o diagnóstico da infecção pelo HIV**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 2. ed.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014, 176 p.,il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis. 124 p.,il. Brasília: 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 812 p. Disponível em: < <http://www.saude.gov.br/bvs>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

CALVERT, C ; RONSMANS, C. HIV and the risk of direct obstetric complications : a systematic review and meta-analysis. PloS ONE 8(10) : e74848. 2013. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0074848>

Carneiro-Proietti, A.; Catalan-Soares, B.C.; Castro-Costa, C.M.; Murphy, E.L.; Sabino, E.C.; Hisada, M.; Galvão-Castro, B.; ET AL. HTLV in the Americas: challenges and perspectives. Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health 19(1), 2006.

Cejtin HE, Jacobson L, Springer G et al. Effect of hormonal contraceptive use on plasma HIV-1-RNA levels among HIV-infected women. AIDS 2003, 17:1702-4.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Pregnancy and HCV infection, Division of Virus Hepatitis, National center for HIV/AIDS, Virus Hepatitis, STD and TB Prevention; July 21, 2008.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Sexually Transmitted Diseases: Treatment Guidelines, 2015. MMWR Recomm. Rep., [S.l.], v. 64, n. RR-3, p. 45- 49, 2015. Disponível em: <<http://www.cdc.gov/mmwr/pdf/rr/rr6403.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

CFM. Código de Ética Médica: Resolução CFM nº 1.931/2009; Código do Processo Ético Profissional: Resolução CFM nº 2.023/2013 / Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul – Porto Alegre: Stampa Comunicação, 2014. Disponível em: http://www.cremers.org.br/pdf/codigodeetica/cem_e_cpep.pdf. Acessado em 16 de abril de 2017.

Chen H-L, Lee C-N, Chang C-H, Ni Y-H, Shyu M-K, Chen S-M, et al. Efficacy of maternal tenofovir disoproxil fumarate in interrupting mother-to-infant transmission of hepatitis B virus. Hepatology 2015;62:375-386.

COFEN. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Resolução COFEN Nº 311/2007. Disponível em http://www.ipebj.com.br/docdown/_3aca5.pdf.

Cohen MS, Chen YQ, McCauley M, Gamble T, Hosseinipour MC, Kumarasamy N, et al. Prevention of HIV-1 infection with early antiretroviral therapy. *N Engl J Med* 2011; 365:493–505.

COHEN, M. S.; CHEN, Y. Q.; MCCAULEY M, et al. Prevention of HIV-1 infection with early antiretroviral therapy. *NEJM*, [S.l.], v. 365, n. 6, p. 493–505, 11 ago. 2011.

Cohen, Myron S. et al. "Antiretroviral Therapy for the Prevention of HIV-1 Transmission." *The New England journal of medicine* 375.9 (2016): 830–839

Cohn SE, Park JG, Watts DH, et al. Depo-medroxyprogesterone in women on antiretroviral therapy: effective contraception and lack of clinically significant interactions. *ClinPharmacolTher* 2007, 81(2): 222–7.

Coll O, Lopez M, Vidal R, Figueras F, Suy A, Hernandez S, Lonca` M, Palacio M, Martinez E, Vernaev V. Fertility assessment in non-infertile HIV-infected women and their partners. *ReprodBiomed Online* 2007; 14:48).

CONNELL, L. E.; SALIHU, H. M.; SALEMI, J. L. et al. Maternal hepatitis B and hepatitis C carrier status and perinatal outcomes. *Liver Int.*, [S.l.], v. 31, n. 8, p. 1163–70, set. 2011.

Conte D, Fraquelli M, Prati D et al. Prevalence and clinical course of chronic hepatitis C virus (HCV) infection and rate of HCV vertical transmission in a cohort of 15,250 pregnant women. *Hepatology* 2000; 31: 751–755.

CRT. Saúde Reprodutiva das Pessoas que Vivem e Convivem com HIV. São Paulo: Centro de Referência e Treinamento DST/Aids – SP, 2015.

Cui F, Li L, Hadler SC, Wang F, Zheng H, Chen Y, Gong X et al. Factors associated with effectiveness of the first dose of hepatitis B vaccine in China: 1992–2005. *Vaccine*. 2010; 28(37):5973–8.

Curtis KM, Tepper NK, Jamieson DJ, Marchbanks PA.. Adaptation of the World Health Organization's Selected Practice Recommendations for Contraceptive Use for the United States. *Contraception*. 2013 May;87(5):513–6.

DE RUITER, A.; TAYLOR, G.P; CLAYDEN, P.; DHAR, J.; et al. BRITISH HIV ASSOCIATION GUIDELINES for the management of HIV infection in pregnant women 2012 (2014 interim review). **HIV medicine**, [S.l.], v. 15, supl. 4, p. 1–77, set. 2014.

Donnell D, Baeten JM, Kiarie J, Thomas KK, Stevens W, et al. Heterosexual HIV-1 transmission after initiation of antiretroviral therapy: a prospective cohort analysis. *Lancet* 375: 2092–2098. 2010.

Duarte G, Figueiró-Filho E, Beitune PE, Quintana SM, Marcolin AC, Yano RK, Cavalli RC. Controle de polidramnio recorrente em gestante portadora do HIV-1. Relato de caso. Rev Bras Ginecol Obstet. 2004;26:241-245.

EASL. European Association for the Study of the Liver. EASL clinical practice guidelines: Management of chronic hepatitis B virus infection. J Hepatol 2017;57:167-185.

ENONG. Encontro Nacional de ONG que Trabalham com Aids. Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Portadora do Vírus da Aids. Porto Alegre (RS), 1989. Disponível em: http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2006/40054/declaracao_dos_direitos_fundamentais_DA_pessoa_por_28542.pdf. Acessado em 16 de abril de 2017.

FORD, N.; MOFENSON, L.; SHUBBER Z. et al. Safety of efavirenz in the first trimester of pregnancy: an updated systematic review and meta-analysis. AIDS, London, v. 28, supl. 2, p. S123-31, mar. 2014.

FUJITO, T.; NAGATA, Y. HTLV--- I transmission from mother to child. J. Reprod. Immunol.,[S.l.], v. 47, p. 197---206, 2000.

Gabriela PB, Eli SR, Kate D, Jorge MJ, Gilberto AS et al. Persistence of Zika virus in body fluids- preliminar report. NEJM 2017. DOI: 10.1056/NEJMoa1613108

GAMBARIN-GELWAN, M. Hepatitis B in pregnancy. Clinics in liver disease, [S.l.], v. 11, n. 4, p. 945-63, nov. 2007.

Garg M, Garrison L, Leeman L et al. Validity of self-reported drug use information among pregnant women. Matern Child Health J 2015.

Gemzell-Danielsson K. Mechanism of action of emergency contraception. Contraception 2012; 82: 404-9.

Gervais A, Bacq Y, Bernuau J et al. Decrease in serum ALT and increase in serum HCV RNA during pregnancy in women with chronic hepatitis C. J Hepatol 2000; 32: 293-299.

Gessain, A.; Cassar, O. Epidemiological aspects and world distribution of HTLV-1 infection. Département de Virologie, Unité d'épidémiologie et physiopathologie des virus oncogènes, Institut Pasteur, Paris, France 2 CNRS, URA3015, Paris, France REVIEW ARTICLE published: 15 November 2012 doi: 10.3389/fmicb.2012.00388.

GONÇALVES, D. U.; PROIETTI, F.A.; RIBAS, J.G.R.; ARAÚJO, M.G.; PINHEIRO, S.R.; GUEDES, A.C.; CARNEIRO-PROIETTI, A.B. Epidemiology, Treatment, and Prevention of Human T-Cell Leukemia Virus Type 1-Associated Diseases CLINICAL MICROBIOLOGY REVIEWS, July 2010, p. 577-589 Vol. 23, No. 3 0893-8512/10/\$12.00 doi:10.1128/CMR.00063-09 Copyright © 2010, American Society for Microbiology. All Rights Reserved.

Harris C, Small CB, Klein RS et al. Immunodeficiency in female sexual partners of men with the acquired immunodeficiency syndrome. *N Engl J Med* 1983; 308– 1181–1184.

HEFFRON, R.; DAVIES, N.; COOKE, I.; KAIDA, A.; MERGLER, R.; VAN DER POEL, S.; et al. A discussion of key values to inform the design and delivery of services for HIV-affected women and couples attempting pregnancy in resource-constrained settings. *J Int AIDS Soc.* 2015;18 Suppl 5:20272.

Hills SL, Russell K, Hennessey M, et al. Transmission of Zika Virus Through Sexual Contact with Travelers to Areas of Ongoing Transmission – Continental United States, 2016. *MMWR Morb Mortal Wkly Rep* 2016;65:215–6.

Huang Q-T, Huang Q, Zhong Met al. Chronic hepatitis C virus infection is associated with increased risk of preterm birth: a meta-analysis of observational studies. *J Viral Hepat* 2015; 22: 1033–1042.

HUNT, C.; CARSON, K.; SHARARA, A. Hepatitis C in pregnancy. *Obstetrics and Gynecology*, [S.l.], v. 89, n. 5, pt 2, p. 883–890, May 1997

Kalichman, S. C., J. Pellowski, and C. Turner. 2011. "Prevalence of Sexually Transmitted Co-Infections in People Living with HIV/AIDS: Systematic Review with Implications for Using HIV Treatments for Prevention." *Sexually Transmitted Infections* 87 (3): 183–90.

KURITZKES, D.R. ; LALAMA, C.M. ; RIBAUDO, H.J. ; MARCIAL, M. ; MEYER, W.A. 3RD ; SHIKUMA, C. ; et al. Preexisting resistance to nonnucleoside reverse-transcriptase inhibitors predicts virologic failure of an efavirenz-based regimen in treatment-naïve HIV-1-infected subjects. *J Infect Dis.* 197(6):867–70. 2008.

L. T. Matthews, J. M. Baeten, C. Celum, and D. R. Bangsberg, "Periconception pre-exposure prophylaxis to prevent HIV transmission: benefits, risks, and challenges to implementation," *AIDS*, vol. 24, no. 13, pp. 1975–1982, 2010

Lao TT, Chan BC, Leung WC, Ho LF, Tse KY. Maternal hepatitis B infection and gestational diabetes mellitus. *J Hepatol* 2007;47:46–50. doi: 10.1016/j.jhep.2007.02.014.

Lennox JL, DeJesus E, Lazzarin A, et al. Safety and efficacy of raltegravir-based versus efavirenz-based combination therapy in treatment-naïve patients with HIV-1 infection: a multicentre, double-blind randomised controlled trial. *Lancet.* 2009;374(9692):796–806. Available at <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19647866>.

LITTLE S.J.; HOLTE, S. ; ROUTY, J.P. ; DAAR, E.S. ; MARKOWITZ, M. ; COLLIER, A.C. ; et al. Antiretroviral-drug resistance among patients recently infected with HIV. *N Engl J Med.* 347(6):385–94. 2002.

Locatelli A, Roncaglia N, Arreghini A et al. Hepatitis C virus infection is associated with a higher incidence of cholestasis of pregnancy. *Br J Obstet Gynaecol* 1999; 106: 498–500.

LV, N.; CHU, X. D.; SUN, Y. H. et al. Analysis on the outcomes of hepatitis B virus perinatal vertical transmission: nested case-control study. *Eur. J. Gastroenterol. Hepatol.*, [S.l.], v. 26, n. 11, p. 1286–91, nov. 2014.

Maliakkal, A.; Tseng, A.; et al. Review of the efficacy, safety, and pharmacokinetics of raltegravir in pregnancy. *J Acquir Immune Defic Syndr.* 72:153–161. 2016.

Malik S, Dekio F, Wen JW. Liver transplantation in a child with multifocal hepatocellular carcinoma hepatitis C and management of post-transplant viral recurrence using boceprevir. *Pediatr Transplant* 2014; 18: E64–68.

MANZAROD, c.; GUARDO, A.C.; LETANG, E.; et al. Opportunistic infections and immune reconstitution inflammatory syndrome in HIV-1-infected adults in the combined anti-retroviral therapy era: a comprehensive review. *Expert Ver. Anti Infect. Ther.* 1–17. 2015.

Mast EE, Hwang L-Y, Seto DSY et al. Risk factors for perinatal transmission of hepatitis C virus (HCV) and the natural history of HCV infection acquired in infancy. *J Infect Dis* 2005; 192: 1880–1889.

Matthews LT, Mukherjee JS. Strategies for harm reduction among HIV-affected couples who want to conceive. *AIDS Behav* 2009; 13(Suppl. 1):5.

Matthews LT, Smit JA, Cu-Uvin S, Cohan D. Antiretrovirals and safer conception for HIV-serodiscordant couples. *Curr Opin HIV AIDS.* 2012 Nov; 7(6):569–78. PMID: 23032734. PMCID: 3695736.

Matthewsa et al. Antiretrovirals and safer conception for HIV-serodiscordant couples. *Curr Opin HIV AIDS.* 2012 November; 7(6): 569–578. doi:10.1097/COH.0b013e328358bac9.

McKeown, D.A.; Rosenvinge, M.; Donaghy, S.; et al. High neonatal concentrations of raltegravir following transplacental transfer in HIV-1 positive pregnant women. *AIDS.* 24(15):24–16–24–18. 2010.

MOURA, M.E.; DA GUARDA REIS, M.N.; LIMA, Y.A.; et al. HIV-1 transmitted drug resistance and genetic diversity among patients from Piauí State, Northeast Brazil. *J Med Virol.* 87(5):798–806. 2015.

OMS. Guidance on oral pre-exposure prophylaxis (PrEP) for serodiscordant couples, men and transgender women who have sex with men at high risk of HIV: recommendations for use in the context of demonstration projects. Geneva: World Health Organization; 2012 (http://www.who.int/hiv/pub/guidance_PrEP/en/).

Oxford Center for Evidence Based Medicine. Levels of evidence and grades of recommendation. Oxford, 2001. Disponível em: <<http://www.cebm.net/index.aspx?o=1025>>. Acesso em: 10 mar 2013.

Pan CQ, Zou HB, Chen Y, Zhang X, Zhang H, Li J, Duan Z. Cesarean section reduces perinatal transmission of hepatitis B virus infection from hepatitis B surface antigen-positive women to their infants. *Clin Gastroenterol Hepatol*. 2013 Oct; 11(10):1349–55.

Pan CQ, Duan Z, Dai E, Zhang S, Han G, Wang Y, et al. Tenofovir to prevent hepatitis B transmission in mothers with high viral load. *N Engl J Med* 2016; 374:2324–2334.

Panel on Antiretroviral Guidelines for Adults and Adolescents. Guidelines for the

PANEL ON TREATMENT OF HIV-INFECTED PREGNANT WOMEN and Prevention of Perinatal Transmission. **Recommendations for Use of Antiretroviral Drugs in Pregnant HIV-1-Infected Women for Maternal Health and Interventions to Reduce Perinatal HIV Transmission in the United States**. [Table 7]. Disponível em <<http://aidsinfo.nih.gov/contentfiles/lvguidelines/perinatalgl.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

PICKERING, L.K. Academy of Pediatrics. Red Book: 2012 Report of the Committee on Infectious Diseases. ed. 29th ed. 2012. Disponível em <http://aapredbook.aappublications.org>

Piot P, Quinn TC, Taelman H et al. Acquired immunodeficiency syndrome in a heterosexual population in Zaire. *Lancet* 1984; 2:65–9.

POLIS, C. et al. Impact of maternal HIV coinfection on the vertical transmission of hepatitis C virus: a meta-analysis. *Clinical Infectious Diseases*, [S.l.], v. 44, n. 8, p. 1123–1131, Apr. 2007.

Quinn TC, Wawer MJ, Sewankambo N, et al. Viral load and heterosexual transmission of human immunodeficiency virus type 1. Rakai Project Study Group. *N Engl J Med*. Mar 30 2000;342(13):921–929.

Renet, S.; Closon, A.; Brochet, M.S.; et al. Increase in transaminase levels following the use of raltegravir in a women with a high HIV viral load at 35 weeks of pregnancy. *J Obstet Gynaecol Can*. 35;68–72. 2013.

Resti M, Jara P, Hierro L, Azzari C, Giacchino R, Zuin G, Zancan L, Pedditzi S, Bortolotti F. Clinical features and progression of perinatally acquired hepatitis C virus infection. *J Med Virol*. 2003;70:373–377.

RHEE, S.Y.; BLANCO, J.L.; JORDAN, M.R.; TAYLOR, J.; et al. Geographic and temporal trends in the molecular epidemiology and genetic mechanisms of transmitted HIV-1 drug resistance: an individual-patient-and sequence-level meta-analysis. *PLoS Med*. 12(4). 2015.

Richardson BA, Otieno PA, Mbori-Ngacha D et al. Hormonal contraception and HIV-1 disease progression among postpartum Kenyan women. *AIDS* 2007, 21:749–53.

Rimawi, B. H.; Johnson, E.; et al. Pharmacokinetics and placental transfer of elvitegravir and dolutegravir, and other antiretrovirals during pregnancy. *Antimicrob. Agents Chemother.* Accepted Manuscript Ported Online 27 march 2017.

Rizk ML, Houle R, Chan GH, Hafey M, Rhee EG, Chu X. Raltegravir has a low propensity to cause clinical drug interactions through inhibition of major drug transporters: an in vitro evaluation. *Antimicrob Agents Chemother.* 2014, 58:1294–301.

ROBERTS, E.; YEUNG, L. Maternal-infant transmission of hepatitis C virus infection. *Hepatology*, [S.l.], v. 36, n. 5, 2002. Suppl. 1

ROBINSON, J.L.. Canadian Paediatric Society Infectious Diseases and Immunization Committee. *Paediatr Child Health* 2009; 14(5):337.

Rockstroh JK, DeJesus E, Lennox JL, et al. Durable efficacy and safety of raltegravir versus efavirenz when combined with tenofovir/emtricitabine in treatment-naïve HIV-1-infected patients: final 5-year results from STARTMRK. *J Acquir Immune Defic Syndr.* 2013;63:77–85.

Rodger AJ, Cambiano V, Bruun T, Vernazza P, Collins S, Van Lunzen J, et al. Sexual activity without condoms and risk of HIV transmission in serodifferent couples when the HIV-positive partner is using suppressive antiretroviral therapy. *JAMA.* 2016;316(2):171–81. PMID: 27404185.

Rosenvinge M, Dosekun O, Rodgers M, et al. A multicentre case series of Raltegravir use in pregnancy. Paper presented at: 18th Annual Conference of the British HIV Association (BHIVA); Birmingham, UK; April 18–20, 2012.

Russo JA, Miller E, Gold MA. Myths and misconceptions about long-acting reversible contraception (LARC). *J. Adolesc. Health*, S14–S21, 2013.

SABLON, E.; SHAPIRO, F. Advances in molecular diagnosis of HBV infection and drug resistance. *International journal of medical sciences*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 8–16, 2005.

Safir A, Levy A, Sikuler E, Sheiner E. Maternal hepatitis B virus or hepatitis C virus carrier status as an independent risk factor for adverse perinatal outcome. *Liver Int* 2010; 30: 765–770.

Saleem HT et al. Achieving pregnancy safely for HIV-serodiscordant couples: a social ecological approach. *Journal of the International AIDS Society* 2017, 20(Suppl 1):21331 <http://www.jiasociety.org/index.php/jias/article/view/21331> | <http://dx.doi.org/10.7448/IAS.20.2.21331>

Samuel M, Bradshaw D, Perry M et al. Atazanavir in pregnancy: a report of 155 cases. *HIV Med* 2011; 12.

SANCHEZ, P. J.; WENDEL, G. D.; GRIMPEL, E. et al. Evaluation of molecular methodologies and rabbit infectivity testing for the diagnosis of congenital syphilis and central nervous system invasion by *Treponema pallidum*. *J. Infect. Dis.*, [S.l.], v. 167, p. 148–57, 1993.

SARTI, W. Alergia a drogas. In: *Alergia e imunologia na infância e na adolescência*. Grumach AS, ed. São Paulo: Atheneu; 2001.

Sauer MV, Wang JG, Douglas NC, et al. Providing fertility care to men seropositive for human immunodeficiency virus: reviewing 10 years of experience and 420 consecutive cycles of in vitro fertilization and intracytoplasmic sperm injection. *Fertil Steril*. 2009; 91:2455–2460. [PubMed: 18555235].

Savasi V, Mandia L, Laoreti A, Cetin Reproductive assistance in HIV serodiscordant couples. *Hum Reprod Update*. 2013 Mar–Apr;19(2):136–50. doi: 10.1093/humupd/dms046. Epub 2012 Nov.

SCHWEITZER IL. Vertical transmission of the hepatitis B surface antigen. **The American Journal of the Medical Sciences**, [S.l.], v. 270, n. 2, p. 287–91, set.–out. 1975.

Secura GM, Allsworth JE, Madden T, Mullersman JL, Peipert JF. The Contraceptive CHOICE Project: reducing barriers to long-acting reversible contraception. *Am J Obstet Gynecol*. 2010. 203(2):111–7.

Sedgh G, Larsen U, Spiegelman D, Msamanga G, Fawzi WW. HIV–1 disease progression and fertility in Dar es Salaam, Tanzania. *J Acquir Immune Defic Syndr* 2005;39:439–445.

SELWYN, P. A.; ALCABES P.; HARTEL, D.; et al. Clinical manifestations and predictors of disease progression in drug users with human immunodeficiency virus infection. *N Eng J Med*. 1992;327:1697–1703.

Semprini AE, Levi-Setti P, Bozzo M, et al. Insemination of HIV–negative women with processed semen of HIV–positive partners. *Lancet*. 1992; 340:1317–1319. [PubMed: 1360037].

Sereti I, Rodger AJ, French MA. Biomarkers in immune reconstitution inflammatory syndrome: signals from pathogenesis. *Curr Opin HIV AIDS* 2010; 5(6):504–10 8.

Sevinsky H, Eley T, Persson A, Garner D, Yones C, Nettles R, Krantz K, Bertz R, Zhang J. The effect of efavirenz on the pharmacokinetics of an oral contraceptive containing ethinyl estradiol and norgestimate in healthy HIV–negative women. *Antivir Ther* 2011, 16(2): 149–56.

SHAFFER, J. K.; USILTON, L. J.; PRICE, E. V. Long-term studies of results of penicillin therapy in early syphilis. *Bull. World Health Organ.*, [S.l.], v. 10, n. 4, p. 563–78, 1954.

SHAFII T., RADOLF J. D., et al. Congenital Syphilis. In: Holmes KK, Sparling PF, Stamm WE, Piot P, Wasserheit JN, Corey L, et al., editors. *Sexually Transmitted Diseases*. 4 ed. New York: McGraw Hill Medical. p. 1577–607, 2008.

Shapiro RL, Hughes MD, Ogwu A et al. Antiretroviral regimens in pregnancy and breast-feeding in Botswana. *N Engl J Med* 2010; 362: 2282–2294.

Sharma M, Walmsley SL. Contraceptive options for HIV-positive women: making evidence-based, patient-centred decisions. *HIV Med.* 2015;16:329–336.

Shepard CW, Finelli L, Alter MJ. Global epidemiology of hepatitis C virus infection. *Lancet Infect Dis.* 2005;5:558–67.

SHERMAN, M.; SHAFRAN, S.; BURAK, K. et al. Management of chronic hepatitis B: consensus guidelines. **Canadian Journal of Gastroenterology**, [S.l.], v. 21, supl. C, p. 5C–24C, jun. 2007.

SHIBOSKI, C. H.; CHEN, H.; GHANNOUN, M. A.; et al. Role of oral candidiasis in TB and HIV co-infection: AIDS Clinical Trial Group Protocol A5253. *Int J Tuberc Lung Dis*, v. 18, n. 6, p. 682–688, 2014.

SIBERRY, G. K.; JACOBSON, D. L.; KALKWARF, H. J. et al. Lower Newborn Bone Mineral Content Associated With Maternal Use of Tenofovir Disoproxil Fumarate During Pregnancy. **Clin Infect Dis.**, [S.l.], v. 61, n. 6, p. 996–1003, 15 set. 2015.

Singh GK, Ghandour RM. Impact of neighborhood social conditions and household socioeconomic status on behavioral problems among US children. *Matern Child Health J.* 2012 Suppl 1:S158–69.

SINGH, A. E.; ROMANOWSKI, B. Syphilis: review with emphasis on clinical, epidemiologic, and some biologic features. *Clin. Microbiol. Rev.*, [S.l.], v. 12, p. 187–209, 1999.

SMEGO, R. A.; JR., HALSEY, N. A. The case for routine hepatitis B immunization in infancy for populations at increased risk. **The Pediatric Infectious Disease Journal**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 11–9, jan. 1987.

SODERSTROM, A.; NORKRANS, G.; LINDH, M. Hepatitis B virus DNA during pregnancy and post partum: aspects on vertical transmission. *Scandinavian Journal of Infectious Diseases*, [S.l.], v. 35, n. 11–12, p. 814–9, 2003.

Steininger C, Kundi M, Jatzko G et al. Increased risk of mother-to-infant transmission of hepatitis C virus by intrapartum infantile exposure to maternal blood. *J Infect Dis* 2003; 187: 345–351.

STEVENS, C. E.; BEASLEY, R. P.; TSUI, J. et al. Vertical transmission of hepatitis B antigen in Taiwan. *The New England Journal of Medicine*, [S.l.], v. 292, n. 15, p. 771–4, 10 abr. 1975.

Stringer EM, Kaseba C, Levy J et al. A randomized trial of the intrauterine contraceptive device vs hormonal contraception in women who are infected with the human immunodeficiency virus. *Am J Obstet Gynecol* 2007, 197:144.e1–144. e8

Sulkowski MS. Viral hepatitis and HIV coinfection. *J Hepatol*. 2008;48: 353–67.

Sun K-X, Li J, Zhu F-C, Liu J-X, Li R-C, Zhai X-J, et al. A predictive value of quantitative HBsAg for serum HBV DNA level among HBeAg-positive pregnant women. *Vaccine* 2012;30:5335–5340.

SWEENEY, S., MOSHA, J.F., TERRIS-PRESTHOLT, F., SOLLIS, K.A., KELLY, H., CHANGALUCHA, J., PEELING, R.W. The costs of accessible quality assured syphilis diagnostics: informing quality systems for rapid syphilis tests in a Tanzanian setting. *Health Policy and Planning* 2014;29(5):633–41. [DOI: 10.1093/heapol/ czt049]

Taylor, N.; Touzeau, V.; Geit, M.; et al. Raltegravir in pregnancy: a case series presentation. *Int J STD AIDS*. 22: 358. 2011.

TEO, E.; LOK, A. **Epidemiology, transmission and prevention of hepatitis B virus infection**. Disponível em: <<http://www.uptodate.com>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

TERRAULT, N.A.; BZOWEJ, N.H.; CHANG, K.M. et al. AASLD Guidelines for treatment of chronic hepatitis B. *Hepatology*. Vol 63, n° 1. 2016.

Thea DM, Steketee RW, Pliner V, et al. The effect of maternal viral load on the risk of perinatal transmission of HIV-1. New York City Perinatal HIV Transmission Collaborative Study Group. *AIDS*. 1997;11:437–444.

Thio CL. Hepatitis B and human immunodeficiency virus coinfection. *Hepatology*. 2009;49(5 Suppl):S138–S145. doi: 10.1002/hep.22883.

Thomas DL, Astemborski J, Rai RM, Anania FA, Schaeffer M, Galai N et al. The natural history of hepatitis C virus infection: host, viral, and environmental factors. *JAMA*. 2000;284:450–56.

THOMSON, R. Neofax 2011. 24. ed. Montvale: PDR, 2011.

Tovanabutra S, Robison V, Wongtrakul J, et al. Male viral load and heterosexual transmission of HIV-1 subtype E in northern Thailand. *J Acquir Immune Defic Syndr*. Mar 1 2002;29(3):275–283.

TOWNSEND CL, CORTINA-BORJA M, PECKHAM CS, DE RUITER A, LYALL H, TOOKEY PA. Low rates of mother-to-child transmission of HIV following effective pregnancy interventions in the United Kingdom and Ireland, 2000–2006. *AIDS*. May 11 2008; 22(8):973–981.

TOWNSEND, C. L.; CORTINA-BORJA, M.; PECKHAM, C. S. et al. Trends in management and outcome of pregnancies in HIV-infected women in the UK and Ireland, 1990–2006. **BJOG**, [S.l.], v. 115, p. 1078–86. 2008.

Trew Deckard D, Chung WM, Brooks JT, et al. Male-to-Male Sexual Transmission of Zika Virus – Texas, January 2016. *MMWR Morb Mortal Wkly Rep* 2016;65:372–4.

Trussel, Contraceptive failure in the United States. *Contraception* 2011;83:397–404.

Trussell J, Wynn LL. Reducing unintended pregnancy in the United States. *Contraception* 2008;77:1–5.

Tse KY, Ho LF, Lao T. The impact of maternal HBsAg carrier status on pregnancy outcomes: a case-control study. *J Hepatol* 2005;43:771–775. doi: 10.1016/j.jhep.2005.05.023.

TSE, K.; SIU, S. L.; YIP, K. T. et al. Immuno-prophylaxis of babies born to hepatitis B carrier mothers. **Hong Kong Medical Journal**, [S.l.], v. 12, n. 5, p. 368–74, out. 2006.

TUBIANA R, LE CHENADEC J, ROUZIOUX C, et al. Factors associated with mother-to-child transmission of HIV-1 despite a maternal viral load <500 copies/ml at delivery: a case-control study nested in the French perinatal cohort (EPF-ANRS CO1). *Clin Infect Dis*. Feb 15 2010; 50(4):585–596.

TUCKER, J. D., BIEN, C.H., PEELING, R.W. Point-of-care testing for sexually transmitted infections: recent advances and implications for disease control. *Current Opinion in Infectious Diseases* 2013;26(1):73–9.

UNDP, UNFPA, and WHO Special Programme of Research, Development, and Research Training in Human Reproduction, World Bank, IUD Research Group. The TCu 380A IUD and the frameless IUD 'the FlexiGard': interim three-year data from an international multicenter trial. *Contraception* 1995;52:77–83.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Situação Mundial da infância 2011. Adolescência, uma fase de oportunidades. Nova York, 2011. Disponível em: www.unicef.org/sowc2011.

US DEPARTMENT OF HEALTH. **The Antiretroviral Pregnancy Registry**. Disponível em: <<http://www.apregistry.com/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

use of antiretroviral agents I HIV-1-infected adults and adolescents. Department of Health and Human Services. [Internet]. Available from: <http://aidsinfo.nih.gov/ContentFiles/AdultandAdolescentGL.pdf>

Valle Tovo C, Alves de Mattos A, Ribeiro de Souza A, Ferrari de Oliveira Rigo J, Lérias de Almeida PR, Galperim B et al. Impact of human immunodeficiency virus infection in patients infected with the hepatitis C virus. *Liver Int.* 2007;27:40–6.

Van der Kuyl AC, Kozaczynska K, van den Burg R, Zorgdrager F, Back N, Jurriëans S, Berkhout B, Reiss P, Cornelissen M. Triple HIV-1 infection. *N Engl J Med* 2005;352:2557–2559.

VAN ZONNEVELD, M.; VAN NUNEN, A. B.; NIESTERS, H. G. et al. Lamivudine treatment during pregnancy to prevent perinatal transmission of hepatitis B virus infection. *Journal of viral hepatitis*, [S.l.], v. 10, n. 4, p. 294–7, jul. 2003.

Vernazza P, Hirschel B, Bernasconi E, Flepp M. HIV-infizierte Menschen ohne andere STD sind unter wirksamer antiretroviraler Therapie sexuell nicht infektiös. *Bull Med Suisses* 2008;89:165–69 [Internet]. Available at: http://www.saez.ch/pdf_d/2008/2008-05/2008-05-089.PDF.

Vernazza PL, Graf I, Sonnenberg-Schwan U, Geit M, Meurer A. Pre-exposure prophylaxis and timed intercourse for HIV-discordant couples willing to conceive a child. *AIDS* 2011;25:2005–2008.

Vernazza PL, Troiani L, Flepp MJ, et al. Potent antiretroviral treatment of HIV-infection results in suppression of the seminal shedding of HIV. *The Swiss HIV Cohort Study. AIDS.* Jan 28 2000;14(2):117–121.

Vernazza, P.; Bernard, E. HIV is not transmitted under fully suppressive therapy: The Swiss Statement – eight years later. *Swiss Medical Weekly.* 2016;146:w14246.

VIDAL, E.C.F., et al. Políticas Públicas para pessoas com HIV: discutindo direitos sexuais e reprodutivos. *Rev. Rene. Fortaleza*, v. 10, n. 2, p. 166–174. Abri/ Jun 2009.

VITORIA, M.; FORD, N.; CLAYDEN, P.; POZNIAK, A.L.; HILL, A.M. When could new antiretroviral be recommended for national treatment programmes in low-income and middle-income countries: results of a WHO Think Tank. *Curr Opin HIV AIDS.* 12:000–000. 2017.

VOLPE J. Specialized Studies in the Neurological Evaluation. In: VOLPE J. *Neurology of the Newborn.* Philadelphia: Saunders Elsevier, 2008. p 154–155.

WALKER, D. G., WALKER, G. J. A. Forgotten but not gone: the continuing scourge of congenital syphilis. *Lancet Infectious Diseases*; 2:432–6, 2002.

WALKER, G. J. A.; WALKER D, M. F. D. Antibiotics for congenital syphilis. Cochrane Database of Systematic Reviews. Issue 2. Art. No.: CD012071. DOI: 10.1002/14651858.CD012071. 2016.

Wang L, Wiener J, Bulterys M, Wei X, Chen L, Liu W et al. Hepatitis B virus (HBV) load response to 2 antiviral regimens, tenofovir/lamivudine and lamivudine, in HIV/ HBV-coinfected pregnant women in Guangxi, China: The Tenofovir in Pregnancy (TiP) Study. *J Infect Dis*. 2016; 214:1695–9.

Warszawski J, Tubiana R, Le Chenadec J, et al. Mother-to-child HIV transmission despite antiretroviral therapy in the ANRS French Perinatal Cohort. *AIDS*. 2008; 22:289–299.

Wawer MJ, Makumbi F, Kigozi G et al. Randomized Trial of Male Circumcision in HIV-infected Men: Effects on HIV Transmission to Female Partners, Rakai, Uganda. *Lancet* 2009; 374: 229–237.

Wen WH, Huang CW, Chie WC, Yeung CY, Zhao LL, Lin WT, et al. Quantitative maternal hepatitis B surface antigen predicts maternally transmitted hepatitis B virus infection. *Hepatology* 2016;64:1451–1461.

Westling K, Pettersson K, Kaldma A, Naver L. Rapid decline in HIV viral load when introducing raltegravir-containing antiretroviral treatment late in pregnancy. *AIDS Patient Care STDS*. 2012;26(12):714–717. Available at <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23101466>.

Whitaker AK, Dude AM, Neustadt A, Gillian ML. Correlates of use of long-acting reversible methods of contraception among adolescent and young adult women. *Contraception*, 81:299–303, 2010.

WHO. Global Hepatitis Report 2017. Geneva: World Health Organization; 2017. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

WHO. World Health Organization Department of Reproductive Health and Research (WHO/RHR) and Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health/ Center for Communication Programs (CCP), INFO Project. Family Planning: A global handbook for providers (2011 Update). Baltimore and Geneva: CCP and WHO, 2011.

WHO. World Health Organization. Annual Technical Report 2002. Geneva: World Health Organization, 2002.

WHO. World Health Organization. Consolidated Guideline on sexual and reproductive health and rights of women living with HIV. Executive Sumary, 2015. Disponível em: http://www.who.int/reproductivehealth/publications/gender_rights/Ex-Summary-srhr-women-hiv/en/. Acessado em 16 de abril de 2017.

WHO. World Health Organization. Hormonal contraception and HIV: technical statement, 2012. Disponível em http://www.who.int/reproductivehealth/topics/family_planning/Hormonal_contraception_and_HIV.pdf.

WHO. World Health Organization. Medical Eligibility Criteria for Contraceptive Use. 5th ed. Geneva: World Health Organization, 2015. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/172915/1/WHO_RHR_15.07_eng.pdf.

Wilson DP, Law MG, Grulich AE, Cooper DA, Kaldor JM. Relation between HIV viral load and infectiousness: a model-based analysis. *Lancet* 2008;372:314–320.

Wilson EK, Fowler CI, Koo HP. Postpartum contraceptive use among adolescent mothers in seven states. *J. Adolesc. Health*, 52:278–283, 2013.

WISEMAN, E.; FRASER, M. A.; HOLDEN, S. et al. Perinatal transmission of hepatitis B virus: an Australian experience. **The Medical Journal of Australia**, [S.l.], v. 190, n. 9, p. 489–92, 4 mai. 2009.

WONG, V. C.; LEE, A. K.; IP, H. M. Transmission of hepatitis B antigens from symptom free carrier mothers to the fetus and the infant. **British Journal of Obstetrics and Gynaecology**, [S.l.], v. 87, n. 11, p. 958–65, nov. 1980.

WOO, D.; CUMMINS, M.; DAVIES, P. A. et al. Vertical transmission of hepatitis B surface antigen in carrier mothers in two west London hospitals. **Archives of Disease in Childhood**, [S.l.], v. 54, n. 9, p. 670–5, set. 1979.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Sexually transmitted infection (STIs). Fact sheet. Agosto 2016. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs110/en/>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Consolidated guidelines on the use of antiretroviral drugs for treating and preventing HIV infection**: Recommendations for a public health approach. Geneva: WHO, 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Department of Reproductive Health and Research. Investment Case for Eliminating Congenital Syphilis: promoting better maternal and child health outcomes and stronger health systems. Geneva: WHO, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Department of Reproductive Health and Research. The global elimination of congenital syphilis: rationale and strategy for action. Geneva: WHO, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Guidelines for the screening, care and treatment** of persons with chronic hepatitis C infection. Updated version. Geneva: WHO, 2016a. (http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/205035/1/9789241549615_eng.pdf?ua=1, acesso março 2017).

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Guidelines for the treatment of *Treponema pallidum* (syphilis). Geneva: WHO, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Guidelines on hepatitis B and C testing. Policy brief infection. Geneva: WHO, 2016b. Guidelines. Geneva: World Health Organization; 2016 [WHO/HIV/2016.23] (<http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/251330/1/WHO-HIV-2016.23-eng.pdf?ua=1>).

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Investment case for eliminating mother-to-child transmission of syphilis: Promoting better maternal and child health and stronger health systems. Geneva: WHO, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Programmatic Updates: Use of antiretroviral drugs for treating pregnant women and preventing HIV infection in infants.** Executive Summary. Geneva: WHO, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Technical consultation on the elimination of mother to child transmission of HIV: final meeting report. Geneva: World Health Organization; 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). The global elimination of congenital syphilis: rationale and strategy for action. Geneva: WHO, 2007.

World Health Organization. Mother-to-child transmission of HIV.[publicação online]. Geneva: WHO; 2016c. [acesso em 15 mar 2017]. Disponível em <http://www.who.int/hiv/topics/mtct/about/en/#>

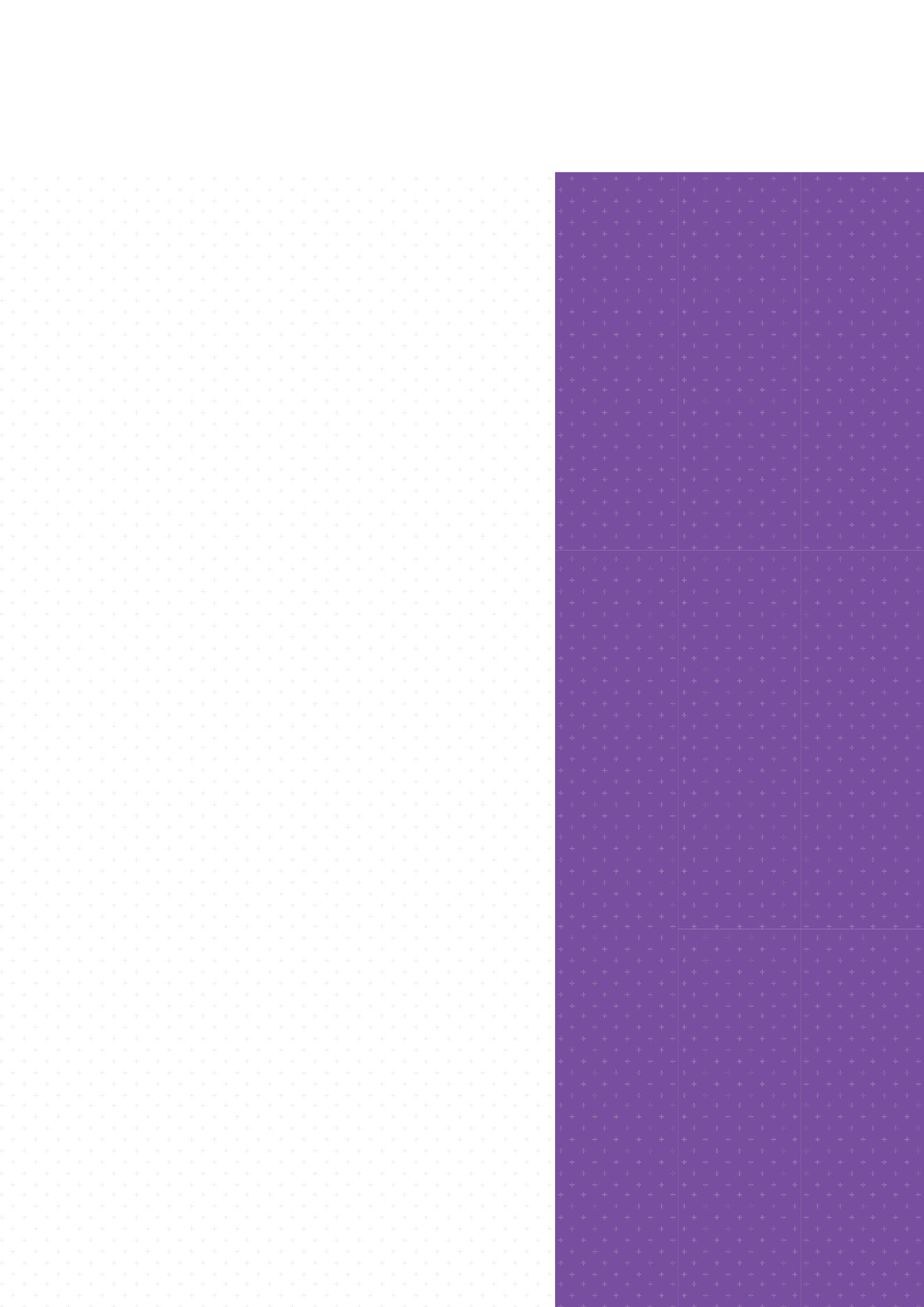
XU D, YAN Y, XU J. A molecular epidemiologic study on the mechanism of intrauterine transmission of hepatitis B virus. **Zhonghua liu xing bing xue za zhi**, [S.l.], v. 19, n. 3, p. 131-3, jun. 1998.

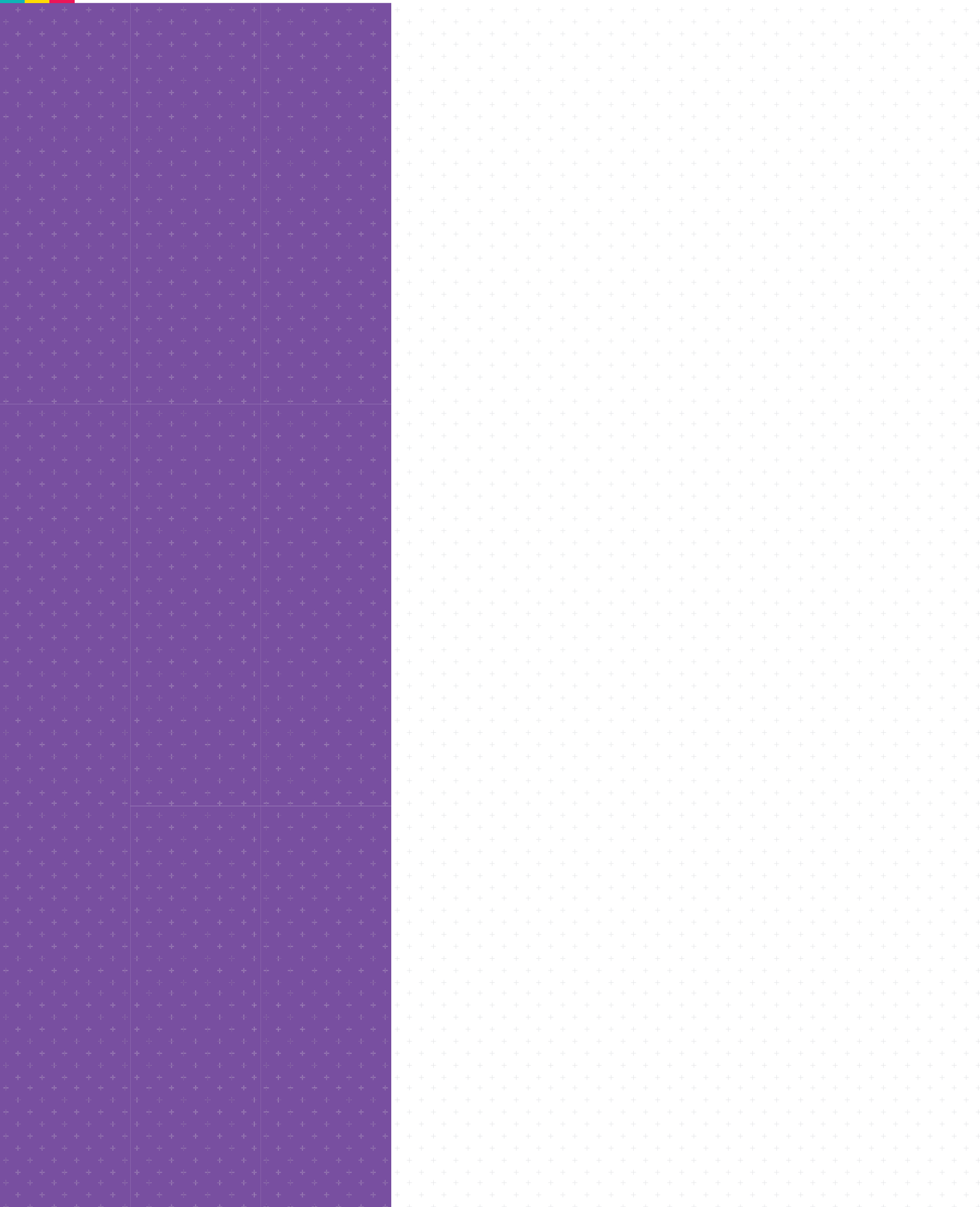
XU, D. Z.; YAN, Y. P.; CHOI, B. C. et al. Risk factors and mechanism of transplacental transmission of hepatitis B virus: a case-control study. **Journal of Medical Virology**, [S.l.], v. 67, n. 1, p. 20-6, mai. 2002.

YANG, J.; ZENG, X. M.; MEN, Y. L. et al. Elective caesarean section versus vaginal delivery for preventing mother to child transmission of hepatitis B virus--a systematic review. **Virology Journal**, [S.l.], v. 5, p. 100, 2008.

Zaba B, Terceira N, Mason P, Gregson S. The contribution of HIV to fertility decline in rural Zimbabwe, 1985-2000. **Popul Stud (Camb)** 2003;57:149-164.

Zou H, Chen Y, Duan Z, Zhang H, Pan C. Virologic factors associated with failure to passive-active immunoprophylaxis in infants born to HBsAg-positive mothers. **J Viral Hepat** 2012;19:e18-e25.





ANEXOS

Anexo A

Segurança de ARV disponíveis no SUS na gestação

ANTIRRETROVIRAL	RECOMENDAÇÃO NA GESTAÇÃO
INIBIDORES DA TRANSCRIPTASE REVERSA ANÁLOGOS DE NUCLEOSÍDEOS E NUCLEOTÍDEOS – ITRN(T)	
› São recomendados para o uso na gestação como parte do esquema preferencial de ARV	
Abacavir (ABC)	› Alta taxa de transferência placentária para o feto › Não há evidência de teratogenicidade em humanos › Não deve ser utilizado em pacientes que tenham teste para o HLA-B*5701 positivo, pelo risco de hipersensibilidade › O teste se encontra disponível no SUS. Caso seja realizado, deve-se documentar o procedimento no prontuário da gestante › As gestantes devem ser esclarecidas sobre sintomas de reação de hipersensibilidade › ABC/3TC associados a ATV/r ou a EFZ não são recomendados quando CV-HIV pré-tratamento for >100.000 cópias/ mL
Lamivudina (3TC)	› Alta taxa de transferência placentária para o feto › Sem evidência de teratogenicidade em humanos › Se a gestante apresentar coinfeção HIV/HBV, pode haver flare viral de vírus B se o medicamento for interrompido no pós-parto
Tenofovir (TDF)	› Alta taxa de transferência placentária para o feto › Sem evidência de teratogenicidade em humanos › Potencial nefrotoxicidade. Esquemas de TARV contendo TDF devem ser utilizados com cautela em pessoas com algum grau de insuficiência renal
Zidovudina (AZT)	› Alta taxa de transferência placentária para o feto › Sem evidência de teratogenicidade em humanos › Droga de maior experiência de uso durante a gestação. No entanto, sua alta associação com efeitos adversos e toxicidade hematológica fizeram com que passasse a ser alternativa, e não preferencial
INIBIDORES DE TRANSCRIPTASE REVERSA NÃO ANÁLOGOS DE NUCLEOSÍDEOS – ITRNN	
› ITRNN são medicamentos recomendados para uso em combinação com 2 ITRN	
› Reações de hipersensibilidade, incluindo toxicidade hepática e rash, são mais comuns em mulheres; não está claro se o risco aumenta na gestação	
Efavirenz (EFZ)	› Transferência placentária moderada para o feto › Em humanos, não existe aumento de risco de defeitos congênitos associados à exposição ao EFZ no primeiro trimestre de gestação › Recomendado rastreio para depressão no pré-natal e pós-parto

ANTIRRETROVIRAL	RECOMENDAÇÃO NA GESTAÇÃO
Nevirapina (NVP)	› Alta taxa de transferência placentária para o feto › Sem evidência de teratogenicidade em humanos › Exige introdução com doses escalonadas e monitoramento cuidadoso de efeitos adversos › Tendência significativa de aumento da toxicidade hepática associada a rash cutâneo em mulheres com CD4 $\geq$ 250 céls/mm³ › Associação com ABC deve ser cuidadosa pelo fato de ambas as drogas estarem relacionadas a maior risco de reações de hipersensibilidade › Níveis iniciais elevados de transaminases podem aumentar o risco de toxicidade de NVP › Mulheres que engravidam durante tratamento com NVP e estão tolerando bem a medicação podem mantê-la, independentemente da contagem de LT-CD4+
INIBIDORES DE PROTEASE – IP	
› Hiperglicemia, DM de início recente ou exacerbação de quadro prévio e cetoacidose diabética em mulheres em uso de IP; não está claro se a gestação aumenta o risco › Dados conflitantes sobre parto pré-termo em mulheres em uso de IP	
Atazanavir (ATV)	› Grande experiência de uso durante a gestação › Rápida queda de CV-HIV › Transferência placentária baixa › Sem evidência de teratogenicidade humana › Hiperbilirrubinemia materna › Não há relatos de hiperbilirrubinemia significativa ou kernicterus neonatal, mas é recomendado monitoramento de bilirrubina no RN
Darunavir (DRV)	› Transferência placentária mínima › Dados de farmacocinética disponíveis e experiência crescente em gestantes › Deve ser utilizado na formulação padrão de 600mg duas vezes ao dia › É necessário monitorar função hepática, especialmente nos primeiros meses de uso e se doença hepática pré-existente
Lopinavir/ritonavir (LPV/r)	› Ampla experiência de uso durante a gestação, com farmacocinética bem estabelecida › Transferência placentária mínima › Sem evidência de teratogenicidade humana › Solução oral contém 42% de álcool e 15% de propilenoglicol, não sendo recomendada na gestação › Causa mais náuseas que drogas de preferência › Deve ser administrado duas vezes ao dia na gestação
Ritonavir (r)	› Transferência placentária baixa › Sem evidência de teratogenicidade em humanos › Solução oral contém 43% de álcool e não é recomendada na gestação
Tipranavir (TPV)	› Transferência placentária moderada relatada em um estudo › Dados insuficientes para avaliar a teratogenicidade em humanos › Sem evidência de teratogenicidade em ratos ou coelhos

ANTIRRETROVIRAL		RECOMENDAÇÃO NA GESTAÇÃO
INIBIDORES DE ENTRADA E DE FUSÃO		
› Dados indisponíveis na literatura sobre teratogenicidade desses medicamentos		
Enfuvirtida (T20)	›	Transferência placentária mínima a baixa
Maraviroque (MVC)	›	Transferência placentária mínima a baixa
	›	Sem dados sobre teratogenicidade em humanos
	›	Exige teste de tropismo prévio ao seu uso. Poucos relatos de uso durante a gestação
INIBIDORES DE INTEGRASE		
› Dados disponíveis na literatura sobre teratogenicidade desses medicamentos		
Raltegravir (RAL)	›	Dados de farmacocinética disponíveis e experiência crescente de uso durante a gestação
	›	Alta transferência placentária
	›	Dados insuficientes para avaliar teratogenicidade em humanos
	›	Aumento de variantes esqueléticas em ratos, sem aumento de defeitos em coelhos
	›	Relatos de casos de elevação de transaminases com uso tardio na gestação. Casos graves e potencialmente fatais, lesões de pele fatais e reações de hipersensibilidade relatadas em adultos (não gestantes)
	›	Tabletes mastigáveis contêm fenilalanina
	›	Rápida redução de CV-HIV
Dolutegravir (DTG)	›	Dados limitados para uso durante a gestação

Fonte: adaptado de "Recommendations for the use of antiretroviral drugs in pregnant HIV-1 infected women for maternal health and interventions to reduce perinatal HIV transmission in the US". Disponível em: <<http://aidsinfo.nih.gov/guidelines>>

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA PUBLICAÇÃO

Capa:

Formato: A4 – 4 pg

Cor: 4/4

Papel: Supremo Couchê Fosco 320 g

Encadernação: Lombada quadrada

Acabamento: BOPP

Miolo:

Formato: A4 – 216 pg

Cor: 4/4

Papel: Off set 90 g/m²

Gráfica:

Tiragem: 5.000